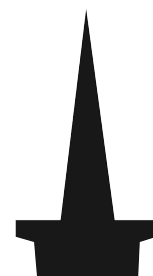
Emicida faz último show de AmarElo hoje na capital

DIVULGAÇÃO

Batizado de "A Gira Final", o projeto é também um estado de espírito. "Às vezes, tudo o que temos é a fé. E ela acaba sendo a nossa arma para enfrentar tempos tão duros", diz o consagrado rapper. 43

SEXTA-FEIRA
12 de abril de 2024
Ano 51, nº 16.746
www.jornaldebrasilia.com.br
Assinaturas: 0800-612221

Jornal de Brasília

SERVIDORES FEDERAIS

GOVERNO ESTUDA REAJUSTE DE MAIS DE 19% EM 4 ANOS

Além do que já foi concedido em 2023, promessa é de garantir aumentos de 4,5% em 2025 e 2026, mas nada neste ano. Negociações para evitar novas greves vão continuar. 40

DF já registra 235 mortes por dengue em 2024 5

REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS

Tragédia em estrada da Bahia

Dez pessoas morreram e 24 ficaram feridas na madrugada de ontem após um ônibus de turismo tombar na BR-101, na altura da cidade de Teixeira de Freitas 39

Lula mantém saidinhas em datas festivas

Presidente vetou parcialmente projeto aprovado pelo Congresso 21

ETHAN MILLER/AP

Da fama ao "julgamento do século"

O.J. Simpson, ex-jogador de futebol americano, morre de câncer aos 76 anos 42

INVESTIGAÇÃO

Operação contra fraude

Dono da Tesoura de Ouro é preso suspeito de sonegar R$ 45 milhões

GUILHERME PONTES
redacao@grupojbr.com

O empresário dono da rede de lojas Tesoura de Ouro, Juraci Pessoa de Carvalho, foi preso na manhã de ontem em operação que investiga fraude fiscal de R$ 45 milhões. Segundo a Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), o esquema que, supostamente, leva o nome de Juraci como mentor e principal investigado, usava de 123 empresas laranjas para tirar vantagem indevida das contas públicas.

A operação foi feita por intermédio da Delegacia de Repressão aos Crimes contra a Ordem Tributária (DOT), vinculada ao Departamento de Combate à Corrupção e ao Crime Organizado (Decor) e visou reprimir os crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro e sonegação de impostos.

A investigação da operação Sarto, que significa alfaiate em italiano, revelou que o grupo empresarial se utilizou das empresas fictícias ou de fachada para emissão de notas fiscais fraudulentas com o intuito de supressão de tributos distritais, bem como, para circulação de dinheiro proveniente de ilícitos tributários. Essas empresas de fachada, que orbitavam e se vinculavam às empresas existentes, tinham como seus dirigentes funcionários simples, perfis incongruentes com os valores milionários movimentados por algumas das empresas. Vale destacar que em relação a um único funcionário, um motorista, foram identificados 47 CNPJs vinculados ao seu nome.

"O objetivo era blindar os reais responsáveis pela sonegação fiscal e beneficiários do esquema criminoso", explica Marcela Lopes, delegada chefe adjunta da DOT. "Nessa operação foram bloqueados 83 veículos, imóveis e também determinado o bloqueio de mais de 45 milhões de reais"

REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS

O esquema que supostamente leva o nome de Juraci como mentor usava pelo menos 123 empresas laranjas

A Operação Sarto, que significa alfaiate em italiano, revelou que o grupo empresarial se utilizou das empresas fictícias para emitir notas fiscais fraudulentas.

Foram cumpridos um total de 26 mandados de busca e apreensão e um de prisão temporária contra Juraci que acabou sendo convertida em flagrante quando foi localizada uma arma em situação irregular em sua casa, onde foi feita a busca. Os mandados de busca e apreensão foram cumpridos em empresas e residências de investigados nas regiões administrativas de Sudoeste, Águas Claras, Vicente Pires, Núcleo Bandeirante, Taguatinga, Recanto das Emas, Ceilândia, além de Planaltina de Goiás e Cidade Ocidental.

A PCDF destacou que a utilização de pessoas nos contratos sociais das empresas de fachada tinha o intuito de blindar os reais proprietários do grupo que se beneficiavam da supressão dos tributos, bem como da constituição de crédito fiscal "podre", isto é, não realizando o pagamento dos impostos devidos ou se aproveitando dos créditos tributários. As quantias decorrentes da sonegação fiscal eram fracionadas e movimentadas por meio de contas bancárias vinculadas ao emaranhado de CNPJs de empresas em nomes de "laranjas"com o objetivo de dificultar o rastreamento e a detecção dos valores ilícitos.

Ainda segundo a PCDF, "o crescimento das empresas vinculadas ao grupo efetivamente operantes, que atualmente contam com mais de 60 filiais, demonstrou, ao que tudo indica, que os recursos ilícitos oriundos da fraude fiscal foram mesclados com recursos legítimos advindos da empresa pioneira e inúmeras filiais. Deste modo, o objetivo do grupo seria fazer crer que o volume total apresentado seria resultado do faturamento operacional lícito, isto é, não decorrente da sonegação fiscal", afirma.

Segundo o órgão isso teria permitido uma expansão do grupo por meio da constituição de inúmeras outras redes de empresas com aparência de legitimidade, com variados objetos sociais além de confecção de roupas e comércio de alimentos.

A operação policial teve como principais alvos os verdadeiros responsáveis das empresas e beneficiários da sonegação fiscal e da lavagem de dinheiro. "Os integrantes da organização criminosa, caso confirmadas as participações, poderão responder pelos crimes de falsidade ideológica, sonegação fiscal e também lavagem de dinheiro, cujas penas somadas podem chegar a 28 anos de prisão", informou, Marcela.

A equipe do **Jornal de Brasília** tentou, mas não conseguiu entrar em contato com os advogados de Juraci Pessoa, investigado na operação.

ENTORNO DO DF

Jogador de futebol desaparece

Desde a última segunda-feira, está desaparecido o jogador de futebol Thavisson Mendes da Silva, que já integrou os times candangos do Gama e de Brazlândia. Segundo informações da irmã dele, Ana Maria, a última vez que ele fez contato com algum familiar foi quando mandou mensagem para a esposa, após sair de uma confraternização com amigos.

Segundo Ana, Thavisson tinha ido, na noite de segunda, a uma distribuidora no Pedregal para comemorar o aniversário do técnico do time em que está integrado atualmente, o Vila União Futebol Clube. Com os companheiros de time, ficou no local desde o início da tarde até quase o fim da noite, antes de desaparecer.

"Meu irmão saiu de casa por volta das 14 horas para a confraternização do aniversário do técnico de futebol com o time. Às 17h, a minha cunhada foi para lá, conversou com ele, que falou que não ia voltar para casa. Ela voltou sozinha, aí quando deu 19h, ela ligou novamente, ele atendeu o telefone e falou que voltaria mais tarde", conta.

A partir daí, ninguém da família conseguiu falar com o jogador. Ele mesmo chegou a mandar mensagem para a esposa mais tarde, mas ela não conseguiu mandar de volta. A mensagem dizia 'Tô ligando a moto e tô indo para casa'. Ela retornou a ligação e aí o telefone dele já não atendeu mais".

Thavisson, vestia camiseta cinza e bermuda vermelha na última noite em que foi visto. Sua irmã apela para que qualquer informação seja passada à Polícia Civil de Goiás e à família. O número que Ana disponibilizou para receber informações é (61) 984841747.

O **Jornal de Brasília** tentou entrar em contato com a Polícia Civil do estado de Goiás, mas não obteve resposta. *(Guilherme Pontes, do JBr).*

Jornal de Brasília
Fundado em 10 de dezembro de 1972
Editora JORNAL DE BRASÍLIA Ltda.
CNPJ - 08.337.317/0001-20
TELEFONE GERAL: (61) 3343-8000
ENDEREÇO: SIG/Sul - Qd. 01 - Lote 765
Brasília - DF - CEP.: 70.610-410
Instituto Verificador de Comunicação IVC
ANJ Associação Nacional de Jornais www.anj.org.br

Preço da assinatura (DF e GO):
ANUAL: R$ 260,00 – SEMESTRAL: R$ 135,00
Vendas avulsas (DF e GO): R$ 1,00
Vendas avulsas (Outros Estados): R$ 3,00
Classificados: (61) 99637-6993
Sucursal São Paulo: (11) 5097-6777
Dep. Comercial: (61) 3343-8180
Sucursal Rio de Janeiro: (21) 3459-8848
Atendimento ao leitor: (61) 3343-8012 e 3343-8134
Atendimento ao assinante: (61) 3253-9257 e 3254-3947

EDITOR-CHEFE - IMPRESSO
Ricardo Nobre (ricardo.nobre@grupojbr.com)
EDITORA-EXECUTIVA - IMPRESSO
Larissa Galli (larissa.galli@grupojbr.com)
EDITOR-CHEFE - ON LINE
Lindauro Gomes (lindauro.gomes@grupojbr.com)
Telefones: (61) 3343-8000 e 3343-8100
E-mail: redacao@grupojbr.com

EDITORES
Ivana Antunes (ivana.antunes@grupojbr.com)
Laezia Bezerra (laezia.bezerra@grupojbr.com)
Thatyane Nardelli (thatyane.nardelli@grupojbr.com)
Thiago Henrique de Morais (thiago.morais@grupojbr.com)

CLIMA

Inmet coloca DF sob alerta

Nos 11 primeiros dias de abril choveu 84% do esperado. Tempestade de ontem alagou ruas.

LUÍS NOVA
redacao@grupojbr.com

O temporal de ontem causou transtornos aos brasilienses. A tesourinha da via N1 alagou, a quadra 202 Norte também ficou comprometida, uma árvore caiu em Planaltina e aconteceram alguns acidentes nas vias do DF, mas sem vítimas fatais. O Instituto de Nacional de Meteorologia (Inmet) emitiu alerta de perigo laranja para 417 municípios, incluindo cidades do Distrito Federal. As cidades alertadas correm risco de chuvas fortes, deslizamento de encostas, transbordamentos em cidades próximas ao rios, como por exemplo Pirenópolis (GO).

Segundo o Instituto, esse acumulado de chuvas é perigoso, pode causar tragédias e afeta quatro entes da federação: DF, Goiás, Tocantins e Mato Grosso. O órgão destaca a importância de evitar enfrentar o mau tempo, observar alterações nas encostas e ficar longe da rede elétrica. Em caso de risco, o cidadão deve entrar em contato com a Defesa Civil, pelo telefone 199, e com o Corpo de Bombeiros, pelo 193. O alerta laranja começou ontem às 11h e deve terminar hoje às 6h da manhã.

O meteorologista do Inmet Glauco Freitas informou que nestes primeiros 10 dias de abril choveu quase o esperado do mês inteiro. De acordo com o especialista, entre o dia 1º e o dia 11, caiu sobre o DF 122 mm de chuva, equivalente a 84% do esperado. "Se chover mais 16% podemos alcançar a média prevista para todo o mês, que é de 145mm", explica.

A temperatura do Distrito Federal amanheceu ontem em 19,7ºC, às 6h da manhã, e subiu até 24,2ºC no fim da manhã, quando começou uma forte chuva. Com a precipitação, a temperatura despencou, chegando a 19,7ºC com sensação térmica de 18,3ºC.

De acordo com Glauco Freitas, as chuvas continuarão ao longo do final de semana, entretanto em locais isolados e o tempo deve melhorar um pouco, pois há muita nuvem sobre o DF. "Neste final de semana o sol deve aparecer com mais frequência e poucas pessoas devem perceber a chuva", pontua.

Na via N1 a água subiu acima do meio fio e dificultou o trânsito de veículos na região. Já na 202 Norte, a água desceu com muita força e encobriu o balão entre as quadras 200 e 400. Em ambas as situações não tiveram vítimas e após o temporal o trânsito voltou a fluir normalmente.

Na semana passada o **Jornal de Brasília** mostrou a situação de Água Quente, onde uma tubulação entupiu e duas ruas foram completamente alagadas. Neste dia, ninguém se feriu, os moradores apenas tiveram prejuízos materiais.

As regiões em alerta correm risco de chuvas fortes, deslizamento de encostas e transbordamentos em cidades próximas a rios, como Pirenópolis (GO).

VITOR MENDONÇA/JORNAL DE BRASÍLIA

A temperatura do DF amanheceu ontem em 19,7ºC, às 6h da manhã, e subiu até 24,2ºC no fim da manhã com chuva forte. Com a preciptação, a temperatura despencou, chegando a 19,7ºC com sensação térmica de 18,3ºC.

SERVIÇO

Atenção motoristas

O DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DE BRASÍLIA (DETRAN-DF) ELABOROU UMA SÉRIE DE DICAS PARA A CONDUÇÃO DO VEÍCULO COM O MÁXIMO DE SEGURANÇA NOS DIAS DE CHUVA:

- Fazer revisão dos pneus, freios, limpadores e faróis do veículo.
- Manter os pneus calibrados e evitar frear quando cair em um buraco, para diminuir o efeito do impacto.
- Usar o ar-condicionado e o desembaçador elétrico traseiro ou abrir um pouco os vidros para deixar o ar circular pelo carro, para melhorar a visibilidade. Se o carro não tiver ar-condicionado, é importante deixar uma flanela à mão, pois a intensidade da chuva pode tornar inviável a abertura dos vidros.
- Reduzir a velocidade e aumentar a distância do veículo da frente.
- Redobrar a atenção ao passar pelos ciclistas e manter a distância mínima de um metro e meio.
- Se houver pouca visibilidade em função de chuva ou neblina, parar e esperar as condições do tempo melhorarem, caso possa fazer isso com segurança.
- Evitar freadas ou mudanças bruscas, pois o acúmulo de água na pista pode provocar a aquaplanagem – situação que ocorre quando os pneus perdem o contato com o asfalto.
- Utilizar sempre a luz de seta para indicar mudança de direção.
- Evitar locais alagados. Se o condutor não conseguir ver o meio-fio, que tem em torno de 25 centímetros de altura, o ideal é mudar de rota para não perder o veículo e nem arriscar a própria vida.
- Em caso de enchente, abandonar o veículo assim que o nível de água atingir o batente do carro, pois pode começar a boiar.

AÇÃO SOCIAL

Serviços de saúde gratuitos

Caravana médica do Sesc-DF oferece atendimentos especializados nesta sexta em Ceilândia

LUÍS NOVA
redacao@grupojbr.com

A Caravana médica do Serviço Social do Comércio (Sesc-DF) chegou no início da semana à Ceilândia com atendimentos médicos especializados. A comitiva fica na cidade até hoje e oferece consultas oftalmológicas, exames ginecológicos preventivos, inserção ou remoção de DIU (dispositivo intrauterino que funciona como anticoncepcional) e também mamografia. O atendimento é por ordem de chegada e durante a manhã serão distribuídas senhas para as consultas.

Os pacientes que não conseguirem atendimento nesta semana, entrarão na lista de espera e serão contemplados nas próximas edições. Após sair da Ceilândia, a caravana irá para Taguatinga e ficará entre o dia 16 e 19 no Sesc Taguatinga Sul e posteriormente irá para o Parque da Cidade para oferecer todos os serviços no aniversário de Brasília, dia 21 de abril.

A técnica de enfermagem Auricélia Lima, 43 anos, começou a ter dificuldade para ler as letrinhas pequeninas da Bíblia, por isso, ela veio à Caravana do Sesc para conseguir atendimento oftalmológico e aproveitou para realizar exames preventivos. "Tem muito tempo que não faço exame de vista e não estou conseguindo ler direito", explica Auricélia.

O pedreiro Francisco de Assis, 54 anos, também está com dificuldade de leitura, mas dessa vez ele veio acompanhar a esposa Sara. No primeiro dia ele não conseguiu atendimento, mas afirma que amanhã será a primeira pessoa na fila para pegar a senha. "Essa ação é muito importante. A rede pública para emergência é muito boa, mas para consulta demora um pouco, então vou fazer aqui. Amanhã às 5h estarei aqui em frente", explica Francisco.

A comitiva fica na cidade até hoje e oferece consultas oftalmológicas, exames ginecológicos preventivos, inserção ou remoção de DIU (dispositivo intrauterino que funciona como anticoncepcional) e também mamografia. O atendimento é por ordem de chegada.

Outra pessoa que estava na fila para atendimento é a vigilante Aurilene da Cruz, de 45 anos, essa é a primeira vez que ela participa de um atendimento médico promovido pelo Sesc e está muito contente com essa iniciativa. "Essa ação é muito boa! Não é todo mundo que tem acesso a rede médica particular. Vou aproveitar e fazer os exames de prevenção", afirma a vigilante.

Caravana oftalmológica

O gerente das unidades móveis do Sesc-DF, André Abreu, está satisfeito com a ação e garante que o morador do Distrito Federal será atendido regularmente. A Caravana Oftalmológica foi inaugurada em março deste ano e já possui um calendário definido para futuros atendimentos. " Neste começo temos um grande volume de pessoas buscando atendimento oftalmológico, pois a van foi inaugurada a pouco tempo", explica Abreu.

"É muito gratificante o atendimento que o Sesc tem feito para as comunidades. Essa campanha em Ceilândia tem um grande impacto porque é uma cidade com uma grande população. E quanto maior o número de pessoas maior a necessidade de atendimento. Nosso atendimento está diretamente ligado ao nosso objetivo que é o bem estar da comunidade", conclui o gerente das unidades móveis do Sesc-DF.

SERVIÇO

- **A Caravana do Sesc ficará no Estacionamento da Administração de Ceilândia (QNM 13) até hoje, das 8h até às 16h. As senhas de atendimento serão distribuídas aos interessados nos serviços de saúde, partir das 8h.**

LUÍS NOVA/JORNAL DE BRASÍLIA

Após sair da Ceilândia, a Caravana vai para o Sesc de Taguatinga Sul e ficará no local nos dias 16 e 19. Depois irá para o Parque da Cidade para oferecer todos os serviços no aniversário de Brasília, em 21 de abril.

Parceria importante na cidade

"Em parceria, o Senac e o Sesc estão atuando com suas carretas de atendimento aqui na Administração de Ceilândia até hoje. Essa parceria é de suma importância para a comunidade que precisa desses atendimentos e tem dificuldade de conseguir de outra maneira. Agradecemos todos os parceiros que somam com o Governo do Distrito Federal nessa luta em oferecer o melhor para nossa comunidade.", ressaltou o administrador regional de Ceilândia, Dilson Resende de Almeida.

EPIDEMIA

DF tem 235 óbitos por dengue

Outras 43 mortes são investigadas. Ao todo, já são 218.355 notificações da doença neste ano.

CAROLINA FREITAS
redacao@grupojbr.com

O Boletim Epidemiológico de Dengue divulgado ontem pela Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES-DF) revela que a capital federal registrou 235 mortes pela doença em 2024. De acordo com o relatório, outros 43 óbitos estão em investigação e, ao todo, foram notificados, apenas este ano, 218.355 casos de dengue no DF. Outros 206.264 casos ainda estão sob investigação.

Em relação ao boletim anterior, divulgado no começo da semana, houve um aumento de 30 casos de morte pela doença. Desde o início da epidemia de dengue no DF, já ocorreram altas maiores de óbitos de dengue, sendo a maior diferença entre a semana epidemiológica 11 e 12, onde foram registradas 41 falecimentos por dengue na capital federal. Apenas esta semana, 16.961 pessoas tiveram casos confirmados de dengue.

Alguns dados divulgados pela Secretaria são diferentes aos disponíveis no painel de arboviroses no site do Ministério da Saúde. Diferente da SES, o MS registrou até o momento 207.843 casos prováveis de dengue no DF e 59 óbitos estão em investigação. Na quarta-feira, o boletim diário da pasta contava com 234 mortes de dengue, mas ontem, o número saltou para 235 - similar ao da SES.

Dentre as regiões administrativas (RAs), as que apresentam os maiores casos prováveis de dengue até o momento são: Ceilândia (27.426), Samambaia (12.192), Santa Maria (11.933 casos), Taguatinga (10.388) e Sol Nascente/Pôr do Sol (8.583). Apenas essas cinco cidades concentram 34,20% dos casos da doença no DF.

Em 2024, foram notificados 6.841 casos de dengue com sinais de alarme no DF e 290 casos graves. Dos casos prováveis da doença, 98% são de residentes da capital federal, mas alguns são de pessoas que foram notificadas no DF, mas residem em outros estados como: Goiás (3.906 casos), Minas Gerais (77), São Paulo (48) e Bahia (22 casos).

As mulheres, até o momento, são as mais afetadas pela dengue, 6.783,7 casos por 100 mil habitantes. O grupo etário com maior incidência de casos prováveis da doença está na faixa etária de 20 a 29 anos com incidência de 7.355,7 casos por 100 mil habitantes, seguido pelos grupos etários de 50 a 59 anos e 15 a 19 anos, com 7.040,3 casos por 100 mil habitantes e 6.948,3 casos por 100 mil habitantes, respectivamente.

Nova tenda no Guará

A vice-governadora Celina Leão acompanhou, na manhã de ontem, o início dos atendimentos na nova tenda de acolhimento aos pacientes com dengue no Guará. A nova unidade, inaugurada nessa quinta-feira, funcionará 24h em frente à Unidade Básica de Saúde (UBS) da região administrativa. O Governo do Distrito Federal (GDF) deve inaugurar, ainda este mês, outras dez tendas.

A previsão é que a tenda do Gama, no estacionamento doHospital Regional (HRG) da cidade, seja inaugurada hoje. A unidade do Paranoá, no estacionamento do Hospital da Região Leste (HRL), será entregue amanhã. As demais tendas de Planaltina, Plano Piloto, Vicente Pires, Taguatinga, Águas Claras, Ceilândia, Samambaia e Varjão devem ser entregues até o dia 21 de abril.

LÚCIO BERNARDO JR./AGÊNCIA BRASÍLIA

Celina Leão destacou que "essa entrega é um reforço à nossa saúde"

As novas tendas surgem como resposta do GDF para desafogar os atendimentos nos hospitais, Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) e Unidades Básicas de Saúde (UBS) do DF. A tenda do Guará tem capacidade de atender 150 pacientes por dia e conta com consultórios, espaço de triagem, salas de medicação, sala de hidratação, laboratório e sala de espera, além de aparelhos de ar-condicionado para climatização do ambiente.

O atendimento nas novas tendas será feito pela empresa que venceu o edital de chamamento público divulgado pelo GDF. Cada unidade contará com um coordenador, três médicos (entre esses, um pediatra), um enfermeiro, dois técnicos de enfermagem, dois técnicos de laboratório, um especialista em laboratório (biomédico ou farmacêutico bioquímico), dois apoios administrativos, um farmacêutico, além de pessoal de limpeza e de segurança.

Na visita à tenda do Guará, a vice-governadora, Celina Leão, falou sobre a importância do atendimento 24h para desafogar o sistema público de saúde do DF: "Essa entrega é um reforço à nossa estrutura básica de saúde. Temos aqui uma tenda mais robusta, acredito que a crise de dengue pede uma robustez no atendimento. A principal novidade é que estamos colocando três tendas, das 11 no total, para atendimento noturno. O atendimento 24h nas tendas vai proporcionar que os hospitais e UPAS priorizem os atendimentos que não são de dengue, além disso diminuirá o tempo de espera e o risco da letalidade do vírus".

"Ainda temos semanalmente uma notificação em torno de seis mil casos, e os pacientes com sintomas de dengue contarão com mais 11 pontos de atendimento até 21 de abril. Estamos tendo todo um processo de transparência na instalação dessas tendas, com um processo de chamamento público. Nós tivemos um certame na qual uma empresa foi vencedora. Serão três tendas 24h, a do Guará, Gama e Paranoá, as demais funcionarão de 7h às 19h".

O diretor médico das tendas, Clauber Lourenço, afirmou que todas as unidades dispõem de profissionais de qualidade e capazes de realizar um atendimento de eficiência: "Nas tendas temos equipes médicas e de enfermagem qualificadas, além de laboratórios. Somos uma equipe realmente com uma estrutura de saúde, o que é diferente é apenas a estrutura que é uma tenda. Mas as pessoas que vierem vão se surpreender porque é uma estrutura climatizada, com conforto e com a mesma qualidade de um hospital".

"Estamos dando um apoio ao atendimento de dengue, na qual a secretária de Saúde, Lucilene, entendeu ser necessário. Com os atendimento nas tendas, as outras unidades de saúde terão mais vagas para atender as outras patologias. Temos aqui um acolhimento do paciente, classificação de risco e atendimento médico, além disso temos um laboratório que faz o exame e apresenta resposta em até 10 minutos", acrescentou Lourenço.

ELON MUSK

Dois pesos e duas medidas

Bilionário cumpriu ordens de remoção de conteúdo do X fora do Brasil sem acusar censura

Apesar de o bilionário Elon Musk se definir como um "absolutista da liberdade de expressão" e ter protestado contra o que definiu como "tanta censura" do ministro Alexandre de Moraes, o empresário tem cumprido, sem reclamar, centenas de ordens de remoção de conteúdo vindas dos governos da Índia e da Turquia.

Na Índia, o X (ex-Twitter) removeu links para o documentário da BBC "Índia: A questão Modi" após determinação do governo do primeiro-ministro Narendra Modi, no ano passado. O documentário retrata o papel de Modi em um massacre de quase mil muçulmanos no estado de Gujarat, em 2002. Modi governava o estado e é acusado de omissão.

"Vídeos compartilhando a propaganda hostil da BBC World e lixo anti-Índia, disfarçados de 'documentário' no YouTube, e tuítes compartilhando links para o documentário da BBC foram bloqueados sob as leis e regras soberanas da Índia", disse na época Kanchan Gupta, assessor do Ministério de Informação e Radiodifusão da Índia. Ele acrescentou que tanto o YouTube quanto o Twitter, já sob o comando de Musk, tinham cumprido a ordem.

Indagado três meses depois sobre as publicações removidas pelo X, Musk afirmou que não poderia descumprir as leis do país - ao contrário do que prometeu fazer no Brasil sobre liberar contas bloqueadas pelo Supremo Tribunal Federal.

"As regras na Índia sobre o que pode aparecer nas redes sociais são muito estritas e nós não podemos violar as leis do país", disse, em entrevista em abril de 2023.

A Índia tem visto uma crescente erosão na liberdade de expressão sob o governo do primeiro-ministro Modi, da direita fundamentalista hindu.

Nos últimos meses, o X tem removido sistematicamente publicações contrárias ao governo e banido contas de jornalistas críticos na Índia. Em outubro, por exemplo, bloqueou as contas de dois grupos de defesa de direitos humanos com sede nos EUA - o *Hindus for Human Rights* (Hindus pelos Direitos Humanos) e o *Indian American Muslim Council* (Conselho Muçulmano Indo-Americano), críticos a Modi.

Não há números exatos, pois a empresa deixou de publicar relatórios sobre contas suspensas por decisão judicial desde que foi comprada por Elon Musk em 2022.

De 2012 a 2022, o Twitter publicou dados semestrais detalhados por país sobre pedidos de informação por parte de governo e exigências legais para remover ou reter conteúdo. O relatório mais recente foi divulgado em 28 de julho de 2022, com dados do segundo semestre do ano anterior.

Turquia

O bilionário tampouco protestou contra pedidos de remoção na Turquia, outro país com governo autocrático de direita. Lá, o X restringiu o alcance de centenas de tuítes por ordem do governo de Recep Erdogan nas vésperas da eleição presidencial de 2023.

Em resposta às críticas de um jornalista sobre a restrição de alcance das publicações, Musk disse, pelo X: "A escolha é estrangularem completamente o Twitter ou limitar acesso a alguns tuítes. O que você prefere?".

Além disso, Musk processou a organização *Center for Countering Digital Hate* (CCDH, centro para combate ao ódio digital) por causa de um estudo que apontava alta no faturamento com anúncios ligados a discurso de ódio após a compra da plataforma pelo empresário. No fim de março, um juiz da Califórnia arquivou a ação, afirmando se tratar de uma tentativa de Musk de silenciar seus críticos. "Essa ação é uma tentativa de punir os réus por causa de seu discurso", disse o juiz Charles Breyer.

Ao jornal *Folha de S.Paulo* o presidente do CCDH, Imran Ahmed, afirmou: "Elon Musk se vende como um herói da liberdade de expressão, mas ele moveu uma ação para silenciar minha organização quando fizemos uma pesquisa sobre discurso de ódio na plataforma e determinamos que esse tipo de conteúdo explodiu após ele assumir o X". Segundo Khan, Musk "é um hipócrita e um valentão, e não o paladino defensor da Constituição que ele diz ser" (*Da Folhapress*).

SERGEI GAPON/AFP

Sem reclamar, Musk cumpriu ordens de remoção de conteúdo vindas dos governos da Índia e da Turquia

SAIBA MAIS

» **Uma reportagem do site Rest of the World mostrou que, entre 27 de outubro de 2022 e 26 de abril de 2023, o X recebeu 971 pedidos de governos e sistemas judiciais para remover conteúdo, contas ou fornecer informações privadas de perfis.**

» **O X cumpriu 808 deles - uma taxa de mais de 80%. Antes disso, a taxa de cumprimento de ordens de governos pelo X estava em cerca de 50%, segundo a Rest of The World. Procurada, a assessoria de imprensa do X não respondeu.**

GOVERNO X CONGRESSO

Fúria: Lira diz que Padilha é incompetente

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), elevou o tom das críticas contra o ministro Alexandre Padilha, da Secretaria de Relações Institucionais, e afirmou ontem que o petista é seu "desafeto pessoal" e "incompetente".

As declarações foram dadas à imprensa em um evento do agronegócio no Paraná, um dia após o plenário da Câmara ter aprovado a manutenção da prisão do deputado federal Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), suspeito de ser um dos mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL).

Lira foi questionado por jornalistas sobre a tese de que ele teria saído enfraquecido após a votação na quarta-feira. A avaliação de parlamentares é que o presidente da Casa saiu enfraquecido, uma vez que seus principais aliados encabeçaram as articulações pela derrubada da detenção.

"Essa notícia hoje, que você está tentando verbalizar, porque os grandes jornais fizeram, foi vazada do governo e basicamente do ministro Padilha, que é um desafeto, além de pessoal, incompetente. Não existe partidarização, eu deixei bem claro que ontem a votação é de cunho individual, cada deputado é responsável pelo voto que deu. Não tem nada a ver", disse Lira.

Desde o fim do ano passado, Lira tem criticado a atuação de Padilha, que é o principal articulador do Executivo no Congresso Nacional. Ele chegou a levar essas queixas ao próprio presidente Lula e a indicar que, sem a troca do ministro, a pauta do governo na Câmara não avançaria.

Desde então, o diálogo entre os dois foi rompido. Lira, agora, trata diretamente com o ministro da Casa Civil, Rui Costa, após acordo firmado com Lula.

Em fevereiro, em um sinal de pacificação, Lira e lideranças da Câmara foram recebidos pelo presidente Lula no Palácio da Alvorada. O encontro contou com a participação de Padilha. No entanto, a relação permaneceu tensa entre os dois.

Nessa quinta-feira, Lira também criticou o que considera "vazamento" do governo federal à imprensa, classificando isso como "lamentável". "É lamentável que integrantes do governo interessados na estabilidade da relação harmônica entre os Poderes fiquem plantando essas mentiras, essas notícias falsas que incomodam o Parlamento. E depois, quando o Parlamento reage, acham ruim", disse Lira.

Segundo relatos de líderes da Casa feitos à reportagem, Lira se incomodou com o que considerou uma interferência do Executivo na votação na Câmara no caso da prisão de Brazão. A interlocutores ele teria se queixado especificamente de declarações públicas de Padilha de que o governo orientaria sua base pela manutenção da detenção.

Um aliado do presidente da Câmara afirmou ainda que Lira deverá reagir nos próximos dias para dar um recado ao governo (*Da Folhapress*).

doALTOdaTORRE

Eduardo Brito
edubrito.252525@gmail.com

FESTA ENTRE TRIBOS DIFERENTES

RENATO ALVES/ AGÊNCIA BRASÍLIA

No palanque em que o presidente Lula lançou nesta quinta-feira a pedra fundamental do Instituto Federal de Brasília no Sol Nascente tinha mais gente do Buriti do que do PT (*foto*). Ele foi recebido pelo presidente da Câmara Legislativa, Wellington Luiz, e pelo deputado Rafael Prudente. O governador Ibaneis Rocha não apareceu, mas Lula ficou ao lado da vice Celina Leão e do ministro da Educação, Camilo Santana. A bancada do PT não estava ausente, com Érika Kokay, Chico Vigilante, Ricardo Vale, o presidente regional Jacy Afonso, e mais o distrital Max Maciel, do PSOL. Os espaços não estavam lotados, mas houve um princípio de vaia quando Celina começou a falar. Lula foi elegante. Levantou-se e ficou ao seu lado durante a fala. A vice disse que pretendia "trazer aqui o registro do governo do Distrito Federal na capacidade da gente representar a capital da República, que é a capital da democracia" e acrescentou que "a gente realmente precisa de todo o apoio que o governo federal vier a dar a nós".

Não vê como favela

Distante 30km do centro da capital e com mais de 87 mil habitantes, o Sol Nascente costuma ser apontada como uma das maiores favelas do Brasil depois que o IBGE revelou que a região superou a comunidade da Rocinha, no Rio de Janeiro (RJ), em quantidade de casas e moradias. Mas Lula fez questão de dizer que não estava em uma favela e que o Sol Nascente é uma cidade. "Não tem nada a ver com aquilo que a gente conhece de favela de outras cidades. Isso aqui, eu posso dizer para vocês, é muito melhor que muitos bairros de classe média baixa em São Bernardo do Campo, em São Paulo. Eu, sinceramente, imaginava que ia encontrar um lugar feito de pedaço de madeira, de zinco, sem rua, sem nada. Estou numa cidade", destacou. Afirmou ainda que pretende retornar à obra para ministrar uma aula inaugural, "no máximo, um ano". O campus integra as 100 novas unidades de ensino que Lula pretende entregar até o fim do mandato.

Uma federação que mexe com o Distrito Federal

Aceleraram nesta semana as conversas entre uma federação partidária que, se concretizada, mexerá profundamente na sucessão brasiliense e, por isso mesmo, começa a ter discussões mais sérias na capital. Uniria o PP ao Republicanos e já está em gestação desde o início do ano. De início, deveria centrar-se no União Brasil que, com 58 deputados federais, é a maior das três legendas, mas a conflagração interna praticamente inviabilizou as conversas. A verdade é que o União Brasil é visto, hoje, como incerto e não confiável. Já entre PP e Republicanos o entendimento se tornou muito mais viável. O problema está menos nas eleições municipais, pois as coligações já se estruturam, e mais na sucessão da Câmara dos Deputados, em que o presidente Arthur Lira, que deixa o cargo, é do PP, e seu vice Marcos Pereira, é do Republicanos. Isso, aliás, ainda não significa que eles estão do mesmo lado na jogada. De qualquer forma, se essa federação sair, somará 92 deputados, ficando logo abaixo do PL, o maior com 95. E ficaria ainda bem acima da federação encabeçada pelo PT, a única realmente fiel ao Planalto, que reúne 81 deputados. Mas a unidade da Federação mais afetada pela jogada é o Distrito Federal.

Quem está na jogada

O que mexe com os brasilienses é que, por incipientes que ainda sejam as pesquisas, todas mostram a vice-governadora Celina Leão, do PP, e a senadora Damares Alves, dos Republicanos à frente na corrida para o Buriti. Cada uma delas tem mais que o dobro das intenções de voto de eventuais terceiros colocados. Ao longo dos dois últimos anos, em especial após terem trabalhado juntas pela reeleição do então presidente Jair Bolsonaro, as duas reafirmam sua intenção de ficarem juntas na sucessão brasiliense, o que costuma ser referendado também pela aliada Michelle Bolsonaro. Mas, a dois anos e meio da eleição inexistem certezas de cumprimento de qualquer compromisso. Se ratificada a federação entre PP e Republicanos, porém, estarão forçadas a partilhar o mesmo barco, salvo hipótese de uma delas deixar a nova agremiação. Houve uma mostra disso no próprio Distrito Federal quando a federação PSDB-Cidadania fez valer estatutos que favoreciam os tucanos e, mesmo sendo presidente regional da legenda, Paula Belmonte foi forçada a ceder a cabeça de chapa ao senador Izalci Lucas.

2026 já começou

LUIZA FIGUEIREDO

Em crise com o Cidadania há um bom tempo, a distrital Paula Belmonte confirmou: está já pensando em 2026 e buscando novos rumos. Mesmo sem uma nova definição partidária – mas preservando as intenções de disputar eleição majoritária – começou a costurar alianças. Um parceiro nessa nova caminhada já tem nome: o advogado, professor e radialista Paulo Roque, ex-Partido Novo. Ele esteve no gabinete da distrital (*foto*) para empreender um compromisso de seguirem o mesmo projeto político daqui em diante. "Paula sempre foi uma política de propósitos e com certeza vamos caminhar no mesmo grupo político", antecipou Roque. Ele já disputou o Senado e alcançou um bom desempenho. Nas eleições passadas deixou o Partido Novo. Paula Belmonte já foi deputada federal e tentou uma candidatura ao Buriti, mas entrou em conflito com o Cidadania e preferiu a segurança de uma eleição para distrital.

Um pouco de música

DIVULGAÇÃO

O Teatro Levino Alcântara, na Escola de Música de Brasília, lotou com alunos, professores, autoridades, músicos e uma plateia eclética que prestigiaram a sessão solene em homenagem aos 60 anos da instituição. O evento, proposto pela presidente da Comissão de Assuntos Sociais da Câmara Legislativa, a distrital Dayse Amarilio (*foto*), teve muita música e homenagens. Ao lado do secretário de Cultura, Cláudio Abrantes, Dayse, que é enfermeira obstetra e servidora pública há 23 anos, disse acreditar que a música é sem sombra de dúvidas uma grande aliada na prevenção do adoecimento e da promoção à saúde. "Sabemos que há estudos científicos que demonstram que ouvir música, tocar ou cantar está associado ao bem dos indivíduos e vimos isso na pandemia. Na pandemia a música foi um grande facilitador de saúde mental. Além disso, a música tem o poder de conectar as pessoas, de transformar o ambiente onde estamos".

ESPLANADA

Leandro Mazzini
Com Walmor Parente, Carol Purificação e Isabele Mendes
reportagem@colunaesplanada.com.br

LISTA SUJA

Referência internacional na produção e exportação de soja, o Brasil produziu mais de 299 mil toneladas do grão somente nos meses de janeiro e fevereiro deste ano, segundo dados do IBGE. Apesar do avanço tecnológico e social, o trabalho escravo ainda ocupa espaço no agronegócio. Os três maiores produtores de soja do país (Mato Grosso, Paraná e Goiás) somam juntos 781 trabalhadores em situação análogas à de escravidão, aponta levantamento da Coluna com base na lista suja (cadastro de empregadores do Ministério do Trabalho e Emprego). Na edição deste ano, um total de 248 empregadores foram adicionados ao cadastro, representando o maior número de inclusões já registrado na história.

Jabuti?

Aprovada na Câmara dos Deputados, a mudança no arcabouço fiscal que permitirá ao governo antecipar R$ 15 bilhões em despesas terá tramitação célere no Senado, garantiu aos líderes governistas o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). A oposição quer travá-lo com o argumento de que a mudança partiu de um "jabuti" no projeto que retoma o seguro obrigatório de veículos terrestres (DPVAT).

Brazão cercado

O cerco começou a se fechar também para o conselheiro Domingos Brazão, após a Câmara manter a prisão de Chiquinho. Ambos são acusados de serem os mandantes da morte da vereadora Marielle Franco. O Diretório Estadual do Novo no RJ protocolou representação no MP Estadual para que seja ajuizada ação cível de perda de cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado – contra Domingos Brazão.

Novo cangaço

Após o assalto a banco e ataque a carros-fortes em SP, deputados cobram celeridade na votação da Lei do Novo Cangaço (PL 5365/20). O texto torna hediondo o crime de domínio de cidades e estacionou no Senado. Para o deputado Coronel Telhada (PP-SP), "os incidentes em São Pedro e Piracicaba são um alerta para a urgência de medidas eficazes".

Voto incerto

Em Guarujá (SP), os eleitores estão incertos sobre o voto para prefeito. Em uma primeira enquete (espontânea), 70% dos entrevistados disseram que não sabem ou não responderam. Nos cenários seguintes (estimulados), o pré-candidato Farid Madi (Podemos-SP) lidera, com 44,7% e 47,6%. Madi já foi prefeito entre 2005 e 2008. Os dados são do Instituto Paraná Pesquisas.

Deserção na base

A votação que manteve a prisão do deputado Chiquinho Brazão (sem partido-RJ) mostrou que partidos hospedados em ministérios não estão fechados completamente com o governo, que recomendou voto para a manutenção do parlamentar na cadeia. Do União Brasil, que tem três pastas, 22 deputados votaram contra a prisão; do Republicanos, que comanda um ministério, foram oito votos.

ESPLANADEIRA

- # Rei do Pitaco marcou presença no evento Ambição 2030, em SP. # Cadastra compra um dos líderes VTEX Maeztra. # Conexão do Futuro leva alunos para disputar Circuito Regional Escolar de Xadrez, dia 13, em Saquarema (RJ). # Município de Cruzeiro (SP) foi reconhecido como Capital da Revolução Constitucionalista de 1932. # CNseg: Seguro Prestamista arrecadou R$ 1,5 bilhão em janeiro. # Itaú Social destinou R$ 24,5 mi para realização de projetos educacionais.

ALERTA PARA LULA

Caiado alcança 86% de aprovação em Goiás

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), tem seu governo aprovado por 86% dos eleitores do estado atualmente. Enquanto isso, 12% desaprovam a gestão. Apenas 2% dos eleitores goianos não souberam ou não responderam. Os dados são da pesquisa Genial/Quaest realizada entre os dias 4 e 7 de abril. O índice de aprovação de Caiado, que é declarado pré-candidato à Presidência da República em 2026, é superior aos dos governos de São Paulo e Minas Gerais, também avaliados na pesquisa.

Segundo o levantamento, 70% dos eleitores de Goiás apontam que o governo estadual faz um trabalho positivo. Por outro lado, 22% veem como regular e 6% citam como negativo. São 2% os que não souberam ou não responderam a essa questão.

A área com melhor resultado no governo Caiado, entre as avaliadas pelos eleitores na pesquisa, é a segurança pública. Para 69% dos goianos, o trabalho no setor é positivo. Outros 21% dizem que é regular e 10% apontam como negativo. O governo também é bem avaliado na educação (67% positivo, 25% regular e 8% negativo). Na sequência vêm geração de emprego e renda (62% positivo), habitação (59% positivo), infraestrutura e mobilidade (55%) e saúde (53%). A área com a pior avaliação é o transporte público, apontada como positiva por 43% dos eleitores de Goiás, regular por 34% e negativa por 23%.

Os goianos, em sua maioria, consideram que o estado se encontra em melhores condições, comparado a outras unidades federativas. São 74% os que pensam assim. Já 15% acham que está pior.

Quando perguntados se acham que Goiás está melhorando ou piorando, são 62% os que apontam a primeira opção e 10% os que apontam a segunda. Além disso, 26% acham que está igual a antes

A avaliação da economia em Goiás é de que há melhora para 35% dos eleitores, que está igual para 39% e que piorou para 21%. Em comparação, 24% dos goianos acham que a economia do Brasil melhorou, 28% acham que ficou igual e 45% apontam que piorou. Os que não souberam ou não responderam são 3%.

O presidente Lula tem 49% de aprovação e 50% de desaprovação no estado. Foram ouvidos 1.127 eleitores, por meio de entrevistas presenciais em 47 municípios goianos.

RAFA NEDDERMEYER/AGÊNCIA BRASIL

Área com melhor resultado (69%) no governo Caiado, entre as avaliadas pelos eleitores, é a segurança pública

Tarcísio e Zema

Os governos de Tarcísio de Freitas (Republicanos), em São Paulo, e Romeu Zema (Novo), em Minas Gerais, possuem 41% de avaliação positiva em seus estados, segundo a Genial/Quaest divulgada ontem.

O chefe do Executivo paulista tem, ainda, 35% de opiniões regulares e 16% de negativas, além de 8% que não sabem ou não quiseram responder. Já o mineiro registra 34% de avaliação regular e 18% de negativas, além de 7% que não sabiam ou não responderam.

A empresa de consultoria e pesquisa entrevistou presencialmente 1.656 eleitores com 16 anos ou mais em São Paulo e 1.506 em Minas.

Segundo o levantamento, a situação do governo Lula perante a opinião pública é mais delicada que a dos governadores. Em São Paulo, o petista possui 32% de avaliação positiva, ante 37% de considerações negativas e 29% de regulares. Não opinaram 2%.

Entre os mineiros, são 34% os com opiniões positivas sobre a administração petista, contra 35% dos com avaliação negativa, e 30% entre os regulares. Não souberam ou não quiseram opinar 1%.

Os números são parecidos dos auferidos nacionalmente pela empresa de consultoria e pesquisa na avaliação do presidente, feita em março. À época, Lula possuía no país 35% de opiniões positivas, além de 34% entre os com considerações negativas, 28% entre os regulares e 3% que não opinaram.

Assim como Caiado, Tarcísio e Zema são cogitados como possíveis presidenciáveis do campo da direita em 2026, já que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) está inelegível por decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Os dois governadores são apoiadores do ex-mandatário e estiveram com ele em manifestação na avenida Paulista, em fevereiro (*Da Agência Estado e Folhapress*).

CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. – ELETROBRAS ELETRONORTE
CNPJ Nº 00.357.038/0001-16

1- MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Gostaria de compartilhar o resultado do primeiro ano de operação do novo modelo de governança e negócios da Eletrobras Eletronorte. Acreditamos que tudo o mais que a Companhia faz se subordina a uma cultura de alta performance, pautada pela segurança das pessoas, ativos e do meio ambiente, o que é inegociável.

O CAPEX do Grupo Eletrobras atingiu R$ 9 bilhões, um crescimento superior a 60% em relação a 2022 e quase o dobro em relação a 2021. Estamos concluindo projetos importantes com as obras da linha de transmissão Manaus-Boa Vista com investimento total de R$ 3,3 bilhões e o parque eólico de Coxilha Negra, o maior investimento em geração da Companhia de cerca de R$ 2,1 bilhões, composto por 72 aerogeradores e com 302,4 MW de capacidade instalada, já iniciou a operação em fase de testes. Além disso temos 199 empreendimentos de transmissão de grande porte em implantação, prevendo mais R$ 7,0 bilhões em CAPEX até 2027.

Com a nossa capacidade de investimentos ampliada, participamos de forma ativa do calendário de leilões de transmissão do setor em 2023. No leilão de junho, fomos o único participante que fez lances nos noves lotes, sempre de forma competitiva e com disciplina de capital. Da mesma forma, nos próximos leilões, as decisões de investimento considerarão sempre o planejamento estratégico, sinergias e a criação de valor, com os retornos adequados para o risco de execução de cada lote, garantindo que o conjunto dos nossos ativos continue sendo de alta qualidade, contribuindo para uma efetiva transição energética e para o desenvolvimento da infraestrutura do país.

O ano passado foi marcado pelo avanço significativo no processo de simplificação da estrutura societária. Destaque para a conclusão de transações importantes como a consolidação de 100% de Teles Pires. Em 26 de setembro de 2023 ocorreu o fechamento do contrato de Ações e Outras Avenças entre a Eletronorte e a Neoenergia S.A., tendo sido praticados os atos necessários pelas partes, incluindo a transferência da Neoenergia S.A. para Eletronorte das: (i) ações ordinárias representativas de 50,56% do capital social total e votante da Teles Pires Participações S.A; (ii) ações ordinárias representativas de 0,9% do capital social total e votante da Companhia Hidrelétrica Teles Pires; e (iii) Pagamento da importância de R$ 454 milhões. Como parte da negociação a Eletronorte fez a cessão de 49% da EAPSA (UHE Dardanelos) e participações residuais na Neoenergia Afluente T, Neoenergia Coelba e Neoenergia Cosern.

Outro destaque, foi a integralização de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC). Em 31 de dezembro de 2022, o montante de AFAC era de R$ 8,829 bilhões. Em 31 de maio de 2023 houve a conversão residual de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, em Capital Social da Eletrobras Eletronorte, no valor de R$ 6,829 bilhões, conforme realização da AGE da Eletrobras Eletronorte, passando o capital social para R$ 20,336 bilhões. Adicionalmente foi emitido debêntures simples *intercompany* pela Eletrobras Eletronorte no valor de R$ 2,0 bilhões formalizando a conversão do saldo de AFAC em dívida.

A melhoria da alocação de capital está sendo implementada através da gestão de portfólio dos ativos, destacando-se o início do processo de venda de térmicas a gás do Grupo Eletrobras, iniciativa que materializa o compromisso de sermos uma empresa com matriz de geração 100% renovável. O Grupo Eletrobras quer ser referência e líder reconhecido na transição energética.

Os resultados financeiros ano de 2023 da Eletrobras Eletronorte mostraram a busca pela disciplina de capital e pela maior eficiência de custos e despesas, seguindo as orientações da Holding. As despesas de pessoal, material, serviços e outros (PMSO) tiveram uma redução de 26% em relação a 2022. O EBITDA cresceu 53% e totalizou R$ 4,934 bilhões e o lucro líquido anual atingiu R$ 645 milhões, uma redução de 69% em relação a 2022, em função principalmente, do aumento da Variação Monetária e do aumento dos Encargos de Dívidas, decorrente do aumento dos encargos das dívidas e encargos decorrentes da capitalização da Eletrobras em virtude das novas obrigações com CDE e projeto de revitalização das bacias hidrográficas (Lei n° 14.182/2021), além do reconhecimento das provisões da Amazonas Energia, UHE Samuel, Norte Energia S.A. e a reversão da Transnorte neste período.

No contexto Eletrobras Eletronorte, a disciplina financeira e a alocação de capital possibilitaram a proposta de distribuição de Juros sobre o Capital Próprio - JCP no valor de R$ 788 milhões.

Ao mesmo tempo, temos avançado na construção do Grupo Eletrobras do futuro. Os pilares da nossa visão são três: cultura e segurança, clientes e uma atuação empresarial responsável. Esses são os valores sobre os quais a Eletrobras construirá uma empresa perene, resiliente, engajada e capaz de entregar valor para a sociedade e seus acionistas.

O mercado de energia tem passado por constantes mudanças. A comercialização de energia dentro do Grupo Eletrobras no ambiente de mercado livre ganhou tração e será acelerada em 2024. Somente nos meses de janeiro e fevereiro, cerca de 3.900 consumidores migraram para essa modalidade. Estamos construindo uma Companhia voltada para o atendimento do cliente. Nesse contexto é fundamental que sejamos uma empresa orientada ao mercado, que desenvolve soluções adaptadas as suas demandas e alinha seus processos para expandir constantemente a sua base.

O Grupo Eletrobras avançou na estruturação da área de comercialização de energia, que agora atua no mercado de forma integrada e coordenada pela *holding* e possui um ciclo de comercialização anual com base em metas e diretrizes de aprovação da estratégia, nível de contratação dos ativos, decisões orçamentárias e de planejamento. O Grupo chegou a uma base de cerca de 400 clientes no mercado livre, desse total, cerca de 270 representam consumidores finais, um avanço de 484% quando comparado aos 46 consumidores finais de 2022. Num cenário de melhora dos preços de energia, como o que se desenha atualmente, o impacto dessas iniciativas deve ser ainda mais visível nos resultados da Companhia.

Estamos comprometidos em promover a transformação cultural do Grupo Eletrobras. Ao longo de 2024, a atração de novos talentos, a valorização daqueles que estão conosco e a garantia que temos um time engajado, aliado à melhoria constante dos indicadores de segurança serão as prioridades na pauta de pessoas.

A responsabilidade em cuidar do planeta segue como foco das ações ESG. Em 2023, o Grupo Eletrobras continuou tendo suas práticas reconhecidas – permanecemos no *S&P Global Sustainability Yearbook 2024* pelo 4º ano consecutivo, estamos no Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 e avançamos para a categoria de *Leadership* nas dimensões de *Climate Change e Water Security* do CDP. Mas o compromisso é incorporar a visão ESG na tomada de decisões de negócio. Isso já se materializa, por exemplo, com o fortalecimento das relações com comunidades e povos indígenas.

Destaque para aprovação pelo Conselho de Administração das diretrizes estratégicas para o hidrogênio verde com foco em suprir a demanda elétrica da cadeia produtiva com energia limpa e renovável. O Grupo Eletrobras irá buscar estabelecer parcerias com o objetivo de aumentar a competitividade de projetos de produção de hidrogênio verde de tal forma que possamos oferecer soluções para parceiros que queiram migrar para uma matriz energética limpa. Esta estratégia nos permitirá, inclusive, aumentar o nível de eletrificação, gerando novas fontes de demanda.

O Grupo Eletrobras está preparado e animado com os desafios na jornada para criação de valor sustentável para a Eletrobras. Há muito a fazer, mas percebemos com satisfação, que todos os dias, a Eletrobras avança de forma consistente com a visão que hoje une seu Conselho de Administração e corpo executivo.

Agradecemos o apoio, dedicação e esforço dos nossos colaboradores que seguem firmes na construção da nova Eletrobras. Seguimos comprometidos em ser uma empresa segura que maximiza o retorno do capital empregado, persegue maior eficiência, maior retorno para seus acionistas, clientes e profissionais e impacta positivamente a sociedade e o planeta.

Vicente Falconi
Presidente do Conselho de Administração Eletrobras

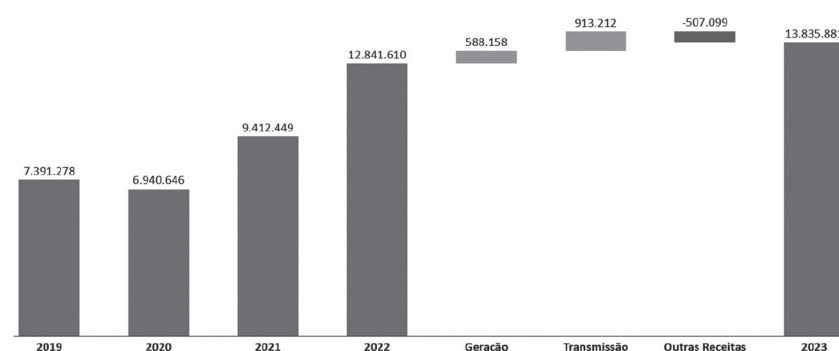
Ivan Monteiro
Presidente da Eletrobras

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO DA ELETROBRAS ELETRONORTE

I – ANÁLISE

a) Faturamento Bruto

Variação Receita Bruta 2022-2023 (R$ mil)

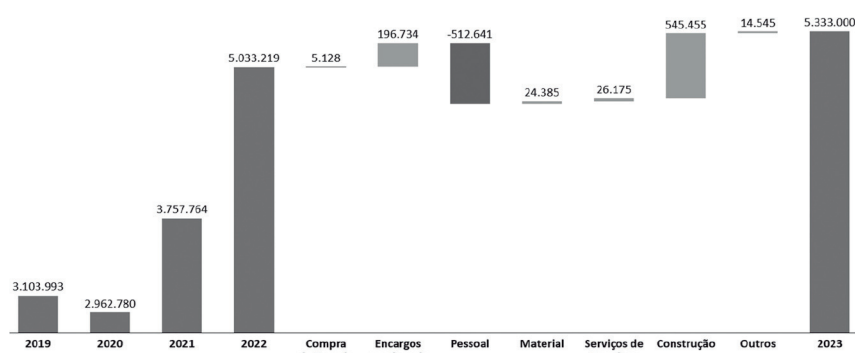
CNPJ Nº 00.357.038/0001-16
http://www.eletronorte.com.br

Na comparação com 2022, a Receita Bruta da Companhia em 2023 apresentou aumento de R$ 994 milhões, passando de R$ 12,8 bilhões em 2022 para R$ 13,8 bilhões em 2023.

A variação positiva na Geração se deve, principalmente:
(i) pelo aumento de R$ 197 milhões, equivalente à 12% na receita das UTEs Mauá e Aparecida (2022: R$ 1,626 bilhão x 2023: R$ 1,823 bilhão) devido a maiores preços contratuais (2022: R$ 616,74/MWh x 2023: R$ 679,08/MWh) por conta do reajuste de 19,14% da receita fixa da parcela inflexível (90% de IPCA e 10% do preço de venda do gás natural no mercado futuro;
(ii) pelo aumento de R$ 114,5 milhões na receita da venda do ACR (2022: R$ 413,5 milhões x 2023: R$ 528 milhões), devido a entrada em vigor dos contratos vinculado ao PRODUTO 27º LEE 2023-2024;
(iii) pelo aumento de 135% de energia comercializada no MCP 2023, equivalente a 746,11 MWmédios (2022: 553,06 MWmédios x 2023: 1.299,17 MWmédios);
(iv) pelo aumento do PLD em 30% (2022: R$ 55,7/MWh x 2023: R$ 72,17/MWh).

A variação positiva na Transmissão se deve, principalmente:
(i) aumento de R$ 553,8 milhões na receita de construção de vários contratos, com destaque para:
(a) R$ 520,3 milhões no contrato renovado 058/2001;
(b) R$ 15,1 milhões do novo contrato 013/2022 (SE Caladinho).

Na Receita de O&M, a variação de R$ 541,7 milhões se deve principalmente a:
(i) Aumento de R$ 518 milhões na receita de O&M do contrato renovado (058/2001), em razão de:
(a) aumento de R$ 401,5 milhões na receita faturada:
(a.1) reajuste de 34,5% na RAP do contrato após a Resolução Homologatória 3216/2023, com vigência a partir de julho/2023 impactando em R$ 462,4 milhões, principalmente pelo reperfilamento do componente financeiro da RBSE;
(b) aumento de R$ 485,77 milhões na receita de O&M de transmissão devido à contabilização dos valores recebidos de CDE e Proinfa em 2023. Em 2022, os valores eram contabilizados em Outras Receitas Operacionais.

A variação negativa em Outras Receitas se deve, principalmente:
(i) redução de R$ 356 milhões relativos a CDE e PROINFA, que compunham a conta de Outras Receitas em 2022 e passaram a ser alocadas em Receitas de O&M de Transmissão em 2023;
(ii) redução de R$ 43,5 milhões em serviços de O&M em razão da redução de escopo no serviço de O&M da Eletrobras Eletronorte;
(iii) redução de R$ 11 milhões em serviços de telecomunicações;
(iv) redução de R$ 11 milhões de recebimento de acordo de leniência em 2022 sem contrapartida em 2023;
(v) redução de R$ 11 milhões em outras receitas;
(vi) redução de R$ 9,5 milhões em alugueis, em razão da venda de casas das vilas residenciais.

b) Custos e Despesas
Variação Despesas Desembolsáveis 2022-2023 (R$ mil)

Na comparação com 2022, o conjunto referente às despesas desembolsáveis, compostos pelas despesas que representam saídas efetivas de caixa, apresentou aumento de R$ 300 milhões saindo de R$ 5,033 bilhões, em 2022, para R$ 5,333 bilhões em 2023.

- **A variação negativa refere-se aos seguintes fatores:**

Variação negativa dos Encargos de Uso do Sistema de Transmissão, em razão de:
(i) aumento de R$ 112,1 milhões nos encargos de transmissão;
(ii) aumento de R$ 89 milhões dos encargos da usina de Teles Pires;
(iii) redução de R$ 7,3 milhões relativos a créditos de Pasep e Cofins que compunham apenas a conta de serviços de terceiros em 2022 e em parte passaram a ser alocados em encargos, a partir de dez/2022;
(iv) aumento de R$ 2,7 milhões dos encargos de distribuição.

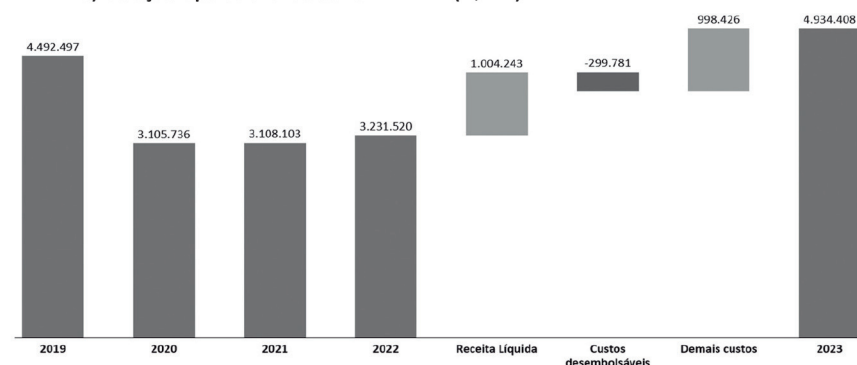
- **A variação positiva de Pessoal se deve, principalmente, em razão de:**

(i) redução de R$ 189 milhões em remunerações, em função da redução do quadro de pessoas e da melhoria no processo de alocação de pessoal em investimento, R$ 67 milhões;
(ii) redução de R$ 57 milhões em encargos, em função da redução do quadro de pessoas;
(iii) redução de R$ 23 milhões em adicionais;
(iv) aumento de R$ 16 milhões em previdência em razão do superávit atuarial ocorrido em 2022.

- **A variação negativa de Construção no valor de R$ 545,4 milhões se deve, principalmente, em razão de:**

(i) Aumento de R$ 551,6 milhões na despesa de construção de vários contratos, com destaque para:
(a) R$ 518,3 milhões no contrato renovado 058/2001;
(b) R$ 15 milhões do novo contrato 013/2022 (SE Caladinho);
(c) R$ 8,8 milhões no contrato 010/2009 (Porto Velho TE);
(d) R$ 6,6 milhões no contrato 012/2009 (ETE);
(e) R$ 2,7 milhões do contrato 007/2008 (LT São Luís II– São Luís III).

(ii) Redução de R$ 6,1 milhões na despesa de construção de vários contratos, com destaque para:
(a) R$ 3,2 milhões na despesa de construção do 004/2011 (SE Lucas do Rio Verde);
(b) R$ 2,5 milhões na despesa de construção do 001/2009 (LT Ribeiro Gonçalves–Balsas).

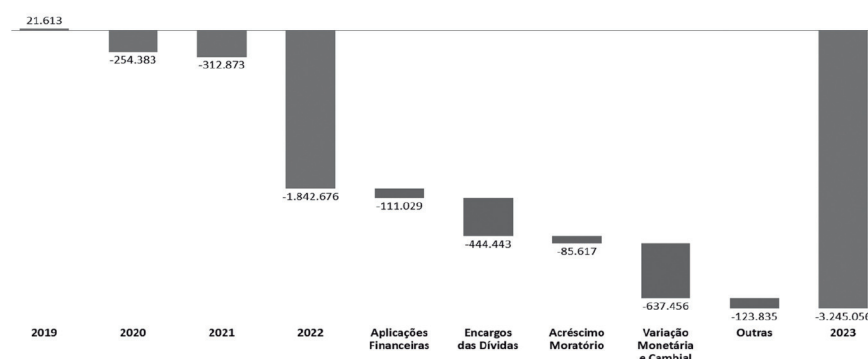
c) Geração Operacional de Caixa – EBITDA (R$ mil)

No exercício, o EBITDA apresentou aumento de R$ 1,7 bilhões, passando de R$ 3,2 bilhões em 2022 para R$ 4,9 bilhões em 2023. O aumento deve-se principalmente aos seguintes fatores:

- Receita Líquida: aumento do Faturamento conforme detalhado no item a;
- Custos e Despesas: aumento nas Despesas Desembolsáveis conforme explicado no item b;
- Demais Custos: Provisões da Amazonas Energia sofreu uma redução do acréscimo em 2023 em relação a 2022. A provisão de 2023 é composta por:

(i) Provisão de PCLD de R$ 340 milhões, sendo:
(a) Provisão de R$ 224,5 milhões referentes ao suprimento de energia corrente da Amazonas Energia em razão de reincidência de inadimplência sobretudo nos meses de novembro e dezembro;
(b) R$ 81,3 milhões referentes aos suprimentos de energia corrente de outros clientes;
(c) R$ 13,8 milhões referentes à provisão de suprimento com Roraima Energia;
(d) R$ 20,1 milhões referentes à rede básica/conexão de energia e outros.

(ii) Provisões de Contingências de R$ 162,5 milhões, sendo:
(a) Fundiários: R$ 45,9 milhões referentes a atualizações;
(b) Cíveis: R$ 45,2 milhões;
(c) Trabalhistas: R$ 33,5 milhões, devido à entrada de vários novos processos e atualização de valores;
(d) Regulatórios: R$ 29,2 milhões, com destaque para a entrada de novo processo relevante e atualizações monetárias;
(e) Ambiental: R$ 8,6 milhões, com destaque para mudança de grau de risco de remoto para provável.

(iii) Provisão de *Impairment*, de R$ 69,3 milhões;
(iv) Provisão de contratos onerosos, de R$ 8,6 milhões;
(v) Reversão de Outras Provisões de R$ 96,6 milhões, sendo:
(a) Reversão de R$ 86,2 milhões em outros, em que se destaca reversão de provisão de multa Aneel em razão de pagamento do valor devido;
(b) Reversão de R$ 10,3 milhões de GAG melhoria.

d) Resultado Financeiro
Variação Resultado Financeiro 2022-2023 (R$ mil)

O Resultado Financeiro passou de um déficit de R$ 1,8 bilhões em 2022 para um déficit de R$ 3,2 bilhões em 2023, ou seja, um aumento de R$ 1,4 bilhões. Esse resultado foi afetado principalmente pelos seguintes fatores:

- **Encargos das Dívidas:**

A variação negativa de R$ 383,6 milhões em 31 de dezembro de 2023 refere-se ao aumento dos encargos das dívidas e encargos decorrentes da capitalização da Eletrobras em virtude das novas obrigações com CDE e projeto de revitalização das bacias hidrográficas (Lei n° 14.182/2021).

CNPJ Nº 00.357.038/0001-16
http://www.eletronorte.com.br

- **Variação Monetária e Cambial:**

A variação negativa de R$ 635,6 milhões na rubrica Variação Monetária e Cambial se deve, principalmente, em razão de aumento das seguintes despesas em relação a 2022:

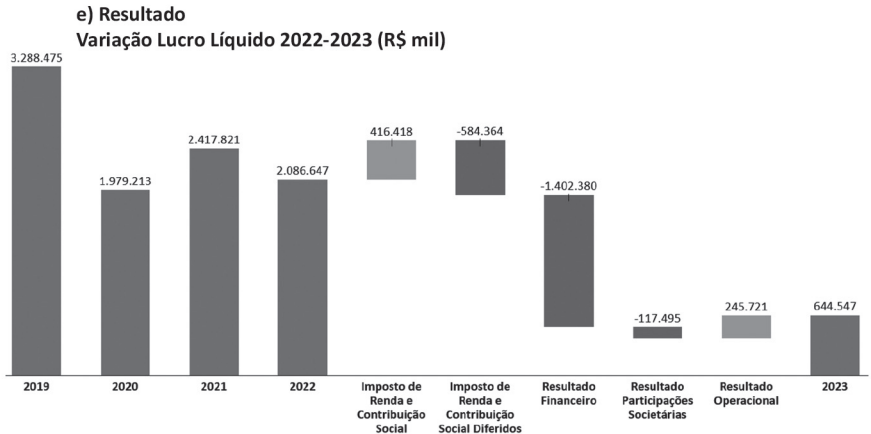
(i) R$ 452,8 milhões em função das obrigações decorrentes da Lei 14.182/21 (capitalização da Eletrobras);
(ii) R$ 29,3 milhões em encargos sobre renegociação de dívidas, principalmente junto à Eletrobras;
(iii) R$ 21,7 milhões referentes à atualização da recomposição da conta garantia Cigás;
(iv) R$ 20,5 milhões em atualização passiva sobre passivo circulante junto à Companhia Hidroelétrica do São Francisco.

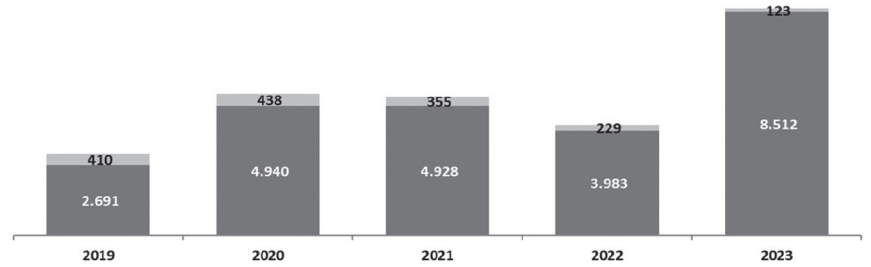
Ademais, houve redução em variações ativas, com destaque para:

(v) R$ 19,4 milhões em variações monetárias sobre outros créditos, sobretudo referentes à Declaração de Compensação de tributos (receita) ocorrida em 2022, sem contrapartida em 2023 e referente à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.
(vi) R$ 15,2 milhões sobre suprimento de energia elétrica junto à Amazonas Energia;

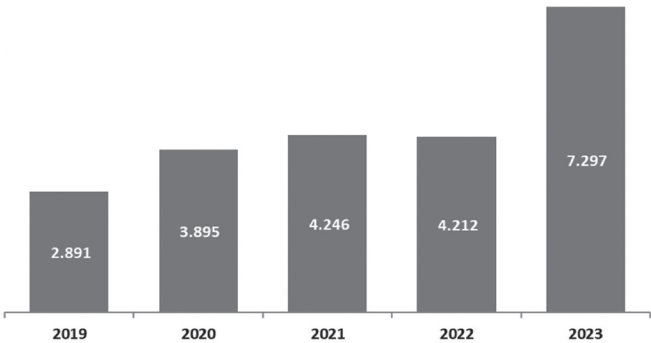
Em contrapartida, houve aumento de R$ 11,5 milhões em variação ativa sobre depósitos judiciais.

- **Outras: principalmente, pela variação negativa de R$ 256,8 milhões referente ao resultado com Derivativos Embutidos que consiste na atualização das variáveis: quantidade de energia, índices macroeconômicos (dólar e Selic) e da projeção do preço do LME para 12 meses (prazo remanescente do contrato de venda de energia para Albras).**

e) Resultado
Variação Lucro Líquido 2022-2023 (R$ mil)

No exercício, o lucro líquido alcançou R$ 645 milhões, comparando-se com o valor de R$ 2,086 bilhões em 2022. A variação negativa de R$ 1,44 bilhão ocorreu, principalmente, devido ao Resultado Financeiro, em função do aumento da Variação Monetária em decorrência das obrigações da Lei 14.182/21 (capitalização da Eletrobras) e aumento dos Encargos de Dívidas.

II- COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO
a) Empréstimos e Financiamentos Contratados
Composição da Dívida Bruta - 2019 a 2023 (R$ milhões)

A dívida bruta total, representada principalmente por empréstimos, financiamentos e debêntures, totaliza R$ 8,512 bilhões ao final de 2023, e R$ 3,983 bilhões em 31 de dezembro de 2022. A variação se deve, principalmente, em razão de:

(i) R$ 2 bilhões referente à conversão do AFAC realizado pela Eletrobras em Operação de Crédito de Longo Prazo na forma de Debêntures;
(ii) R$ 2,604 bilhões referente à consolidação da dívida de Teles Pires na Eletronorte.

Dívida Líquida - 2019 a 2023 (R$ milhões)

Em 31 de dezembro de 2023, a Dívida Líquida (dívida total menos caixa e equivalentes de caixa) da Eletronorte é de R$ 7,297 bilhões, apresentando acréscimo de R$ 3,085 bilhões em relação ao registrado ao final de 2022, que era de R$ 4,212 bilhões.

No exercício de 2023 houve a conversão de AFAC em debêntures no valor de R$ 2,0 bilhões, além da consolidação da dívida de Teles Pires com incremento de R$ 2,604 bilhões.

No período, houve aumento de R$ 877,1 milhões na soma de "Caixa e Equivalentes de Caixa" e TVM saindo de R$ 371,8 milhões em 2022 para R$ 1,248 bilhões em 2022.

III- PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Empresa	Aportes		Baixas / Transferencias	Resultado		Dividendos	
	Até 2022	2023	2023	Até 2022	2023	Recebidos Até 2023	A Receber 2024
Em Operação	**380.750**	**26.800**	**613.155**	**416.706**	**(224.761)**	**(127.780)**	**(24.193)**
Amapari Energia S.A.	13.524	-	-	(4.790)		-	-
Energética Águas da Pedra S.A.	-	-		158.164	-	(80.501)	
Companhia Energética Sinop S.A.	167.564	-		(34.347)	(13.521)		
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.	12.250	-		464.434	104.412	(47.279)	(24.193)
Teles Pires Participações	-	26.800	596.547		(11.789)		
Companhia Hidrelétrica Teles Pires	-	-	16.608		(76)		
Norte Energia S.A.	187.412	-		(166.755)	(303.787)	-	
Em Construção	**28.910**	**28.826**	-	**6.871**	**38.830**	-	**(72)**
Transnorte Energia S.A.	28.910	28.826	-	6.871	38.830	-	(72)
Construtoras	-	-		**(2.553)**	-	**(28.647)**	-
Construtora Integração Ltda.	-	-		(2.553)		(28.647)	
Total	**409.660**	**55.626**	**613.155**	**421.024**	**(185.931)**	**(156.427)**	**(24.265)**

A Companhia avalia seus investimentos em controladas em conjunto e coligadas pelo método da equivalência patrimonial.

IV – BALANÇO SOCIAL

Balanço Social 2023 - Informações de Natureza Social e Ambiental

(Valores expressos em milhares de reais - R$ mil)

Geração e distribuição de riqueza	Em 2023	
Distribuição do Valor Adicionado A Demonstração do Valor Adicionado - DVA está apresentada, na íntegra, no conjunto das Demonstrações Contábeis.	% governo >	24%
	% acionistas >	8%
	% empregados >	13%
	% financiadores >	45%
	% outros >	11%

I - RECURSOS HUMANOS				
1.1 - Remuneração	Em 2023			
Folha de pagamento bruta (FPB = valor total da folha + encargos)	R$	1.230.846		
- Empregados	R$	1.222.707		
- Administradores	R$	8.139		
1.2 - Benefício Concedidos		Valor (R$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Encargos Sociais	R$	69.265	5,63%	0,62%
Alimentação	R$	38.620	3,14%	0,34%
Transporte	R$	3.221	0,26%	0,03%
Previdência privada	R$	28.447	2,31%	0,25%
Saúde	R$	68.224	5,54%	0,61%
Segurança e medicina do trabalho	R$	6.328	0,51%	0,06%
Educação ou auxilio Creche	R$	12.253	1,00%	0,11%
Cultura	R$	473	0,04%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	R$	665	0,05%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	R$	521	0,04%	0,00%
Outros	R$	9.172	0,75%	0,08%
Total	R$	**237.190**	**19,27%**	**2,12%**
1.3 - Composição do Corpo Funcional				
Nº de empregados no final do exercício		1.900		
Nº de admissões		8		
Nº de demissões		1		
Nº de estagiários no final do exercício		39		
Nº de empregados portadores de necessidade especiais no final do exercício		39		
Nº de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício		711		
Nº de empregados por sexo:				
- Masculino		1.611		
- Feminino		289		
Nº de empregados por faixa etária:				
- Menores de 18 anos		-		
- De 18 a 35 anos		122		
- De 36 a 60 anos		1.620		
- Acima de 60 anos		158		
Nº de empregados por nível de escolaridade:				
- Analfabetos		-		
- Com ensino fundamental		55		
- Com ensino médio		761		
- Com ensino técnico		122		
- Com ensino superior		682		
- Pós-graduados		280		
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:				
- Masculino		77%		
- Feminino		23%		
1.4 - Contigências e passivos trabalhistas:				
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade		241		
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes		11		
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes		70		
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça				

II - Interação da Entidade com o Ambiente Externo		Valor (R$ mil)	% sobre RO	% sobre RL
2.1 - Relacionamento com a Comunidade				
Totais dos investimentos em:				
Educação	R$	-	0,00%	0,00%
Cultura	R$	980	0,14%	0,01%
Saúde e infra-estrutura	R$	2.000	0,28%	0,02%
Esporte e lazer	R$	-	0,00%	0,00%
Alimentação	R$	-	0,00%	0,00%
Geração de trabalho e renda	R$	1.183	0,17%	0,01%
Outros	R$	-	0,00%	0,00%
Total dos investimentos	R$	**4.163**	**0,58%**	**0,04%**
Tributos (excluídos encargos sociais)	R$	106.799	15,00%	0,95%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	R$	40.231	5,65%	0,36%
Total - Relacionamento com a Comunidade	R$	**151.193**	**21,23%**	**1,35%**
2.2 - Interação com os Fornecedores Critérios de responsabilidade social utilizados para a seleção de seus Fornecedores				

III - Interação com o Meio Ambiente		Valor (R$ mil)	% sobre RO	% sobre RL
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade		308	0,04%	0,00%
Valor total dos Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	R$	992	0,14%	0,01%
Valor total dos Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	R$	4.463	0,63%	0,04%
Valor total dos Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade	R$	102	0,01%	0,00%
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	R$	731	0,10%	0,01%
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	R$	22.471	3,16%	0,20%
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativas e/ou judicialmente	R$	-	0,00%	0,00%
Passivos e contigências ambientais	R$	56.230	7,90%	0,50%
Total da Interação com o meio ambiente	R$	**84.989**	**11,94%**	**0,76%**
IV - Outras informações				
Receita Operacional Líquida (ROL)	R$	11.196.131		
Resultado Operacional antes do IR/CS (LAIR)	R$	712.068		

CNPJ Nº 00.357.038/0001-16
http://www.eletronorte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionista
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e sua controlada em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

BASE PARA OPINIÃO

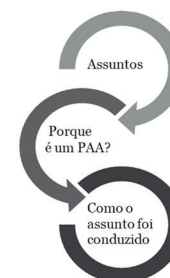
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

ÊNFASE

Situação operacional das empresas controlada e controlada em conjunto

Conforme mencionado na Nota 14.5 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a controlada Teles Pires Participações S.A. e a controlada em conjunto Norte Energia S.A apresentam excesso de passivos sobre ativos circulantes em 31 de dezembro de 2023. As circunstâncias da controlada e da controlada em conjunto demonstram a necessidade de manutenção do suporte financeiro por parte de terceiros, da Companhia e/ou demais acionistas. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Avaliação do valor recuperável do ativo imobilizado (Notas 15 e 17) e dos investimentos em coligadas e controladas em conjunto (Nota 14)	
O ativo imobilizado da Companhia é composto, principalmente, pelos custos de construção de usinas de geração hidroelétrica e termoelétrica, para os quais uma provisão para redução ao valor recuperável pode ser necessária sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável. A avaliação de recuperabilidade é realizada com base em projeções de fluxos de caixa futuros esperados de cada unidade geradora de caixa - UGC à qual os saldos se relacionam. Adicionalmente, a Companhia possui saldos relevantes em investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Quando são identificadas evidências objetivas de perda nesses investimentos, a Companhia realiza a avaliação de valor recuperável com base nas projeções de fluxo de caixa descontado (valor em uso) ou seu valor justo líquido de despesa de venda, dos dois o maior. As projeções de fluxo de caixa foram preparadas com base na melhor estimativa da Administração da Companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como em dados históricos e consideram premissas relacionadas aos resultados das atividades de cada UGC, coligadas ou controladas em conjunto, conforme aplicável, bem como outras premissas que subsidiam essas projeções como perspectivas de crescimento da economia brasileira, taxa de desconto, receitas e despesas projetadas. A utilização de diferentes premissas poderia modificar significativamente os valores recuperáveis apurados pela Companhia para o ativo imobilizado e os investimentos. Além dos fatores citados acima, e considerando as deficiências de controles identificadas, foi necessário executar testes adicionais a fim de avaliar a integridade e a precisão das informações geradas internamente. Por essa razão, consideramos esse tema como foco em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ambiente de controles internos dos processos de mensuração do valor recuperável dos investimentos e do ativo imobilizado da Companhia. Avaliamos as principais premissas operacionais e financeiras utilizadas pela administração, tais como perspectivas de crescimento da economia brasileira, receitas e despesas projetadas por UGC, e dos investimentos em coligadas e controladas em conjunto, conforme aplicável, bem como a coerência lógica e aritmética das projeções e envolvemos nossos especialistas em projeções financeiras para revisão da taxa de desconto e do modelo de fluxo de caixa descontado. Adicionalmente, comparamos as projeções anteriores com os resultados auferidos, bem como verificamos os registros contábeis relacionados com a constituição e/ou reversão de perdas do valor recuperável dos ativos. Efetuamos leitura das divulgações em notas explicativas. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração na mensuração do valor recuperável dos ativos imobilizados e investimentos em coligadas e controladas em conjunto são consistentes com dados e informações obtidos.
Mensuração do ativo contratual de transmissão (Nota 11)	
O ativo contratual de transmissão refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão que é remunerada pela Receita Anual Permitida - RAP e pelos valores residuais correspondentes ao saldo não depreciado dos empreendimentos de transmissão ao final da concessão. A mensuração desse ativo requer o exercício de julgamento significativo por parte da administração sobre o cumprimento das obrigações de performance satisfeitas ao longo do tempo. Adicionalmente, por se tratar de ativos de longo prazo, a determinação das margens de lucro desejadas é formada com base no custo médio ponderado de capital - WACC da Companhia, nos riscos de atrasos nas obras, nas penalidades regulatórias originadas pelas indisponibilidades das linhas de transmissão de energia elétrica e na identificação das taxas de remuneração. Essas taxas são a melhor representação do componente financeiro embutido nos fluxos de recebimentos futuros e também requerem o uso de julgamento significativo por parte da administração, afetando a mensuração do valor presente com base nos fluxos de caixa futuro. Consideramos essa área como foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas pode modificar significativamente o valor do ativo mensurado pela Companhia.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ambiente de controles internos relacionados com o processo de mensuração do ativo contratual de concessões das linhas de transmissão de energia elétrica. Efetuamos a leitura dos contratos de concessão e respectivos aditivos (quando aplicável) e discutimos com a administração os principais aspectos, entre eles os componentes variáveis dos preços dos contratos. Efetuamos teste de consistência dos dados informados da Receita Anual Permitida ("RAP") nos controles auxiliares da Companhia com os dados constantes nos contratos de transmissão. Adicionalmente, avaliamos as premissas relevantes relacionadas aos fluxos financeiros dos respectivos contratos, tais como a definição das taxas de remuneração utilizadas e as margens dos contratos. Consideramos que as premissas e critérios adotados pela administração são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossos trabalhos.

CNPJ Nº 00.357.038/0001-16
http://www.eletronorte.com.br

OUTROS ASSUNTOS
Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 14 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Marcos Magnusson de Carvalho
Contador CRC 1SP215373/O-9

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, Parecer do Conselho Fiscal, bem como o Relatório de Administração estão disponíveis no endereço eletrônicos:

a) https://jornaldebrasilia.com.br/publicidade-legal/

b) https://www.eletronorte.com.br/demonstracoes-financeiras/

As indicações para as notas explicativas, constantes nesta publicação, **são re**ferentes às demonstrações financeiras completas.

CNPJ Nº 00.357.038/0001-16
http://www.eletronorte.com.br

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(em milhares de Reais)

ATIVO	NOTA	CONTROLADORA 31/12/2023	CONTROLADORA 31/12/2022	CONSOLIDADO 31/12/2023
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.078.972	162.518	1.167.433
Títulos e valores mobiliários	7	169.969	209.271	169.969
Clientes	8	1.466.863	1.453.289	1.574.526
Ativo contratual de transmissão	11	1.727.754	1.502.007	1.727.754
Remuneração de participações societárias		24.265	28.375	24.265
Tributos a recuperar	9	153.881	179.177	160.274
Imposto de renda e contribuição social	10.1	383.543	243.170	398.747
Direito de ressarcimento		26.656	25.463	26.656
Almoxarifado		145.923	110.745	147.342
Instrumentos financeiros derivativos	38	373.606	501.355	373.606
Outros	13	196.394	161.396	200.460
		5.747.826	**4.576.766**	**5.971.032**
Ativo mantido para venda	41	2.465.682	204.878	2.465.682
		8.213.508	**4.781.644**	**8.436.714**
NÃO CIRCULANTE				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
Direito de ressarcimento		53.312	76.390	53.312
Clientes	8	443.693	465.004	443.693
Títulos e valores mobiliários	7	127	118	127
Tributos a recuperar	9	106.497	209.273	111.336
Imposto de renda e contribuição social diferido	10.2	-	-	495.085
Cauções e depósitos vinculados	12	449.628	220.855	635.415
Ativo contratual transmissão	11	9.161.932	9.271.177	9.161.932
Instrumentos financeiros derivativos	38	-	485.507	-
Outros	13	540.958	524.464	540.958
		10.756.147	**11.252.788**	**11.441.858**
INVESTIMENTOS	14			
Avaliados por equivalência patrimonial		5.955.585	5.547.620	5.327.495
		5.955.585	**5.547.620**	**5.327.495**
IMOBILIZADO	15	2.025.046	4.631.490	5.841.142
INTANGÍVEL	16	27.540.286	28.421.872	27.759.839
		46.277.064	**49.853.770**	**50.370.334**
TOTAL DO ATIVO		**54.490.572**	**54.635.414**	**58.807.048**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	CONTROLADORA 31/12/2023	CONTROLADORA 31/12/2022	CONSOLIDADO 31/12/2023
CIRCULANTE				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	19	494.019	1.398.829	737.621
Fornecedores	18	749.763	616.199	818.638
Tributos a recolher	9	309.535	284.358	316.855
Contratos onerosos	24	1.549	-	1.549
Remuneração aos acionistas	23	672.684	742.182	672.684
Obrigações estimadas	28	421.927	796.566	423.864
Obrigações com a controladora	21	317.915	320.155	317.915
Adiantamento de clientes	29	92.305	102.630	92.305
Encargos setoriais	22	371.814	423.804	377.718
Obrigações decorrentes da Lei 14.182/2021	27	675.455	469.295	675.455
Arrendamentos	20	8.419	191.852	8.668
Outros	30	511.388	148.318	568.687
		4.626.773	**5.494.188**	**5.011.959**
Passivos associados a ativos mantidos para venda	41	274.464	-	274.464
		4.901.237	**5.494.188**	**5.286.423**
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	19	5.535.900	2.813.588	7.896.667
Provisões para litígios	26	804.732	512.258	1.068.751
Benefício pós-emprego	25	29.956	61.073	29.956
Obrigações decorrentes da Lei 14.182/2021	27	11.242.704	10.615.548	11.242.704
Arrendamentos	20	17.028	286.488	17.402
Contratos onerosos		7.028	-	7.028
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		-	8.829.806	-
Obrigações com a controladora	21	1.295.302	1.570.473	1.295.302
Tributos a recolher	9	417.684	521.706	417.684
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.2	767.935	1.026.523	767.935
Adiantamento de clientes	29	-	84.437	-
Encargos setoriais	22	-	-	15.535
Ressarcimento às Distribuidoras - Acordo com a ANEEL		-	-	510.675
Outros	30	4.212	107.069	180.345
		20.122.481	**26.428.969**	**23.449.984**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	32			
Capital social		20.336.184	13.506.377	20.336.184
Reservas de lucros		9.353.765	9.487.068	9.353.765
Outros resultados abrangentes acumulados		(223.095)	(281.188)	(223.095)
Participação de acionistas controladores		**29.466.854**	**22.712.257**	**29.466.854**
Participação de acionistas não controladores		-	-	**603.787**
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**29.466.854**	**22.712.257**	**30.070.641**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**54.490.572**	**54.635.414**	**58.807.048**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(em milhares de Reais)

	NOTA	CONTROLADORA 31/12/2023	CONTROLADORA 31/12/2022	CONSOLIDADO 31/12/2023
Receita operacional líquida	34	10.967.942	10.191.886	11.196.129
Custos operacionais	35	(5.414.766)	(4.685.553)	(5.607.704)
RESULTADO BRUTO		**5.553.176**	**5.506.333**	**5.588.425**
Despesas Operacionais	35	(1.991.450)	(3.564.908)	(1.995.836)
Remensuraçãoes regulatórias - Contratos de transmissão		(350)	21.890	(350)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		**3.561.376**	**1.963.315**	**3.592.239**
RESULTADO FINANCEIRO	36	**(3.186.923)**	**(1.842.676)**	**(3.245.056)**
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS		**374.453**	**120.639**	**347.183**
Resultado das participações societárias	14.2	(185.931)	(56.571)	(174.066)
Outras receitas	37	538.951	1.922.154	538.951
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS TRIBUTOS		**727.473**	**1.986.222**	**712.068**
Imposto de renda e contribuição social correntes	10.4	(347.645)	(764.063)	(347.645)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.4	276.247	864.488	280.124
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**656.075**	**2.086.647**	**644.547**
Parcela Atribuida aos Controladores		-	-	656.075
Parcela Atribuida aos Não Controladores		-	-	(11.528)
RESULTADO POR AÇÃO				
Resultado por ação - básico		R$0,004	R$0,012	R$0,004

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(em milhares de Reais)

	CONTROLADORA 31/12/2023	CONTROLADORA 31/12/2022	CONSOLIDADO 31/12/2023
Lucro líquido do exercício	**656.075**	**2.086.647**	**656.075**
Outros componentes do resultado abrangente			
Itens que não serão reclassificados para o resultado			
Ajuste ganhos e perdas atuariais	75.751	69.377	75.751
IR / CSLL diferidos - atuariais	(17.658)	(16.172)	(17.658)
IR / CSLL diferidos	-	(15.429)	-
	58.093	**37.776**	**58.093**
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	**58.093**	**37.776**	**58.093**
Total do resultado abrangente do exercício	**714.168**	**2.124.423**	**714.168**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(em milhares de Reais)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE LUCROS: LEGAL	RESERVAS DE LUCROS: RESERVA INCENTIVO FISCAL	RESERVAS DE LUCROS: RETENÇÃO DE LUCROS	LUCRO / PREJUÍZOS ACUMULADOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO NÃO CONTROLADORES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em 31 de dezembro de 2021	**11.576.263**	**1.067.199**	**2.524.204**	**4.754.326**	-	**(318.964)**	-	**19.603.028**
Ajuste Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-	53.205	-	53.205
IR/CS diferido sobre outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	(15.429)	-	(15.429)
Integralização de capital	1.930.114	-	-	-	(75.580)	-	-	1.854.534
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	2.086.647	-	-	2.086.647
Destinação do lucro líquido:								-
Dividendo mínimo obrigatório - JCP	-	-	-	-	(482.950)	-		
Dividendo adicional deliberado - JCP	-	-	-	-	(386.778)	-		
Reserva legal	-	101.674	-	-	(101.674)	-		
Reserva de incentivo fiscal	-	-	53.171	-	(53.171)	-	-	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	986.494	(986.494)	-	-	-
Reversão de reservas	-	-	(16.276)	16.276	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2022	**13.506.377**	**1.168.873**	**2.561.099**	**5.757.096**	-	**(281.188)**	-	**22.712.257**
Ajuste Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-	75.751		75.751
IR/CS diferido sobre outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	(17.658)		(17.658)
Integralização de capital	6.829.807	-	-	-	-	-		6.829.807
Ações em tesouraria adquiridas	-	-	-	(1.377)	-	-		(1.377)
Variações em participação com controlada							615.315	615.315
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	656.075	-	(11.528)	644.547
Destinação do lucro líquido:								
Dividendo mínimo obrigatório - JCP	-	-	-	-	(129.138)	-		(129.138)
Dividendo adicional deliberado - JCP	-	-	-	-	(658.862)	-		(658.862)
Reserva legal	-	27.187	-	-	(27.187)	-		-
Reserva de incentivo fiscal	-	-	112.335	-	(112.335)	-		-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	(271.447)	271.447	-		-
Em 31 de dezembro de 2023	**20.336.184**	**1.196.060**	**2.673.434**	**5.484.272**	-	**(223.095)**	**603.787**	**30.070.642**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

CNPJ Nº 00.357.038/0001-16
http://www.eletronorte.com.br

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(em milhares de Reais)

	NOTA	CONTROLADORA 31/12/2023	CONTROLADORA 31/12/2022	CONSOLIDADO 31/12/2023
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social		727.473	1.986.222	712.068
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações:				
Depreciação e amortização	35	1.470.112	1.346.666	1.515.885
Variações cambiais e monetárias líquidas	36	761.567	193.736	763.363
Encargos financeiros	36	1.810.318	1.311.136	1.866.609
Resultado da equivalência patrimonial	14.2	185.931	56.571	174.066
Outras Receitas e Despesas	37	(538.951)	(1.603.150)	(538.951)
Receitas do ativo contratual - transmissão	34	(3.730.213)	(2.810.146)	(3.723.358)
Custo de construção - transmissão	35	662.114	116.659	662.114
Remensurações regulatórias - Contratos de Transmissão	39	350	(21.890)	350
Provisões (reversões) operacionais	35.1	754.651	1.870.576	754.655
Instrumentos financeiros - derivativos	38	613.256	356.494	613.256
Plano aposentadoria extraordinária	35.2	164.237	423.188	164.237
Baixa de ativo imobilizado e intangível	15 e 16	61.167	141.328	61.167
Outras		(19.463)	(189.284)	(23.340)
		2.195.076	1.191.884	2.290.053
(Acréscimos)/decréscimos nos ativos operacionais				
Clientes	8	(173.996)	(283.398)	(178.671)
Direito de ressarcimento		21.885	20.568	21.885
Almoxarifado		(15.398)	34.545	(15.398)
Ativos mantidos para venda	41	2	1.536	2
Outros		271.493	456.364	271.493
		103.986	229.615	99.311
Acréscimos/(decréscimos) nos passivos operacionais				
Fornecedores	18	133.564	(145.303)	137.288
Obrigações estimadas	28	(494.776)	(54.621)	(495.243)
Encargos setoriais	22	(51.990)	60.014	(48.223)
Outros		394.038	184.730	389.650
		(19.164)	44.820	(16.528)
Pagamento de encargos financeiros	19.1	(661.423)	(499.276)	(736.061)
Pagamento de encargos financeiros - arrendamentos	20			(8)
Recebimento da RAP e indenizações	11	3.613.362	2.666.107	3.613.362
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	10	(932.471)	(1.335.510)	(932.471)
Recebimento de remuneração de investimentos em participações societárias	14	35.653	37.472	35.653
Pagamento das Obrigações da Lei 14.182/2021 - encargos		(22.088)	-	(22.088)
Pagamento de previdência complementar		(44.100)	(31.764)	(44.100)
Pagamento de litígios	26	(103.418)	(401.713)	(103.418)
Cauções e depósitos vinculados	12	26.159	(53.987)	26.159
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**4.919.045**	**3.833.870**	**4.921.932**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisição de ativo imobilizado	15	(1.288.318)	(542.704)	(1.289.504)
Aquisição de ativo intangível	16	(63.343)	(9.760.997)	(63.343)
Infraestrutura da transmissão - ativo contratual	11	(662.114)	(116.659)	(662.114)
Aplicações financeiras (TVM)		208.565	3.139.697	216.179
Caixa líquido na aquisição de controle		-	-	55.839
Aquisição/aporte de capital em participações societárias	14	(55.626)	(19.110)	(61.127)
Alienação de investimentos em participações societárias	14.1	453.982	21.879	507.631
		(1.406.854)	(7.277.894)	(1.296.438)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		**(1.406.854)**	**(7.277.894)**	**(1.296.438)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Empréstimos e financiamentos obtidos e debentures obtidas	19.1	820.000	-	820.000
Pagamento de empréstimos e financiamentos e debentures - principal	19.1	(955.993)	(1.465.867)	(1.026.676)
Pagamento de remuneração aos acionistas	23	(739.297)	(1.940.734)	(739.297)
Pagamento de arrendamentos - principal	20	(727.909)	(686.237)	(727.955)
Recebimento de AFAC		-	7.959.972	-
Pagamento das Obrigações da Lei 14.182/2021 - principal	27	(458.373)	-	(458.373)
Outros	21	(534.165)	(294.121)	(488.278)
		(2.595.737)	3.573.013	(2.620.579)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento		**(2.595.737)**	**3.573.013**	**(2.620.579)**
Acréscimo (redução) no caixa e equivalentes de caixa		**916.454**	**128.989**	**1.004.915**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	162.518	33.529	162.518
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6	1.078.972	162.518	1.167.433
		916.454	**128.989**	**1.004.915**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(em milhares de Reais)

	CONTROLADORA 31/12/2023	CONTROLADORA 31/12/2022	CONSOLIDADO 31/12/2023
RECEITAS (DESPESAS)			
Venda de mercadorias, produtos e serviços	12.928.423	12.697.875	13.193.203
Receita de construção	642.678	143.735	642.678
PECLD - Consumidores e revendedores	(339.277)	(1.531.856)	(339.277)
Outras receitas e despesas operacionais	538.601	1.944.044	538.601
	13.770.425	13.253.798	14.035.205
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Materiais, serviços e outros	(698.018)	(815.915)	(708.405)
Energia comprada para revenda	(200.696)	(244.263)	(249.391)
Encargos sobre uso da rede elétrica	(940.416)	(832.877)	(1.029.611)
Custo de Construção	(662.114)	(116.659)	(662.114)
Combustível para produção de energia elétrica	(1.452.528)	(1.279.913)	(1.452.528)
Provisões/reversões operacionais	(415.374)	(338.720)	(415.378)
	(4.369.146)	(3.628.347)	(4.517.427)
VALOR ADICIONADO BRUTO	9.401.279	9.625.451	9.517.778
RETENÇÕES			
Depreciação, amortização e exaustão	(1.470.112)	(1.346.666):	(1.515.885)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	7.931.167	8.278.785	8.001.893
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Resultado de equivalência patrimonial	(185.931)	(56.571)	(174.066)
Receitas financeiras	526.484	719.678	533.715
Outras	-	-	-
	340.553	663.107	359.649
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	8.271.720	8.941.892	8.361.542
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
PESSOAL			
Remuneração direta	987.305	1.434.687	990.575
Benefícios	12.187	11.856	12.187
FGTS	52.699	63.761	52.699
	1.052.191	1.510.304	1.055.461
TRIBUTOS			
Federal	1.239.471	1.111.665	1.260.457
Estadual	710.972	759.823	713.818
Municipal	4.943	7.657	4.943
	1.955.386	1.879.145	1.979.218
ENCARGOS SETORIAIS	894.657	903.442	903.541
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS			
Juros	482.936	681.073	543.849
Aluguéis	549.480	527.746	549.379
Outras	2.680.995	1.353.535	2.685.547
	3.713.411	2.562.354	3.778.775
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS			
Juros sobre o capital próprio	658.862	386.778	658.862
Dividendos	129.138	482.950	129.138
Reserva de retenção de lucros	(131.925)	1.216.919	(131.925)
Participação dos não-controladores	-	-	(11.528)
	656.075	2.086.647	644.547
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	8.271.720	8.941.892	8.361.542

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ("Companhia" ou "Eletrobras Eletronorte") é uma sociedade anônima, de capital fechado, com sede em Brasília – DF, no SEPN Comércio Residencial Norte 504 - Asa Norte, Brasília - CEP, 70730-524, autorizada a funcionar pelo Decreto nº 72.548 de 30 de julho de 1973, como concessionária de serviços públicos de energia elétrica, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras.

Estatutariamente, a Companhia tem por objeto social principal, dentre outras atividades: a) realizar estudos, projetos, construção, operação e manutenção de usinas geradoras, subestações, linhas de transmissão e de distribuição de energia elétrica, comercialização de energia, inclusive a comercialização varejista, bem como a celebração de atos de empresa decorrentes dessas atividades; b) associar-se, mediante prévia e expressa autorização do Conselho de Administração da Eletrobras, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades, com ou sem poder de controle, no Brasil ou no exterior, que se destinem direta ou indiretamente à exploração da produção ou transmissão de energia elétrica sob regime de concessão, autorização ou permissão.

As operações da Companhia com geração de energia elétrica contam com 5 usinas hidrelétricas, com capacidade instalada de 9.122,30 MW (não auditado) e 7 usinas termelétricas com capacidade instalada de 857,11 MW (não auditado).

A comercialização de energia elétrica ocorre por meio de contratos firmados com as concessionárias de distribuição, dos contratos de reserva de potência e fornecimento de energia elétrica, firmados com consumidores industriais, diretamente atendidos pela Companhia, de contratos oriundos de leilões de energia realizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e de leilões de compra e venda de energia elétrica, realizados por comercializadores

CNPJ Nº 00.357.038/0001-16
http://www.eletronorte.com.br

ou consumidores livres. As eventuais diferenças entre a energia gerada e a vendida, na forma dos contratos descritos, são comercializadas por intermédio do mercado de curto prazo, no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

A transmissão de energia em corrente alternada é administrada pela Companhia por um sistema composto de 10.731 Km (não auditado) de linhas de transmissão com 50 subestações (não auditado) no Sistema Interligado nacional - SIN e 190,20 Km (não auditado) de linhas de transmissão com 1 subestação no Sistema Isolado, totalizando 10.921 km (não auditado) de linhas de transmissão e 51 subestações (não auditado).

A Companhia possui Contratos de Concessão da Transmissão que asseguram o direito de receber Receita Anual Permitida (RAP).

A Companhia detém participação societária em 06 (seis) Sociedades de Propósitos Específicos (SPE) de geração e de transmissão de energia elétrica.

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria da Companhia em 12 de março de 2024.

1.1 - Jornada EESG - *Economic, Environmental, Social and Governance*

Ao longo do exercício findo em 2023, a Companhia estabeleceu a meta de alcançar emissões líquidas zero de gases de efeito estufa até 2030 (NetZero), por meio do desinvestimento em usinas térmicas, redução de emissões de escopo 2 com certificados de energia renovável e compensações com créditos de carbono provenientes de ações de reflorestamento. Como resultado desse objetivo, foi iniciada a venda do portfólio de térmicas a gás.

NOTA 2 – DESTAQUES DE 2023

2.1– Integralização de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC

Em 31 de dezembro de 2022, o montante de AFAC era de R$ 8.829.806. Em 31.05.2023 houve a conversão residual de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, em Capital Social da Eletrobras Eletronorte, no valor de R$ 6.829.806, conforme realização da AGE da Eletrobras Eletronorte, passando o capital social para R$ 20.336.184. Adicionalmente foi emitido debêntures simples intercompany pela Eletrobras Eletronorte no valor de R$ 2.000.000 formalizando a conversão do saldo de AFAC em dívida.

2.2 – Plano de Demissão Voluntária

A Companhia lançou o Plano de Demissão Voluntária (PDV 2023) a todos os empregados interessados. Houve 449 adesões, com custo estimado de R$ 190.439. Entre os incentivos que fazem parte do pacote estão as pecúnias equivalentes a um ano de auxílio-alimentação e o incentivo indenizatório de até nove salários e de até três anos de plano de saúde, a depender do tempo de trabalho na Companhia, além dos valores referentes à demissão sem justa causa.

2.3 – Permuta entre a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ("Eletronorte") e a Neoenergia S.A

Em 26 de setembro de 2023 ocorreu o fechamento do contrato de Ações e Outras Avenças entre a Eletronorte e a Neoenergia S.A., tendo sido praticados os atos necessários pelas partes, incluindo a transferência da Neoenergia S.A. para Eletronorte das: (i) ações ordinárias representativas de 50,56% do capital social total e votante da Teles Pires Participações S.A; (ii) ações ordinárias representativas de 0,9% do capital social total e votante da Companhia Hidrelétrica Teles Pires; e (iii) Pagamento da importância de R$ 453.982. Como parte da negociação a Eletronorte fez a cessão de 49% da EAPSA (UHE Dardanelos) e participações residuais na Neoenergia Afluente T, Neoenergia Coelba e Neoenergia Cosern, vide nota explicativa 14.2.

Em virtude da obtenção de controle de Teles Pires Participações, a Companhia passou a apresentar e elaborar a partir do 3º trimestre de 2023 as demonstrações consolidadas, conforme o CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas.

NOTA 4 – BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4.1– Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS®"(IFRS® Accounting Standards), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações contábeis consolidadas e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações contábeis individuais, a companhia optou por apresentar essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado."

4.2 – Base de preparação e mensuração

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração, no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia, as quais são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações. Aquelas transações, divulgações ou saldos que requerem maior nível de julgamento, que possuem maior complexidade e para as quais premissas e estimativas são significativas, estão divulgadas na nota 5.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e os ativos mantido para venda que são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

4.3 – Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional da Companhia é o real, que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais arredondadas para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4.4 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, com exceção da implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas a seguir:

4.4.1– Adoção de novas normas e interpretações vigentes

As emissões/alterações abaixo de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2023 não tiveram impactos nas demonstrações contábeis da Companhia:

Norma revisada	Alteração	Aplicável a partir
IAS 8/CPC 23 : Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	As emendas introduziram a definição de estimativas contábeis e incluíram outras alterações para auxiliar as Companhias a distinguirem as mudanças nas estimativas contábeis de mudanças nas políticas contábeis.	01/01/2023
IAS 1/CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações financeiras	As emendas introduziram a substituição da divulgação de "políticas contábeis significativas" pela divulgação de "políticas contábeis materiais" e a orientação para auxiliar as entidades na aplicação da definição de "material" ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis materiais.	01/01/2023
IAS 12/CPC 32: Tributos sobre o Lucro	As emendas introduziram o requerimento do reconhecimento de um ativo fiscal diferido e um passivo fiscal diferido quando uma única transação gera diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis no mesmo momento.	01/01/2023

4.4.2 – Novas normas e interpretações ainda não vigentes

A Companhia não espera impactos materiais nas suas demonstrações contábeis quanto às aplicações das alterações normativas emitidas abaixo, as quais tem sua adoção aplicável para o exercício iniciado em 2024:

Norma revisada	Alteração	Aplicável a partir
IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas determinam que um passivo deve ser classificado como circulante se a entidade não puder adiar a liquidação por pelo menos doze meses após o período de reporte. A classificação é impactada apenas por covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do final do período de reporte, visando proporcionar orientações sobre a classificação de passivos com cláusulas contratuais.	01/01/2024
IFRS 16/ CPC 6 (R2). Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retro arrendamento ('Sale and Leaseback') de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024
IAS 7/ CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação de operações de Risco Sacado ('Reverse factoring'), que envolvem as Companhias e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação tornarão visível o uso de acordos de financiamento de fornecedores por uma Companhia e permitirão que os investidores observem como o uso desses instrumentos afetou as operações e a estrutura capital da Companhia.	01/01/2024

A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma e não são esperados impactos significativos nas demonstrações contábeis para outras normas, alterações e interpretações contábeis emitidas que não estão em vigor ou aplicáveis após o exercício de 2024.

4.5 Investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas

Nas demonstrações financeiras, as participações no capital social dos empreendimentos controlados em conjunto e das coligadas são mensuradas pelo método de equivalência patrimonial, que reconhece o investimento inicialmente pelo custo e subsequentemente ajusta os valores contábeis desses investimentos com base nos lucros ou prejuízos gerados pelas investidas, na proporção da participação detida, e nas distribuições de dividendos ou juros de capital próprio.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das investidas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas adotadas pela Companhia.

As investidas estão domiciliadas no Brasil.

Empresas	Participação (%) 31/12/2023	Participação (%) 31/12/2022
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.	24,50	24,50
Companhia Energética Sinop	24,50	24,50
Energética Águas da Pedra S.A. *	0,00	24,50
Norte Energia S.A.	34,98	34,98
Transnorte Energia S.A.	50,38	49,00
Teles Pires Participações	50,56	-
Companhia Hidrelétrica Teles Pires	0,90	-

a) Controladas

O investidor controla a investida quando está exposto a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. O investidor tem poder sobre a investida quando tem direitos existentes que lhe dão a capacidade atual de dirigir as atividades relevantes, ou seja, as atividades que afetam significativamente os retornos da investida.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas.

CNPJ Nº 00.357.038/0001-16
http://www.eletronorte.com.br

Todas as transações, saldos, receitas, custos e despesas entre as controladas da Companhia são completamente eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas.

b) Investimentos em coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre os quais a Companhia tem influência significativa, e que não se configura como uma controlada nem em uma controlada em conjunto.

c) Controladas em conjunto

Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser classificado como uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes.

NOTA 5 – ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração da Eletronorte deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações nas notas explicativas.

As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este exercício, ou também em exercícios posteriores se a revisão afetar períodos futuros.

Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração da Companhia, a materialização sobre o valor contábil de receitas, despesas, ativos e passivos são inerentemente incertas, por decorrer do uso de julgamento. Como consequência, a Companhia pode sofrer efeitos em decorrência de imprecisão nestas estimativas e julgamentos que sejam substanciais em exercícios futuros, que podem ter efeito material adverso na sua condição financeira, no resultado de suas atividades e/ou nos seus fluxos de caixa.

A seguir, listamos as estimativas contábeis avaliadas como as mais críticas pela Administração da Eletrobras e de suas controladas, estando o seu detalhamento dentro de cada nota explicativa:

Nº	Nota	Estimativas e julgamentos significativos
8	Clientes	Avaliação de perda esperada de créditos.
11	Ativo contratual de transmissão	Taxa de remuneração dos contratos de concessões, alocação do preço de às obrigações de performance e previsão dos fluxos caixas.
14.1/17	Perdas em investimentos e Valor recuperável dos ativos de longo prazo	Valor presente dos fluxos de caixa futuros, considerando a taxa de desconto determinada pela Companhia.
25	Benefícios a empregados	Premissas atuariais dos planos de benefício pós-emprego.
26	Provisões para litígios e passivos contingentes	Estimativas de perdas em processos judiciais.

5.1 Perda estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa

As movimentações nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são as seguintes:

Saldo inicial em 31 de dezembro 2022 e 2021	(2.628.517)	(1.096.661)
(+) Constituição	(510.428)	(1.733.147)
(—) Reversão / Baixas	171.151	201.290
Saldo final em 31 de dezembro 2023 e 2022	(2.967.794)	(2.628.517)

A Companhia, em 31 de dezembro de 2023 apresentou um saldo de R$ 2.967.794 (R$ 2.628.517 em 31 de dezembro de 2022) de Provisão de Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa PECLD. Do total de provisão em 31 de dezembro de 2023, R$ 2.644.259 é referente a dívida corrente e renegociada da Amazonas Energia. Atualmente, os quatro Instrumentos de Confissão de Dívidas-ICD encontram-se 100% provisionados, estando de acordo com a política de PECLD do grupo Eletrobras.

Prática Contábil

As contas a receber de clientes são contabilizados inicialmente pelo preço da transação e subsequentemente pelos juros e correção monetária contratuais menos os valores recebidos e as perdas esperadas - PECLD.

A Companhia adota a abordagem simplificada para reconhecimento de perdas esperadas de créditos, utilizando-se de matriz de cálculo com base no relacionamento histórico das contrapartes com a Companhia e nas garantias. Em síntese, nos contratos que não têm garantias, é verificado, no cenário máximo de dois anos, a relação percentual, por cliente, entre o faturamento e o histórico de recebimentos, sendo o percentual apurado aplicado no saldo em aberto de contas a receber do cliente e registrado como perda esperada.

Adicionalmente, para os clientes com saldos renegociados, a Companhia, com base em análise individual do cliente, avalia o risco de inadimplência desses créditos, podendo a chegar ao registro em perdas esperadas de 100% do saldo em aberto, caso o risco de inadimplência seja considerado alto. A análise de crédito individual do cliente, para esses casos, leva em consideração, principalmente, o histórico da cliente, o montante envolvido, as pesquisas em entidades de proteção de créditos e a situação patrimonial do cliente.

5.2 – Ativo Contratual da Transmissão

A Companhia registra o direito às contraprestações originadas pela construção dos empreendimentos de transmissão, no âmbito dos contratos de concessões, na rubrica Ativo Contratual de Transmissão. A movimentação desses ativos, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, está demonstrada no quadro a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2022 e 2021	10.773.184	10.612.490
Receita de construção	642.678	143.735
Receita financeira	1.271.976	1.399.382
Amortização	(1.797.802)	(1.399.078)
Baixa	-	(5.235)
Remensurações regulatórias - Transmissão	(350)	21.890
Saldo em 31 de dezembro de 2023 e 2022	10.889.686	10.773.184

A Companhia utiliza como margem de construção dos contratos de concessão, que acrescida ao custo de construção, forma a receita de construção, o custo médio ponderado de capital – WACC da Eletrobras, do ano de início de cada contrato. Anualmente, a Companhia compara o saldo do ativo de cada contrato com o fluxo previsto de RAPs futuras, considerando a taxa de desconto de cada contrato. Tanto os impactos positivos quanto os negativos são registrados na receita de construção.

As taxas de remuneração utilizadas (Receita financeira), estabelecidas no início de cada projeto, são de aproximadamente, em média, 7,99% ao ano, para os contratos renovados, e 8,97% para os licitados.

Os saldos dos contratos são atualizados (Atualização monetária) pelo IPCA.

Em 2023, a RAP de uma concessão da Eletronorte foi reajustada em razão de Revisão Tarifária Periódica – RTP, impactando o ativo contratual da transmissão e o resultado da Companhia em R$ 350, na rubrica Remensurações regulatórias - Contratos de transmissão.

Em julho de 2023, a ANEEL, por meio da Resolução nº 3.216/2023, homologou os valores das RAPs da Companhia para o ciclo 2023/2023, R$ 3.329.220.

Em junho de 2022, a SGT/ANEEL publicou a Nota Técnica nº 085/2022, que revisitou os pedidos de reconsideração interpostos no âmbito do pagamento do componente financeiro e reperfilamento da RBSE. A produção de efeitos dessa Nota Técnica depende de adequada instrução processual para que o mérito seja analisado pela diretoria colegiada da ANEEL. A Companhia continua acompanhando e atuando em relação à questão para que as premissas, metodologias e cálculos considerados até o momento continuem vigentes.

Do saldo atual do ativo contratual da transmissão, R$ 4.109.221 correspondem ao direito às contraprestações originadas pela infraestrutura não depreciada da RBSE – Rede Básica do Sistema Existente, quando das renovações das concessões em 2012, nos termos da Lei nº 12.783/2013. O fluxo nominal estimado pela Companhia para o recebimento das RAPs relativas à RBSE está demonstrado, por ciclo, no quadro a seguir:

23-24	24-25	25-26	26-27	27-28	Total
1.541.761	806.014	1.173.888	1.173.888	1.173.888	5.869.439

Prática Contábil

Os ativos de transmissão da Companhia são tratados no escopo do CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente. Seguindo o CPC 47/IFRS 15, os direitos da entidade às contraprestações originadas de obrigações de desempenho concluídas, cujo direito efetivo do recebimento está condicionado ao cumprimento de outras obrigações contratuais, devem ser classificados como ativos de contrato, que a companhia identifica como Ativo Contratual, no balanço patrimonial.

Para desenvolver as atividades de construção da infraestrutura de transmissão e operá-la e mantê-la – O&M, no âmbito dos contratos de concessões de transmissão de energia de energia elétrica, a Companhia é remunerada pela Receita Anual Permitida – RAP e pelos valores residuais correspondentes ao saldo não depreciado dos empreendimentos de transmissão ao final da concessão, calculado pela ANEEL, quando previstos contratualmente.

Para fins de registros contábeis, a Companhia, com base nos custos projetados de construção e de operação e manutenção, acrescidas das margens de lucros desejadas para essas atividades, separa a RAP, estipulada no contrato de concessão (Leilão de transmissão), em duas partes: (i) parcela da RAP destinada à remuneração da atividade de Construção e a parcela da RAP destina à remuneração da atividade Operação e Manutenção – O&M.

As margens de lucratividade desejadas são formadas com base no custo médio ponderado de capital - WACC da Eletrobras, nos riscos de atrasos nas obras e nas penalidades regulatórias originadas pelas indisponibilidades das linhas de transmissão de energia elétrica.

À medida que a construção do empreendimento de transmissão evolui, a Companhia reconhece, na rubrica de ativo o contratual, em contrapartida a receita de construção, os valores das RAPs relativas à construção do empreendimento de transmissão e o saldo residual, quando previsto contratualmente, na proporção da execução do projeto. O ativo contratual da transmissão corresponde, portanto, aos valores das RAPs, relativas à construção, e o saldo residual, quando previsto contratualmente, que serão recebidos futuramente, trazidos a valor presente, na proporção da execução do projeto.

A taxa de desconto (implícita) de cada contrato de concessão representa o índice que equilibra o fluxo financeiro projetado, formado pelos custos projetados de construção e operação e manutenção, pelas margens de construção e operação e manutenção, pelos fluxos projetados de RAP e pelo valor residual projetado, quando aplicável.

O ativo contratual é atualizado mensalmente pelos juros implícitos, com base na taxa de desconto de cada contrato, e pela atualização monetária (IPCA ou IGPM), em função dos reajustes das RAPs.

As Receitas Anuais Permitidas – RAPs dos contratos de concessão são revisadas a cada cinco anos, no processo de Revisão Tarifária Periódica da ANEEL – RTP, que analisa, principalmente, a estrutura de investimentos realizados e a taxa de remuneração de capital, resultando, normalmente, em modificações nos valores das RAPs futuras. Após a publicação dos resultados da RTP pela ANEEL, a Companhia remensura o fluxo de recebimentos futuros relacionados com construção do empreendimento de transmissão, e, em razão disso, o saldo do ativo contratual é ajustado para considerar o novo fluxo de recebíveis. A diferença entre o saldo do ativo contratual antes da RTP e o saldo do ativo contratual após a RTP é registrado no resultado do período, na rubrica Remensurações Regulatórias – Contratos de Transmissão.

O direito efetivo de recebimento dos fluxos de caixas (RAPs) relativos à construção está condicionado à satisfação de outra obrigação de desempenho contratual, a de operar e manter a infraestrutura, por isso a amortização do ativo contratual (reclassificação para o contas a receber de clientes) ocorre à medida que a Companhia cumpre as obrigações mensais de operar e manter a infraestrutura, que ocorre no período compreendido entre a finalização da implantação do empreendimento de transmissão e o final da concessão.

À medida que as obrigações de operar e manter a infraestrutura são satisfeitas, a Companhia reconhece, na rubrica de contas a receber de clientes, em contrapartida a receita de operação e manutenção – O&M, os valores das RAPs relativas à operação e manutenção dos empreendimentos

CNPJ Nº 00.357.038/0001-16
http://www.eletronorte.com.br

de transmissão. O reconhecimento direto em contas a receber de clientes, sem transitar no ativo contratual, é possível, pois o direito de recebimento de RAP, originado pela execução da atividade de operação e manutenção, não depende do cumprimento de outras obrigações.

5.3 – Valor recuperável dos Ativos de Longo Prazo

A Companhia estima o valor recuperável de seus ativos imobilizados e intangíveis com base em valor em uso, que é mensurado com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado. As premissas utilizadas consideram a melhor estimativa da Administração da Companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos das unidades geradoras de caixa.

Foram consideradas as principais premissas definidas a seguir:

- Crescimento compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira;
- Taxa de desconto ao ano no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, após os impostos, específica para os segmentos testados: 5,81% e 6,53% para o segmento de geração sem e com o benefício fiscal SUDAM/SUDENE, respectivamente (em 31 de dezembro de 2022, 4,82% para geração não renovada sem o benefício SUDAM/SUDENE, 5,58% para a geração não renovada e 5,20% para a geração renovada com o benefício), levando em consideração o custo médio ponderado de capital;
- A taxa de desconto ao ano, antes dos impostos, para os empreendimentos corporativos testados varia entre 6,96% e 13,56%;
- Receitas projetadas de acordo com os contratos, sem previsão de prorrogação da concessão/ autorização;
- Despesas segregadas por unidade geradora de caixa, projetadas com base no PDNG para 5 anos e consistentes com o plano para os demais anos, até o final das concessões e sem considerar renovações/prorrogações futuras; e
- A Companhia tratou cada um de seus empreendimentos como unidades geradoras de caixa independentes.

Abaixo as premissas utilizadas para a geração:

Premissas Físicas	UGC				
	Tucuruí	Curuá-una	Samuel	Coaracy Nunes	Balbina
Potência Instalada - Mwmédios	8.535,0	42,8	216,8	78,0	249,8

Abaixo a Companhia apresenta os percentuais de dedução dos encargos conforme legislação vigente:

Deduções	Tucuruí	Curuá-Una	Samuel	Coaracy Nunes	Balbina
PIS/PASEP/COFINS	9,25%	9,25%	9,25%	9,25%	9,25%
TFSEE	0,40%	0,40%	0,40%	0,40%	0,40%
RGR	2,60%	2,60%	2,60%	2,60%	2,60%
P&D	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%

Seguem abaixo as posições de perda estimada por irrecuperabilidade de ativos (impairment) no exercício:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Geração	Total	Geração	Total
Imobilizado	569.123	569.123	307.237	307.237
	569.123	569.123	307.237	307.237

A movimentação das estimativas para perda por irrecuperabilidade é como segue:

Unidade Geradora de Caixa	31/12/2022	Adições	31/12/2023
UHE Floresta	11.045	-	11.045
UHE Rio Acre	2.389	-	2.389
UHE Rio Branco	4.877	-	4.877
UHE Rio Madeira	20.341	-	20.341
UHE Santana	28.527	-	28.527
MAUÁ - complexo	16.661	-	16.661
UTE ELECTRON	19.562	-	19.562
UTE APARECIDA ÓLEO	46.258	-	46.258
UTE MAUÁ BLOCO 4	49.371	-	49.371
UTE MAUÁ BLOCO 1	41.040	-	41.040
UTE MAUÁ 3	67.166	-	67.166
UHE Samuel	-	261.886	261.886
	307.237	261.886	569.123

Prática Contábil

A Companhia avalia periodicamente se há indicação de desvalorização dos seus principais ativos não financeiros (investimentos em participações societárias, imobilizado e intangível). A avaliação é realizada por Unidade Geradora de Caixa - UGC, que corresponde a um grupo de ativos capaz de gerar entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos.

Se houver indicação de desvalorização, o valor recuperável da UGC é estimado e confrontado com o saldo contábil atual. Caso o valor recuperável seja inferior ao valor contábil, é registrada perda com desvalorização do ativo.

O valor recuperável do ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo. Em síntese, o valor em uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros advindos da operação do ativo e o valor justo é o preço que seria recebido pela venda do ativo em transação não forçada.

Por não haver mercado ativo para a negociação dos seus ativos e por acreditar que o cálculo do valor justo a partir de premissas do mercado se aproximariam do valor em uso, na maior parte dos testes de impairment, a Companhia admite como valor recuperável o valor em uso, que corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, com taxa de desconto que reflete a avaliação atual de mercado e/ou custo de oportunidade da Companhia, o valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo.

5.4 – Provisões para litígios

A Companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada nos seguintes valores:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
Não Circulante			
Cíveis	581.365	338.269	841.072
Trabalhistas	70.604	57.063	74.916
Tributárias	15.996	14.228	15.996
Ambientais	9.788	1.190	9.788
Regulatórios	126.979	101.508	126.979
	804.732	512.258	1.068.751

Prática Contábil

Os riscos de desembolso futuros com litígios trabalhistas, tributários e cíveis são reconhecidas no balanço patrimonial, na rubrica Provisões para Litígios, quando há obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, cuja liquidação seja provável e que seja possível estimarem os valores de forma confiável, com base na avaliação da Administração e dos assessores jurídicos internos e externos. Os valores são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos referidos processos judiciais.

Os riscos de desembolso futuros com litígios (contingentes), cuja liquidação seja possível, são apenas divulgados em notas explicativas, sem compor o passivo da Companhia.

A avaliação de riscos é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

Brasília – DF, 12 de março de 2024.

ANTONIO AUGUSTO BECHARA PARDAUIL
Diretor-Presidente

HUGO LEONARDO DA SILVA
Diretor Financeiro

MÔNICA BRAGA TEIXEIRA
Diretora de Operação e Manutenção

ALEXANDRE LIRA DA ROCHA
Contador - CRC-DF-018622/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE RESUMIDO

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço **https://www.eletronorte.com.br/demonstracoes-financeiras/** e **https://jornaldebrasilia.com.br/publicidade-legal/**. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 14 de março de 2024, sem modificações sobre a situação operacional.

Opinião

ARTIGOS

Território e ambiente digital

A situação envolvendo as declarações do bilionário Elon Musk lança luz sobre uma questão em ascensão: a tensão entre as fronteiras nacionais e a transnacionalidade do ambiente digital imaterial.

A ebulição dos chamados estados nacionais nasce ali nos arredores dos séculos XIV e XV. Esse tipo de organização política é um reforço e uma consagração da ideia de soberania do território. Um fenômeno consequente deste movimento é o conceito de nacionalismo, representado por símbolos e hábitos comuns entre os cidadãos de um espaço físico, além de regras jurídicas e legislativas que regulam as relações no país.

Mas, séculos depois vieram os bits e da tal da internet, dando início a todo o contexto da chamada cibercultura e de interações "não físicas". Talvez, seja um traço radical da globalização iniciada com os próprios estados-nação e o capitalismo em si.

Um dos principais desafios entre o território e o digital está exatamente no Direito, tema da polêmica levantada por Musk, que ameaçou fazer com que o X não cumpra ordens da Justiça brasileira.

Por trás dessa estratégia de algumas big techs estaria a proposta de afetar um conceito central para qualquer relação humana: confiança. Para que as instituições e as leis funcionem, para que o contrato social prospere, é preciso que tenhamos confiança em sua justeza e eficácia.

A invasão da polícia equatoriana na embaixada do México é um caso emblemático que cria um perigoso precedente. O receio seria perceber que é possível banalizar tal atitude.

As instituições foram criadas para serem corpos sobre-humanos de organização social, com princípios virtuosos que garantam a estabilidade, a segurança e a prosperidade.

Afetar as instituições é um meio de degradar a democracia. Não que elas não possam ser criticadas, pois embora se proponham estar acima das falhas humanas, somos nós quem as gerencia e as cria. Mas, criticar é diferente de atacar.

BRUNO LARA, jornalista

Para vencer as incertezas

Outro dia, tive uma conversa com uma amiga que estava embarcando em um novo relacionamento. Ela estava super ansiosa e querendo estar certa de que essa era a pessoa com quem ia se casar. No entanto, percebi que essa busca constante por certezas estava prejudicando sua capacidade de se entregar completamente ao momento, já que a atenção estava mais na necessidade de garantias do que no próprio relacionamento.

O ser humano é assim. Temos a necessidade de ter certeza na vida e de ter o controle de tudo. No entanto, vivemos em um mundo de probabilidades. Como disse certa vez o sociólogo Zygmut Bauman: "A única coisa que podemos ter certeza é a incerteza".

Confiamos demais em nossos sentimentos. Muitas vezes, podemos nos sentir péssimos quando estamos incomodados. É sempre desconfortável fazer algo em que não temos experiência.

Então, como trabalhar num ambiente incerto? O escritor Nassim Taleb disse certa vez: "Probabilidade… é aceitar a falta de certeza no nosso conhecimento e desenvolver métodos para lidar com a nossa ignorância."

Precisamos entender que estamos sempre jogando um jogo infinito. Se desistirmos amanhã, falhamos para sempre. No entanto, quando persistimos por muito tempo, isso aumenta significativamente as chances de sucesso. No final das contas, é um jogo de sorte. Sorte aqui definimos o momento em que a oportunidade encontra a preparação.

É muito importante estar sempre se atualizando. Por exemplo, 85% das profissões que vão existir em 2030, ainda não foram criadas. Então, estude e aprenda as novas tendências.

Tenha quantos planos forem necessários e avalie todos os riscos possíveis. Normalmente, o pior cenário não é tão ruim quanto imaginamos. Quando trabalhamos com essa perspectiva, fica mais fácil driblar os riscos e lidar com os problemas.

JULIANA BRITO, empresária

Financiamento no agronegócio

O último Censo Agropecuário do Brasil apresenta um quadro bastante interessante do financiamento no agronegócio brasileiro nos últimos anos, que permite uma leitura crítica sobre o acesso a recursos financeiros e oferece conclusões e lições importantes em relação aos obstáculos entre a produção e o crédito.

De acordo com o estudo, percebe-se que a origem dos financiamentos é de recursos governamentais e bancários, em sua maioria. Essas duas formas pressupõem que a concessão do crédito seja formalizada por meio de certos requisitos burocráticos específicos, como a regularidade fiscal e a estruturação formal da empresa.

Caso considerarmos os dados do próprio Censo, que indicam mais de 90% dos produtores agropecuários sejam pessoas físicas, fica evidente a falta de estruturação empresarial dos produtores rurais como o primeiro obstáculo para a obtenção de financiamentos.

A lei brasileira não permite a geração de uma estruturação social mais simples e adequada à realidade do agro, principalmente para os produtores que sempre operaram como pessoa física. Além disso, os benefícios fiscais concedidos ao setor tendem a ser passageiros e não incentivam a conversão da pessoa física para a jurídica.

É válido ressaltar que a adaptação dos tipos societários tradicionais já aconteceu em outros segmentos. Com relação ao agronegócio brasileiro, enquanto não existir uma fôrma jurídica que contemple as especificidades do setor, haverá o obstáculo que os formatos tradicionais representam para o produtor rural.

Logo, acessar um financiamento, levando em consideração o capital de uma empresa fechada (sem valores mobiliários no mercado de capitais), normalmente é possível apenas por meio de contratos de empréstimos tradicionais. Caso existisse uma simplicidade nos modelos legais para que o produtor pessoa física pudesse converter-se em jurídica, haveria também um acesso mais facilitado ao crédito.

JAYME PETRA DE MELLO NETO, advogado

CHARGE

CARTAS DO LEITOR

Julgamento de Moro

Creio que na corte superior do Tribunal Eleitoral, em Brasília, o hoje senador Sérgio Moro dificilmente terá seu cargo mantido. Aqui em Curitiba, o TRE votou em sua maioria pela manutenção do cargo, mas muitos integrantes da corte são "compadres" do então juiz, então a votação foi mesmo uma lavação de mãos. Os togados da justiça eleitoral paranaense apenas transferiram a competência para os magistrados mais experientes e isentos, política e juridicamente!!

CÉLIO BORBA, Curitiba

Chiquinho Brazão

Cerca de 200 deputados, entre votos, abstenções e ausências, apoiaram a libertação do deputado Chiquinho Brazão, provável mandante do assassinato da vereadora Marielle Franco. Ou seja, o que interessa a um enorme número de políticos brasileiros não é o clamor e o interesse da sociedade, porém tão-somente os interesses corporativos de uma classe de privilegiados, impunes e interesseiros políticos.

Assim, ou se educa devidamente a população de eleitores para que tenhamos um bom-senso crítico, uma autonomia pensante e revolucionária, ou sempre seremos os lacaios dos malfeitores de gravatas coloridas e falas traiçoeiras.

MARCELO GOMES JORGE FERES, Rio de Janeiro

Carequinha

Quem nasceu entre a década de 1940 a 1960 deve se lembrar do palhaço Carequinha. Nos divertia nas tardes de domingo. Suas cambalhotas, piadas e outras coisas eram muito criativas. A criatividade do bem. Roupas coloridas. Muito amor. Em pleno século 21, eis que no Brasil surge um novo "carequinha". Não diverte ninguém. É rancoroso e mau caráter . Olhar de ódio. Ameaça degolar e cumpre suas promessas. Já morreu muita gente. Usa uma ridícula capa preta. Adivinhem quem é? Ganha uma estadia no resort da Papuda. Hoje o Brasil vive triste. Mas vai melhorar.

PAULO HENRIQUE COIMBRA DE OLIVEIRA, Rio de Janeiro

CARTAS PARA A REDAÇÃO:

redacao@grupojbr.com

SIG trecho 1 - Lote 765 - Brasília - DF - CEP 70610-400.

Inclua nome completo, endereço e identidade

As charges, artigos e comentários publicados nesta página são a opinião de seus autores. E não refletem necessariamente a opinião deste jornal

SISTEMA PENITENCIÁRIO

Lula mantém saidinhas de presos

No entanto, Congresso Nacional deve derrubar o veto presidencial, podendo reestabelecer as restrições

O presidente Lula vetou parcialmente o projeto que acaba com as saídas temporárias de presos, que tinha sido aprovado pelo Congresso. Com isso, ele manteve as saidinhas para que os detentos possam visitar familiares em datas comemorativas.

O anúncio foi feito pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, durante pronunciamento no Palácio do Planalto. "Estamos sugerindo ao presidente da República, e certamente ele acatará, por motivos humanitários e também constitucionais, preservar apenas e tão somente a possibilidade do preso que está em regime semiaberto visitar a família", disse Lewandowski.

"Nós consideramos que isso é um direito, um benefício que permite, facilita universalmente nos países civilizados, a ressocialização daquele que está custodiado pelo Estado e que merece a proteção do Estado e merece ser tratado dignamente como todo ser humano", continuou o ministro.

O texto vai sair em edição extra no Diário Oficial da União dessa quinta-feira. No entanto, o Congresso Nacional pode derrubar o veto presidencial, podendo reestabelecer as restrições.

ANTÔNIO CRUZ | AGÊNCIA BRASIL

O benefício da saída temporária é concedido há quase quatro décadas pela Justiça a presos do sistema semiaberto

O termo data comemorativa não está incluindo no texto da lei, mas contempla, por exemplo, visitas às famílias em feriados como o Natal ou os dias das Mães e dos Pais, com o intuito de ressocializar o preso. Cada estado estipula seu próprio calendário.

O benefício da saída temporária é concedido há quase quatro décadas pela Justiça a presos do sistema semiaberto que já tenham cumprido ao menos um sexto da pena, no caso de réu primário, e um quarto da pena, em caso de reincidência, entre outros requisitos.

Lewandowski disse ainda que o governo decidiu manter todos os outros pontos, mesmo o que ele avaliou como drástico. Pela nova lei, além dos crimes hediondos, ficam vedadas saidinhas para condenados por crimes com violência ou grave ameaça.

"Todos aqueles que estejam no regime semiaberto, mas que tenham praticado crime hediondo, incluindo latrocínio, estupro, pedofilia, ou que tenha praticado crime com violência ou grave ameaça contra a pessoa, como roubo a mão armada, não terão direito a essa saída temporária", disse (*Da Folhapress*).

LIA DINORAH

@liadinorah
liadinorahjornalista@gmail.com

HAPPY BIRTHDAY

Quem recebe muitos cumprimentos hoje pela passagem de seu aniversário é a bela, querida e talentosa médica ortopedista Mariana Ferrer.

Que o seu dia seja tão lindo quanto o seu sorriso e lhe ofereça tanta felicidade quanto você envia para tantas pessoas através do sagrado exercício da ortopedia.

Que esta nova etapa chegue recheada de muita saúde e novas oportunidades para concretizar os seus sonhos mais desejados.

Que a alegria lhe acompanhe por todos os momentos e que Deus continue guiando todos os seus passos, cuidando da sua família e iluminando cada vez mais os seus caminhos.

Que faça com que a sua alegria de viver e seu brilho possam contagiar ainda mais pessoas, pois você é um ser humano singular e a humanidade merece que sua luz seja compartilhada.

Daqui seguem os meus votos de muita saúde, sucesso, amor e felicidades!

PARABÉNS

A bonita e charmosa Mariana Gasques, que acaba de retornar de um giro pela Europa, acompanhada do marido, o empresário Felipe Cauduro, comemora amanhã em grande estilo mais uma primavera. Que seja plena de boas energias, muita luz, gentileza e as melhores vibrações esta nova volta em torno do sol.

Máquinas

Apaixonados por carros se reúnem no Boulevard Shopping no próximo domingo, no evento MidNight Racing Car Team, com exposição de modelos esportivos, concurso de automóveis modificados e atividades para toda família. O DER também participa com orientações para o público. O evento tem entrada gratuita e acontece das 14h às 18h.

Imperdível

Sucesso em todo o país, o musical "Elas Brilham - Vozes que iluminam e transformam o mundo" desembarca na capital federal para uma curta temporada. Estará em cartaz no Centro de Convenções Ulysses Guimarães nesta sexta, sábado e domingo.

Bituca

O Complexo Cultural do Choro volta à cena da capital neste final de semana. Para a abertura da 2ª edição do projeto, Wagner Tiso e Marcio Malard fazem shows em homenagem ao mestre Milton Nascimento hoje e amanhã.

RAICE CABRAL

Nossa correspondente na França
instagram: @mytastytravel

Hennessy patrimônio vivo francês

A maison Hennessy, criada em 1765, junta-se ao seleto clube de instituições francesas classificadas como Empresa do Patrimônio Vivo (EPV) pelo seu savoir-faire artesanal e industrial. Em um comunicado, a histórica marca de conhaque diz estar "honrada" pelo reconhecimento do Ministério da Economia e do Instituto Nacional de Ofícios de Arte da França. O selo EPV, criado em 2005, é uma marca oficial do governo que destaca as empresas "com excelência em conhecimentos artesanais e industriais". Cerca de 1000 empresas francesas detêm este rótulo EPV, à exemplo da fábrica de porcelana Bernardaud, em Limoges ou ao Château Smith Haut Lafitte, em Martillac. Hennessy faz parte do gigante do luxo LVMH.

Hennessy X.O by Kim Jones

A maison Hennessy faz colaboração com o designer britânico Kim Jones para a criação de uma edição limitada Hennessy X.O. A edição collector inclui uma garrafa Hennessy X.O "Masterpiece", editada em apenas 200 exemplares, com um envelope de titânio que cobre completamente a garrafa como uma segunda pele. As suas dobras evocam a forma como, no início do século XX, as garrafas Hennessy eram embrulhadas à mão em papel de seda para proteger as suas frágeis etiquetas de papel pergaminho. No seu fundo, uma bandeja de carvalho ondulado lembra os barris utilizados para envelhecer as aguardentes que serão, depois, montadas para criar o conhaque Hennessy X.O. O inglês presta uma homenagem ao savoir-faire de 150 anos da Maison, que apela à compreensão da ciência e da natureza. Artistas como Frank Gehry, Marc Newson, Tom Dixon e Arik Levy já contribuíram para a herança do conhaque Hennessy X.O. ao longo dos anos.

Chenin Blanc Project

South Africa Wine e Stellenbosch University, em parceria com South African Grape and Wine Research Institute (SAGWRI) e Chenin Blanc Association (CBA), lançam o Chenin Blanc Project que visa a premiumização da uva Chenin Blanc, na África do Sul. O projeto liderado por grupo de acadêmicos tem cinco frentes de trabalho: inteligência de mercado, a distinção da Chenin Blancs no país, produção com fins lucrativos, suco em vinho e os sistemas de suporte necessários. Para isso foi criado um modelo de vinhedo com Chenin Blanc plantado em 19 sistemas de treliça diferentes, gerando diferentes cenários de rendimentos além de experimentação e análise com várias abordagens de vinificação. A indústria de vinhos sul-africana vem enfrentando desafios significativos, exigindo crescimento de valor em vinhos e o projeto deve fornecer sustentabilidade e inovação ao setor. Chenin Blanc é a uva mais cultivada no país, produzindo diferentes estilos de vinhos e tem crescente reputação.

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

EMPRESA GESTORA DE ATIVOS S.A. - EMGEA - CNPJ 04.527.335/0001-13 - NIRE 533.0000.651-2

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação

Apresentamos o Relatório da Administração sobre os negócios e os principais fatos administrativos do exercício de 2023.

1. A Emgea

A Empresa Gestora de Ativos S.A. (Emgea) é uma empresa pública federal não financeira, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, vinculada ao Ministério da Fazenda, com capital social totalmente integralizado pela União. Tem como objeto social, definido em seu Estatuto Social, a gestão de bens e direitos provenientes da União e de entidades integrantes da administração pública federal, no caso concreto, das carteiras de operações de crédito imobiliário pessoa física, crédito imobiliário pessoa jurídica (público e privado) e crédito comercial, adquiridas via cessão de créditos da Caixa Econômica Federal (Caixa) quando da criação da Emgea e em nova operação realizada em 2014.

A Emgea tem como propósito, missão, visão e valores:

PROPÓSITO

Gerir e recuperar ativos próprios e de terceiros

MISSÃO

Viabilizar o ingresso de recursos financeiros gerindo ativos da Emgea em prol do interesse público.

VISÃO

Ser referência em recuperação de ativos para cedentes públicos ou privados.

VALORES

- Ética
- Transparência
- Excelência Operacional
- Integridade
- Comprometimento
- Função Social

O modelo de negócios da Emgea consiste no desenvolvimento e implementação de estruturas negociais na administração de ativos próprios e de terceiros, observando os princípios e alçadas aplicáveis, os aspectos institucionais, jurídicos, financeiros, contábeis e tributários e, ainda, utiliza a esfera judicial ou extrajudicial, sempre que julgar necessário. Na cadeia produtiva da Empresa, as carteiras de operações de crédito compõem os ativos primários, próprios ou de terceiros ou na formalização de parcerias que demonstram benefícios para a Emgea, sejam sob o aspecto econômico, financeiro, social ou institucional.

A recuperação dos créditos, mediante liquidação ou a reestruturação das operações, pode originar:

a) Recursos financeiros - moeda nacional, incorporada no caixa da Empresa;

b) Créditos perante o FCVS - grande parte dos contratos de crédito imobiliário adquiridos quando da constituição da Emgea, contava com previsão de cobertura pelo FCVS. À medida que as operações são liquidadas ou renegociadas, são gerados créditos perante o FCVS. Esses créditos podem ser convertidos em títulos públicos federais - mediante a novação, com a União, nas condições previstas na Lei nº 10.150, de 2000;

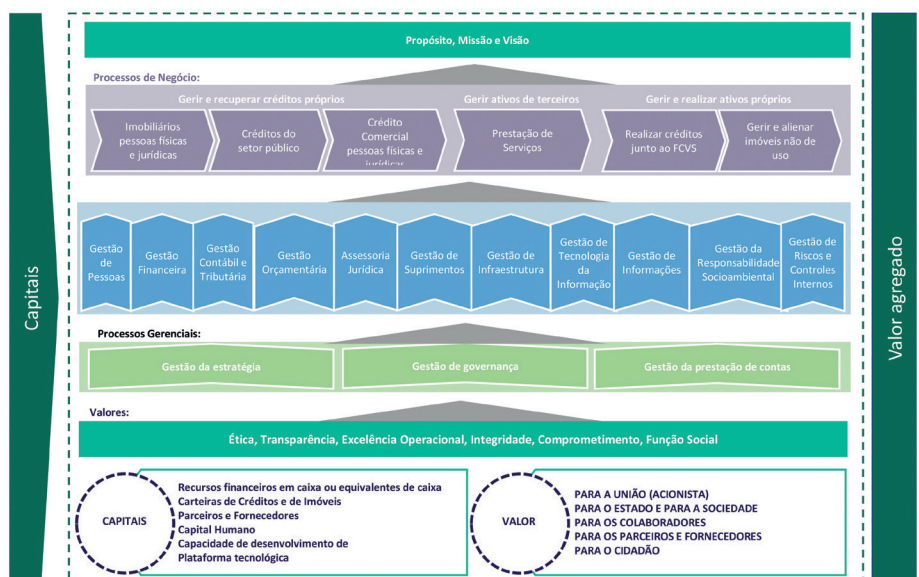
c) Imóveis não de Uso - uma das últimas medidas adotadas para a recuperação dos créditos, especialmente dos créditos imobiliários, depois de esgotadas as ações de cobrança, é a realização das garantias por meio de adjudicação, arrematação, consolidação de propriedade, ou, ainda, mediante dação em pagamento em processos negociais. Os imóveis são incorporados no ativo não circulante da Emgea e ofertados à venda, nas modalidades previstas na legislação, de modo a proporcionar ingresso de recursos financeiros no caixa da Empresa.

A Emgea está também autorizada a prestar serviços de cobrança administrativa de créditos sob gestão da Secretaria do Patrimônio da União (SPU). No que diz respeito à prestação de serviços à SPU, não houve tratativas durante o exercício.

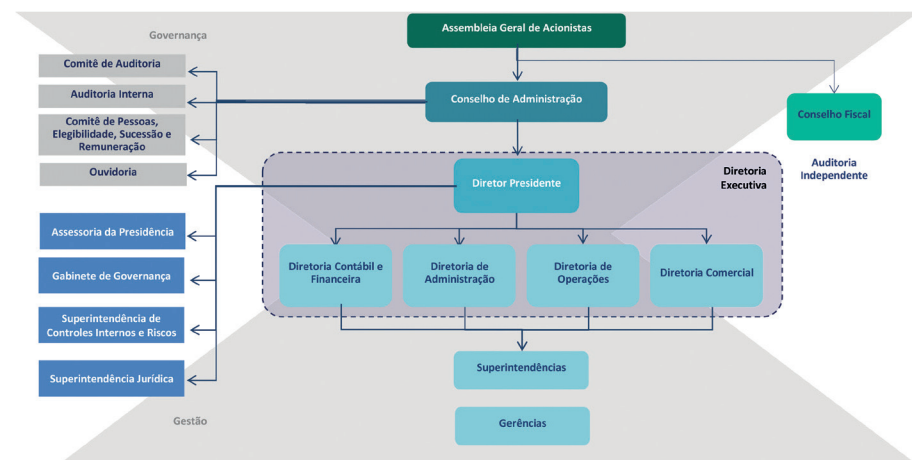
A Emgea contrata, para a realização das atividades operacionais, empresas prestadoras de serviços com atuação em todo o território nacional.

A gestão e a recuperação de créditos realizadas pela Emgea geram valor para a União (acionista única), a sociedade, para os colaboradores, para os parceiros e fornecedores.

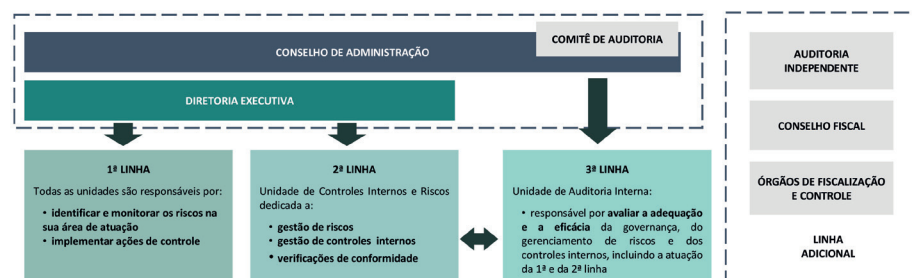
Quanto a sua natureza, os processos organizacionais da Emgea são categorizados em: Processos de negócio, Processos de suporte ao negócio e Processos gerenciais.

Figura 1 - Cadeia de Valor – Emgea

Fonte: elaboração própria.

Para cumprir seu propósito e alcançar sua visão, a Emgea adota um modelo de governança corporativa pautado em princípios e estruturado em instâncias, com papéis e competências formalmente definidos no Estatuto Social e em Regimentos Internos. São princípios que norteiam a atuação da Emgea: Compromisso, equidade, integridade, liderança, prestação de contas, responsabilidade, transparência.

Figura 2 - Estrutura de Governança – Emgea

Além da definição da estrutura administrativa e das competências, estabelecidas no Estatuto Social e no Regimento Interno, a Emgea adota uma série de boas práticas de governança, dentre as quais:

- estabelecimento de Valores, Propósito, Missão e Visão;
- estratégia de longo prazo (quinquenal), plano de negócio e planejamento orçamentário anuais;
- decisões colegiadas;
- regime de alçadas;
- políticas, normas e procedimentos formalmente definidos;
- demonstrações financeiras trimestrais (intermediárias);
- adequação a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD;
- Programa de integridade e Código de Ética;
- estruturas para a gestão:
- dos processos de negócio (recuperação de créditos);
- da ética, integridade e conduta;
- de riscos e controles internos;
- orçamentária e tributária;
- financeira;
- de pessoas;
- de tecnologia da informação;
- da responsabilidade socioambiental.

Figura 3 - Estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos – Emgea

Aderente às exigências da legislação e regulamentação vigentes e alinhada com as melhores práticas de mercado, a Emgea adota uma estrutura de gestão de riscos e controles internos organizada em linhas, conforme figura 3 acima.

Os resultados das avalições de riscos alimentam uma Matriz de Riscos que, considerando os níveis de probabilidade (possibilidade de materialização de um determinado evento de risco) e de impacto (efeito da ocorrência do evento de risco), auxilia na identificação dos riscos estratégicos, ou críticos, assim considerados aqueles que podem comprometer o alcance dos objetivos e do propósito da Empresa, hierarquizando-os em graus de exposição (extremo, alto, médio ou baixo).

O modelo de governança de TI adotado pela Emgea conta com uma unidade organizacional responsável pela gestão do processo de tecnologia da informação e com comitês que atuam como órgãos de apoio à gestão, sendo: Comitê Executivo de Tecnologia da Informação – Ceti; Comitê Gestor de Tecnologia da Informação - CGTI; e Comitê de Segurança da Informação, Proteção de Dados Pessoais e Privacidade - CSI.

As estratégias e ações no âmbito da governança de TI estão condensadas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC, que consiste em um documento que define diretrizes para o fornecimento de recursos e de ferramentas de tecnologia da informação, necessários para o alcance dos objetivos estratégicos. O Plano também é responsável por definir as ações a serem realizadas no período de vigência de um ano.

2. Principais eventos de 2023

A Emgea, em junho de 2023, por meio de ofício, encaminhou solicitação ao Ministério da Fazenda da exclusão da Empresa do PND além de redirecionar seus esforços para a continuidade de sua atividade empresarial, retomando negociações de operações imobiliárias de pessoa jurídica que se encontravam parcialmente paralisadas desde 2019.

Em outubro/2023 foi firmado o Acordo de Cooperação Técnica entre a Caixa e Emgea, visando estreitar o relacionamento com aquela empresa, onde estabeleceu-se as bases da cooperação técnica para: estudos de viabilidade visando a formação de parcerias; cessão de ativos; prestação de serviços de interesse dos participantes; trabalhos conjuntos na resolução de eventuais pendências; soluções para carteiras de ativos, entre outros temas que venham a surgir do relacionamento das duas empresas, cujos temas, no seu tempo, serão objeto de formalização por instrumentos contratuais específicos, quando for o caso.

Gestão Estratégica

Para o exercício de 2023, por se tratar de um ano de transição entre governos no âmbito federal, o Planejamento Estratégico foi elaborado em dois momentos. O primeiro, ainda durante o exercício de 2022, foi estruturado com vistas às diretrizes do governo federal da época; com o objetivo central de se preparar a empresa para a desestatização, atendendo o cronograma do PND. Com a posse do novo Presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, em janeiro 2023, a alta administração da Emgea foi renovada (posse em 3.5.2023) e novas diretrizes foram propostas. Dessa forma, um novo Planejamento Estratégico foi elaborado em junho de 2023, visando a continuidade operacional da Empresa, por entendermos seu útil para a sociedade, devidamente instituída e com patrimônio próprio substancialmente positivo, capacitação técnica e operacional instalada, sendo assim a companhia poderá contribuir para com a implementação de políticas públicas.

O planejamento da empresa é divido em dois principais eixos. Um com foco no longo prazo, visando os próximos 5 anos, que faz análise do ambiente interno elencando forças e fraquezas, bem como ao cenário externo identificando oportunidades e ameaças. Além disso, foram revisados os pilares empresariais e estabelecidos os objetivos estratégicos para o próximo quinquênio, e é denominado Estratégia de Longo Prazo 2023-2027. Para o outro eixo, com atenção no curto prazo, foram estabelecidos estratégias, inciativas, indicadores e metas para o exercício a que se refere, a fim de conduzir a empresa rumo aos objetivos estabelecidos para o longo prazo. Este é denominado de Plano de Negócios 2023.

O monitoramento da execução do Plano se deu por meio de relatórios trimestrais onde as métricas de aferição de resultados permitiram avaliar a evolução do desempenho das áreas da empresa e eventuais desvios ocorridos, permitindo o aprimoramento para o próximo exercício rumo a estratégia de longo prazo.

A empresa possui 2 acordos com seus colaboradores, o de Participação nos Lucros e Resultados que abrange os cargos comissionados dos assessores até o nível de superintendentes, e o de Remuneração Variável Anual que trata exclusivamente da Diretoria da Emgea. Esses acordos tem o objetivo de estimular o comprometimento dos colaboradores com o planejamento estratégico, reconhecendo sua participação nos resultados obtidos ao longo do exercício.

Gestão Operacional

No que diz respeito à gestão dos negócios, em 2023 foram intensificadas as ações voltadas ao aumento da arrecadação de recursos originários da gestão dos ativos da Empresa, seja por meio de ações diretas de cobrança junto aos devedores como também aquelas voltadas ao incremento na venda de imóveis não de uso, incluindo melhorias para o desembaraço documental e financeiro com consequente oferta de imóveis no site para vendas, resultando em redução do tempo para finalização da operação com transferência de propriedade, portanto com impacto positivo na redução do custo de carregamento do estoque e mais efetividade no monitoramento de resultados.

Ainda sobre a gestão de imóveis não de uso, houve a revisão das diretrizes para realização de levantamento e negociação das dívidas propter rem e do seu respectivo plano de quitação, tais medidas influenciaram na disponibilização dos imóveis para venda, e na redução desse relevante passivo da Emgea, notadamente pelas negociações e descontos obtidos nas despesas condominiais. (Nota 19).

Outro ponto importante inerente ao processo dos imóveis não de uso é a gestão das empresas prestadoras de serviços contratadas para realizar a venda em plataforma online e pelo levantamento/negociação dos débitos, pois conseguem atender em âmbito nacional e assim otimizar e agilizar tanto o pagamento de despesas incidentes sobre os imóveis quanto realizar a venda aos compradores em qualquer lugar do país com finalização do processo junto aos cartórios de registro de imóveis.

No âmbito do crédito imobiliário, no ano de 2023, foram arrecadados recursos na ordem de R$ 90,85 milhões oriundos de prestações pagas pelos mutuários e renegociação de dívidas, mediante liquidação de 2.170 contratos.

Em continuidade ao Projeto de Conciliação junto ao Poder Judiciário foram realizadas 220 audiências com um percentual de sucesso de 70% as quais ensejaram o ingresso de recursos aos cofres desta empresa.

Foram atendidas aproximadamente 30 mil ligações telefônicas de mutuários buscando orientação da Emgea e cerca de 1.500 atendimentos no Portal da Emgea, contudo, a maior parte dos atendimentos é realizado por e-mail, tendo sido recebidos 21 mil mensagens solicitando negociação.

No ano de 2023, foram expedidas aproximadamente 7.400 liberações de hipoteca dos contratos liquidados.

Na esfera judicial, foram atendidas cerca de 20 mil ocorrências junto aos advogados dos escritórios credenciados. Foram demandadas 680 ocorrências de serviços de despachante e cerca de 20 ocorrências referente a perícia judicial.

Arrecadação da carteira comercial perante pessoa física totalizou R$ 15,98 milhões e foram liquidados 15,90 mil contratos, cujo resultado foi obtido com o auxílio de Assessorias de Cobrança com atuação nacional e, ainda, a possibilidade de liquidação do contrato diretamente no portal da internet da Emgea. A carteira fechou 2023 com 1,5 milhões de contratos, R$ 4,45 bilhões de saldo e média de R$ 2,8 mil por contrato.

A carteira de créditos perante pessoas jurídicas é composta por 737 contratos, que se dividem entre os setores público e privado. As operações, decorrentes, na sua maioria, de créditos concedidos para construção de imóveis com recursos oriundos do SFH ou adquiridos de governos estaduais no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária - PROES, foram cedidas pela Caixa à Emgea no ano de 2001 já na condição de inadimplentes. Em 31.12.2023 o saldo operacional total da carteira era de aproximadamente R$ 83,1 bilhões, distribuídos conforme a tabela abaixo:

Tabela 1 – Carteira de Créditos perante Pessoa Jurídica

Segmento	Qtde. Contratos	Dívida total (R$ Bilhões)
Setor Privado	731	79,20
Setor Público	6	3,97
Total	**737**	**83,17**

Fonte: Emgea/Sisgea

A Superintendência de Operações com Pessoas Jurídicas retomou o processo de renegociação de dívidas com os clientes, passando a analisar propostas que se encontravam pendentes de análise. Foram priorizadas para estudo aquelas que apresentavam maior valor de retorno imediato para a Emgea. Isso proporcionou, em 2023, o ingresso de R$ 41,14 milhões, superando em, aproximadamente, 428% a arrecadação obtida em 2022, que foi de R$ 7,79 milhões, em termos nominais, conforme tabela abaixo:

Tabela 2 – Arrecadação da Carteira de Créditos perante Pessoa Jurídica

2022	2023	Crescimento
R$ 7,79*	R$ 41,14	428%

Fonte: Emgea/Sisgea/Siscor

**Valores de negociações realizadas anteriores a 2018 com pagamento parcelado e depósitos judiciais*

Foi regulamentada a operacionalização do processo de cessão onerosa de créditos que já se encontrava previsto na política de negócios da empresa. A cessão de créditos consiste num negócio jurídico pelo qual se realiza a alienação de direitos creditórios, onde uma das partes (cedente) transfere a terceiro (cessionário) seus direitos sobre determinado crédito, independentemente da concordância do devedor.

A Emgea também é titular de créditos perante o FCVS performados na empresa após a liquidação ou decurso de prazo das operações de créditos imobiliários firmadas com os mutuários finais com a cobertura do Fundo, ou cedidos nas negociações com devedores, os quais são realizados mediante a novação, com a União, das dívidas do Fundo, conforme previsto na Lei nº 10.150/2000.

Em 2023 foram celebrados contratos de novações (Lei 10.150), entre a Emgea e a União, no valor de R$ 329,89 milhões. No exercício também houve um acréscimo substancial dos processos de novação instruídos junto à Administradora do FCVS com vistas à formalização da novação, na ordem de R$ 5,32 bilhões, que somados aos de anos anteriores ainda não novados, de R$ 3,42 bilhões, totalizam R$ 8,74 bilhões.

Em função do o Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a Caixa e Emgea tem-se a expectativa de estreitar o relacionamento com aquela empresa, bem como, as questões de ordem jurídica e financeira sejam resolvidas de maneira célere e satisfatória.

A Emgea possui contratos de prestadores de serviço para operacionalização das ações jurídicas que patrocinam os interesses da Emgea e que são distribuídos por região.

3. Desempenho econômico-financeiro

O lucro bruto em 2023 alcançou o montante de 408,80 milhões ante a 358,21 milhões em 2022, um acréscimo nominal de 14,12%. De outro lado, o Lucro líquido foi 30,35% menor que o de 2022, decorrente de pagamentos de impostos e contribuições sobre o lucro, que não incidiam em 2022, conforme as Demonstrações de Resultados, inclusas neste relatório. Importante mencionar que não houve impacto para a União, acionista única, em face de o resultado bruto ser distribuído entre tributos, dividendos e incorporação ao patrimônio.

Ao final de 2023, o Patrimônio líquido atingiu o valor de R$ 11.952,77 milhões, com evolução de 0,99% no ano, incrementado em razão do registro do resultado econômico do exercício.

Os Ativos Totais somaram R$ 16.530,24 milhões em 31.12.2023, representando crescimento de 1,75% no ano, sendo os créditos perante o FCVS os de maior representatividade (87,65% do total de Ativos) e os que mais contribuíram para o incremento do ativo total da Empresa, por meio das receitas auferidas com juros e atualização monetária no período.

Em 31.12.2023, o Passivo Exigível totalizou R$ 4.577,47 milhões, com aumento de 3,80% em relação a dezembro de 2022. As obrigações com o FGTS representam 88,91% (R$ 4.069,95 milhões) desse Passivo.

4. Gestão Orçamentária

A peça orçamentária da Emgea é elaborada e acompanhada nos moldes do Programa de Dispêndios Globais - PDG das empresas estatais federais não dependentes, que compreende as fontes de recursos e os dispêndios previstos para o ano de referência, mantendo-se o alinhamento com os registros contábeis das respectivas empresas.

O Total Geral dos Recursos realizado foi de R$ 1.850,01 milhões, ante o valor orçado de R$ 2.077,80 milhões, representando redução de 10,96%.

O Total Geral dos Dispêndios foi de R$ 1.386,43 milhões, frente ao valor orçado de R$ 1.956,72 milhões, o que representa redução de 29,15%.

As variações a menor nos totais de recursos e de dispêndios estão relacionadas principalmente à realização, aquém do previsto, das movimentações relativas ao cronograma de novações de dívidas do FCVS (créditos da Emgea) no exercício.

5. Gestão Financeira

Em 2023 transitaram no caixa da Emgea R$ 753,66 milhões, desempenho 9,77% menor que 2022. Desse total, R$ 447,32 milhões são originários de novações de dívidas do FCVS (créditos da Emgea), sendo que parte (em títulos CVSB e em espécie) se encontrava bloqueada perante o FGTS e foi utilizada para pagamento das prestações mensais da Empresa para com o citado Fundo (R$ 198,50 milhões). Também oriundos de novações, R$ 212,64 milhões (parcela em espécie da novação de dívidas com origem SBPE) e R$ 36,18 milhões (permutas de títulos com o Tesouro Nacional) foram creditados diretamente à Emgea.

Além das citadas movimentações oriundas de processos de novação de dívidas do FCVS, registre-se ainda os ingressos decorrentes da arrecadação de recursos advindos das operações da Empresa, originários da carteira de crédito imobiliário pessoa física (R$ 92,66 milhões), os montantes obtidos pela alienação de imóveis não de uso (R$ 28,45 milhões), os valores originários da carteira de créditos comerciais (R$ 15,98 milhões) e da carteira de crédito imobiliário pessoa jurídica (R$ 40,17 milhões).

Os desembolsos no período somaram R$ 760,11 milhões, dos quais destacamos os montantes relativos aos pagamentos de financiamentos perante o FGTS (R$ 198,50 milhões), de tributos (R$ 225,36 milhões), de dispêndios correntes operacionais (R$ 75,17 milhões) e com serviços de terceiros (R$ 25,91 milhões). Observa-se que os desembolsos em 2023 foram 100,08% maiores que em 2022 (variação de cerca de R$ 380,21 milhões).

6. Gestão de Pessoas

A Emgea não possui plano de cargos e salários e os cargos comissionados são ocupados por profissionais contratados no mercado em regime celetista. Adicionalmente como previsto na medida provisória que criou a empresa (MP n° 2.196/2001), a Emgea conta com empregados cedidos pela Administração Pública Federal e submetem-se ao regime integral e dedicação exclusiva ao serviço.

A estrutura atual, aprovada por meio da Portaria nº 17, de 22.12.2015, pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - Dest (atualmente Secretaria de Coordenação das Estatais - Sest, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - MGI), estabelece a dotação de 104 (cento e quatro) colaboradores.

Em 31.12.2023, a companhia fechou com lotação de 100 (cem) colaboradores e o quadro de pessoal demonstra os seguintes perfis:

Tabela 3 – Perfil de colaboradores em 31.12.2023

% por Sexo	Qtde	Cargo	Qtde	% por Etnia	Qtde	Faixa Etária	Qtde
Feminino	59%	Assessor	31%	Branca	62%	A partir de 60	19
Masculino	41%	Assessor Sênior	29%	Preta	7%	< 60 >= 50	17
		Auditor	3%	Parda	29%	< 50 >= 40	32
		Gerente e equivalentes	24%	Amarela	2%	< 40 >= 30	25
		Superintendente e equivalentes	13%			< 30 > 18	7
Total	**100%**	Total	100%	Total	100%	Total	100

Fonte: Emgea/ Supes

Com o objetivo de inserir estudantes no mercado de trabalho, a Emgea manteve em seu quadro de pessoal, seis menores aprendizes e dezesseis estagiários, em 31.12.2023.

Todos os programas legais que tem como escopo a segurança no trabalho, quais sejam: Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR; Análise Ergonômica do Trabalho – AET; Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO e Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT sempre estão atualizados; o que auxilia na manutenção do grau mínimo da Emgea no Fator Acidentário de Prevenção – FAP, junto ao Ministério da Previdência Social.

A Emgea possui Política de Participação dos Empregados nos Lucros ou Resultados o que proporcionou, no último triênio, considerando o desempenho no cumprimento das metas estabelecidas; o pagamento integral dos valores definidos em acordo.

O Regulamento de Pessoal da Empresa apresenta um Programa de Valorização do Capital Humano que dentre as ações de impacto destaca-se a necessidade verificar no processo seletivo critérios de pluralidade e diversidade, reservando, preferencialmente, ao menos 50% dos cargos ao acesso feminino.

7. Sustentabilidade

Ciente da importância da participação do setor público na inclusão social e na gestão ambiental, e em linha como disposto no Decreto nº 10.936/2022, a Emgea conta com uma Comissão de Responsabilidade Socioambiental - CRSA. A CRSA, vinculada à Diretoria Executiva, atua como órgão de apoio à gestão em assuntos relacionados a responsabilidade socioambiental.

Em 2023 o processo de tramitação de documentos por meio eletrônico continuou sendo prioritário, havendo assim redução na produção de documentos em meio físico e a consequente diminuição de papeis a serem descartados. Houve uma redução de papéis de 20,59% (de 2019 a 2023) e de 10,41% no biênio (2022 a 2023).

O material reciclável da Empresa é coletado pelo Serviço de Limpeza Urbana - SLU/DF e repassado a cooperativas ou associações de catadores do Distrito Federal, em conformidade com a Lei Distrital nº 3.890/2006.

8. Transparência

A Emgea tem a transparência como valor e princípio de governança. Para tanto, divulga no sítio eletrônico www.emgea.gov.br informações sobre seus negócios e seu funcionamento, incluindo informações detalhadas sobre sua estrutura de governança corporativa e gestão. Disponibiliza também no sítio eletrônico canais para solicitações de informações e para denúncias, reclamações, sugestões e elogios.

Em 2023, foram implementadas melhorias no sítio eletrônico da Emgea com vistas atender a 7º versão do Guia de Transparência Ativa da Controladoria-Geral da União.

9. Perspectivas

No Planejamento Estratégico para o quinquênio 2024-2028 foram mantidos os objetivos estratégicos, as estratégias e as iniciativas de 2023, afim de dar continuidade aos trabalhos iniciados pela nova gestão da Emgea. No quadro a seguir pode-se observar a priorização e distribuição das escolhas estratégicas nas perspectivas finanças, processos, clientes e pessoas, oriundas da aplicação da metodologia Balanced Scorecard – BSC para o exercício de 2024.

Figura 4 – BSC da Emgea

Objetivos: Gestão de Ativos e Sustentabilidade Financeira		
	Estratégias	Iniciativas Estratégias
Finanças:	1. Viabilizar o ingresso de recursos financeiros que permitam a sustentabilidade econômica e financeira	1.1- Viabilizar processos de novações FCVS; 1.2- Cobrar e recuperar créditos; 1.3- Manter fluxo de caixa adequado às necessidades;
Processos:	2. Redesenhar os processos visando a eficiência operacional	2.1- Otimizar processos organizacionais; 2.2- Aprimorar a organização e disponibilização de Informações e do Conhecimento; 2.3- Tratar pendências operacionais e mitigar riscos; 2.4- Adequar a estrutura física e tecnológica; 2.5- Promover a comunicação clara e bilateral.
Clientes:	3. Promover ambiente de atendimento que maximize os resultados do relacionamento com os clientes	3.1- Estruturar monitoramento e avaliação sobre satisfação do cliente; 3.2- Desenvolver plano de comunicação com os clientes; 3.3- Buscar novos negócios;
Pessoas:	4. Promover a aquisição de competências para atuação adequada aos processos	4.1- Implementar programas de motivação e de capacitação da equipe.

Fonte: Elaboração própria.

A Emgea tem o desafio de gerar caixa suficiente para pagar seus compromissos e manter a sua operação em funcionamento.

Em relação à continuidade, a Emgea permanece operando seus processos gerenciais, negociais, administrativos e operacionais, conforme o planejamento estratégico e a proposta orçamentária aprovada para 2024, ou seja, com plena capacidade técnica e operacional. Além disso a Empresa possui patrimônio líquido da ordem de R$ 12 bilhões e total de ativos em torno de R$ 16 bilhões, dos quais, aproximadamente 87%, bem definidos e com baixa probabilidade de não realização, representados por créditos junto ao FCVS e com expectativa de significativas novações no exercício de 2024, diante de um passivo definido da ordem de R$ 4 bilhões em obrigação junto ao FGTS, o que possibilitará auxiliar o governo na implementação de políticas públicas.

A continuidade e efetividade das novações de dívidas do FCVS (ativos da Emgea) pela União mostra-se como um importante fator de sustentação da liquidez da Empresa, com razoável perspectiva de ocorrer no primeiro semestre de 2024. Os recursos originários das novações de dívidas do FCVS são fundamentais para a viabilização do pagamento das parcelas da dívida da Emgea perante o FGTS, com vencimentos previstos para junho e agosto de 2024. Não obstante as definições e prazos estabelecidos no âmbito da desestatização da Empresa, a eficiência operacional continuará sendo tratada como prioridade pela Administração da Emgea, com revisão de processos e aprimoramento de controles operacionais visando o aumento da produtividade e a redução de custos, além do constante esforço de contenção de despesas administrativas.

Balanços Patrimoniais – Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31.12.2023	31.12.2022
Circulante		**1.244.726**	**1.291.487**
Caixa		1.053	973
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado		**828.427**	**834.962**
Fundos de Investimento	4	828.427	834.962
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		**323.513**	**349.067**
Créditos Imobiliários	5.1	71.400	107.602
Créditos Comerciais	5.2	346	634
Créditos Vinculados	6.1	249.857	211.173
Títulos CVS	7	1.910	29.658
Tributos a recuperar		**4.990**	**9.614**
Impostos a compensar ou recuperar	8	4.990	9.614
Ativos não circulantes mantidos para venda		**86.743**	**96.871**
Imóveis não de uso	9	86.743	96.871
Não Circulante		**15.285.514**	**14.953.885**
Realizável a Longo Prazo		**15.283.640**	**14.949.773**
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		**15.283.640**	**14.949.773**
Créditos Imobiliários	5.1	686.364	665.054
Créditos Vinculados	6.2	107.721	228.936
Créditos perante o FCVS	10	14.488.680	14.049.067
Depósitos Judiciais	11	875	6.716
Imobilizado		1.874	4.112
Imobilizado de uso	**12.1**	**116**	**170**
Arrendamento - Direito de Uso	12.2	1.758	3.942
Total do Ativo		**16.530.240**	**16.245.372**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanços Patrimoniais – Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Passivo	Nota	31.12.2023	31.12.2022
Circulante		**3.612.441**	**665.038**
Passivos financeiros mensurados ao Custo Amortizado		**3.157.152**	**177.919**
Financiamentos	13	3.157.152	177.919
Outras obrigações		**384.632**	**382.777**
Obrigações com pessoal	14	8.678	9.820
Obrigações com fornecedores	15	11.531	8.369
Obrigações tributárias	16	119.680	104.944
Dividendos	17	67.989	48.318
Juros sobre Capital Próprio	17	59.254	85.075
Obrigações por repasses	18	64.180	68.746
Obrigações com ativos mantidos para venda	19	51.562	55.253
Arrendamento	12.2	1.758	2.252
Provisões		**70.657**	**104.342**
Provisões para contingências	20	70.657	104.342
Não Circulante		**965.027**	**3.744.831**
Passivos financeiros mensurados ao Custo Amortizado		**912.801**	**3.690.896**
Financiamentos	13	912.801	3.690.896
Outras obrigações		**52.226**	**53.935**
Obrigações com pessoal	14	306	325
Arrendamento	12.2	-	1.690
Obrigações com ativos mantidos para venda	19	51.920	51.920
Patrimônio Líquido		11.952.772	11.835.503
Capital Social	21.1	9.057.993	9.057.993
Reservas de lucros	21.2	2.894.779	2.777.510
Reserva legal		174.581	162.106
Reserva especial para cumprimento de obrigações	21.2	2.487.771	2.310.007
Reserva especial de Dividendos não distribuídos	21.2	232.427	305.397
Total do Passivo		16.530.240	16.245.372

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanços Patrimoniais – Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Descrição	Nota	31.12.2023	31.12.2022
Receita Bruta	**22.1**	**1.072.968**	**1.021.562**
Dedução da Receita Bruta	**22.2**	**(91.388)**	**(1.470.000)**
Receita Líquida		**981.580**	**(448.438)**
Custos Operacionais	**22.3**	**(406.878)**	**(356.602)**
Lucro Bruto		**574.702**	**(805.040)**
Receitas / Despesas		**(222.439)**	**1.146.332**
Despesas Administrativas		**(54.449)**	**(48.209)**
Despesa de pessoal	22.4.1	(30.239)	(27.977)
Despesa de serviços de terceiros	22.4.2	(17.888)	(15.893)
Demais despesas administrativas	22.4.3	(6.322)	(4.339)
Receitas / Despesas Operacionais		**(167.990)**	**1.194.541**
Receitas	22.5.1	14.074	23.988
Despesas	22.5.2	(117.221)	(65.917)
Perda de crédito esperada (líquida)	22.5.3	26.591	1.304.804
Redução ao Valor Recuperável de ativos financeiros	22.5.4	(133.732)	(83.392)
Redução ao Valor Recuperável de outros ativos	22.5.5	5.618	48.122
Provisões (reversões) para contingências	22.5.6	33.684	(43.403)
Provisões (reversões) para outros passivos	22.5.7	2.996	10.339
Resultado antes da Receitas e Despesas Financeiras		**352.263**	**341.292**
Resultado Financeiro		**56.535**	**16.919**
Receitas Financeiras	22.6.1	119.309	64.152
Despesas Financeiras	22.6.2	(62.774)	(47.233)
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro		**408.798**	**358.211**
Impostos e Contribuições sobre o Lucro		**(159.305)**	**-**
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	23.1	(116.558)	-
Contribuição Social sobre Lucro Líquido	23.1	(42.747)	-
Resultado Líquido do Exercício		**249.493**	**358.211**
Nº de Ações		**9.057.993**	**9.057.993**
Lucro por Ação (R$)		**27,54**	**39,55**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes – Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Descrição	**31.12.2023**	**31.12.2022**
Resultado do exercício	249.493	358.211
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	249.493	358.211

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

EVENTOS	Nota	Capital Social Realizado	Reservas de Lucros: Legal	Reservas de Lucros: Aquisição de Ativos Operacionais	Reservas de Lucros: Reserva Especial para cumprimento de obrigações	Reservas de Lucros: Reserva Especial de Dividendos	Lucros / Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021		9.057.993	144.195	1.634.396	420.386	165.268	-	11.422.238
Resultado do exercício							**358.211**	**358.211**
Destinação do lucro:								
Reserva legal	21.2		17.911				(17.911)	
Reserva para Aquisição de Ativos Operacionais	21.2			(1.634.396)	1.634.396			
Reserva Especial p/ cumprimento de obrigações	21.2				255.225		(255.225)	
Juros sobre Capital Próprio	21.3						(85.075)	(85.075)
Reserva especial de Dividendos não distribuídos						140.129		140.129
Saldo em 31 de dezembro de 2022		9.057.993	162.106	-	2.310.007	305.397	-	11.835.503
Resultado do exercício							249.493	249.493
Destinação do lucro:								
Reserva legal			12.475				(12.475)	
Reserva para Aquisição de Ativos Operacionais	21.2							
Reserva Especial p/ cumprimento de obrigações	21.2				177.764		(177.764)	
Juros sobre Capital Próprio	21.3						(59.254)	(59.254)
Reserva especial de Dividendos não distribuídos						(72.970)		(72.970)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**9.057.993**	**174.581**	**-**	**2.487.771**	**232.427**	**-**	**11.952.772**

Demonstrações do Fluxo de Caixa – Pelo Método Indireto
Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Descrição	31.12.2023	31.12.2022 (reclassificado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício ajustado	**953.899**	**926.467**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	408.798	358.211
Depreciação e amortização	53	341
Depreciação e amortização - Arrendamento	2.276	2.147
Perda de Crédito Esperada	(26.591)	(1.304.804)
Redução Valor Recuperável	128.115	35.269
Provisão para contingências	(33.684)	43.403
Provisão para outros passivos	(2.996)	(10.339)
Descontos concedidos	22.605	36.131
Perdas com ativos financeiros	4.918	1.376.605
Despesas financeiras sobre financiamentos	399.635	350.557
Despesas financeiras sobre dividendo / JCP	50.770	38.946
Variações nos ativos	**(416.075)**	**(737.647)**
(Aumento) redução dos fundos de investimentos	6.536	(455.372)
(Aumento) redução dos títulos CVS	27.748	(29.658)
(Aumento) redução das operações de créditos imobiliários	15.717	10.485
(Aumento) redução dos créditos PJ perante o setor público	-	709
(Aumento) redução das operações de créditos comerciais	363	1.546
(Aumento) redução de créditos vinculados	114.566	(75.600)
(Aumento) redução de créditos perante o FCVS	(606.879)	(288.613)
(Aumento) redução nos impostos e contribuições a recuperar	4.257	(8.791)
(Aumento) redução dos ativos não circulante mantidos para venda	16.113	73.720
(Aumento) redução dos depósitos/bloqueio judiciais	5.504	33.927
Variações nos passivos	**11.478**	**8.048**
Aumento (redução) de obrigações com pessoal	(1.160)	865
Aumento (redução) de obrigações com fornecedores	3.162	(2.728)
Aumento (redução) de obrigações tributarias	14.042	6.190
Aumento (redução) de obrigações por repasse	(4.566)	3.690
Aumento (redução) de obrigações com imóveis não de uso	-	-
Aumento (redução) de obrigações com arrendamento	-	31
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**549.302**	**196.868**
Juros pagos por empréstimos e financiamentos	(36.166)	(40.291)
Impostos pagos sobre o lucro	(159.305)	-
Juros pagos de Dividendos / JCP	(31.099)	-
Fluxos de caixa líquido das atividades operacionais	**322.732**	**156.577**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição do imobilizado	-	(3)
Caixa líquido proveniente das atividades investimento	-	**(3)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(162.332)	(154.373)
Dividendos / JCP pagos	(158.045)	-
Arrendamento de direito de uso do imóvel	(2.275)	(2.178)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	**(322.652)**	**(156.551)**
Aumento (Redução) líquida do caixa	**80**	**23**
Modificação na posição financeira		
No início do período	973	950
No fim do período	1.053	973
Movimentação líquida do caixa	**80**	**23**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de Valor Adicionado
Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
(reclassificado)		
Receitas	957.508	2.219.259
Operações de créditos e recuperação de prejuízo	1.015.158	964.299
Constituição de provisões/reversões	(64.843)	1.236.470
Outras receitas operacionais	7.193	18.490
(-) Insumos adquiridos por terceiros	(572.584)	(1.847.383)
(-) Materiais consumidos	(74)	(62)
(-) Custos operacionais	(434.401)	(1.769.339)
(-) Utilidades, serviços de terceiros e outras despesas	(138.109)	(77.982)
(=) Valor adicionado bruto (1-2)	384.924	371.876
(-) Depreciação e amortização	(54)	(341)
(=) Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3-4)	**384.870**	**371.535**
(+) Valor adicionado recebido em transferência	113.760	61.169
Receitas financeiras	113.760	61.169
(=) Valor adicionado total a distribuir (5+6)	498.630	432.704
Distribuição do valor adicionado	498.630	432.704
Pessoal e administradores	27.347	25.251
Salários e encargos	26.487	23.364
Participações nos lucros e resultados	472	1.465
Plano de saúde	388	422
Tributos	162.288	2.814
Impostos, taxas e contribuições	2.983	2.814
Imposto de renda e contribuição social	**159.305**	**-**
Remuneração de capitais de terceiros	59.501	46.428
Juros	57.226	44.250
Despesas com aluguéis	2.275	2.178
Remuneração de capitais próprios	249.493	358.211
Juros Sobre Capital Próprio	59.254	85.075
Lucro retido	190.239	273.136

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

1. A Emgea

A Empresa Gestora de Ativos S.A. (Emgea) é uma empresa pública federal não financeira, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, vinculada ao Ministério da Fazenda, com capital social totalmente integralizado pela União. Tem como atividades finalísticas legalmente definidas: a gestão de ativos – bens e direitos – provenientes da União e de entidades integrantes da administração pública federal, notadamente carteiras de operações de crédito imobiliário, crédito comercial e crédito perante o setor público, adquiridas por meio de assunção de obrigações das entidades transmitentes, por aumento de capital ou contra pagamento; e a prestação de serviços de cobrança administrativa de créditos sob gestão da Secretaria do Patrimônio da União - SPU.

A Empresa foi criada pelo Decreto nº 3.848, de 26.6.2001, com base na autorização contida na Medida Provisória nº 2.155, de 22.6.2001 (atual Medida Provisória nº 2.196-3, de 24.8.2001), no contexto do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais (PROEF). A operação inicial envolveu a cessão, pela Caixa, de R$ 26,6 bilhões em contratos de financiamentos imobiliários, grande parte deles oriundos do Sistema Financeiro da Habitação (SFH). Em contrapartida, a Emgea assumiu obrigações da Caixa perante o FGTS e outros fundos administrados pela Caixa.

Com sede em Brasília, a Emgea desenvolve e implementa soluções financeiras para a recuperação dos seus créditos, em sua maioria de baixa performance. Busca e prioriza medidas conciliatórias, tanto na esfera administrativa como na judicial, para incentivar a liquidação ou a reestruturação das operações, ponderados os aspectos institucionais, jurídicos, financeiros, contábeis, tributários e as características dos créditos. Contrata, para a realização das atividades operacionais, empresas prestadoras de serviços, com atuação em todo o território nacional.

A Emgea não está sujeita a nenhuma exigência legal ou regulamentar relativa à manutenção de capital mínimo.

Em dezembro de 2019, a Empresa foi qualificada no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República - PPI e incluída no PND, ficando designado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES como responsável pela execução e acompanhamento dos atos necessários à desestatização da Emgea, sendo posteriormente publicado o Decreto nº 10.863, de 19.11.2021, o qual estabelecia o prazo para o processo de desestatização da Emgea, revogado pelo Decreto nº 11.110, de 29.6.2022, que estabeleceu novo marco temporal para o início da contagem do prazo.

Contudo, após a mudança da gestão da empresa em 2023, em junho do corrente exercício foram revistos a estratégia, o propósito, a missão, a visão e os valores, bem como solicitado em junho de 2023, por meio de ofício ao Ministério da Fazenda, a exclusão do processo de desestatização, em linha com as novas diretrizes do governo atual do país.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1. Base de apresentação

As demonstrações financeiras da Emgea foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração.

A Diretoria Executiva fez elaborar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e a Proposta de Destinação do Resultado do exercício de 2023 e, em reunião realizada em 4 de março de 2024, autorizou a sua submissão e encaminhamento ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração que, em reunião realizada em 15 de março de 2024, manifestou-se favoravelmente à proposta da Diretoria, aprovando sua divulgação, e autorizou o seu encaminhamento para apreciação pela Assembleia de Acionistas.

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

2.2. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da Emgea é o Real (R$). As informações financeiras quantitativas são apresentadas em termos nominais e expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que podem afetar os valores de ativos, passivos, receitas e despesas divulgados.

As estimativas e as premissas são revistas continuamente pela Administração e os ajustes decorrentes das revisões são reconhecidos no resultado do período em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As estimativas e os julgamentos considerados mais relevantes pela Emgea são os seguintes:

a) estimativas de perdas para redução dos ativos financeiros ao valor recuperável, incluídas as perdas de crédito esperadas e outras perdas não relacionadas ao risco de crédito (Notas 22.5.3 e 22.5.4);

b) estimativas de perdas para redução ao valor recuperável dos imóveis classificados como “Ativos não circulantes mantidos para venda” (Nota 22.5.5); e

c) provisão para contingências e outros passivos (Notas 22.5.6 e 22.5.7).

2.4. Reclassificações e aberturas para fins de comparabilidade

A Empresa realizou determinadas aberturas e reclassificações em dezembro de 2022 na Demonstração do Fluxo de Caixa e na Demonstração do Valor Adicionado para fins de comparabilidade com os saldos de dezembro de 2023, conforme demonstrado a seguir:

a) Demonstração do Fluxo de Caixa –DFC – pelo Método Indireto

Demonstrações do Fluxo de Caixa	Valor Original	Reclassificação	Valor Reclassificado
Resultado do exercício ajustado	**926.467**	**-**	**926.467**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	358.211	-	358.211
Depreciação e amortização - Ativo Fixo (i)	2.488	(2.147)	341
Depreciação e amortização – Arrendamento (i)	-	2.147	2.147
Variações nos passivos:	**8.017**	**31**	**8.048**
Aumento (redução) de obrigações com arrendamento (ii)	-	31	31
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**196.837**	**31**	**196.868**
Fluxos de caixa líquido das atividades operacionais	**156.546**	**31**	**156.577**
Direito de uso de imóvel (ii)	(4.505)	4.505	-
Caixa líquido proveniente das atividades investimento	**(4.508)**	**4.505**	**(3)**
Arrendamento de direito de uso do imóvel (ii)	2.358	(4.536)	(2.178)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	**(152.015)**	**(4.536)**	**(156.551)**
Movimentação Líquida do caixa	**23**	**-**	**23**

(i) A variação em “Depreciação e amortização – Ativo Fixo” se deu em contrapartida à rubrica “Depreciação e amortização – Arrendamento”, tendo em vista a abertura do valor para melhor evidenciação da natureza das despesas.

(ii) A variação entre os fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimento e de financiamento refere-se ao ajuste dos pagamentos de arrendamento de direito de uso de imóvel, para fins de adequação ao CPC 03_R2 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Os efeitos dos ajustes realizados não impactaram o “Resultado do exercício ajustado” e a “Movimentação líquida do caixa”.

b) Demonstração do Valor Adicionado – DVA

Demonstração de Valor Adicionado	Valor Original	Reclassificação	Valor Reclassificado
(-) Insumos adquiridos por terceiros	(1.847.379)	(4)	(1.847.383)
(-) Utilidades, serviços de terceiros e outras despesas	(77.978)	(4)	(77.982)
(=) Valor adicionado bruto (1-2)	371.880	(4)	371.876
(-) Depreciação e amortização	(2.489)	2.148	(341)
(=) Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3-4)	369.391	2.144	371.535
(=) Valor adicionado total a distribuir (5+6)	430.561	2.143	432.704
Distribuição do valor adicionado	430.561	2.143	432.704
Remuneração de capitais de terceiros	44.284	2.144	46.428
Despesas com aluguéis	34	2.144	2.178

A variação de “Utilidades, serviços de terceiros e outras despesas”, referente ao valor das despesas com condomínio, bem como a variação de “Depreciação e amortização”, referente ao valor da amortização do arrendamento (aluguel do edifício sede), se deram em contrapartida à rubrica “Despesas com aluguéis”, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 09.

3. Principais práticas contábeis

3.1. Práticas contábeis

As práticas contábeis adotadas no exercício de 2023 foram aplicadas consistentemente com os critérios utilizados no encerramento do exercício de 2022.

3.2. Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

Considerando o modelo de negócios da Empresa e as características de seus instrumentos financeiros, são classificadas 2 (duas) categorias de mensuração de ativos financeiros:

a) Custo Amortizado (CA): utilizada quando os ativos financeiros são mantidos para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros; e

b) Valor Justo por meio do Resultado (VJR): utilizada para ativos financeiros mantidos para receber fluxos de caixa oriundos de suas vendas.

São classificados ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR) os ativos financeiros constituídos por Fundos de Investimentos. Esses ativos são contabilizados pelo valor de mercado, que é representado pelo valor justo da cota, divulgado pelo Administrador dos Fundos.

Considerando a escala de níveis de informação disponíveis para apuração do valor justo, são utilizadas informações de “Nível 1”, nos termos do CPC 48.

São classificados ao Custo Amortizado (CA) os títulos CVS, as operações de crédito imobiliário e de crédito comercial, os créditos perante o FCVS e os créditos vinculados a essas operações.

Os passivos financeiros são classificados ao Custo Amortizado (CA), uma vez que a Emgea não os mantém para negociação.

3.3. Redução ao valor recuperável dos ativos financeiros

Para a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros classificados ao Custo Amortizado (CA) são utilizados modelos de mensuração considerando:

a) a perda de crédito esperada: perda decorrente de inadimplência (risco de crédito da contraparte); e

b) outras perdas esperadas: perdas decorrentes de eventos inerentes ao processo operacional do ativo financeiro, não relacionadas ao risco de crédito.

3.3.1. Perda de crédito esperada

A Emgea classifica o ativo financeiro em 3 (três) estágios, de acordo com o risco de crédito (risco de inadimplência) do devedor:

- Estágio 1: ativos financeiros sem problemas de recuperação de crédito (Risco de crédito baixo);
- Estágio 2: ativos financeiros sem problemas de recuperação de crédito cujo risco de crédito aumentou significativamente (Risco de crédito médio). Representa a perda de crédito esperada ao longo da vida do ativo financeiro e considera todos os eventos de inadimplência possíveis; e
- Estágio 3: ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito (Risco de crédito alto ou extremo). Assim como no “Estágio 2”, representa a perda de crédito esperada ao longo da vida do ativo financeiro e considera todos os eventos de inadimplência possíveis.

Os ativos financeiros podem migrar de um Estágio para outro se houver alterações significativas no respectivo risco de crédito, devidamente justificadas e comprovadas.

As carteiras de crédito imobiliário e de crédito comercial, por serem compostas por créditos com problemas de recuperação, nos termos previsto no CPC 48 (Apêndice A - Definição de termos, “Ativo financeiro com problema de recuperação de crédito”), são classificadas no Estágio 3. São créditos já adquiridos com problemas de recuperação (financiamentos e empréstimos originalmente cedidos pela Caixa).

Para efeito de análise e mensuração da perda esperada, os créditos são agrupados nas seguintes categorias, considerando a similaridade de suas características:

- Crédito imobiliário perante pessoas físicas, com cobertura do FCVS - Cessão inicial;
- Crédito imobiliário perante pessoas físicas, sem cobertura do FCVS - Cessão inicial;
- Crédito imobiliário perante pessoas físicas, com cobertura do FCVS - Carteira adquirida em 2014;
- Crédito imobiliário perante pessoas físicas, sem cobertura do FCVS - Carteira adquirida em 2014;
- Crédito imobiliário perante pessoas jurídicas do setor privado;
- Crédito comercial, carteira “Minha Casa Melhor”;
- Crédito comercial, exceto carteira “Minha Casa Melhor”; e
- Créditos perante o FCVS.

Os créditos perante o FCVS têm como contraparte a União, o que os caracteriza como ativos financeiros com baixo risco de crédito. Não obstante, prudencialmente, a Administração optou por utilizar o modelo dos 3 (três) Estágios para classificar os créditos perante o FCVS, considerando, ao invés da perda de crédito esperada, as possíveis perdas ao longo do processo operacional de realização dos créditos perante o FCVS (nas etapas de habilitação, homologação, validação e novação).

Para a categorização, foi adotado o seguinte critério:

- Classificação no Estágio 1: créditos nas situações “Homologado, validado”; “Homologado, pré-novado” e “VAF 3 e VAF 4 não novados”;
- Classificação no Estágio 2: créditos nas situações “Não habilitado”; “Habilitado, não homologado”; “Homologado, sem manifestação pela Emgea”; “Homologado, não validado pela Emgea”:
- i. homologado em rotina FCVS de validação da operação contratada, carteira de créditos objeto de reanálise para nova homologação; e
- Classificação no Estágio 3: créditos para os quais a Administradora do FCVS já opinou pela negativa de cobertura, nas seguintes situações:

i. créditos que são passíveis de recurso para reversão da negativa (créditos nas situações “Homologado com negativa de cobertura, passível de recurso” e “Homologado com negativa de cobertura, passível de recurso – CADMUT, até 5.12.1990”); e

ii. homologado com negativa de cobertura, que não cabe recurso.

As perdas estimadas são reconhecidas no resultado no grupo Receitas/Despesas – Perda de crédito esperada (líquida) – Nota 22.5.3. Para os contratos classificados no Estágio 3, é efetuado o ajuste da taxa de juros efetiva reduzindo-se, do valor dos juros e correção monetária, o percentual de perda de crédito esperada aplicado.

3.3.2. Outras perdas esperadas, não relacionadas ao risco de crédito

Independentemente da perda de crédito esperada, para cada ativo financeiro são levantados e mensurados os eventos que, embora não relacionados a risco de crédito (inadimplência do devedor) podem reduzir o valor do ativo (reduzir os fluxos de caixa contratuais), como é o caso da taxa de performance, que é um percentual do crédito recuperado que deve ser pago às empresas contratadas para a prestação de serviços de cobrança a título de remuneração. Tem valor variável, uma vez que depende do montante efetivamente recebido do devedor.

3.4. Reconhecimento de receitas e despesas

As receitas e as despesas são registradas de acordo com o regime contábil de competência, que estabelece que sejam incluídas na apuração de resultado dos períodos em que ocorrerem, independentemente de recebimento ou pagamento.

Para o reconhecimento das receitas foram considerados os fluxos de caixa contratuais do instrumento financeiro, sendo que:

a) no caso dos ativos enquadrados nos Estágios 1 e 2 (ativos sem problemas de recuperação), foi aplicada a taxa de juros efetiva; e

b) no caso de ativos financeiros enquadrados no Estágio 3 (ativos com problemas de recuperação), foi aplicado, como redutor, o mesmo percentual da perda de crédito esperada.

Particularmente, para os ativos financeiros enquadrados no Estágio 3, foram reconhecidas receitas apenas nas carteiras de crédito imobiliário perante pessoas físicas e de créditos perante o FCVS. Não foram reconhecidas receitas na carteira de crédito imobiliário perante pessoas jurídicas, uma vez que a perda de crédito esperada corresponde a 100% do saldo, e na carteira de crédito comercial, cujos contratos estão, na totalidade, inadimplidos e os saldos devedores foram mantidos pelo valor na data da aquisição da carteira (não são mais atualizados pelas taxas contratuais).

3.5. Reconhecimento de perdas incorridas

3.5.1. Perdas decorrentes de execução de garantias

As diferenças apuradas entre os saldos devedores de financiamentos imobiliários e os valores de avaliação dos imóveis vinculados como garantia, quando este é inferior, por ocasião de sua adjudicação, arrematação, dação ou consolidação de propriedade pelo credor, são registradas em contas a receber como créditos remanescentes, sendo simultaneamente constituídas as perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa de igual valor para perdas na realização desses valores no caso de pessoa jurídica, e baixado

diretamente no resultado, no caso de pessoa física. No caso de garantias avaliadas de valor superior ao montante do crédito a receber, nenhum ganho é reconhecido.

Essas perdas são reconhecidas na demonstração do resultado na rubrica Despesas do grupo Receitas / Despesas Operacionais (Nota 22.5.2).

3.5.2. Perdas decorrentes de reestruturação de contratos

Sempre que possível, a Emgea procura reestruturar seus contratos de operações de créditos ao invés de adjudicar a garantia vinculada. Isso pode envolver a extensão do prazo de pagamento e o acordo de novas condições ao financiamento, incluindo os possíveis descontos concedidos.

Quando os prazos dos financiamentos são renegociados, são utilizados os encargos atuais, antes da modificação desses prazos, e qualquer redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado em “perdas com ativos financeiros” (Nota 22.2).

A Emgea revisa continuamente os contratos reestruturados para monitorar o cumprimento dos critérios renegociados e a realização dos respectivos pagamentos por parte dos devedores.

Os empréstimos renegociados continuam sujeitos à avaliação individual ou coletiva de redução ao valor recuperável, conforme descrito na Nota anterior.

3.5.3. Perdas decorrentes de incentivo a liquidações antecipadas

A Emgea possui como política o incentivo a liquidações antecipadas de contratos de financiamentos habitacionais, com ou sem a cobertura do FCVS, e para contratos comerciais, as quais podem resultar na redução substancial dos saldos devedores.

As despesas com descontos decorrentes dessas medidas são reconhecidas diretamente no resultado no momento da liquidação ou da renegociação de seus contratos e estão apresentadas nas demonstrações de resultado em “Dedução da Receita Bruta” (Nota 22.2).

Para os descontos nas operações adquiridas com deságio, somente é reconhecida no resultado a parcela que exceder o valor do deságio.

3.6. Baixa de ativos e passivos financeiros

Quando não houver expectativas razoáveis de recuperação de um ativo financeiro ou quando a cobrança administrativa ou judicial for considerada antieconômica, o ativo é baixado, mediante transferência para perdas (sensibiliza a rubrica “Dedução da Receita Bruta” – Nota 22.2), simultaneamente com a reversão da perda esperada relacionada (sensibiliza a conta de receita na rubrica “Receitas/Despesas Operacionais” – Notas 22.5.3 e 22.5.4).

Caso um ativo objeto de baixa para perdas seja posteriormente recuperado, o montante é lançado a crédito da rubrica “Recuperação de Créditos Baixados como Perda”, que sensibiliza a “Receita Bruta” (Nota 22.1) na Demonstração do Resultado do Exercício sendo, portanto, sujeito à tributação, nos termos da legislação vigente.

A baixa de passivos financeiros é efetuada quando suas obrigações contratuais são extintas / canceladas ou quando expiram.

3.7. Ativos não circulantes mantidos para venda

Representam os bens recebidos por execução de garantias vinculadas às operações de crédito imobiliário, classificados de acordo com o CPC 31 – Ativos não circulantes mantidos para venda e operação descontinuada, considerando que estão mantidos essencialmente com o propósito de serem alienados. São reconhecidos pelo menor dos dois valores entre o valor contábil e o valor líquido de venda menos o custo de vender mensurado na data em que forem classificados nessa categoria.

Esses ativos não são depreciados enquanto permanecerem classificados nessa categoria.

Perdas no valor recuperável de um ativo destinado à venda como resultado de uma redução em seu valor contábil para o valor justo (menos os custos de venda) são reconhecidos em “Redução ao Valor Recuperável” (Nota 22.5.5) na demonstração de resultado.

Os ganhos decorrentes de aumentos subsequentes no valor justo (menos os custos de venda) somente são reconhecidos na demonstração de resultado até o valor equivalente às perdas previamente reconhecidas naquelas reduções.

A diferença entre o valor de alienação do ativo e o seu valor contábil é reconhecida na demonstração do resultado em “Lucro na alienação de imóveis não de uso” (Nota 22.5.1), quando positiva, e em “Prejuízo na alienação de imóveis não de uso” (Nota 22.5.2), quando negativa, no grupo Receitas / Despesas Operacionais.

A redução ao valor recuperável desses imóveis é constituída com base em laudo de avaliação e inclui o custo do laudo de avaliação dos imóveis e comissão de venda (Nota 9).

3.8. Ativo imobilizado

O grupo do ativo imobilizado é representado pelos ativos tangíveis e está registrado contabilmente pelo custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens (Nota 12).

As vidas úteis estimadas dos bens do ativo imobilizado são as seguintes:

- Móveis, máquinas e equipamentos: 10 anos;
- Sistemas de informática: 5 anos; e
- Benfeitoria em imóveis de terceiros: 5 anos.

3.9. Operações de Arrendamento Mercantil

A Emgea adota o CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil para o reconhecimento e mensuração de ativo representativo do direito de uso do contrato de aluguel do imóvel do edifício sede da entidade, bem como do passivo correspondente, cujos valores encontram-se destacados em subtítulos específicos nos balanços patrimoniais (Nota 12.2).

3.10. Provisão para contingências

A Emgea constitui provisão para contingências de acordo com os critérios definidos no CPC 25 (R1) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo constituída quando:

a) a entidade tem uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de evento passado;

b) for provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e

c) pode ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Os critérios para constituição da provisão para contingências estão divulgados na Nota 20.

3.11. Impostos e contribuições correntes e diferidos

3.11.1 Tributos correntes

O imposto de renda é apurado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, e a contribuição social com base na alíquota de 9%, ambas aplicáveis ao lucro tributável, sendo considerada a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos e contribuições sobre a renda correntes e diferidos, quando aplicável. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

Os tributos PASEP e COFINS são apurados de acordo com a legislação tributária em vigor e estão sendo apresentados nas demonstrações de resultados nos respectivos grupos de receitas que lhes deram origem (Notas 22.2, 22.5.1, 22.5.2 e 22.6).

3.11.2 Tributos diferidos

A Emgea não registrou ativo ou passivo fiscal diferido sobre diferenças temporárias ou sobre prejuízos fiscais ou bases negativas de contribuição social no exercício, em razão do seu histórico de apuração de prejuízos fiscais em exercícios anteriores. Caso ocorram eventuais situações futuras lastreadas em estudos técnicos que demonstrem a expectativa de geração de lucros tributáveis e que permitam a realização do ativo fiscal diferido, a Empresa poderá realizar o reconhecimento e registro de tais impostos diferidos.

3.11.3 Impostos e contribuições a recuperar

Os impostos e contribuições a recuperar oriundos de pagamentos a maior de exercícios anteriores e de estimativas recolhidas ou compensadas no exercício corrente são reconhecidos contabilmente com base no direito sobre esses créditos e mensurados ao valor recuperável esperado ou pago para o ente tributante.

Os créditos são corrigidos pela taxa SELIC, conforme disposto no artigo 39 da Lei nº 9.250, de 26.12.1995, e vêm sendo utilizados em compensações quando do pagamento de tributos devidos.

Os valores relacionados a impostos e contribuições a recuperar estão divulgados na Nota 8.

4. Fundos de Investimento

Seguindo os critérios estabelecidos pelo artigo 2º da Resolução CMN nº 3.284, de 25.5.2005 (alterado pelas Resoluções CMN nº 4.034/2011 e nº 4.295/2013), a Emgea aplica suas disponibilidades financeiras em fundos de investimentos denominados Fundos Extramercado geridos por instituições financeiras federais, a Caixa e o Banco do Brasil (BB).

A composição dos saldos é a seguinte:

a) Em 31 de dezembro de 2023:

Fundos de Investimento Extramercado

Descrição	Qtde Quotas	Valor Quota	Valor Contábil
Fundo BB Extramercado FAE 2 (i)	291.622.797,79	2,614382425	762.414
Bloqueio Judicial (ii)			(3.193)
Subtotal	**291.622.797,79**		**759.221**
Fundo Caixa Extramercado Exclusivo XXI (iii)	25.764.052,96	2,68612410	69.206
Subtotal	**25.764.052,96**		**69.206**
Total	**317.386.850,75**		**828.427**

Composição do Fundo Caixa Extramercado Exclusivo XXI

Descrição	Valor de curva	Valor de mercado	Ganhos / (perdas) não realizadas	Faixas de vencimento
Operações Compromissadas (OCP)		11.215		
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	17.123	17.124	1	Até 6 meses
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)			0	7 a 12 meses
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	30.160	30.162	2	até 6 meses
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	10.697	10.705	8	**7 a 12 meses**
Total	**57.980**	**69.206**	**11**	

b) Em 31 de dezembro de 2022:

Fundos de Investimento Extramercado

Descrição	Qtde Quotas	Valor Quota	Valor Contábil
Fundo BB Extramercado FAE 2 (i)	350.619.779,32	2,309970302	809.921
Bloqueio Judicial (ii)			(4.566)
Subtotal			**805.355**
Fundo Caixa Extramercado Exclusivo XXI (iii)	12.461.338,92	2,375922	29.607
Subtotal			**29.607**
Total			**834.962**

Composição do Fundo Caixa Extramercado Exclusivo XXI

Descrição	Valor de curva	Valor de mercado	Ganhos / (perdas) não realizadas	Faixas de vencimento
Operações Compromissadas (OCP)	4.749	4.749		
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1.262	1.262	0	Até 6 meses
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	6.941	6.942	1	7 a 12 meses
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	6.197	6.197	0	até 6 meses
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	4.691	4.691	0	7 a 12 meses
Notas Tesouro Nacional F (NTNF)	5.766	5.766	0	até 6 meses
Total	**29.606**	**29.607**	**1**	

(i) Refere-se ao valor das quotas do Fundo BB Extramercado FAE 2 com liquidez diária, administrado pela BB Gestão de Recursos - DTVM S.A. A rentabilidade média bruta foi de 13,18% no exercício de 2023 (11,85% no exercício de 2022).

(ii) Refere-se ao valor de bloqueio judicial reclassificado para outros créditos vinculados (Nota 6.1).

(iii) Refere-se ao valor das quotas do Fundo de Investimento Caixa Extramercado Exclusivo XXI Renda Fixa, administrado pela Caixa. A rentabilidade média bruta foi de 13,06% no exercício de 2023 (11,84% no exercício de 2022).

5. Operações de Créditos

O saldo de operações de crédito refere-se aos créditos transferidos à Emgea pela Caixa em decorrência de Instrumentos Contratuais de Cessão firmados com aquela Instituição. É composto por contratos de crédito imobiliário de responsabilidade de pessoas físicas, com e sem cobertura do FCVS; de pessoas jurídicas, representadas por Construtoras, Cooperativas Habitacionais, Liquidandas e Repassadoras, e de crédito comercial.

5.1. Créditos Imobiliários

5.1.1. Composição da carteira de crédito imobiliário

a) Em 31 de dezembro de 2023:

Descrição	31.12.2023		
	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo devedor (i)	333.679	2.569.417	2.903.096
Deságio (ii)	(960)	(54.444)	(55.404)
Perda de crédito esperada (iii)	(261.319)	(1.828.609)	(2.089.928)
Total	**71.400**	**686.364**	**757.764**

b) Em 31 de dezembro de 2022:

Descrição	31.12.2022		
	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo devedor (i)	344.771	2.599.555	2.944.326
Deságio (ii)	(915)	(55.533)	(56.448)
Perda de crédito esperada (iii)	(236.254)	(1.878.968)	(2.115.222)
Total	**107.602**	**665.054**	**772.656**

(i) O saldo devedor corresponde às parcelas vencidas e vincendas dos contratos da carteira de créditos imobiliários, deduzido das contas retificadoras de rendas a apropriar, calculado com base no saldo contábil ajustado pela taxa efetiva de juros.

(ii) O deságio corresponde à diferença entre o valor dos saldos devedores e o valor de aquisição dos créditos imobiliários decorrentes do Instrumento Particular de Cessão Onerosa de 30.9.2014.

(iii) Refere-se à perda de crédito esperada das operações de crédito imobiliário calculada sobre o saldo devedor dos contratos.

Continua em andamento o processo de depuração de cerca de 424 (quatrocentos e vinte e quatro) contratos de créditos imobiliários pessoa física (1.227 em 31.12.2022), conforme último levantamento efetuado pela área gestora, identificados com as marcações históricas de arrematados, adjudicados ou em consolidação de propriedade, conforme registros do período de administração desses ativos pela Caixa, ex-prestadora de serviços à Emgea.

A análise e depuração das informações está sendo conduzida em conjunto pelas unidades operacionais, contábil e de tecnologia da Empresa, as quais estabeleceram rotinas e procedimentos de checagem e conformidade que envolvem a obtenção de toda a documentação comprobatória dos eventos que possam caracterizar a efetiva migração dos créditos para imóveis não de uso. Dessa forma, na medida em que houver a completa identificação de todos os atos e documentos históricos comprobatórios, serão realizados os devidos ajustes operacionais e contábeis, bem como dos seus respectivos impactos.

5.1.2. Distribuição da carteira de crédito imobiliário

a)Em 31 de dezembro de 2023:

Tipo	31.12.2023		
	Com cobertura do FCVS	Sem cobertura do FCVS	Total
Pessoa Física	98.509	2.712.984	2.811.493
Deságio	(156)	(55.248)	(55.404)
Perda de crédito esperada	(88.702)	(1.909.623)	(1.998.325)
Total Pessoa Física	**9.651**	**748.113**	**757.764**
Pessoa Jurídica - Setor Privado	-	91.603	91.603
Perda de crédito esperada - Setor Privado	-	(91.603)	(91.603)
Total Pessoa Jurídica	-	-	-
Total	**9.651**	**748.113**	**757.764**

5.1.3. Movimentação da perda de crédito esperada

Nos exercícios de 2023 e 2022, a movimentação da perda de crédito esperada, calculada sobre os saldos a receber das operações de crédito imobiliário, foi a seguinte:

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Saldo inicial	**(2.115.222)**	**(3.298.355)**
Reversão de perda de crédito esperada (i)	59.222	1.279.341
Reforço de perda de crédito esperada	(33.928)	(96.208)
Movimentação líquida nas perdas de créditos esperada	25.294	1.183.133
Saldo final	**(2.089.928)**	**(2.115.222)**

(i) No exercício de 2022 ocorreram movimentações significativas na reversão de perda de crédito esperada da carteira de créditos imobiliários Pessoa Jurídica e Pessoa Física. As reversões ocorreram em contrapartida às liquidações e aos valores transferidos para perdas no período, conforme aprovado pela Administração (Nota 22.5.3).

5.2. Créditos Comerciais

Referem-se aos créditos transferidos à Emgea pela Caixa, em decorrência do Instrumento Particular de Cessão Onerosa de Créditos de 30.9.2014, representados por contratos comerciais perante pessoas físicas.

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Saldo Devedor (i)	13.773	18.844
Deságio - Créditos Comerciais (ii)	(11.001)	(14.458)
Perda de crédito esperada (iii)	(2.425)	(3.722)
Redução ao Valor Recuperável - Taxa de Performance (iv)	(1)	(30)
Total	**346**	**634**

(i) Composto por contratos perante pessoas físicas, originados de financiamentos de bens de consumo duráveis, materiais de construção, crédito rotativo, Minha Casa Melhor e crédito direto ao consumidor.

(ii) O deságio corresponde à diferença entre o valor dos saldos devedores e o valor de aquisição dos créditos comerciais.

(iii) Refere-se à perda de crédito esperada relativa a contratos da carteira comercial.

(iv) Refere-se ao ajuste ao valor recuperável decorrente da estimativa de pagamento da taxa de performance a ser paga aos prestadores de serviços, calculada com base no saldo contábil líquido estimado e aplicando-se os percentuais contratados.

5.3.1. Movimentação da perda de crédito esperada

Nos exercícios de 2023 e 2022, a movimentação da perda de crédito esperada, calculada sobre as operações de crédito comercial, foi a seguinte:

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Saldo inicial	**(3.722)**	**(125.393)**
Reversão de perda de crédito esperada (i)	1.477	121.957
Reforço de perda de crédito esperada (ii)	(180)	(286)
Movimentação líquida nas provisões	**1.297**	**121.671**
Saldo final	**(2.425)**	**(3.722)**

(i) Em 2023 ocorreu reversão de perda de crédito esperada para a carteira comercial no montante de R$ 1.477 (R$ 121.957 em 31.12.2022). As reversões de perda esperada ocorreram pelas liquidações e pelas transferências para perdas dos créditos comerciais em atraso há mais de 1.800 dias, sem acordo vigente (Nota 22.5.3).

(ii) Em 2023 ocorreu reforço de perda de crédito esperada no montante líquido de R$ 180 (R$ 286 em 31.12.2022) para os produtos da carteira de créditos comerciais em atraso há mais de 1.800 dias, com histórico de recebimentos, inclusive para a carteira de contratos renegociados.

6. Créditos Vinculados

Referem-se aos créditos vinculados às operações de créditos imobiliários, comerciais, créditos FCVS, imóveis não de uso e outros valores.

6.1. Créditos Vinculados – Circulante

No exercício de 2023, foram celebrados seis contratos de novações de dívidas FCVS, no valor total de R$ 329.887, sendo o montante de R$ 15.619 recebido em títulos CVSA, R$ 6.616 em títulos CVSB (bloqueados junto ao FGTS) e R$ 307.652 em espécie (sendo R$ 60.777 bloqueados junto ao FGTS), cujos valores bloqueados serão inicialmente destinados ao pagamento de prestações mensais da dívida da Emgea perante aquele Fundo, referentes ao contrato nº 450.169.

Os valores (títulos e espécie) recebidos em novações de dívidas FCVS e bloqueados junto ao FGTS, após deduzidas as utilizações para pagamento da dívida até dezembro de 2023, bem como acrescidas de atualização monetária no período, totaliza o montante de R$ 286.320 na posição de 31.12.2023 (R$ 368.810 na posição de 31.12.2022), sendo classificado no ativo circulante o valor correspondente a 12 (doze) parcelas mensais de pagamento da dívida da Emgea perante o FGTS relativas ao contrato nº 450.169, cujo vencimento será em 2029, ao amparo da Resolução CCFGTS nº 752/2014, de 2.9.2014.

A composição da conta "Créditos Vinculados" apresenta-se a seguir:

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Créditos Vinculados	258.339	254.100
Movimentação financeira - Caixa (i)	400	(3.884)
Movimentação financeira – SISGEA (ii)	217	754
Desembolso com execuções a recuperar(iii)	-	34.445
Desembolso com execuções – SISGEA (iv)	(320)	(2.828)
Débitos remanescentes (v)	3.464	3.464
Indenizações de sinistro a receber (vi)	5.909	5.909
Indenizações de sinistro recebidos – SISGEA (vii)	(7.186)	(5.236)
Valores a apropriar - imóveis não de uso (viii)	8.346	12.573
Valores a apropriar – SISGEA (ix)	(1.037)	(383)
Créditos a receber na novação do FCVS (x)	241.314	199.617
Seguro a Receber (xi)	330	85
Bloqueios judiciais (xii)	6.789	8.759
Outros recebíveis (xiii)	113	825
Perda Esperada com Créditos de Liquidação Duvidosa	**(8.482)**	**(42.927)**
Desembolso de execução a recuperar (xiv)	-	(34.445)
Pendências operacionais a regularizar (xv)	(5.010)	(5.010)
Débitos remanescentes (xvi)	(3.464)	(3.464)
Seguro a Receber (xi)	(8)	(8)
Total	**249.857**	**211.173**

(i) Valores arrecadados pela Caixa relativos às prestações e às liquidações de financiamentos imobiliários e créditos comerciais, bem como à alienação de imóveis, FGTS utilizados em financiamentos habitacionais e outros, ainda pendentes de repasse/prestação de contas e ajustes junto à Emgea. Além do saldo remanescente do período de administração pela Caixa, inclui os valores de arrecadação líquida de despesas compensadas, que vem sendo repassados à Emgea pela ex-prestadora de serviços após o encerramento do Contrato de Prestação de Serviços, que se encontram em fase de análise e identificação pelas áreas gestoras para a devida apropriação nos correspondentes contratos nos sistemas corporativos de controle da Emgea. O saldo negativo em 31.12.2022 decorre principalmente dos repasses efetuados pela Caixa à Emgea, de maio a setembro de 2021, relativos à alienação de imóveis não de uso de períodos anteriores. Tais valores encontram-se ainda em fase de conciliação e negociação entre as duas Instituições, no contexto de análise e regularização de pendências que remanesceram após o término do Contrato de Prestação de Serviços.

(ii) Valores arrecadados diretamente pela Emgea relativos a prestações, liquidações e renegociações de financiamentos imobiliários pessoa física e pessoa jurídica setor privado, bem como à alienação de imóveis e outros, ainda pendentes de apropriação nos respectivos contratos nos sistemas corporativos de controle da Emgea, que se encontram em fase de identificação, análise e regularização no âmbito do grupo de trabalho de Internalização.

(iii) Desembolsos efetuados em processos de execução judicial e extrajudicial de créditos imobiliários passíveis de recuperação ao final dos processos. Inclui valores de desembolsos relativos ao período de administração pela Caixa, em contrapartida a valores credores repassados à Emgea decorrentes de levantamento de depósitos judiciais para amortização ou liquidação dos contratos de financiamentos. Em janeiro de 2023, houve a apropriação como despesa operacional do saldo remanescente, após identificação e análise pelas áreas gestoras, consideradas como despesas de difícil recuperação pela Empresa, conforme aprovado pela Administração (Nota 22.5.4).

(iv) Valores credores relativos à recuperação de desembolsos com execução a serem utilizados para amortização ou liquidação dos contratos de financiamentos. Em 2023, houve a apropriação de parte do saldo remanescente no resultado, tendo em vista as transferências para perdas do saldo de Desembolsos com execuções a recuperar no período.

(v) Valores referentes às diferenças apuradas entre os saldos devedores de financiamentos imobiliários e os valores de avaliação dos imóveis dados em garantia das operações, quando de sua adjudicação, arrematação ou dação, no caso de pessoa jurídica.

(vi) Saldo a receber das seguradoras, relativo a indenizações de seguros em decorrência de sinistros de morte e de invalidez permanente dos mutuários dos créditos imobiliários, remanescente do sistema corporativo da Caixa e em fase de análise e conciliação entre a Emgea e a Caixa.

(vii) Valor credor relativo a recebimentos na Emgea de indenizações securitárias para amortização ou liquidação de contratos de financiamentos imobiliários, que se encontram em fase de identificação, análise e automatização da rotina pelas áreas gestoras para a devida apropriação nos respectivos contratos nos sistemas corporativos da Emgea, no âmbito do grupo de trabalho de internalização.

(viii) Valores arrecadados relativos à carteira de imóveis não de uso, não classificados pelos sistemas de controle operacional, em processo de identificação e análise para posterior apropriação nos correspondentes contratos. Quando do encerramento do contrato de prestação de serviços com a Caixa, remanesceram nessa rubrica valores referentes a movimentos a classificar advindos dos sistemas operacionais daquela Instituição, no total de R$ 2.152 mil, referentes a pendências de arrecadação e cadastro e demais movimentos a classificar, que se encontram no contexto de conciliação de pendências remanescentes após o término do Contrato de Prestação de Serviços. Adicionalmente, inclui o total de R$ 6.194 mil, em 31.12.2023, composto principalmente de cancelamentos de arrematações, que se encontram em processo de identificação e análise pela área gestora para a devida destinação dos valores.

(ix) Valores referentes a diferenças apuradas no batimento dos saldos operacional e contábil do sistema SISGEA principalmente decorrentes de apropriação de movimentos em datas retroativas, das carteiras de créditos imobiliários pessoa física e pessoa jurídica, em fase de otimização da rotina no sistema operacional de controle para a devida apropriação dos valores.

(x) Valores oriundos de novações de dívidas do FCVS e da Assunção de Dívidas do FCVS pela União, ocorridas em exercícios anteriores, no valor de R$ 237.951 (R$ 196.312 em 31.12.2022), bloqueados junto ao FGTS, a serem destinados ao pagamento de 12 prestações mensais da dívida da Emgea perante aquele Fundo, com vencimento em 31.3.2029, à luz da Resolução CCFGTS nº 752/2014. Adicionalmente, inclui valores a receber decorrentes de contratos de novações de débitos de FCVS pela União e de débitos de

contribuição compensados indevidamente nos contratos de novação pela União em exercícios anteriores no total de R$ 3.363 em 31.12.2023 (R$ 3.305 em 31.12.2022).

(xi) Refere-se, principalmente, ao seguro a receber e respectiva perda esperada, contabilizados em dezembro de 2021, decorrente do processamento de imóveis adjudicados, arrematados ou com consolidação pelo credor, no período de administração pela Caixa, que foram cancelados da data do processamento até a data do evento.

(xii) Referem-se a valores bloqueados em conta corrente e nos fundos de investimento da Empresa, por intermédio do BACENJUD, em atendimento a determinações judiciais.

(xiii) Referem-se a adiantamentos a funcionários (férias e décimo terceiro) e pagamento de despesas com fundo rotativo.

(xiv) Redução ao valor recuperável constituída sobre o saldo de desembolso com execuções a recuperar com base no histórico de recuperação dos valores dos mutuários. Em janeiro de 2023 ocorreu a reversão de perda esperada em contrapartida à apropriação do saldo remanescente total da carteira como despesa operacional, conforme aprovação da Administração (Nota 22.5.2).

(xv) Valor da perda esperada sobre valores de pendências operacionais e contábeis, constituída em 31.12.2022, vinculadas às carteiras de crédito imobiliário pessoa física e imóveis não de uso, advindas dos sistemas operacionais da ex-prestadora de serviços Caixa (pendências de arrecadação e cadastro e diferenças no batimento operacional e contábil), que se encontram em análise e depuração pelas áreas gestoras para o devido tratamento dos valores envolvidos.

(xvi) Redução ao valor recuperável referente ao total da diferença apurada entre os saldos devedores de operações de crédito imobiliário e os valores de avaliação de imóveis não de uso, quando da sua adjudicação ou arrematação, no caso de pessoa jurídica.

6.2. Créditos Vinculados – Não circulante

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Créditos Vinculados	**176.579**	**295.385**
Valores a receber de agentes cedentes - devolução de créditos (i)	52.535	52.535
Permuta de créditos com a Caixa - Saldo de reposicionamento (ii)	78.481	73.101
Créditos a receber na novação do FCVS (iii)	45.006	169.192
PLD - seguro de crédito (iv)	557	557
Redução ao valor recuperável	**(68.858)**	**(66.449)**
Valores a receber de agentes cedentes - devolução de créditos (v)	(45.471)	(45.471)
Permuta de créditos com a Caixa - Saldo de reposicionamento (vi)	(22.830)	(20.421)
PLD - Seguro de crédito (vii)	(557)	(557)
Total	**107.721**	**228.936**

(i) Referem-se a valores a receber de agentes cedentes relativos a créditos adquiridos a serem devolvidos para substituição ou ressarcimento, conforme estabelecido nos contratos de cessão.

(ii) Refere-se à diferença, em favor da Emgea, decorrente do reposicionamento dos créditos habitacionais e comerciais adquiridos de acordo com Instrumento Contratual de Cessão Onerosa de Créditos entre a Caixa e a Emgea de 30.9.2014 e Termo Aditivo ao Instrumento Particular formalizado em 30.1.2015. Conforme previsto contratualmente, o valor da diferença é atualizado com base no percentual nominal de 5,37% a.a., acrescido de Taxa Referencial (TR). Esse valor encontra-se em fase de análise e negociação com a Caixa para o devido ajuste contratual entre ambas as Instituições.

(iii) Valor decorrente dos recebimentos de recursos originários de Novações de Dívidas FCVS pela União e da Assunção de Dívida, bloqueados junto ao FGTS, correspondente ao saldo remanescente após a segregação do valor correspondente a 12 meses de pagamento da parcela mensal da dívida perante o FGTS classificado no Ativo Circulante (Nota 6.1, item x).

(iv) Referente à diferença negativa entre a realização da garantia e o custo de aquisição do imóvel do SFH, por adjudicação, arrematação ou dação em pagamento.

(v) Redução ao valor recuperável para perdas sobre os valores a receber de agentes cedentes relativos à devolução de créditos, apurado com base em valor de expectativa de realização desses créditos, conforme estabelecido nos instrumentos contratuais.

(vi) Estimativa de perda esperada, considerando que a Caixa efetuará o pagamento do saldo remanescente com a transferência de créditos perante o FCVS (Nota 6.2, item ii).

(vii) Redução ao valor recuperável constituída para a eventualidade de não recebimento da garantia PLD, visto que é considerada de difícil realização pela Empresa.

7. Títulos CVS

Refere-se aos Títulos CVS oriundos das novações de dívidas do FCVS pela União e das negociações com os devedores da Empresa para recuperação de créditos.

No exercício de 2023, foram celebrados seis contratos de novações de dívidas FCVS, com o recebimento de R$ 15.619 em títulos CVSA e R$ 6.616 em títulos CVSB (bloqueados junto ao FGTS).

Os títulos CVSA passaram a fazer parte do ativo da Emgea na rubrica "Títulos CVS" e os títulos CVSB bloqueados junto ao FCVS são registrados em "Créditos Vinculados", os quais vêm sendo destinados ao pagamento de prestações mensais da dívida da Emgea perante aquele Fundo (Nota 6.1).

Nos meses de novembro e dezembro de 2023, houve a monetização de parte do estoque de títulos CVSA/C, por intermédio da permuta, ao par, com o Tesouro Nacional, realizada ao amparo da MP 2.196-3, de 24.8.2001, no valor total de R$ 36.176. Os títulos públicos federais recebidos em contrapartida aos títulos CVSA/C foram totalmente integralizados no Fundo Caixa Extramercado Exclusivo XXI.

O saldo da carteira "Títulos CVS", na posição de 31.12.2023, apresenta-se a seguir:

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Circulante	**1.910**	**29.658**
Títulos e Valores Mobiliários	1.910	29.658
Total	**1.910**	**29.658**

8. Tributos a recuperar

No período, a movimentação do saldo de Impostos a compensar ou recuperar relativo ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) foi a seguinte:

a) Em 31 de dezembro de 2023

Tributos	Saldo em 31.12.2022	Acréscimos / (Baixas)	Juros compensatórios	Perda esperada	Créditos tributários restituídos	Créditos utilizados nas compensações	Saldo em 31.12.2023
IRPJ (i)	**9.477**	**-**	**963**	**-**	**-**	**(5.600)**	**4.840**
CSLL	**18**	**-**	**1**	**-**	**-**	**-**	**19**
COFINS (ii)	**-**	**-**	**367**	**(367)**	**-**	**-**	**-**
Cont. Prev.	**119**	**-**	**12**		**-**	**-**	**131**
Total	**9.614**	**-**	**1.343**	**(367)**	**-**	**(5.600)**	**4.990**

b) Em 31 de dezembro de 2022:

Tributos	Saldo em 31.12.2021	Acréscimos / (Baixas)	Juros compensatórios	Perda esperada	Créditos tributários restituídos	Créditos utilizados nas compensações	Saldo em 31.12.2022
IRPJ (i)	**1.017**	**9.433**	**76**	**-**	**(1)**	**(1.048)**	**9.477**
CSLL	**47**	**-**	**5**	**-**	**(34)**	**-**	**18**
COFINS (ii)	**-**	**-**	**349**	**(349)**	**-**	**-**	**-**
Cont. Prev.	**108**	**-**	**11**	**-**	**-**	**-**	**119**
Total	**1.172**	**9.433**	**441**	**(349)**	**(35)**	**(1.048)**	**9.614**

(i) Em 2023, houve redução de R$ 5.600 (R$ 1.048 em 2022), referente a créditos utilizados em compensações de tributos ocorridas em agosto de 2023. Em 2022, os acréscimos de R$ 9.433 referem-se a retenções de Imposto de Renda Retido na Fonte sobre aplicações financeiras no período, passíveis de recuperação perante a Receita Federal do Brasil.

(ii) Crédito de COFINS referente a direito creditório de junho de 2004, que havia sido indicado pela Empresa em compensações, que não foram homologadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB em maio de 2021. Tendo em vista a não homologação, o crédito retornou ao Ativo da Emgea. A Empresa requereu à SRFB a confirmação do saldo do crédito, uma vez que foi encaminhado Pedido de Restituição em 19.7.2007. Em face do risco de indeferimento pela SRFB, por se tratar de crédito de junho de 2004, a Administração decidiu constituir provisão para risco do crédito em igual valor ao registrado no Ativo.

9. Ativos não circulantes mantidos para venda - Imóveis não de uso

9.1. Composição dos saldos:

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Imóveis não de uso	167.595	183.708
Redução ao valor recuperável (impairment)	(80.852)	(86.837)
Total	**86.743**	**96.871**

Refere-se aos imóveis não de uso oriundos da realização de garantias em operações de crédito imobiliário, bem como os imóveis recebidos em dação em pagamento, classificados como "Ativos não circulantes mantidos para venda", conforme CPC 31.

Como o modelo de negócios da Emgea objetiva a recuperação de créditos e o correspondente ingresso de recursos financeiros no caixa da Empresa, todos os imóveis são ofertados à venda, nas modalidades previstas na legislação (licitação ou venda direta), nas condições em que se encontram, assim que recebidos em dação em pagamento ou retomados por meio de adjudicação, arrematação ou consolidação de propriedade.

Para fazer face à mensuração dos ativos pelo menor valor, entre o seu valor contábil e o valor de venda, conforme determina o CPC 31, é reconhecida uma perda esperada, considerando o valor do laudo de avaliação, bem como os redutores relativos à comissão a ser paga ao prestador de serviços e o custo da elaboração do laudo de avaliação.

A redução do estoque de imóveis não de uso decorre principalmente das alienações e cancelamentos de arrematação ocorridas no período, com a consequente reversão da correspondente redução ao valor recuperável.

No primeiro trimestre de 2023, foi adicionado ao saldo de imóveis não de uso em estoque, o montante relativo a 89 (oitenta e nove) imóveis, com o custo contábil de R$ 12.903 e respectiva redução ao valor recuperável, estimada pela área gestora em R$ 7.990, perfazendo o saldo contábil líquido de R$ 4.913, registrados em contrapartida à baixa de 89 (oitenta e nove) contratos de crédito imobiliário pessoa física identificados com marcação sistêmica de arrematados, adjudicados ou com consolidação de propriedade pelo credor, efetuada pela ex- prestadora de serviços Caixa ainda na vigência dos contratos de prestação de serviços. Os citados lançamentos foram realizados após concluída a análise da documentação comprobatória completa realizada pela área operacional que cuida da gestão de imóveis não de uso. Encontram-se ainda em fase de depuração pelas áreas gestoras cerca de 424 (quatrocentos e vinte e quatro) contratos/imóveis enquadrados na mesma situação (1.227 em 31.12.2022), aguardando análise e obtenção da documentação comprobatória dos eventos de arrematação, adjudicação e consolidação de propriedade para o devido processamento de inclusão de saldos na base de imóveis não de uso, em contrapartida à liquidação de contratos de crédito imobiliário pessoa física (Nota 5).

9.2. Movimentações ocorridas nos períodos:

a) Em 31 de dezembro de 2023:

Descrição	Imóveis não de uso
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**183.708**
Adições	31.995
Alienações e baixas	(48.108)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**167.595**

b) Em 31 de dezembro de 2022:

Descrição	Imóveis não de uso
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**257.428**
Adições	776
Alienações e baixas	(74.496)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**183.708**

10. Créditos perante o FCVS

Representam os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS, que estão em processo de novação com a União. Atualmente, esses contratos rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR). A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamento emitido pelo FCVS, à luz dos dispositivos da Lei nº 10.150, de 21.12.2000.

No exercício de 2023, foram celebrados seis contratos de novações de dívidas FCVS, no valor total de R$ 329.887, sendo o montante de R$ 15.619 recebido em títulos CVSA, R$ 6.616 em títulos CVSB (bloqueados junto ao FGTS) e R$ 307.652 em espécie (sendo R$ 60.777 bloqueados junto ao FGTS), cujos valores bloqueados serão inicialmente destinados ao pagamento de prestações mensais da dívida da Emgea perante aquele Fundo, referentes ao contrato nº 450.169.

A composição do saldo é a seguinte:

a) Em 31 de dezembro de 2023:

Situação dos Contratos	31.12.2023		
	Saldo	Redução valor recuperável	Líquido
Não habilitados (i)	134.852	(87.371)	47.481
Habilitados e não homologados (ii)	462.263	(299.500)	162.763
Habilitados e homologados (iii)	16.763.295	(2.484.859)	14.278.436
Saldo líquido	**17.360.410**	**(2.871.730)**	**14.488.680**

b) Em 31 de dezembro de 2022:

Situação dos Contratos	31.12.2022		
	Saldo	Redução valor recuperável	Líquido
Não habilitados (i)	126.192	(80.902)	45.290
Habilitados e não homologados (ii)	452.874	(290.337)	162.537
Habilitados e homologados (iii)	16.176.270	(2.335.030)	13.841.240
Saldo líquido	**16.755.336**	**(2.706.269)**	**14.049.067**

(i) Representam os contratos ainda não submetidos à homologação do FCVS, pois estão em processo de análise para habilitação ao Fundo.

(ii) Representam os contratos já habilitados em fase de análise por parte da Administradora do FCVS, para homologação.

(iii) Representam os contratos já avaliados e aceitos pelo FCVS e que dependem de formalização de processo de novação, conforme previsto na Lei nº 10.150/2000, de 21.12.2000, para a sua realização.

11. Depósitos judiciais

Referem-se a bloqueios efetuados via BACENJUD e depósitos judiciais feitos pela Emgea, decorrentes de ações movidas pelos mutuários de contratos habitacionais e comerciais, do ajuizamento até o encerramento do processo.

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Total	**4.966**	**10.470**
Depósitos Judiciais (i)	16.088	14.764
Levantamento de Depósitos Judiciais (ii)	(24.807)	(11.701)
Bloqueios Judiciais – BACEN JUD (iii)	13.685	7.407
Provisões para perdas	**(4.091)**	**(3.754)**
Redução ao valor recuperável - Depósitos Judiciais (iv)	(4.091)	(3.754)
Total Líquido	**875**	**6.716**

(i) Referem-se principalmente aos valores de depósitos judiciais efetuados pela ex-prestadora de serviços Caixa relativos a créditos da Emgea, reembolsados por ocasião da prestação de contas perante aquela Instituição, no valor de R$ 12.061 (R$ 11.853 em 31.12.2022), e pela Emgea no valor de R$ 4.016 (R$ 2.901 em 31.12.2022).

(ii) Saldo relativo a recebimentos de depósitos judiciais a classificar, em fase de identificação, análise e automatização da rotina no sistema corporativo da Emgea para a devida apropriação nos respectivos contratos, no âmbito do grupo de trabalho de internalização.

(iii) Referem-se aos depósitos judiciais originados a partir da transferência dos valores bloqueados via BACEN JUD.

(iv) Refere-se à redução ao valor recuperável, efetuada com base no histórico do índice de recuperação desses valores, dos depósitos judiciais feitos pela Emgea decorrentes de ações movidas pelos mutuários de contratos habitacionais e comerciais.

12. Imobilizado

12.1. Imobilizado de uso

As movimentações ocorridas nessa rubrica estão representadas a seguir:

a) Em 31 de dezembro de 2023:

Bens	Saldo líquido em 31.12.2022	Movimentação			Saldo líquido em 31.12.2023	Custo em 31.12.2023	Depreciação acumulada em 31.12.2023
		Aquisição	Baixa	Depreciação			
Móveis, máquinas e equipamentos	159			(44)	115	2.447	(2.332)
Sistema de informática	11			(10)	1	8.240	(8.239)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-			-		375	(375)
Total	170			(54)	116	11.062	(10.946)

b) Em 31 de dezembro de 2022:

Bens	Saldo líquido em 31.12.2021	Movimentação			Saldo líquido em 31.12.2023	Custo em 31.12.2023	Depreciação acumulada em 31.12.2022
		Aquisição	Baixa	Depreciação			
Móveis, máquinas e equipamentos	225	2	-	(68)	159	2.447	(2.288)
Sistema de informática	284	-	-	(273)	11	8.240	(8.229)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	-	-	-	-	375	(375)
Total	509	2	-	(341)	170	11.062	(10.892)

12.2. Arrendamento

Refere-se ao ativo e passivo identificados como arrendamento operacional, pelo contrato de aluguel do edifício sede da Empresa, vigente até setembro de 2024, reajustado anualmente de acordo com a variação anual acumulada do INPC-IBGE no período, ou, na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo oficialmente.

a) Ativo – Direito de Uso

O saldo do ativo é composto pelo valor contratual, deduzido da depreciação pelo direito de uso, conforme prazo de vencimento contratual.

Bens	Saldo líquido em 31.12.2020	Movimentação			Saldo líquido em 31.12.2023
		Adições	Baixas	Depreciação	
Direito de uso – imóvel	4.505	91			4.596
Depreciação acumulada Direito de uso – imóvel	(563)			(2.275)	(2.838)
Total	3.942	91		(2.275)	1.758

b) Passivo – Arrendamento

O saldo do passivo corresponde ao valor contratual, deduzido das parcelas pagas até dezembro de 2023:

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Saldo inicial	**3.942**	**1.584**
Aditivo/atualização contratual no exercício	91	4.536
Prestações pagas no exercício	(2.275)	(2.178)
Total de prestações a pagar	1.758	3.942
Circulante	**1.758**	**2.252**
Não Circulante	**-**	**1.690**

Fluxos de pagamento

Exercício	31.12.2023	31.12.2022
2023	**-**	**2.252**
2024	1.758	1.690
Total	1.758	3.942

13. Passivos financeiros – Financiamentos

Referem-se a obrigações perante o FGTS oriundas da Caixa e assumidas pela Emgea, quando da constituição da Empresa em 2001, com anuência da Caixa e garantia da União.

Houve a reclassificação para o passivo circulante dos saldos dos contratos FGTS nº 478.510 e nº 482.487, no montante de R$ 2.973.560 em 31.12.2023, tendo em vista os seus vencimentos nos próximos 12 meses (junho/24 e agosto/24, respectivamente). Cabe ressaltar que a Emgea solicitou nova prorrogação, nos termos da Resolução CC/FGTS Nº 1038, de 7.7.2022, até dezembro de 2026, para pagamento do saldo devedor dos referidos contratos à Diretoria Nacional do Fundo de Garantia (Caixa/Difug), conforme Ofício 6788/2023 - Presi/Difin, de 19.9.2023, cuja demanda já se encontra aprovada nas instâncias de governança corporativa da Caixa, remanescendo apenas a formalização contratual da prorrogação.

Os detalhes de cada contrato passivo da Emgea junto ao FGTS apresentam-se a seguir:

a) Em 31 de dezembro de 2023:

Credor	31.12.2023	Vencimento final	Encargos
FGTS – contrato 450.169 (i)	**1.096.392**	**dezembro/2029**	**3,08% e 6,0%**
FGTS – contrato 482.487 (ii)	298.303	agosto/2024	SELIC
FGTS – contrato 478.510 (iii)	2.675.258	junho/2024	SELIC
Total	4.069.953		
Passivo circulante	**3.157.152**		
Passivo não circulante	**912.801**		

b) Em 31 de dezembro de 2022:

Credor	31.12.2022	Vencimento final	Encargos
FGTS – contrato 450.169 (i)	**1.238.450**	**dezembro/2029**	**3,08% e 6,0% a.a.**
FGTS – contrato 482.487 (ii)	263.873	agosto/2024	SELIC
FGTS – contrato 478.510 (iii)	2.366.492	junho/2024	SELIC
Total	3.868.815		
Passivo circulante	**177.919**		
Passivo não circulante	**3.690.896**		

(i) Taxa de juros de 3,08% a.a. até dezembro de 2026, a qual será alterada para 6,00% a.a. a partir de janeiro de 2027. Incide também atualização monetária pela TR.

(ii) Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Renegociação de Dívidas entre a Emgea e a Caixa, com a anuência e garantia da União, assinado em 28.5.2021, ao amparo da Resolução CCFGTS nº 988/2020, cuja dívida é atualizada pela TMS – Taxa Mensal SELIC e a carência foi prorrogada até fevereiro de 2023. No Segundo Termo Aditivo, assinado em 21.11.2022, a carência foi prorrogada até agosto de 2024, com base na Resolução CCFGTS nº 1.038/2022, aprovada em 7.7.2022.

(iii) Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Renegociação de Dívidas entre a Emgea e a Caixa, com a anuência e garantia da União, assinado em 28.5.2021, ao amparo da Resolução CCFGTS nº 988/2020, cuja dívida é atualizada pela TMS e a carência foi prorrogada até dezembro de 2022. No Segundo Termo Aditivo, assinado em 21.11.2022, a carência foi prorrogada até junho de 2024, com base na Resolução CCFGTS nº 1.038/2022, aprovada em 7.7.2022.

O saldo dos financiamentos classificados no "Não Circulante – Passivos financeiros – Financiamentos" tem os seguintes vencimentos:

Vencimento	31.12.2023	31.12.2022
2024	**-**	**2.807.121**
2025	182.560	176.755
2026	182.560	176.755
2027	182.560	176.755
2028	182.560	176.755
2029	182.561	176.755
Total	912.801	3.690.896

Os contratos mantidos com o FGTS não contêm condições restritivas financeiras, sendo que as obrigações assumidas possuem garantia da União.

14. Obrigações com pessoal

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Circulante	**8.678**	**9.820**

Salários a pagar (i)	1.062	988
Pessoal cedido de terceiros (ii)	398	553
Férias a pagar	1.417	1.327
Participação no lucro - Administradores – RVA (iii)	1.613	1.530
Participação no lucro – Empregados (iv)	3.225	4.490
INSS a recolher	697	671
FGTS a recolher	266	261
Não Circulante	306	325
Participação no lucro - Administradores (iii)	306	325
Total	8.984	10.145

(i) Em 2023, houve ajuste salarial dos dirigentes da empresa, bem como inclusão de despesa com quarentena de dirigentes anteriores.

(ii) Refere-se a valores a serem reembolsados aos órgãos da administração pública federal, relativos ao custo com pessoal cedido. Para as funções comissionadas ocupadas por colaboradores originários da Administração Pública Federal, a Emgea ressarce integralmente os benefícios oferecidos pelo Órgão ou empresa de origem dos empregados.

(iii) O saldo de 31.12.2023 corresponde aos valores acumulados dos exercícios de 2019 a 2021, sendo o saldo relativo ao RVA atualizado pelo IPCA até a data do pagamento. Em junho de 2023, foi efetuado o pagamento de saldo de RVA relativo ao exercício de 2022.

(iv) O saldo de 31.12.2023 corresponde aos valores acumulados das participações dos empregados nos lucros da Empresa relativos aos exercícios de 2020 a 2021, ainda pendentes de pagamento. Em junho de 2023, foi efetuado o pagamento de saldo de PLR relativo ao exercício de 2022 e, em dezembro de 2023, foi efetuado o pagamento da PLR referente ao exercício de 2019.

15. Obrigações com fornecedores

Referem-se principalmente a valores a pagar à Caixa decorrentes da prestação de serviços de administração, de contabilização, jurídicos e de engenharia, dos contratos de créditos imobiliários e comerciais, dos imóveis não de uso e dos débitos detidos pela Emgea, decorrentes da cessão de créditos pela Caixa à Emgea. O último contrato de prestação de serviços com a Caixa relativo à administração da carteira de crédito habitacional pessoa física foi encerrado em 31.1.2021.

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Caixa - prestação de serviço (i)	11.259	8.223
Fornecedores de bens e serviços (ii)	272	146
Total	**11.531**	**8.369**

(i) O saldo remanescente refere-se principalmente à tarifa de serviços de administração de créditos imobiliários e de imóveis relativo ao período sem contrato (1º de abril a 7 de maio de 2019), em processo de negociação com a Caixa, atualizado pela SELIC. Adicionalmente inclui os valores a pagar à Caixa decorrente do Contrato de prestação de serviços para avaliação de imóveis.

(ii) Referem-se a valores a pagar a fornecedores por aquisições de utilidades e serviços, bens de informática, serviços de manutenção, apoio administrativo, auditoria e outros.

16. Obrigações tributárias

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
COFINS	7.277	5.494
PASEP	1.341	914
IRRF/ISS	726	652
Impostos e Contrib. Retidos na Fonte (i)	13.405	12.752
Débitos Tributários– Adesão PRT (ii)	90.102	85.132
IRPJ (iii)	4.435	-
CSLL (iii)	2.394	-
Total	**119.680**	**104.944**

(i) Refere-se principalmente à restituição pela SRFB, ocorrida indevidamente em janeiro de 2019, de crédito tributário utilizado em compensação de débitos, no montante de R$ 8.047 (valor de janeiro de 2019), para o qual a Emgea encaminhou Manifestação de Inconformidade à SRFB, em 14.02.2019, ainda em análise pela Receita Federal. Em junho de 2021, houve acréscimo de provisão de R$ 3.670 relativo a encargos, tendo em vista o risco provável de indeferimento do recurso apresentado e a consequente não homologação das compensações propostas pela Empresa. O valor é atualizado mensalmente pela taxa Selic.

(ii) Refere-se a depósito efetuado pela SRFB, em 20.4.2016, originário de crédito tributário decorrente de IRRF retido indevidamente, objeto da carta-cobrança da SRFB de 9.5.2017, atualizado pela Selic até a referência. Em 29.5.2017, a Emgea aderiu ao Programa de Regularização Tributária (PRT), instituído pela MP nº 766/2017 com parcelamento do débito em 24 meses, cuja adesão foi validada em 29.6.2017. Posteriormente, a RFB notificou a Emgea de que o débito não poderia ter sido incluído no Programa e fez a inscrição da Empresa na Dívida Ativa, em 25.6.2018. A Emgea impetrou Mandado de Segurança requerendo a suspensão dos efeitos da inscrição em dívida ativa e a exigibilidade do débito, medidas que foram deferidas pela autoridade judicial. O processo tramita na Justiça Federal de Brasília e já teve duas decisões favoráveis à Emgea. A Empresa efetuou os recolhimentos mensais das parcelas e o saldo em 31.12.2023 encontra-se deduzido das parcelas já recolhidas. O valor é atualizado mensalmente pela taxa Selic.

(iii) Referem-se aos valores a recolher de IRPJ e CSLL apurados com base no balancete na posição de 31.12.2023. Cabe salientar que, no decorrer do exercício de 2023, foram recolhidas as antecipações mensais dos tributos, tendo em vista a legislação tributária vigente.

17. Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio

São assegurados ao acionista (União), dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, conforme dispõe o Estatuto Social da Emgea (Art.53, § 2º, II).

Em junho de 2023, foi efetuado o pagamento do JCP referente ao exercício de 2022, no montante de R$ 89.825, sendo composto por R$ 85.075 de principal e R$ 4.750 de atualização pela taxa SELIC no período, conforme Proposta da Administração de Destinação do Resultado do Exercício de 2022, aprovada pela Assembleia Geral realizada em 20 de abril de 2023.

Posteriormente, em dezembro de 2023, foram pagos os dividendos apurados no exercício de 2019, pendente de pagamento, no montante de R$ 99.320, sendo composto por R$ 72.970 de principal e R$ 26.350 de atualização acumulada pela taxa SELIC do período.

Restam ainda a pagar os dividendos apurados nos exercícios de 2020 e 2021, no montante de R$ 232.427, registrado na conta de Reserva Especial de Dividendos Não Distribuídos, integrante do Patrimônio Líquido - PL (Nota 21.2), conforme aprovação da Assembleia Geral da empresa, remanescendo no passivo circulante apenas o montante relativo à atualização monetária desses valores, pela taxa SELIC, no total de R$ 67.989 (R$ 48.318 em 31.12.2022).

A composição das rubricas está ilustrada no quadro a seguir:

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Dividendos - Atualização monetária (i)	67.989	48.318
Juros Sobre Capital Próprio (JCP) (ii)	59.254	85.075
Total	127.243	133.393

(i) O saldo em 31.12.2023 refere-se à atualização monetária pela taxa Selic dos dividendos relativos aos exercícios de 2020 (R$ 30.106) e de 2021 (R$ 37.883), contabilizados no Patrimônio Líquido em Reserva Especial para Dividendos Obrigatórios não Distribuídos (Nota 21.2).

(ii) O saldo em 31.12.2023 representa o valor do JCP, imputado ao valor dos dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado do exercício de 2023, conforme Proposta da Administração de Destinação do Resultado de 2022, a ser encaminhada à Assembleia Geral para aprovação.

18. Obrigações por repasses

Quando do encerramento do contrato com a ex-prestadora de serviços Caixa, remanesceram saldos operacionais e contábeis registrados nos sistemas operacionais e nas demonstrações financeiras da Emgea, principalmente referentes a pendências de arrecadação e cadastro advindos dos sistemas operacionais da Caixa, além de demais saldos pendentes. Os referidos saldos estão em processo de identificação e análise, pelas áreas operacionais, para o devido tratamento, registro e monitoramento das variações, que devem levar à redução gradual das pendências. Tais análises estão sendo conduzidas no âmbito do Grupo de Trabalho responsável pelo processo de internalização.

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Valores a Ressarcir (i)	8.185	8.185
Seguros/FCVS e outros a recolher (ii)	245	439
Créditos a Repassar (iii)	4.263	2.315
Adiantamentos na alienação de imóveis não de uso (iv)	584	8.049
Obrigações assumidas quitação de contratos pro solvendo (v)	1.125	1.039
Diferença de prestações pagas a maior/Saldos credores (vi)	20.646	19.552
Valores a apropriar (vi)	7.466	7.466
Pendência de arrecadação e cadastro – créditos imobiliários (vii)	8.715	8.715
Pendência de arrecadação e cadastro - imóveis não de uso (vii)	11.276	11.536
FGTS-SFH-quotas utilizadas pagamento prestação crédito imobiliário (viii)	1.103	1.103
Pendências Bancárias Credoras	572	347
Total	**64.180**	**68.746**

(i) Valores relativos a desembolsos com execuções judicial e extrajudicial e despesas com manutenção de créditos imobiliários junto à ex-prestadora de serviços Caixa (R$ 5.297) e de valores de repasses de IOF (R$ 2.888), cobrado dos devedores de créditos comerciais nas parcelas por aquela Instituição. Tais valores encontram-se em fase de conciliação e negociação entre as duas Instituições, no contexto de análise e regularização de pendências que remanesceram após o término do Contrato de Prestação de Serviços.

(ii) Valores relativos aos prêmios de seguros habitacional e às contribuições ao FCVS contidos nas prestações das operações de créditos imobiliários a serem repassados à Seguradora e à Administradora do FCVS. Adicionalmente, inclui os valores de subsídios concedidos na contratação de financiamentos com recursos do FGTS, cujos contratos foram cedidos à Emgea, recebidos em liquidações antecipadas de dívidas a serem repassados ao Agente Operador do FGTS. Encontra-se em fase de análise e depuração, pelas áreas gestoras, os valores dos prêmios de seguro emitidos nas prestações de crédito imobiliário a partir de janeiro de 2021.

(iii) Refere-se a valores de honorários advocatícios, avaliação de imóveis e remuneração de cobrança a repassar aos respectivos credores (advogados terceirizados, prestadora Caixa e agentes fiduciários).

(iv) Refere-se aos valores recebidos nas alienações de imóveis a título de adiantamento, cujos contratos de venda ainda estão pendentes de assinatura entre a Emgea e o comprador.

(v) Refere-se, principalmente, a débitos perante a Administradora do Seguro Habitacional em função da inadimplência dos Agentes assumida pela Emgea, conforme Instrumento de Transação com Quitação de Dívida assinado entre os Agentes e a Emgea, para pagamento das diferenças de saldos da cessão originária, em razão do caráter pro solvendo da aquisição dos créditos.

(vi) Refere-se, principalmente, à diferença de prestações pagas a maior e saldos credores relativos a contratos de créditos imobiliários pessoa física, internalizados e controlados no sistema operacional, em fase de análise pelas áreas gestoras, passíveis de devolução aos mutuários, consolidação da dívida nas reestruturações e liquidações, bem como transferências para perdas dos respectivos contratos.

(vii) Valores arrecadados de créditos imobiliários, imóveis não de uso e comerciais não classificados pelos sistemas de controle operacional, relativos ao período de administração pela Caixa, em fase de identificação pela Emgea para a devida destinação e internalização dos valores nos contratos correspondentes.

(viii) Valores de quotas do FGTS a serem utilizadas para pagamento de parte do valor das prestações de crédito imobiliário, relativos ao período de administração pela Caixa, em fase de identificação pela Emgea para a devida destinação dos valores nos contratos correspondentes, também em análise no âmbito do grupo de trabalho de internalização.

19. Obrigações com ativos mantidos para venda

Refere-se a débitos condominiais e débitos fiscais (Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU) em atraso das unidades de imóveis em estoque administrados pela empresa prestadora de serviços de administração de imóveis contratada pela Emgea. Os imóveis não alienados (em estoque) acumularam débitos em atraso em decorrência do procedimento adotado pela ex-prestadora de serviços Caixa de realizar o pagamento dos débitos apenas no momento da alienação do imóvel e não em seus vencimentos mensais.

Além desses valores, são registrados nessa rubrica os montantes de despesas propter rem (condomínio, IPTU e outras taxas) apurados pela Caixa e cobrados da Emgea no contexto da execução dos contratos de prestação de serviços vigentes até o encerramento da relação com aquela Instituição, no valor de R$ 65.555 em 31.12.2023 e 31.12.2022.

Porém, cabe ressaltar que, tanto sobre os valores passíveis de serem ressarcidos à Caixa, quanto sobre os valores de despesas propter rem apurados pela empresa terceirizada, encontra-se em discussão conceitual entre as Instituições a aplicação de cláusulas de prejuízos e de descumprimento de Acordos de Nível de Serviços, por supostas falhas nos serviços prestados pela Caixa. Tais valores, após a devida análise, conciliação e circularização entre as Instituições, são passíveis de se tornar créditos da Emgea e alcançam o montante total de R$ 57.557 em 31.12.2023.

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Circulante	**51.562**	**55.253**
Desembolso com Imóveis não de uso (i)	13.635	13.635
Provisões imóveis propter rem (ii)	37.927	41.618
Não Circulante	51.920	51.920
Desembolso com Imóveis não de uso (i)	30.934	30.934
Provisão de Desembolso com Imóveis não de uso – Caixa (i)	20.986	20.986
Total	**103.482**	**107.173**

(i) Referem-se principalmente às despesas com manutenção de imóveis, além de débitos propter rem e outros valores passíveis de serem ressarcidos à Caixa pela administração e controle de imóveis arrematados e/ou adjudicados, disponíveis para a venda, conforme contratos de prestação de serviços firmados entre a Caixa e a Emgea em exercícios anteriores, no montante de R$ 65.555, as quais encontram-se em discussão entre as duas Instituições no contexto pós internalização. O possível crédito da Emgea decorrente da aplicação de cláusulas de prejuízo e Acordos de Níveis de Serviço incidente sobre o montante de despesas propter rem apresentadas pela Caixa alcança o montante de R$ 17.550 até 31.12.2023, ainda em processo de conciliação e circularização definitiva entre as empresas. Os saldos das provisões para despesas propter rem estão classificados entre Circulante e Não Circulante conforme estimativa de prazo para solução da contenda entre as Instituições.

(ii) Refere-se à provisão para despesas propter rem apuradas pelo prestador de serviços contratado pela Emgea, sobre as quais também incidem cláusulas de prejuízo e Acordos de Níveis de Serviço, cujos valores

do possível crédito à Emgea alcançam o montante de R$ 40.007, na posição de 31.12.2023, igualmente em processo de conciliação e circularização definitiva entre as empresas.

20. Provisão para contingências

A Emgea possui na esfera passiva demandas judiciais relacionadas principalmente à contestação de indexadores aplicados em operações ativas, relativas a financiamentos imobiliários e comerciais, inclusive em razão de efeitos de planos econômicos implementados pelo Governo Federal ainda nas décadas de 80 e 90. Além disso, também é considerado o risco de sucumbência em alguns processos em que a Emgea figura no polo ativo, com probabilidade de ser acionada judicialmente em função de eventuais recursos interpostos por devedores em processos de valores relevantes, sobretudo em contratos firmados com devedores pessoa jurídica. Adicionalmente, possui demandas na esfera administrativa, relativas a contingências fiscais e na esfera judicial, relativas a contingências trabalhistas. Tais demandas judiciais e administrativas são avaliadas e revisadas periodicamente, com base em pareceres de advogados e reconhecidas de acordo com as regras estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 25.

20.1. Risco provável

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Contingências nas Operações de Crédito	**64.035**	**56.215**
Ações rotineiras (i)	47.640	41.032
Ações relevantes (ii)	5.485	6.171
Honorários de sucumbência – polo ativo (iii)	10.910	9.012
Contingências para ações administrativas	**112**	**42.746**
Processo judicial – Itaipu Binacional (iv)	-	42.634
Outros processos	112	112
Contingências para ações trabalhistas	**6.510**	**5.381**
Ações reclamatórias (v)	6.510	5.381
Total	**70.657**	**104.342**

(i) Refere-se a processos judiciais vinculados a créditos imobiliários e créditos comerciais pessoa física em que a Emgea figura como polo passivo, as quais são consideradas em sua totalidade como risco provável de perda, conforme metodologia aplicada, sendo utilizadas para o cálculo a média histórica dos valores das condenações sofridas pela Emgea nos últimos 36 (trinta e seis) meses e as ações extintas no mesmo período.

(ii) Refere-se a processos judiciais vinculados a créditos pessoa jurídica em que a Emgea figura como polo passivo, sendo considerado o valor estimado de condenação fornecido pelos escritórios jurídicos contratados pela Emgea (terceirização).

(iii) Refere-se a processos vinculados a créditos pessoa jurídica em que a Emgea figura como polo ativo, cujas chances de êxito são consideradas remotas havendo, por consequência, em alguns, riscos de condenação em verbas sucumbenciais.

(iv) Refere-se à provisão para o desembolso com honorários de sucumbência do processo judicial relacionado a retenções tributárias sobre os repasses de recebíveis (ativos da Emgea) realizados pela empresa Itaipu Binacional. Em 30.03.2023, foi realizado o pagamento da condenação, conforme aprovado pela Administração.

(v) Refere-se a duas ações reclamatórias trabalhistas, cuja jurisprudência adotada pelo Tribunal Superior do Trabalho foi desfavorável à Empresa.

A Administração entende que tais demandas judiciais, em seu conjunto, não implicarão em desembolsos/prejuízos que excedam o saldo da provisão para essas contingências, que é de R$ 70.657 em 31.12.2023 (R$ 104.432 em 31.12.2022), suficiente para a cobertura de eventuais decisões desfavoráveis à Empresa.

Movimentações na provisão para contingências classificadas como prováveis:

a) Em 31 de dezembro de 2023:

Descrição	Ações cíveis
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**104.342**
Adições (i)	13.623
Reversões (ii)	(47.308)
Saldo Em 30 de setembro de 2023	**70.657**

(i) Refere-se ao acréscimo na provisão de processos vinculados a créditos imobiliários e comerciais de pessoa física (R$ 7.177), em decorrência do aumento no valor médio histórico de condenações no período, e a créditos imobiliários de pessoa jurídica (R$ 5.317), pelas atualizações dos riscos e valores estimados de perda pelos escritórios jurídicos contratados. Adicionalmente, houve aumento em provisão para causas trabalhistas (R$ 1.129), em decorrência da atualização dos valores estimados de perda no período.

(ii) Refere-se principalmente à reversão de provisão na esfera administrativa a título de desembolso com honorários de sucumbência, relativa à ação de repetição de indébito impetrada pela Emgea, de retenções tributárias indevidas sobre os repasses de recebíveis realizados pela empresa Itaipu Binacional, no montante de R$ 42.633. Além disso, houve reversão de provisão de processos vinculados a pessoa jurídica (R$ 4.105) no período, decorrentes de atualizações dos riscos e valores estimados de perda pelos escritórios jurídicos contratados.

b) Em 31 de dezembro de 2022:

Descrição	Ações cíveis
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**60.939**
Adições (i)	44.871
Reversões	(1.468)
Saldo Em 31 de dezembro de 2022	**104.342**

(i) Em 2022 houve acréscimo nas contingências de operações de crédito, em decorrência do aumento de processos judiciais e de condenações no período e, na esfera administrativa, devido à atualização dos valores em decorrência de acordão publicado em 30.6.2022 que negou provimento a agravo interno interposto pela Emgea.

20.2. Risco possível

Em consonância com o CPC 25 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) e segundo parecer da Consultoria Jurídica da Emgea, em 31.12.2023 foram evidenciados, por meio de Nota Explicativa, os passivos contingentes classificados como de risco possível de perda pela Empresa, conforme análise e opinião de seus advogados terceirizados, cujos montantes encontram-se demonstrados a seguir:

Natureza	31.12.2023		31.12.2022	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Cível – Pessoa Jurídica (i)	154	35.050	186	68.304
Reconhecimento de Créditos FCVS (ii)	1	1.000	1	1.000
Trabalhista (iii)	2	84	3	4.869
TOTAL	**157**	**36.134**	**190**	**74.173**

(i) Referente aos processos judiciais da carteira de Pessoa Jurídica classificados como risco possível de perda no polo passivo, cujos valores foram estimados por parte dos escritórios jurídicos contratados.

(ii) Referente ao direito da Emgea quanto ao reconhecimento dos créditos referentes aos saldos residuais dos contratos firmados até 5.12.1990, com multiplicidade de financiamentos, no âmbito do SFH, determinando a responsabilidade do FCVS pela cobertura dos respectivos saldos, no polo ativo.

(iii) Referente a ações reclamatórias trabalhistas promovidas por ex-colaboradores da Emgea.

21. Patrimônio Líquido

21.1. Capital Social

O capital social da Emgea é de R$ 9.057.993 em 31.12.2023, totalmente integralizado pela União e dividido em 9.057.993 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, conforme art. 6º do Estatuto Social.

Em setembro de 2019, após a inclusão da Emgea no PND por intermédio do Decreto nº 10.008, de 5.9.2019, houve o depósito das ações da Empresa no Fundo Nacional de Desestatização – FND, em contrapartida à emissão de recibo ao detentor das ações (União), conforme determina o Art. 18 do Decreto nº 2.594, de 15.5.1998.

21.2. Reservas de Lucros

As reservas de lucros são constituídas por reserva legal, reserva estatutária para aquisição de ativos operacionais, reserva especial para cumprimento de obrigações e reserva especial de dividendos não distribuídos.

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Saldo inicial	**2.777.510**	**2.364.245**
Reservas de Lucros:	**117.269**	**413.265**
Reserva Legal (i)	12.475	17.911
Reserva para Aquisição de Novos Ativos (ii)	-	(1.634.396)
Reserva Especial para Cumprimento de Obrigações (iii)	177.764	1.889.621
Reserva Especial de Dividendos Obrigatórios não Distribuídos (iv)	(72.970)	140.129
Saldo final	**2.894.779**	**2.777.510**

(i) Constituída no valor equivalente a 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o disposto no art. 193 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, e no Estatuto Social da Empresa.

(ii) Reserva constituída com a finalidade de financiar a aquisição de novos ativos operacionais junto a instituições financeiras federais, para diversificação da carteira de créditos sob gestão da Emgea, de forma a maximizar a rentabilidade de suas operações e possibilitar maior retorno ao acionista. No âmbito da Proposta de Destinação dos Resultados do Exercício de 2021, elaborada no contexto de desestatização da Emgea, essa reserva foi extinta e seu saldo (acumulado até o exercício de 2020) migrado para a nova reserva para cumprimento de obrigações, conforme aprovado na AGE de 19.4.2022.

(iii) Reserva aprovada pela AGE de 19.4.2022, sendo composta pelo excedente do resultado de 2021 e 2022 (após reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios), bem como pela transferência do saldo da Reserva para Aquisição de Novos Ativos, acumulado até o exercício de 2020.

(iv) Em dezembro de 2023, foram pagos os dividendos apurados no exercício de 2019, os quais estavam registrados em Reserva Especial de Dividendos Obrigatórios não Distribuídos, no montante de R$ 72.970, acrescidos da atualização acumulada pela taxa SELIC do período.

A Reserva Especial de Dividendos Obrigatórios não Distribuídos possui saldo de R$ 232.427 em 31.12.2023, sendo composto pelos valores dos dividendos apurados nos exercícios de 2020 (R$ 92.298) e 2021 (R$ 140.129) ainda não pagos ao acionista, conforme aprovados pelas respectivas Assembleias Gerais, com base no Art. 202, §4º e §5º da Lei nº 6.404, de 15.12.1976.

Conforme a Proposta da Administração de Destinação do Resultado do Exercício de 2023, a ser submetida à aprovação da AGO, o excedente do resultado apurado (após reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios), no valor de R$ 177.764, será destinado à Reserva Especial para Cumprimento de Obrigações, cujo saldo atinge o montante de R$ 2.487.771 em 31 de dezembro de 2023. Essa reserva, constituída de forma estatutária, tem limite de até 50% do Capital Social da Emgea, com a finalidade de reservar recursos oriundos de parte dos resultados econômicos a serem destinados a lastrear o cumprimento de obrigações da Emgea registradas em seu passivo, sobretudo suas dívidas perante o FGTS, além da absorção de eventuais prejuízos futuros. Cumpridas tais destinações, o saldo poderá ser utilizado para futuros aumentos de capital social, a critério do acionista (União).

21.3. Base de cálculo dos Dividendos

São assegurados à União Dividendos ou Juros sobre Capital Próprio (JCP), calculados sobre o lucro líquido ajustado, conforme dispõe o Estatuto Social da Emgea (Art.53, §2º, II), de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, em consonância com o Art. 202 da Lei nª 6.404, de 15.12.1976.

Conforme Proposta da Administração de Destinação do Resultado do Exercício de 2023, a ser submetida à aprovação da AGO, foi provisionado no passivo circulante o pagamento de Juros sobre Capital Próprio (JCP), imputados ao valor destinado aos dividendos mínimos obrigatórios, de 25% do lucro líquido ajustado do exercício de 2023, no valor de R$ 59.254 (Nota 17).

Lucro líquido do exercício 2023	249.493
Reserva Legal (5%)	(12.475)
Base para cálculo dos Dividendos/JCP	**237.018**
Dividendo/Juros sobre Capital Próprio mínimo obrigatório (25%)	59.254

22. Desdobramento das principais contas das demonstrações de resultados

22.1. Receita bruta

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Juros efetivos - créditos perante o FCVS (i)	936.768	960.661
Juros efetivos - crédito imobiliário (ii)	58.646	18.773
Juros efetivos - crédito comercial (iii)	1.112	6.098
Receitas de taxas, comissões e encargos moratórios - crédito imobiliário (iv)	6.852	2.062
Receitas de taxas, comissões e encargos moratórios - crédito comercial (v)	4.014	-
Receita de recuperação prejuízos - crédito imobiliário (vi)	15.625	16.638
Receita de recuperação prejuízos - crédito comercial (vi)	49.929	17.301
Receita com remuneração de seguros (vii)	22	29
Total	**1.072.968**	**1.021.562**

(i) Referem-se aos valores de atualização monetária e juros apropriados sobre o saldo a receber dos Créditos perante o FCVS, calculados de acordo com o método dos juros efetivos. Em 2023, houve redução do saldo, em decorrência do ajuste da taxa de juros efetiva pelo acréscimo da perda esperada no período, conforme aprovado pela Administração.

(ii) Referem-se aos valores de deságio, atualização monetária e juros apropriados sobre o saldo a receber dos créditos imobiliários, calculados de acordo com o método dos juros efetivos. Em 2022, houve queda em juros efetivos de créditos imobiliários em decorrência do reflexo de transferências para perdas de contratos de pessoa física, conforme aprovado pela Administração.

(iii) Referem-se aos valores de deságio, atualização monetária e juros apropriados sobre o saldo a receber dos créditos comerciais. Em 2023, houve redução do saldo, em decorrência da queda nas liquidações dos créditos em relação ao mesmo período do exercício anterior, bem como da redução do saldo a receber das carteiras pelos decursos de prazos contratuais, liquidações antecipadas e transferências para perdas registradas no período.

(iv) Referem-se às taxas para cobertura de despesas de administração dos contratos recebidas no encargo mensal, reconhecidas por regime de competência e às rendas de encargos por atraso reconhecidos por regime de caixa, considerando tratar-se de recebimento altamente duvidoso, relativas às operações de créditos imobiliários e comerciais. Em 2023, houve acréscimo das receitas, principalmente devido às movimentações de arrematação/adjudicação/ consolidação de propriedade ocorridas no período.

(v) Refere-se ao recebimento de valores referentes a taxas de comissão de permanência no pagamento em atraso de contratos de créditos comerciais, os quais foram cobrados no Sistema da ex-prestadora de serviços Caixa e não previsto no contrato de prestação de serviços entre as instituições.

(vi) Referem-se aos valores recuperados de créditos imobiliários e créditos comerciais, relativos a contratos já transferidos para perdas em períodos anteriores.

(vii) Refere-se à receita da Emgea pela intermediação do prêmio de seguro mensal nas prestações de créditos imobiliários pessoa física.

22.2. Dedução da receita bruta

As deduções da receita bruta são compostas por Impostos e Contribuições, Descontos Concedidos e Perdas nas Operações:

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Impostos e Contribuições	(63.866)	(57.263)
COFINS	(54.710)	(49.234)
PIS/PASEP	(9.154)	(8.028)
ISS	(1)	(1)
Descontos Concedidos (Nota 22.2.1)	(22.605)	(36.131)
Perdas nas Operações (Nota 22.2.2)	(4.918)	(1.376.606)
Total	**(91.388)**	**(1.470.000)**

22.2.1. Descontos concedidos

Referem-se aos descontos concedidos nas liquidações antecipadas e reestruturações de dívida de contratos das operações de créditos imobiliários e créditos comerciais.

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Crédito Imobiliário	(21.156)	(30.538)
Crédito Comercial	(1.146)	(2.985)
Total Pessoa Física	**(22.302)**	**(33.523)**
Pessoa Jurídica	(303)	(2.608)
Total (i)	**(22.605)**	**(36.131)**

(i) Em 2023, houve decréscimo dos saldos tendo em vista a redução das liquidações antecipadas de dívidas no período.

22.2.2. Perdas nas operações

Refere-se aos valores reconhecidos no resultado decorrentes das transferências para perdas no período.

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Créditos imobiliário (i)	(3.009)	(1.124.699)
Crédito Comercial (ii)	(104)	(117.036)
Total pessoa Física	**(3.113)**	**(1.241.735)**
Pessoa Jurídica (i)	-	(132.982)
Créditos perante o FCVS (iii)	(1.805)	(1.889)
Total	**(4.918)**	**(1.376.606)**

(i) Em 2022, houve movimentação de transferência para perdas de contratos de créditos imobiliários pessoa física e pessoa jurídica do setor privado, conforme formalizado em Notas Técnicas específicas aprovadas pela Administração da Empresa, em contrapartida à reversão de perda de crédito esperada (Nota 22.5.3). Em 2023, houve redução significativa em função de menor volume de transferência para perdas no período.

(ii) Em 2022, ocorreu a transferência para perdas dos créditos comerciais com atraso acima de 1800 dias e sem acordo vigente, no montante de R$ 117.036, conforme autorizado pela Administração. Em 2023, houve redução significativa em função de menor volume de transferência para perdas no período.

(iii) Refere-se à movimentação de perdas na habilitação/homologação de Créditos FCVS, em razão de movimentações de status entre os créditos no período.

22.3. Custos operacionais

As despesas com encargos incidentes sobre o saldo de financiamentos (dívidas da Emgea perante o FGTS) se elevaram ao longo de 2022 e 2023, em razão do aumento da taxa SELIC no período, além do impacto da Taxa Referencial - TR. O quadro a seguir traz o detalhamento dos montantes registrados como custos operacionais:

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Serviços prestados - Tarifa Administração (i)	(2.979)	-
Serviços prestados - Taxa de Performance (ii)	(4.264)	(6.045)
Despesas com juros e atualização monetária de financiamentos (iii)	(399.635)	(350.557)
Total	**(406.878)**	**(356.602)**

(i) Refere-se à atualização monetária do saldo remanescente da tarifa de serviços de administração de créditos imobiliários e de imóveis relativo ao período sem contrato (1º de abril a 7 de maio de 2019), em processo de negociação com a Caixa.

(ii) Refere-se principalmente à taxa de performance paga às empresas de cobrança terceirizadas, incidentes sobre os valores de arrecadações das operações de créditos comerciais.

(iii) Refere-se ao valor dos juros e atualização monetária calculados sobre as obrigações da Emgea perante o FGTS (TR + juros de 3,08% a 6% a.a. e Selic durante o período de carência).

22.4. Despesas administrativas

22.4.1. Despesa de pessoal

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Salários e Gratificações	(12.451)	(11.786)
Despesa com pessoal cedido (i)	(2.617)	(3.100)
Encargos Sociais (FGTS/INSS)	(4.985)	(4.408)
Honorários - Diretoria e Conselhos	(3.971)	(2.581)
Provisão de férias/13º salário e encargos	(2.870)	(2.751)
Participação - dirigentes e empregados	(472)	(1.465)
Auxílio alimentação	(1.125)	(1.060)
Treinamento de pessoal	(31)	(21)
Assistência médica e social	(388)	(422)
Rescisões Contratuais	(1.221)	(331)
Ajuda de custo/moradia	(108)	(52)
Total	**(30.239)**	**(27.977)**

(i) Para as funções comissionadas ocupadas por empregados cedidos da Administração Pública Federal, a Emgea ressarce integralmente a remuneração e os benefícios oferecidos pelo Órgão ou Entidade de Origem (Nota 25.3).

22.4.2. Despesas de serviços de terceiros

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Tarifa com administração de imóveis não de uso	(3.529)	(4.673)
Administração, Limpeza e Conservação	(6.508)	(5.574)
Serviços de terceiros (i)	(7.851)	(5.646)
Total	**(17.888)**	**(15.893)**

(i) Referem-se, principalmente, aos valores pagos a escritórios jurídicos, auditoria, consultoria, serviços de manutenção, primeiros socorros e segurança da informação. O acréscimo verificado em 2023 se refere principalmente aos serviços de avaliação de imóveis.

22.4.3. Demais despesas administrativas

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Aluguel, locação de veículos e condomínios	(5)	(34)
Despesas Gerais (associação de classe, representação e outros)	(798)	(373)
Depreciação - Próprio	(54)	(341)
Depreciação - Arrendamento (i)	(2.275)	(2.147)
Utilidades e serviços	(751)	(909)
Publicidade oficial e divulgação	(229)	(331)
Despesas com patrocínio (incentivo à cultura) (ii)	(2.000)	-
Passagens aéreas e rodoviárias	(12)	(24)
Diárias de viagens	(9)	(6)
Taxas e contribuições locais	(92)	(89)
Segurança e medicina no trabalho	(22)	(23)
Material de consumo	(75)	(62)
Total	**(6.322)**	**(4.339)**

(i) Em outubro de 2023, foi assinado o quinto termo aditivo ao contrato de locação do edifício sede da empresa, com prorrogação do prazo final para 31.8.2024.

(ii) Em dezembro de 2023, foram realizados repasses, como forma de patrocínio, ao Programa Nacional de Apoio à Cultura, conforme Art. 18 e 26 da Lei nº 8.313/1991 e instrução normativa conjunta Sex MINC/SRF/MF nº 01, de 13.06.1995, sendo deduzidos, no cálculo do Imposto sobre a Renda do exercício de 2023, os valores efetivamente contribuídos.

22.5. Receitas/despesas operacionais

22.5.1. Receitas

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Validação de carteiras (i)	-	2.004
Lucro na alienação de imóveis (ii)	7.110	16.774
Receitas com ressarcimento de prestação de contas/glosas	25	256
Reposicionamento de cessão (iii)	5.381	4.926
Receitas eventuais na liquidação de créditos imobiliários/outras (iv)	1.558	28
Total	**14.074**	**23.988**

(i) Em 2022, ocorreu reversão de taxa de performance, por prescrição da dívida, sobre o valor transacionado por meio do Instrumento de Transação para Quitação das dívidas de carteiras de crédito pro solvendo.

(ii) Refere-se à diferença positiva entre o valor da alienação dos imóveis e seu valor contábil. Houve redução do saldo em 2023 em razão do menor volume de vendas de imóveis não de uso no período.

(iii) Refere-se à apropriação de atualização monetária e juros sobre o saldo oriundo de reposicionamento na cessão onerosa firmada entre a Emgea e a Caixa em 30.9.2014, conforme estabelecido no Instrumento Contratual.

(iv) Em 2023, houve a devolução de prêmios de seguro de créditos imobiliários, repassados a maior às seguradoras pela Emgea.

22.5.2. Despesas

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Prejuízo na adjudicação/arrematação de imóveis (i)	(270)	(355)
Perdas em diferenças de repasse - Seguros/FCVS (ii)	(418)	(2.051)
Despesas com imóveis não de uso (condomínios, impostos, taxas e outras) (iii)	(9.501)	(19.319)
Prejuízos na alienação de imóveis não de uso (iv)	(14.503)	(19.317)
Despesas com execução de créditos - não recuperáveis e outras (v)	(33.879)	(5.933)
Despesas com condenações judiciais e sucumbências (vi)	(55.428)	(11.222)
Despesas com ressarcimento de prestação de contas	-	(5)
Despesas com perdas na quitação de débitos - Agentes cedentes	-	(546)
Despesas com diferenças de prestações de créditos imobiliários	(834)	(518)
Despesas com manutenção de créditos e garantias	(1.561)	(1.153)
Impostos e Contribuições (vii)	(826)	(5.498)
Total	**(117.221)**	**(65.917)**

(i) Referem-se às diferenças apuradas entre os saldos devedores de financiamentos imobiliários e os valores de avaliação dos imóveis vinculados como garantia, por ocasião de sua adjudicação, arrematação e consolidação de propriedade pelo credor.

(ii) Valor líquido relativo às diferenças apuradas no repasse do prêmio de seguro mensal e contribuições mensais ao FCVS nas operações de crédito imobiliário.

(iii) Refere-se ao pagamento de despesas propter rem com imóveis não de uso no período, conforme levantamentos efetuados pela atual prestadora de serviços (Nota 19).

(iv) Refere-se à diferença negativa apurada entre o valor da alienação dos imóveis não de uso em estoque e o seu valor contábil.

(v) Referem-se às despesas com mutuários em fase de execução/adjudicação e despesas com condenações judiciais e demais despesas ligadas a contratos de créditos imobiliários, comerciais e imóveis não de uso, sobre as quais existem solicitações de ressarcimento junto à ex-prestadora de serviços Caixa na esfera administrativa, em razão de possíveis falhas na prestação de serviços (encontra-se em fase de conciliação e negociação entre as duas Instituições o montante de R$ 161.342, incluindo saldos de exercícios anteriores). Em janeiro de 2023, houve a apropriação como despesa operacional do saldo remanescente do ativo de despesas com execução a recuperar (Nota 6.1), após identificação e análise pelas áreas gestoras, consideradas como despesas de difícil recuperação pela Empresa, conforme aprovado pela Administração.

(vi) A variação em 2023 refere-se principalmente ao desembolso com honorários de sucumbência, efetuado pela Emgea, em 30.3.2023, no valor de R$ 32.355, relativo à ação de repetição de indébito impetrada pela Emgea, tendo em vista as retenções tributárias indevidas sobre os repasses de recebíveis realizados pela empresa Itaipu Binacional (Nota 20.1). Adicionalmente, inclui o valor de R$ 23.073 relativos às demais despesas de condenações judiciais em processos judiciais instaurados, inclusive, em exercícios anteriores.

(vii) Referem-se aos tributos COFINS (R$ 675) e PIS/PASEP (R$ 152) apurados sobre o grupo Receitas/Despesas, subgrupo Receitas.

22.5.3. Perdas de crédito esperadas (líquida)

Representa a movimentação líquida de perdas de crédito esperadas, incluindo as reversões de provisões decorrentes das liquidações antecipadas e reestruturações de dívidas e as transferências para perdas de contratos de créditos imobiliários pessoas físicas e jurídicas, e de créditos comerciais que já se encontravam provisionados.

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Perdas de crédito esperadas/Reversão (líquida) - crédito imobiliário PF(i)	25.287	1.053.716
Perdas de crédito esperadas/Reversão (líquida) - crédito imobiliário PJ (i)	7	129.417
Perdas de crédito esperadas/Reversão (líquida) - crédito comercial (ii)	1.297	121.671
Total	**26.591**	**1.304.804**

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

(i) A movimentação líquida positiva de reversão de provisão, em 2023 e 2022, ocorreu principalmente em contrapartida à transferência para perdas e aos descontos concedidos em contratos de crédito imobiliário Pessoa Física e Pessoa Jurídica Setor Privado, conforme demonstrado nas Notas 22.2.1 e 22.2.2, além das reversões decorrentes das reestruturações e liquidações antecipadas de dívidas. Em 2023, houve redução na movimentação líquida positiva, em relação ao mesmo período do exercício anterior, tendo em vista o menor volume de transferências para perdas de contratos de Pessoa Física e Pessoa Jurídica no período.

(ii) A movimentação líquida positiva de reversão de provisão decorre principalmente da contrapartida à baixa decorrente das reestruturações e liquidações de dívida e do critério de transferência para perdas dos créditos comerciais em atraso há mais de 1.800 dias, sem acordo vigente (Nota 22.2.2). Em 2023, houve redução na movimentação líquida positiva, em relação ao mesmo período do exercício anterior, tendo em vista o menor volume de transferências para perdas de contratos no período.

22.5.4. Redução ao Valor Recuperável de ativos financeiros (líquida)

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Redução ao valor recuperável - perdas de créditos perante o FCVS (i)	(165.461)	(114.259)
Redução ao valor recuperável - perdas devolução dos créditos Agentes cedentes	-	472
Redução ao valor recuperável - perdas no desembolso com execução/ Seguros FCVS (ii)	34.445	28.880
Redução ao valor recuperável - perdas sobre depósitos judiciais e reposicionamento (iii)	(2.746)	6.458
Redução ao valor recuperável - pendências operacionais (iv)	-	(5.010)
Redução ao valor recuperável - taxa de Performance - crédito comercial	30	67
Total	**(133.732)**	**(83.392)**

(i) Em 2023, houve acréscimo de perda esperada em relação ao mesmo período do exercício anterior, principalmente pelo aumento do saldo da carteira dos créditos perante o FCVS, em decorrência da apropriação da receita acumulada de juros e pela incidência da atualização monetária pela TR no período, bem como pelo aumento de negativas de cobertura de contratos no período, por parte da administradora do fundo.

(ii) Em 2023, houve a reversão de perda esperada para desembolsos com execução a recuperar que se encontravam 100% provisionados, em contrapartida à apropriação dos valores como despesa operacional, considerados de difícil recuperação pela Empresa, conforme aprovação da Administração (Nota 22.5.2). Em 2022, houve a reversão de perda esperada decorrente da transferência para perdas de desembolsos com execução a recuperar associados a contratos de crédito Pessoa Física já liquidados ou transferidos para perdas, conforme aprovação da Administração.

(iii) Refere-se a redução ao valor recuperável sobre valores de depósitos judiciais e do saldo a favor da Emgea apurado no reposicionamento da permuta de créditos com a Caixa realizada em 30.9.2014. Em 2022, houve a reversão de perda esperada de depósitos judiciais, decorrente de transferência para perdas de depósitos vinculados a contratos de crédito imobiliário pessoa física e jurídica já liquidados ou transferidos para perda, conforme aprovação da Administração.

(iv) Em 2022 foi constituída perda de crédito esperada sobre os valores de pendências operacionais e contábeis das carteiras créditos imobiliários pessoa física e imóveis não de uso, pendentes de apropriação individualizada, advindos dos sistemas operacionais da CAIXA, os quais se encontram em processo de apuração e análise por parte das áreas gestoras.

22.5.5. Redução ao Valor Recuperável de outros ativos (líquida)

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Redução ao valor recuperável/Reversão (líquida) - imóveis não de uso (i)	5.985	48.471
Redução ao valor recuperável – Riscos de perdas fiscais (ii)	(367)	(349)
Total	**5.618**	**48.122**

(i) Em 2023, houve redução na movimentação líquida positiva de reversões de redução ao valor recuperável principalmente decorrente da mudança de status de imóveis com pendências judiciais, ocasionando redução da quantidade de imóveis a serem liberados para venda em leilão.

(ii) Refere-se à atualização monetária, pela taxa SELIC, da provisão para risco de crédito registrado no ativo, em face do risco de indeferimento pela SRFB, por se tratar de crédito de junho de 2004 indicado pela Empresa em compensações que não foram homologadas pela SRFB (Nota 8).

22.5.6. Provisões (reversões) para contingências

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Provisão para riscos cíveis (i)	(7.820)	(27.100)
Provisão para causas fiscais (ii)	42.633	(12.477)
Provisão para causas trabalhistas (iii)	(1.129)	(3.826)
Total	**33.684**	**(43.403)**

(i) Refere-se às contingências das operações de crédito, calculadas pelo histórico dos valores das condenações sofridas pela Emgea nos últimos 36 meses (ações rotineiras), atualizadas pelo IPCA, e revertidas pelas ações extintas no mesmo período e pelo valor estimado de perda para as causas relevantes (Nota 20). Em 2022, houve incremento da provisão decorrente do aumento no volume das ações judiciais em que a empresa figura em polo passivo, identificadas na Emgea após a internalização dos serviços antes prestados pela Caixa (Nota 20), bem como pelo aumento de condenações judiciais no período.

(ii) Em 2023, o valor de R$ 42.633 refere-se à reversão de provisão para desembolso com honorários de sucumbência, referente à ação de repetição de indébito impetrada pela Emgea, relativa a retenções tributárias indevidas sobre os repasses de recebíveis realizados pela empresa Itaipu Binacional, em contrapartida ao pagamento realizado pela Emgea em 30.3.2023, no valor de R$ 32.355 (Notas 20.1 e 22.5.2). Em 2022, o valor de R$ 12.477 refere-se principalmente ao aumento da provisão, estimada pela área jurídica, devido à atualização dos valores em decorrência de acórdão publicado em 31.3.2022, que negou provimento a agravo interno interposto pela Emgea na mesma ação de repetição de indébito (Nota 20.1).

(iii) Refere-se às ações reclamatórias trabalhistas consideradas como risco provável de perda, cuja jurisprudência adotada pelo Tribunal Superior do Trabalho foi desfavorável à Empresa.

22.5.7. Provisões (reversões) para outros passivos

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Provisão imóveis débitos propter-rem (i)	3.691	10.970
Provisão encargos tributos (ii)	(695)	(631)
Total	**2.996**	**10.339**

(i) Refere-se à provisão (reversão) de débitos condominiais e débitos fiscais em atraso, relativos à carteira de imóveis não de uso (Nota 19). A reversão de provisão decorre dos pagamentos das despesas propter rem ocorridas no período.

(ii) Refere-se à atualização pela SELIC da provisão tributária registrada em junho de 2021, relativa a encargos, tendo em vista o risco de indeferimento do recurso apresentado e a consequente não homologação das compensações propostas pela Empresa (Nota 16).

22.6. Resultado Financeiro

22.6.1. Receitas Financeiras

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Receita de aplicações financeiras – Fundo de Investimento/Títulos e valores mobiliários (i)	116.514	62.256
Atualização Monetária s/Indenizações Sinistro/FGTS/Depósitos Judiciais	948	811
Remunerações da Caixa - repasses em atraso (ii)	446	592
Juros compensatórios sobre tributos a recuperar (iii)	1.342	440
Atualização Monetária em repasse de recursos	59	53
Total	**119.309**	**64.152**

(i) Em 2023, houve acréscimo em decorrência de maior volume de recursos aplicados, bem como pelo aumento das taxas de rentabilidade dos fundos de investimento no período.

(ii) Referem-se aos valores de atualização à taxa Selic sobre os valores financeiros de prestação de contas das arrecadações repassadas em atraso pela Caixa.

(iii) Referem-se aos valores de juros compensatórios no período, calculados pela taxa Selic, sobre o saldo da conta representativa de tributos a compensar e/ou recuperar (Nota 8).

22.6.2. Despesas Financeiras

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Multas e juros sobre tributos em atraso	(178)	(6)
Despesa financeira com SELIC sobre JCP/Dividendos (i)	(50.770)	(38.946)
Encargos sobre movimentação financeira - Caixa (ii)	(138)	(213)
Atualização de débitos assumidos quitação de créditos pro solvendo (iii)	(86)	(75)
Tarifas bancárias e outras	(197)	(308)
Atualização monetária - prêmio de seguro habitacional	(887)	(192)
SELIC créditos de impostos RFB	(4.970)	(4.510)
Impostos e Contribuições (iv)	(5.548)	(2.983)
Total	**(62.774)**	**(47.233)**

(i) Refere-se à despesa de atualização monetária calculada com base na taxa Selic incidente sobre os Dividendos/JCP a pagar (Nota 17). Em 2023, houve aumento do saldo devido à inclusão da atualização monetária dos dividendos apurados na forma de JCP no exercício de 2022, bem como pelo aumento da base de incidência e, também, da taxa Selic no período.

(ii) Refere-se à despesa de atualização monetária calculada com base na taxa Selic sobre devoluções, à Caixa, de valores financeiros de prestação de contas.

(iii) Valor da atualização monetária sobre os valores de débitos assumidos na quitação de créditos de contratos, em razão do caráter pro solvendo.

(iv) Referem-se a COFINS (R$ 4.772) e PIS/PASEP (R$ 776) em 31.12.2023 (COFINS de R$ 2.566 e PIS/PASEP de R$ 417 em 2022), apurados sobre o grupo Resultado Financeiro, subgrupo Receitas Financeiras e outros débitos de tributos perante a RFB.

23. Ativos e passivos fiscais

O imposto de renda é apurado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, e a contribuição social com base na alíquota de 9%, ambas aplicáveis ao lucro tributável e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos e contribuições sobre a renda correntes e diferidos, quando aplicável. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

No exercício de 2022, em razão dos efeitos tributários decorrentes de ajustes temporários, a Empresa apurou base negativa de IRPJ e CSLL, sendo que os valores de IRRF retidos sobre aplicações financeiras, no valor de R$ 9.433, foram registrados à época no ativo em Tributos a Recuperar (Nota 8).

Em 31.12.2023, a Empresa apurou base tributária positiva, sendo contabilizado como despesa de IRPJ e CSLL no resultado o montante de R$ 159.305, conforme demonstrado a seguir.

23.1. Demonstrativos de apuração do IRPJ e CSLL

Descrição	2023		2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do IRPJ e CSLL	**408.798**	**408.798**	**358.211**	**358.211**
Dedução de juros sobre capital próprio	(59.254)	(59.254)	(85.075)	(85.075)
Ajustes temporários	328.978	328.978	(368.378)	(368.378)
Lucro Real	**678.522**	**678.522**	**(95.242)**	**(95.242)**
Compensação prejuízo fiscal/base negativa	(203.557)	(203.557)	-	-
Base de cálculo dos tributos	**474.965**	**474.965**	**(95.242)**	**(95.242)**
IRPJ e CSLL total às alíquotas de 25% e 9%	(87.360)	(31.459)	(68.284)	(24.582)
Efeitos tributários dos ajustes temporários	(82.245)	(29.608)	92.095	33.154
Efeitos tributários do prejuízo fiscal/base negativa compensado	50.889	18.320	-	-
Incentivos fiscais	2.158	-	-	-
Receita/(Despesa) total de IRPJ e CSLL	**(116.558)**	**(42.747)**	**23.811**	**8.572**

23.2. Ativo fiscal diferido não ativado

Diferenças temporárias	Saldo em 31.12.2022	Constituição	Reversão	Saldo em 31.12.2023
31.12.2023	1.779.986	189.034	(77.688)	1.891.332
Prejuízo fiscal/Base Negativa	1.592.477	-	(69.209)	1.523.268
Créditos tributários não ativados	**3.372.463**	**189.034**	**(146.897)**	**3.414.600**
Imposto de renda	2.475.939	139.062	(108.013)	2.506.988
Contribuição social	896.524	49.972	(38.884)	907.612

24. Remuneração a colaboradores (valores em reais)

Os custos com remuneração e outros benefícios atribuídos aos Comissionados, Dirigentes e Conselheiros são apresentados como segue:

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Comissionados (i)		
Maior Remuneração	22.836,64	22.836,64
Menor Remuneração	5.518,94	5.518,94
Remuneração Média (ii)	11.075,19	10.676,33
Dirigentes		
Presidente	46.681,60	42.827,16
Diretoria:		
Maior Remuneração	44.458,67	40.787,77
Menor Remuneração	44.458,67	40.787,77
Remuneração Média (ii)	48.645,19	44.628,62
Conselheiros		
Conselho Fiscal	4.864,52	4.462,86
Remuneração Média	4.864,52	4.462,86
Conselho Administração	4.864,52	4.462,86
Remuneração Média	4.864,52	4.462,86
Comitê de Auditoria	5.000,00	5.000,00
Remuneração Média	5.000,00	5.000,00

(i) Na posição de 31.12.2023, constam no quadro de pessoal da Emgea o quantitativo de 100 empregados contratados (94 empregados em 31.12.2022).

(ii) Inclui 13º salário dos comissionados e gratificação natalina dos dirigentes.

25. Partes relacionadas

A Emgea adota Política de Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração e divulgada em seu sítio eletrônico (www.emgea.gov.br).

A Política define diretrizes para assegurar que as decisões sejam tomadas observando os interesses da Empresa e o princípio da equidade, assim considerado o tratamento justo e isonômico ao acionista (União) e às demais partes interessadas (sociedade, fornecedores e colaboradores), levando em consideração seus direitos, deveres, necessidades, interesses e expectativas.

As principais transações realizadas pela Emgea com partes relacionadas são:

a) Transações com o pessoal-chave da administração: pagamento de honorários, férias e gratificação natalina a membros da Diretoria Executiva e de honorários a membros do Comitê de Auditoria e dos Conselhos de Administração e Fiscal;

b) Transações com o controlador: transações com a União, detentora da totalidade do capital social da Empresa, por intermédio de Órgãos da Administração Pública Federal e reembolso de custos relativos a servidores da Administração Direta cedidos para atuar como Dirigentes da Emgea;

c) Transações com Fundos instituídos pelo Governo Federal: operações com o FGTS e o FCVS;

d) Transações com a Caixa, empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda, com capital social totalmente integralizado pela União: transações bancárias, contratos de prestação de serviços e reembolso de custos relativos a empregados da Caixa cedidos à Emgea.

Em 2019, em razão de expressivo reajuste nas tarifas de serviços prestados pela Caixa, que inviabilizou a continuidade da relação contratual entre as Empresas, a Emgea iniciou o processo de internalização dos serviços prestados por aquela Instituição - operacionalização e gestão de carteiras de crédito e de imóveis não de uso, passando a desempenhar processos operacionais antes realizados pela Caixa. Ao longo dos exercícios de 2020 a 2023, a Emgea priorizou a internalização das carteiras de ativos em seus sistemas operacionais próprios e, consequentemente, a migração dos serviços de administração e cobrança desses ativos para outros fornecedores, em substituição aos serviços até então prestados majoritariamente pela Caixa.

Diante do encerramento do último Contrato de Prestação de Serviços firmado com a Caixa, ocorrido em 31 de janeiro de 2021, e da citada internalização dos contratos nos sistemas internos da Emgea, encontram-se em discussão questões operacionais e financeiras relacionadas ao período da prestação de serviços pela Caixa à Emgea desde a sua criação, estando essa em fase de conciliação e negociação entre as duas instituições, incluindo ocorrências relacionadas a cláusulas contratuais que contemplam acertos de valores originários, de eventuais falhas operacionais da Caixa, comunicadas formalmente àquela Instituição, podendo ser passíveis de ressarcimento à Emgea (Nota 22.5.2, item v, e Nota 19).

Adicionalmente, remanesceram nas demonstrações financeiras da Emgea saldos operacionais e contábeis pendentes de apropriação individualizada, advindos dos sistemas operacionais da Caixa, que se encontram em processo de apuração e análise por parte das áreas gestoras, no âmbito dos esforços conjuntos que tratam do processo de internalização. O resultado dessas análises permitirá a devida destinação e alocação/apropriação dos valores nos respectivos contratos de créditos imobiliários, créditos comerciais, créditos perante o FCVS e imóveis não de uso que compõem as bases de dados registradas nos sistemas operacionais de controle da Emgea. As variações decorrentes das tratativas efetuadas no período pelas áreas gestoras no encaminhamento do assunto, bem como os saldos dessas pendências operacionais e contábeis encontram-se evidenciados nas rubricas de Créditos vinculados (Nota 6) e Obrigações por repasses (Nota 18).

Para que seja possível regulamentar e dar efetivo andamento ao repasse de informações, esclarecimentos e providências para a solução de pendências recíprocas entre as duas instituições, foi assinado em outubro/2023 o Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre a Caixa e a Emgea, cujo objeto é a formalização de cooperação técnica mútua entre as duas Instituições, não onerosa, para estabelecer as bases da cooperação relacionadas a diversas dimensões, que serão objeto de formalização por instrumentos contratuais específicos, quando for o caso; e

e) Transações com o Banco do Brasil (BB), sociedade de economia mista vinculada ao Ministério da Fazenda, controlada pela União: transações bancárias e reembolso de custos relativos a empregados do BB cedidos à Emgea.

Durante os exercícios de 2022 e 2023, os assuntos relacionados ao processo de desestatização da Empresa permaneceram sob análise e monitoramento por parte do Ministério da Fazenda, da Casa Civil da Presidência da República (SEPPI), da Caixa e do BNDES, com constante acompanhamento pelos órgãos da Administração da Emgea, bem como pelo Tribunal de Contas da União (TCU) a partir do segundo semestre de 2022.

25.1. Transações com o pessoal-chave da administração (valores em reais)

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Diretoria Executiva (i)	2.990.274,37	2.114.180,73
Conselho de Administração (ii)	375.208,05	381.325,92
Conselho Fiscal	172.174,44	160.662,96
Comitê de Auditoria (ii)	119.516,66	120.000,00
Total	**3.657.173,52**	**2.776.169,61**

(i) Os valores informados referem-se a honorários, férias, gratificação natalina e benefícios (auxílio-moradia, auxílio-alimentação e auxílio-saúde).

(ii) Houve variação dos saldos considerando que um dos membros do COAUD também faz parte do Conselho de Administração, sendo alocado neste último para fins de evidenciação no quadro, o que faz com que o titular pertencente aos dois órgãos colegiados receba a remuneração por apenas uma de suas funções.

25.2. Transações com partes relacionadas

Entidades/operações	2023		2022	
	Ativo / (Passivo) 31.12.2023	Receita / (Despesa) 31.12.2023	Ativo / (Passivo) 31.12.2022	Receita / (Despesa) 31.12.2022
Transações com o controlador (União)				
Títulos CVSA mantidos em carteira (i)	1.910	16.409	29.658	8.752
Dividendos a pagar (ii)	(67.989)	(46.020)	(48.318)	(38.946)
Juros sobre capital próprio (ii)	**(59.254)**	**(64.004)**	**(85.075)**	**(85.075)**
Reserva Especial de Dividendos não distribuídos (iii)	(232.427)	-	(305.397)	-
Fundos instituídos pelo Governo Federal				
FCVS (iv)	14.488.680	1.637.716	14.049.067	1.542.203
Dívida FGTS (v)	(4.069.952)	(399.635)	(3.868.816)	(350.557)
Créditos a receber na novação do FCVS (vi)	286.320	-	368.810	-
Caixa Econômica Federal				
Depósito à vista (vii)	**594**	**(147)**	**594**	**(233)**
Valores a receber (viii)	**400**	**5.789**	**(3.884)**	**5.518**
Prestação de serviços (ix)	**(11.259)**	**(13.404)**	**(8.223)**	**(11.849)**
Valores a pagar (x)	**(71.068)**	**(138)**	**(71.071)**	**(213)**
Aplicações financeiras (xi)	**69.205**	**4.204**	**29.607**	**3.179**
Saldo de Reposicionamento de Cessão (xii)	**55.651**	**2.971**	**52.680**	**2.921**
Banco do Brasil S/A				
Depósito à vista (vii)	**459**	**-**	**379**	**-**
Aplicações financeiras (xi)	**759.221**	**95.868**	**805.355**	**50.313**

(i) Títulos CVSA e CVSC (Origem SBPE) recebidos nas novações de dívidas pela União de responsabilidade do FCVS, relativas a créditos da Emgea.

(ii) Valor da atualização monetária pela taxa SELIC dos dividendos a pagar, relativos aos exercícios de 2019 a 2021 migrados para o PL – Reserva Especial de Dividendos não Distribuídos (Notas 17 e 21) e Juros sobre Capital Próprio, imputado aos dividendos mínimos obrigatórios, calculado no percentual de 25% do lucro líquido ajustado do exercício de 2022, consoante Art. 53 do Estatuto Social, conforme Proposta da Destinação do Resultado do Exercício 2022, aprovado na AGO realizada em 20.4.2023. Em junho de 2023, houve o pagamento do JCP do exercício de 2022.

(iii) Reserva especial de dividendos não distribuídos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios pendentes de pagamento, migrados para o PL, conforme aprovado pela AGO, relativos aos exercícios 2020 (R$ 92.298) e 2021 (R$ 140.129), calculados no percentual de 25% do lucro líquido ajustado dos respectivos exercícios, consoante Art. 53 do Estatuto Social (Nota 21.2). Em dezembro de 2023, houve o pagamento dos dividendos do exercício de 2019 (R$ 72.970).

(iv) Corresponde aos valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS que estão em processo de novação com aquele Fundo. Atualmente, esses contratos rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa referencial de Juros (TR).

(v) A Emgea assumiu obrigações perante o FGTS, quando da constituição da Empresa, em contrapartida aos ativos recebidos. Conforme previsto contratualmente, esses saldos são atualizados pela variação da Taxa Referencial (TR), acrescidos de juros com encargos de 3,08% e, a partir de janeiro de 2027, 6% ao ano, relativamente ao contrato com fluxo mensal de prestações e para a dívida relativa aos contratos com vencimentos únicos pela Selic, cuja carência foi prorrogada para junho e agosto de 2024, com base na Resolução CCFGTS nº 1.038, aprovada em 7.7.2022 (Nota 13).

(vi) Valores recebidos em espécie e títulos CVSB decorrentes de contratos de novações de débitos de FCVS pela União caucionados junto ao FGTS, a serem destinados ao pagamento de prestações mensais da dívida da Emgea perante aquele Fundo, à luz da Resolução CCFGTS 752/2014 (R$ 232.227). Adicionalmente, inclui débitos de contribuição (R$ 3.354), compensados indevidamente nos contratos de novação, pela União, em exercícios anteriores (Nota 6).

(vii) Refere-se a contas correntes bancárias (contas de depósito à vista). Na Caixa, adicionalmente, existem despesas de Tarifa COB – conta cobrança, referentes ao valor pago pela Emgea para emissão de boletos bancários dos créditos comerciais já internalizados na Empresa.

(viii) Valores relativos ao saldo de movimentação financeira repassada à Emgea pela Caixa, a ser objeto de verificação e acertos entre as duas instituições.

(ix) Saldo remanescente relativo à tarifa de serviços de administração de créditos imobiliários e de imóveis relativo ao período sem contrato (1º de abril a 7 de maio de 2019), em processo de negociação com a Caixa.

(x) Refere-se principalmente a desembolsos em execução de contratos de créditos imobiliários, bem como desembolsos com imóveis não de uso, a ser objeto de análise e solução da pendência junto à ex-prestadora de serviços Caixa.

(xi) Aplicações em fundos de investimento na Caixa e no Banco do Brasil S/A.

(xii) Refere-se à diferença, em favor da Emgea, decorrente do reposicionamento dos créditos habitacionais e comerciais adquiridos de acordo com Instrumento Contratual de Cessão Onerosa de Créditos entre a Caixa e a Emgea de 30.9.2014 e Termo Aditivo ao Instrumento Particular formalizado em 30.1.2015. Conforme previsto contratualmente, o valor da diferença é atualizado com base no percentual nominal de 5,37% a.a., acrescido de Taxa Referencial (TR). Esse valor encontra-se em fase de análise e negociação com a Caixa para o devido ajuste contratual entre ambas as Instituições.

25.3. Reembolso de empregados cedidos

Reembolso ao órgão de origem	31.12.2023	31.12.2022
Caixa Econômica Federal (Caixa)	(2.094)	(1.435)
Banco do Brasil (BB)	(202)	(686)
Secretaria Tesouro Nacional (STN)	**(321)**	**(979)**
Total	**(2.617)**	**(3.100)**

Para as funções comissionadas ocupadas por empregados originários da Administração Pública Federal, bem como por Dirigentes cedidos pela Administração Direta, a Emgea ressarce integralmente os benefícios oferecidos pelo Órgão ou Entidade de origem.

2. Gerenciamento de riscos

2.1. Estrutura da gestão de riscos

O gerenciamento de riscos na Emgea integra a estrutura de Controles Internos da Empresa, organizada em três linhas.

Como primeira linha, todas as unidades organizacionais são responsáveis por identificar, analisar, avaliar, monitorar e comunicar permanentemente os riscos relacionados aos processos na sua área de atuação e implementar ações de controle para mitigá-los.

Como segunda linha, a Superintendência de Controles Internos e Riscos, unidade organizacional dedicada à gestão de riscos e controles internos, com atuação independente em relação às demais unidades. Esta

unidade é responsável por assessorar e monitorar as atividades de gestão de riscos e controles internos, bem como por realizar verificações de conformidade.

A terceira linha é exercida pela unidade de Auditoria Interna que, vinculada por meio do Comitê de Auditoria ao Conselho de Administração, é responsável por aferir a adequação do controle interno e a efetividade do gerenciamento dos riscos.

O Comitê de Auditoria acompanha a eficácia da gestão de riscos por meio de reportes trimestrais elaborados pela unidade responsável pela segunda linha, os quais são também submetidos à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

Adicionalmente, as avaliações realizadas pela auditoria independente, pelo Conselho Fiscal e pelos órgãos de fiscalização e controle federais fornecem subsídios para aprimoramento das práticas organizacionais, inclusive dos controles internos e dos processos de gerenciamento de riscos.

Nessa estrutura, o gerenciamento de riscos é realizado utilizando uma metodologia composta por etapas sequenciais, que abrangem:

- identificação dos riscos: levantamento dos eventos de risco que possam interferir no alcance dos objetivos, da missão e do propósito da Empresa, bem como do relacionamento entre os diferentes riscos e dos efeitos decorrentes da interação entre os riscos;
- análise dos riscos: análise da probabilidade e do impacto da ocorrência de eventos de risco;
- avaliação dos riscos: avaliação do grau de exposição do risco, considerando a probabilidade e o impacto;
- tratamento dos riscos: adoção de medidas de controle para mitigar os riscos, considerando o apetite a risco estabelecido;
- monitoramento: monitoramento contínuo dos eventos de risco, da efetividade das medidas de controle e do processo de gestão de riscos, com vistas à adoção de medidas para aprimoramento;
- comunicação: fluxo de informações, em todos os níveis da organização e apresentação periódica de resultados consolidados dos trabalhos relativos ao gerenciamento de riscos.

Os resultados das etapas de identificação e de avaliação alimentam uma matriz de riscos que, considerando os níveis de probabilidade (possibilidade de materialização de um determinado evento de risco) e de impacto (efeito da ocorrência do evento de risco), auxiliam na identificação dos riscos estratégicos ou críticos, assim considerados aqueles que podem comprometer o alcance dos objetivos, da missão e do propósito da Empresa.

No exercício de 2023 foi atualizada a matriz de riscos. Apresentamos, a seguir, os riscos atrelados ao uso de instrumentos financeiros:

26.1.1. Riscos de carteiras

O risco de carteiras (degradação de créditos adquiridos e das garantias a eles vinculadas, similar ao "risco de crédito", característico de empresas que concedem créditos), é estratégico para a Emgea, notadamente pelo fato de serem as carteiras de crédito – imobiliário, comercial, perante o setor público e privado e perante o FCVS – e a carteira de imóveis não de uso, os ativos geradores de receitas.

As carteiras de crédito imobiliário, comercial e perante pessoas jurídicas do setor privado têm dificuldade de recuperação, uma vez que são majoritariamente compostas por operações já adquiridas em situação de inadimplência ("Estágio 3", nos termos do CPC 48). Para fazer face à possibilidade de não recuperação desses créditos, é reconhecida uma "perda de crédito esperada", mensurada de acordo com critérios aprovados pela Administração e periodicamente revistos pela unidade gestora da carteira.

À medida que os créditos são recuperados ou baixados, os ativos geradores de receitas diminuem, o que pode resultar no risco de não serem capazes de gerar recursos financeiros à Empresa. Como, desde a inclusão da Emgea no PND, em setembro de 2019, não é permitida a aquisição de novas carteiras, a capacidade de geração de receitas ligadas ao negócio de recuperação de créditos vem diminuindo gradativamente.

Para mitigar os riscos relacionados ao processo de recuperação de ativos representados por créditos imobiliários, comercial e perante pessoas jurídicas do setor privado são adotadas ações de monitoramento contínuo da arrecadação, como subsídio para a adoção, quando for o caso, de medidas para manutenção ou incremento dos valores arrecadados. Adicionalmente, são adotadas ações de controle que contemplam a definição de políticas, normas e procedimentos específicos, bem como a avaliação da atuação das empresas prestadoras de serviços.

Um fator relevante é a concentração de créditos perante o FCVS - cerca de 87,65% do Ativo líquido da redução de valor recuperável, ante 86,48% no exercício anterior - devido a incorporação da receita de juros e atualização (Nota 10), porém trata-se de crédito garantido pela União e em normalidade com as instruções e formalizações de novações de que refere a Lei nº 10.150, de 2000.

Os créditos perante o FCVS têm como contraparte o próprio Fundo e a União, como garantidora de suas dívidas, o que os caracteriza como ativos financeiros com baixo risco de crédito, uma vez que as contrapartes (o FCVS e a União) não têm histórico ou projeção de inadimplência. Não obstante, podem ocorrer perdas e, principalmente, atrasos no processo operacional de realização desses créditos, nas etapas de habilitação, homologação, validação e novação de dívidas do Fundo pela União, com impactos no fluxo de caixa da carteira. Essa possibilidade de perdas é reconhecida nas demonstrações financeiras em contas redutoras do ativo, como "redução do valor recuperável", de acordo com critérios aprovados pela Administração e periodicamente revistos pela unidade gestora da carteira (Nota 10).

Para viabilizar a conversão dos créditos FCVS em títulos públicos federais, mediante novação nas condições previstas na Lei nº 10.150/2000, a Empresa tem adotado as medidas possíveis no seu âmbito de atuação, em particular o acompanhamento e o cumprimento tempestivos das normas e dos procedimentos definidos no regulamento do FCVS e das demandas da sua Administradora.

Os valores originários das novações que foram bloqueados junto ao FGTS são destinados ao pagamento de prestações mensais da dívida da Emgea perante aquele Fundo.

26.1.2. Risco de liquidez

O risco de liquidez, que se traduz na insuficiência de recursos financeiros para viabilizar a realização de negócios, ou para honrar compromissos assumidos é um risco estratégico para a Emgea em decorrência, principalmente, da estrutura patrimonial da Empresa, que desde a sua criação é caracterizada por uma carteira de ativos composta por créditos de difícil recuperação (financiamentos e empréstimos originalmente concedidos pela Caixa) e um passivo líquido e certo (obrigações também originárias da Caixa, em maior parte dívidas perante o FGTS).

No entanto, o risco é minimizado, por um lado, pela prorrogação recorrente do pagamento das obrigações junto ao FGTS de todos os agentes devedores junto ao fundo, condição pré-aprovada nos termos da Resolução CC/FGTS Nº 1038, de 7.7.2022, e, por outro, já termos instruído processos para novação no montante de R$ 8,7 bilhões, diante do orçamento da União destinada às novações do FCVS, abrangendo todos os credores, em valores superiores a R$ 25 bilhões anuais, associado ao prazo limite para as novações, em dezembro de 2026, na forma da Lei nº 10.150, de 2000.

O fato de os ativos da Emgea estarem constituídos em maior parte por créditos perante o FCVS tem contribuído, em especial, para possível risco de descasamento entre os prazos previstos para o ingresso de recursos (recebimentos) e os prazos previstos para a quitação de compromissos assumidos (pagamentos), notadamente de obrigações perante o FGTS. Contudo, este risco é minimizado, haja vista o montante de créditos habilitados e homologados junto ao FCVS, na ordem de R$ 14 bilhões, dos quais R$ 12,8 bilhões encontram-se aptos à novação, montante aproximadamente 3 vezes superior ao da dívida junto ao FGTS, sendo R$ 5,2 bilhões já em análise na STN para formalização da novação.

Para o gerenciamento do risco de liquidez, o fluxo de caixa é monitorado diariamente pela unidade responsável pela gestão financeira e os resultados são apresentados à Diretoria Executiva, com vistas à definição de medidas de controle, bem como acompanhado periodicamente pelo Comitê de Auditoria, pelo Conselho Fiscal e pelo Conselho de Administração.

Tendo em vista a magnitude de valores relacionados aos vencimentos das obrigações perante o FGTS e considerando o atraso nos processos de novação de dívidas do FCVS (créditos da Emgea), em novembro de 2022, ao amparo da citada Resolução CCFGTS nº 1.038/2022, foram renegociados os prazos de carência dos contratos nº 478.510 e nº 482.487, com prorrogação por mais 18 meses, com novos vencimentos em junho e agosto de 2024, respectivamente.

Adicionalmente, permanece monitoramento periódico junto à Caixa, na qualidade de Administradora do FCVS, sendo constantemente atualizadas as situações de cada contrato de novação de dívidas do FCVS (créditos da Emgea), no intuito de antecipar providências para a agilização dos processos de novação, que se constituem em principal funding de recursos da Empresa para pagamento de suas obrigações para com o FGTS.

Ainda, com relação à gestão da liquidez pela ótica do gerenciamento do seu passivo, a Emgea, mediante autorização da Caixa, na qualidade de Agente Operador do FGTS, vem utilizando os títulos CVSB recebidos pela Empresa ou caucionados junto ao FGTS para pagamento das prestações mensais de R$ 16,67 milhões (valores de dezembro de 2023, sujeitos à atualização pela TR) relativas ao contrato nº 450.169, ao amparo da Resolução CCFGTS nº 752/2014. Essa estratégia deve continuar ocorrendo sempre que houver estoque de títulos CVSB e CVSD.

Tem também contribuído para mitigação do risco de liquidez a otimização de despesas relativas aos serviços de terceiros, historicamente prestados pela Caixa e atualmente supridos por diversos fornecedores. Além disso, no trimestre, foram mantidos esforços contínuos das unidades operacionais da Emgea visando incrementar a realização de ativos por meio de negociações com mutuários das carteiras imobiliárias de pessoa física e pessoa jurídica, bem como por meio da venda de imóveis não de uso.

26.1.3. Risco de mercado

O risco de mercado (flutuação nos valores de mercado de instrumentos financeiros, incluindo variação cambial, de taxa de juros e de preços), para a Emgea, se restringe à flutuação da Taxa Média Selic - TMS e da Taxa Referencial de Juros - TR sobre as aplicações financeiras.

A Empresa não atua no mercado de derivativos, câmbio ou com ativos referenciados em moeda estrangeira.

As aplicações financeiras (detalhadas na Nota 4) são efetuadas em fundos de investimento – BB Extramercado FAE 2 e Caixa Extramercado Exclusivo XXI, ambos com política de investimentos adequada à Resolução CMN nº 4.986, de 17.2.2022. Em 2023, os referenciais de rentabilidade desses fundos acompanharam a variação do subíndice Anbima IRFM-1 (Índice de Renda Fixa de Mercado), cujas carteiras são compostas por títulos públicos federais prefixados (LTN e NTN), de curto prazo.

Considerando o modelo estatístico do Valor em Risco (VaR - Value at Risk) que sintetiza maior perda esperada dentro de um intervalo temporal de um dia e com nível de confiança de 95%, o risco de taxas de juros para os fundos de investimento não produz impacto relevante sobre os resultados (VaR do Fundo BB Extramercado FAE 2: -0,04% sobre o patrimônio líquido; VaR do Fundo Caixa Extramercado Exclusivo XXI: 0,01% sobre o patrimônio líquido (posição de 31.12.2023).

Adicionalmente, apresentamos os riscos considerados relevantes em razão do cenário atual da Emgea, sobretudo os decorrentes do processo de internalização das operações das carteiras de crédito e de imóveis não de uso.

26.1.4. Risco de conformidade

O risco de conformidade (falha no cumprimento de leis; de regulamentos; de políticas, normas e decisões da Empresa) é relevante, uma vez que foi publicada no DOU a Resolução CPPI nº 242, de 24.6.2022, alterada pela Resolução CPPI nº 256, de 20.9.2022, que aprova, as modalidades de desestatização da Emgea - alienação de ativos, seguida de dissolução societária, nos termos do disposto nos incisos IV e V do art. 4º da Lei nº 9.491, de 9.9.1997.

No entanto, foram adotadas medidas de mitigação pela administração mediante solicitação ao Ministério da Fazenda da exclusão da empresa do PND, que se encontra em análise, conforme reportado no item 2 do Relatório da Administração.

26.1.5. Risco Legal

O risco legal, caracterizado por sanções decorrentes de decisões contrárias à Emgea em litígio judicial ou extrajudicial é relevante para a Empresa, uma vez que as pendências operacionais decorrentes do processo de internalização podem acarretar o aumento de demandas judiciais, principalmente por ações judiciais envolvendo contratos, falhas processuais que ensejam o pagamento de condenações judiciais históricas e perda de ações judiciais. Essas demandas judiciais e administrativas são avaliadas e revisadas periodicamente, com base em pareceres de advogados e reconhecidas de acordo com as regras estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 25 (Nota 20).

26.1.6. Riscos Operacionais

Em 2019, 2020 e 2021, por questões econômicas, a Emgea internalizou a operacionalização de suas carteiras de crédito e de imóveis não de uso. A internalização ocorreu em razão da necessidade de equacionamento do fluxo de caixa da Empresa, haja vista a elevação substancial dos custos da operação antes mantidas com a Caixa. Para que fosse possível à época da manutenção do equilíbrio financeiro da Emgea, foi necessária a adoção dessa medida, apesar da absorção dos processos operacionais, notadamente por aqueles afetos às soluções sistêmicas, ainda não estarem plenamente concluídos e sem que houvesse aumento do quadro de pessoal da empresa.

O processo de internalização teve reflexo na elevação dos riscos operacionais, dentre eles: risco de conformidade; risco de carteiras (subdividido em cinco produtos/carteiras); risco tributário; risco contábil; risco de infraestrutura; risco de pessoal; risco de segurança da informação; risco de sistemas e risco de terceiro.

Como medida de mitigação desses riscos operacionais, estão sendo adotadas pela Emgea diversas ações, tais como: aprimoramento de sistemas e das políticas, normas e procedimentos; a estruturação de processos e rotinas internos; o desenvolvimento de ações para aprimoramento dos controles internos; o cumprimento dos planos de trabalho da Auditoria Interna; o diagnóstico da Superintendência de Tecnologia, etc.

Destacamos o risco de terceiro, uma vez que o modelo de negócio adotado pela Emgea tem como característica a contratação de empresas prestadoras de serviços para a realização de atividades operacionais, incluindo o atendimento direto aos devedores e o risco legal, uma vez que o processo de internalização pode impulsionar demandas judiciais.

26.1.6.1. Risco de terceiro

O risco de terceiro (serviços prestados por terceiros ou produtos adquiridos sem os requisitos de qualidade contratados e esperados, ou não entregues nas datas previstas) é relevante, em razão do modelo de negócio adotado pela Emgea, que tem como característica a contratação de empresas prestadoras de serviços para a realização de atividades operacionais, incluindo o atendimento aos devedores. Falhas na prestação de serviços ou eventual descontinuidade podem comprometer o ingresso de recursos, assim como aumentos de tarifas cobradas podem refletir diretamente no fluxo de caixa da empresa, impactando o risco de liquidez e, consequentemente, os resultados econômico-financeiros.

Para mitigar esse risco são adotadas medidas de controle, tais como inclusão de cláusulas específicas nos contratos firmados com as prestadoras de serviços; rotinas instituídas nas unidades organizacionais para avaliar se os serviços são executados em conformidade com o pactuado; aprimoramentos de sistema próprio para gestão de ativos, diversificação dos canais de negócios, viabilização de negociação por meio do sítio eletrônico (sem a intermediação de terceiros), contratação de novas empresas para prestação dos serviços relativo as atividades operacionais, visando a diversificação dos fornecedores de serviços, dentre outros.

26.1.7. Comentários Finais

Em 2023, a Diretoria Executiva da Emgea manteve as ações voltadas à mitigação de eventos associados aos riscos considerados estratégicos, dentre elas o desenvolvimento de novas funcionalidades nos sistemas internos, o acompanhamento sistemático de metas e resultados operacionais, o acompanhamento

e implementação de ações propostas no plano de gerenciamento do risco de liquidez, bem como, o aprimoramento dos controles internos e a otimização de estruturas, dentre outras.

No que diz respeito à desestatização, a Emgea formalizou em junho/23, com aditamentos em julho/23, por meio de ofícios ao Ministério da Fazenda, pedido para a desqualificação e exclusão do processo, por entender ser uma instituição importante para o estado Brasileiro, ainda em análise no âmbito do governo.

Em junho do corrente exercício foram revistos a estratégia, o propósito, a missão, a visão e os valores, bem como solicitado ao Ministério da Fazenda a exclusão do processo de desestatização, em linha com as novas diretrizes do governo atual do país.

Em relação às pendências operacionais e financeiras decorrentes da internalização dos serviços anteriormente prestados pela Caixa, a Administração da Emgea tem se posicionado no sentido de manter e agilizar as tratativas conjuntas para o melhor encaminhamento das soluções possíveis para as pendências levantadas entre as instituições (Nota 24).

27. Eventos subsequentes

Em 7 de março de 2024, foi celebrado o Contrato nº 115/2024/CAFIN, relativo à 37ª Novação de Dívidas FCVS, no valor total de R$ 444.741, na posição de 1º de agosto de 2023, a ser atualizado até a data do efetivo recebimento (previsto para 1º de abril de 2024), composto por títulos CVSA, títulos CVSB e espécie, sendo uma parte bloqueada junto ao FGTS para pagamento da dívida da EMGEA perante aquele Fundo.

Fernando Damata Pimentel Diretor-Presidente	**Romulo Greficce Miguel Martins** Diretor
José Carlos Alves Diretor	**Jucemar Imperatori** Diretor
Martvs Antonio Das Chagas Diretor	**Fabiana Nazaré de Oliveira Masaki** Chefe de Contabilidade CRC DF 016392/O-9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e aos Conselheiros da EMPRESA GESTORA DE ATIVOS S/A – EMGEA

Brasília – DF

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da EMPRESA GESTORA DE ATIVOS S.A. – EMGEA (“Emgea”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Emgea em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Emgea, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

ÊNFASE

Programa Nacional de Desestatização – PND

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1, que aborda o Programa Nacional de Desestatização. Em dezembro de 2019, a Emgea foi qualificada no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República - PPI e incluída no Programa Nacional de Desestatização - PND, ficando designado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES como responsável pela execução e acompanhamento dos atos necessários à desestatização da Emgea, sendo posteriormente publicado o Decreto nº 10.863/2021, de 19.11.2021, o qual estabelecia o prazo para o processo de desestatização da Emgea, revogado pelo Decreto nº 11.110/2022, de 29.6.2022, que estabeleceu novo marco temporal para o início da contagem do prazo.

Contudo, após a mudança da gestão da empresa em 2023, em junho do corrente exercício foram revistas a estratégia, o propósito, a missão, a visão e os valores, bem como solicitado ao Ministério da Fazenda a exclusão do processo de desestatização, em linha com as novas diretrizes do governo atual do país. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Créditos perante o FCVS

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 10, a EMGEA possui créditos a receber do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), originados de contratos de financiamento habitacionais. A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamento emitido pelo FCVS.

No exercício de 2023, foram celebrados seis contratos de novações de dívidas FCVS, no valor total de R$ 329.887 mil, sendo o montante de R$ 15.619 mil recebido em títulos CVSA, R$ 6.616 mil em títulos CVSB (bloqueados junto ao FGTS) e R$ 307.652 mil em espécie (sendo R$ 60.777 mil bloqueados junto ao FGTS), cujos valores bloqueados serão inicialmente destinados ao pagamento de prestações mensais da dívida da Emgea perante aquele Fundo, referentes ao contrato nº 450.169.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria, dentre outros, incluíram: entendimento e avaliação dos procedimentos adotados pela empresa, testes substantivos de auditoria para validação dos saldos contábeis, conferência dos efeitos contabilizados. Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis os registros contábeis dos créditos da EMGEA perante o FCVS.

• Internalização das operações de ativos pelo sistema informatizado SISGEA

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 25(d), em 2019, em razão de expressivo reajuste nas tarifas de serviços prestados pela Caixa Econômica Federal - CAIXA, que inviabilizou a continuidade da relação contratual entre as Empresas, a EMGEA iniciou o processo de internalização dos serviços prestados por aquela Instituição - operacionalização e gestão de carteiras de crédito e de imóveis não de uso, passando a desempenhar processos operacionais antes realizados pela CAIXA. Ao longo dos exercícios de 2020 a 2023, a EMGEA priorizou a internalização das carteiras de ativos em seus sistemas operacionais próprios e, consequentemente, a migração dos serviços de administração e cobrança desses ativos para outros fornecedores, em substituição aos serviços até então prestados majoritariamente pela CAIXA.

Diante do encerramento do último Contrato de Prestação de Serviços firmado com a CAIXA, ocorrido em 31 de janeiro de 2021, e da citada internalização dos contratos nos sistemas internos da EMGEA, encontram-se em discussão questões operacionais e financeiras relacionadas ao período da prestação de serviços pela CAIXA à EMGEA desde a sua criação, estando essa em fase de conciliação e negociação entre as duas instituições, incluindo ocorrências relacionadas a cláusulas contratuais que contemplam acertos de valores originários, de eventuais falhas operacionais da CAIXA, comunicadas formalmente àquela Instituição, podendo ser passíveis de ressarcimento à Emgea.

Para que seja possível regulamentar e dar efetivo andamento ao repasse de informações, esclarecimentos e providências para a solução de pendências recíprocas entre as duas instituições, foi assinado em outubro/2023 o Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre a CAIXA e a Emgea, cujo objeto é a formalização de cooperação técnica mútua entre as duas Instituições, não onerosa, para estabelecer as bases da cooperação relacionadas a diversas dimensões, que serão objeto de formalização por instrumentos contratuais específicos, quando for o caso. Neste contexto, destacamos a realização de trabalhos em conjunto na resolução de pendências, notadamente às operacionais e financeiras.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram envolvimento de nossa equipe de especialistas de Tecnologia da Informação (TI). Foram feitos questionamentos e avaliações quanto a segurança de dados, a continuidade dos negócios e a internalização das operações. Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos aceitáveis os procedimentos adotados pela EMGEA.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da EMGEA, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da EMGEA. Para formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da EMGEA é responsável pelas informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a EMGEA continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a EMGEA ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da EMGEA são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da EMGEA;

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da EMGEA. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a EMGEA a não mais se manter em continuidade operacional;

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido a divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Barueri, 15 de março de 2024.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Patrícia Oliveira de Oliveira
Contadora CRC RS-099011/O-7
Sócia Diretora

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO DA EMGEA

EXERCÍCIO DE 2023

Apresentação

O Comitê de Auditoria é órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração (Cosad) da Emgea, de caráter permanente, submetido à legislação e à regulamentação aplicável.

O Coaud tem as suas atribuições definidas pela Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais), pelo seu Decreto Regulamentar nº 8.945/2016, pelo Estatuto Social da Emgea e por seu próprio Regimento Interno. As atividades desenvolvidas no exercício de 2023, estão de acordo com o seu Plano de Trabalho, aprovado pelo Cosad.

O Coaud é composto por três membros, sendo um deles o Coordenador que também é o membro independente do Conselho de Administração da Emgea.

Atividades do Período

As atividades desenvolvidas pelo Coaud, conforme o Plano Anual de Trabalho 2023, aprovado pelo Conselho de Administração da Emgea, estão registradas em atas de reuniões e cobriram o conjunto de responsabilidades do Comitê. As referidas atas foram encaminhadas ao Conselho de Administração, disponibilizadas ao Conselho Fiscal e à Auditoria Independente, e estão publicadas, na forma de extratos, no endereço sítio da Emgea.

Realizou reuniões com o Conselhos de Administração e Fiscal, com os Diretores da Emgea, Auditoria Interna e Independente.

Nessas reuniões, abordou os temas sob seu acompanhamento, sintetizados nos seguintes eixos temáticos: auditoria interna, auditoria independente, sistema de Gestão de Riscos e Controles Internos, Ouvidoria e Canal de Denúncias, Transações com Partes Relacionadas, Exposições de Risco e Demonstrações Contábeis.

O Comitê apresentou informes periódicos de suas atividades e pareceres relativos aos temas abrangidos no escopo de sua atuação. Emitiu recomendações à gestão e à Auditoria Interna envolvendo os principais temas relacionados às suas atividades. As recomendações, após discutidas, foram acatadas e suas implementações acompanhadas pelo Coaud.

Não chegou ao conhecimento do Coaud a existência e/ou evidência de fraudes ou inobservância de normas legais e regulamentares que pudessem colocar em risco a continuidade da instituição.

Não foi reportada ao Coaud a existência de divergências entre a auditoria independente e a administração relacionadas às demonstrações contábeis.

Conclusões

O Comitê de Auditoria, com base nas atividades desenvolvidas, nas solicitações, recomendações e orientações emitidas e atendidas, e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, considera que:

1) cumpriu seu Plano Anual de Trabalho;

2) os controles internos da Emgea são adequados ao porte e à complexidade dos negócios, bem como é objeto de permanente atenção por parte da Administração;

3) a Auditoria Interna desempenha suas funções com independência e qualidade;

4) o processo de elaboração das Demonstrações Financeiras do exercício de 2023 segue as normas legais e as práticas adotadas no Brasil;

5) a qualidade dos trabalhos e das informações fornecidas pelos auditores independentes são satisfatórias.

E, por fim, considerando as informações recebidas da Administração da Emgea, da Auditoria Interna, das Superintendências responsáveis pela Contabilidade e Orçamento e de Gestão de Riscos e Controles Internos, bem como a opinião emitida pela Empresa de Auditoria Independente Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S, o Coaud manifesta que o Relatório da Administração; a Proposta de Destinação do Resultado do Exercício para cumprimento das obrigações; as Demonstrações Financeiras, todos referentes ao exercício de 2023, bem como a proposta da Administração sobre a Continuidade Operacional da Emgea e a Proposta de remuneração de Diretores, Conselheiros e Membros dos Comitês de Auditoria e de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração - período abril/2024 a março/2025, estão aptos para serem submetidos à deliberação do Conselho de Administração.

Brasília-DF, 15 de março de 2024.

Antonio Martiningo Filho
Membro do Comitê de Auditoria

Adézio de Almeida Lima
Coordenador do Comitê de Auditoria e Membro Independente do Conselho de Administração

Vera Lúcia de Melo
Membra do Comitê de Auditoria

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EXERCÍCIO DE 2023

O Conselho de Administração da Empresa Gestora de Ativos S.A. - Emgea, em cumprimento ao disposto no Art. 31, inciso VII, alínea "a", do Estatuto Social da Emgea vigente, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 22.1.2024, e no Art. 142, inciso V, da Lei nº 6.404/1976, de 15.12.1976, examinou e discutiu as Demonstrações Financeiras da Emgea e respectivas Notas Explicativas, o Relatório da Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S e o Relatório do Comitê de Auditoria - Coaud, entende que restou demonstrado o seguinte:

1. Que a disponibilidade financeira e o fluxo de caixa estimado para 2023 são compatíveis com o pagamento dos dividendos relativos ao exercício de 2023; e

2. Que a proposta da Administração para destinação do resultado do exercício de 2023, devidamente aprovada por este Conselho em reunião ordinária nº 286, de 29.2.2024, está contemplada nos Demonstrativos de 2023 que serão submetidos à Assembleia Geral, prevendo a alocação de recursos das disponibilidades da Emgea para recolhimento, à União, dos dividendos mínimos obrigatórios (25% do Lucro Líquido Ajustado), sob a forma de Juros Sobre Capital Próprio, apurados sobre o resultado econômico do exercício de 2023, no valor total estimado de R$ 59.254.492,02 (cinquenta e nove milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e dois reais e dois centavos), posição 31.12.2023. Assim, manifesta-se favoravelmente à aprovação pela Assembleia Geral de acionistas: do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas e da Proposta da Administração para Destinação do Resultado no Exercício todos referentes ao exercício findo em 31.12.2023, na forma da Nota Técnica nº 33 - Difin-Sucor, de 6.2.2024 e da Nota Técnica nº 35 - Gabin, de 7.2.2024.

Brasília, 15 de março de 2024.

Gustavo Sampaio de Arrochela Lobo
Presidente do Conselho

Adézio De Almeida Lima
Conselheiro

César Augusto Guimarães
Conselheiro

Cristina Fróes de Borja Reis
Conselheira

Eloisio do Carmo Lourenço
Conselheiro

Luciana Leal Brayner
Conselheira

PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. O Conselho Fiscal da Empresa Gestora de Ativos S.A. - Emgea, em cumprimento ao disposto no Art. 45, II e III, do Estatuto Social da Emgea, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 22.1.2024, e no Art. 163, II, III e VII da Lei nº 6.404, de 15.12.1976 e no exercício de suas atribuições legais, examinou os seguintes documentos emitidos pela Emgea, analisados e aprovados pelo Conselho de Administração:

- Demonstrações Financeiras e suas respectivas notas explicativas, bem como o Relatório da Administração, ambos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023;

- Proposta de Destinação do Resultado do exercício de 2023, apresentada nos seguintes termos:

	Em R$
Lucro líquido do exercício 2023	**249.492.598,00**
(-) Absorção de prejuízos acumulados	**-**
Saldo de lucros a destinar:	**249.492.598,00**
Destinações:	
1. Reserva Legal	12.474.629,90
2. Juros sobre Capital Próprio imputados aos Dividendos (*)	59.254.492,02
3. Reserva Estatutária especial para o cumprimento de obrigações	177.763.476,08

(*) a Administração da Empresa reconheceu os Juros Sobre o Capital Próprio – JCP imputados aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao encerramento do exercício de 2023 como obrigação no passivo exigível, na forma prevista no Art. 53, § 2º, inciso II e § 4º do Estatuto Social.

2. O Conselho Fiscal também tomou conhecimento do Relatório do Comitê de Auditoria, o qual concluiu favoravelmente às propostas descritas no parágrafo 1.

3. Os membros do Conselho Fiscal, à vista dos documentos apresentados pela Administração sobre as Demonstrações Financeiras da Emgea e respectivas Notas Explicativas, bem como o Relatório da Administração, levando em consideração as observações consignadas no relatório da Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S, o qual não apresentou ressalvas, entendem que as Demonstrações Financeiras e Respectivas Notas Explicativas e o Relatório da Administração refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial da Empresa, o Relatório do Comitê de Auditoria - Coaud e da Manifestação do Conselho de Administração, razão pela qual os documentos descritos no parágrafo 1 deste Parecer estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Empresa.

Brasília, 15 de março de 2024.

Miguel Ragone de Mattos
Presidente do Conselho Fiscal

Daniel Abraham Loria
Conselheiro

Cláudia Lúcia Pimentel Martins da Silva
Conselheira

BAHIA

Ônibus tomba e dez passageiros morrem

Um acidente com ônibus de turismo deixou dez mortos e 24 feridos na BR-101, na altura da cidade de Teixeira de Freitas, no extremo sul da Bahia, na madrugada desta quinta-feira, de acordo com o Corpo de Bombeiros.

Por volta das 4h20, o veículo bateu em um barranco e tombou na rodovia na altura do Km 885 da rodovia, segundo a Polícia Rodoviária Federal (PRF). O ônibus levava 34 pessoas. Os dois motoristas saíram ilesos do acidente, de acordo com a corporação.

Ao todo, oito pessoas morreram no local do acidente e outras 24 pessoas foram levadas para o Hospital Municipal de Teixeira de Freitas. Dentre os feridos, 18 estavam na enfermaria em situação estável e cinco no bloco cirúrgico.

Dois pacientes levados para hospital não resistiram aos ferimentos e morreram.

SERVIÇO PÚBLICO

Reajuste acima de 19% em 4 anos

Promessa visa evitar greve geral do funcionalismo. Aumentos de 4,5% viriam em 2025 e 2026.

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva estuda oferecer aos servidores públicos federais um reajuste acima de 19% em quatro anos, segundo a ministra Esther Dweck, da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. A medida evitaria greve geral do funcionalismo.

A proposta deve ser debatida inicialmente com a educação, que já tem paralisações em curso e, em seguida, deve estar na mesa de negociação das demais categorias. Para isso, busca-se espaço no Orçamento.

"A gente está discutindo internamente no governo um espaço orçamentário não só para a educação, mas para os demais servidores, para que a gente possa ter um valor acima desse", disse Esther, em entrevista ao programa "Bom dia, ministra", na EBC, na manhã de ontem.

Segundo a ministra, o que havia sido pactuado dentro do governo Lula seria um reajuste de 19,03% em quatro anos para os servidores. Em 2023, foram concedidos 9% de aumento e haveria mais dois aumentos de 4,5% em 2025 e 2026.

Apenas em 2024 não seria concedido reajuste, com elevações de valores apenas nos benefícios, o que foi negado pela categoria.

"O que a gente tinha pactuado inicialmente dentro do governo é que, além dos 9%, a gente garantiria mais 9%, garantindo para todo o mundo, no mínimo, 18%. Na verdade, 19%, porque como você acumula um aumento em cima do outro, o aumento seria 19,03%", disse.

Esther afirmou saber que as perdas não serão repostas com esses percentuais, mas diz que haveria uma recomposição acima da inflação desses quatros anos.

"Ninguém teria perda ao longo do mandato do presidente Lula, mas a gente não teria uma facilidade de recuperar a perda que ocorreu nos governos anteriores, especialmente no governo imediato anterior."

A ministra falou, no entanto, que é preciso buscar espaço orçamentário, o que leva tempo. "O que a gente gostaria de ressaltar é essa abertura ao diálogo. Não tem nenhuma mesa parada. Infelizmente não é um tempo tão rápido quanto as categorias gostariam, porque existem muitas decisões de impacto orçamentário." disse. "É uma decisão política e também fiscal, que a gente precisa tomar internamente no governo para poder fazer uma contraproposta."

A ministra afirmou que a proposta deverá ser debatida com a educação em 15 dias. Depois, estará nas demais mesas. Segundo ela, o governo tem negociações com 15 a 20 categorias, mas a intenção é reabrir as discussões com todos os setores do funcionalismo público até julho.

FABIO RODRIGUES- POZZEBOM/AGÊNCIA BRASIL

Esther Dweck busca espaço no Orçamento para viabilizar reajuste

Acordo com professores está próximo, diz ministra

Os servidores da educação intensificaram a pressão sobre o governo com paralisações no setor. Os técnicos das universidades e institutos federais estão em greve desde 11 de março, e os professores do ensino superior aprovaram um indicativo de greve a partir desta segunda-feira (15).

Ontem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tinha reunião marcada com dirigentes da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) para debater o tema.

Na quarta-feira (10), Lula disse que Dweck está "fervilhando de problemas" em virtude das negociações com os servidores e defendeu o direito de greve. "Não tenho moral para falar contra greve, nasci das greves", afirmou.

No mesmo dia, o ministro Fernando Haddad (Fazenda) disse que a pasta comandada por Dweck elaborou três cenários para gastos com a reestruturação das carreiras.

Segundo interlocutores do governo, nenhum deles prevê reajuste linear para os servidores. O principal impacto deve vir das negociações com os técnicos de universidades e institutos federais, que estão em greve. Eles representam o maior contingente de servidores (mais de 200 mil).

Pela proposta apresentada aos servidores em reunião extraordinária nesta quarta, os benefícios serão reajustados em cerca de 51%, com efeitos financeiros a partir de maio.

O auxílio-alimentação sobe de R$ 658 para R$ 1.000. O auxílio-creche passa de R$ 321 para R$ 484,90. Já o auxílio-saúde, de R$ 144,00 para R$ 215.

O MGI já havia oferecido o aumento nos benefícios, mas a medida não saiu do papel porque as categorias resistiam a abrir mão de um reajuste linear, e o governo não queria entregar a correção sem ter um acordo amarrado com as categorias.

Nesta manhã de quinta, Dweck indicou que a negociação com os professores está mais próxima do que com os técnicos. "As realidades são bem distintas. No caso dos professores, a tabela está defasada, mas está mais organizada e alinhada. Já a dos técnicos, não. É uma área que necessita de uma reestruturação muito forte", afirmou.

PARA ALIVIAR CRISE EM GAZA

ONU cobra medidas de Israel

Conselho de Segurança pede ação para entregar ajuda aos palestinos diante de um cenário de "fome iminente"

O Conselho de Segurança das Nações Unidas voltou a manifestar preocupação com a crise humanitária na Faixa de Gaza e cobrou de Israel mais medidas para entregar ajuda à população palestina diante de um cenário de "fome iminente".

Em comunicado divulgado nesta ontem, o conselho diz ter tomado nota da promessa feita por Tel Aviv de reabrir a passagem de Erez, no norte de Gaza, e de retomar o uso do porto de Ashdod, no sul israelense, para o envio de suprimentos ao território palestino. "Mas [o conselho] enfatiza que mais precisa ser feito para levar a ajuda humanitária diante da magnitude das necessidades em Gaza".

Os membros do Conselho expressaram "profunda preocupação com o custo humano do conflito, a situação humanitária catastrófica e a ameaça de fome iminente" e pediram "a remoção imediata de todos os obstáculos à entrega de ajuda humanitária" à população civil.

Na semana passada, após pressão de Washington, Israel anunciou a reabertura das passagens para o envio de ajuda a Gaza. Horas antes, o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, havia conversado com o premiê israelense, Binyamin Netanyahu — o americano condicionou o apoio a Tel Aviv a uma mudança de postura do aliado na guerra, o que incluiria cessar-fogo, proteção dos civis e combate à crise humanitária.

224 TRABALHADORES HUMANITÁRIOS MORRERAM EM GAZA

Mas a reabertura das passagens anunciada por Israel ainda não foi implementada. O ministro da Defesa do país, Yoav Gallant, disse ao conselho na quarta-feira (10) que as medidas estavam em fase preparação.

O conselho também enfatizou a necessidade de uma "investigação completa, transparente e minuciosa" sobre a morte de sete trabalhadores humanitários da ONG World Central Kitchen em um ataque do Exército israelense no início de abril. Também condenou a morte de pelo menos 224 trabalhadores humanitários desde o início do conflito em Gaza, bem como "toda a violência e hostilidades contra civis".

Em março, o conselho da ONU aprovou pela primeira vez uma resolução que demanda um cessar-fogo imediato na guerra Israel-Hamas. Na prática, porém, o texto tem sido ignorado por Tel Aviv, que mantém as ofensivas contra o território palestino.

AFP

Cessar-fogo já foi aprovado, mas Tel Aviv mantém ataques na Palestina

PORTUGAL

Igreja indenizará vítimas

A Igreja Católica de Portugal anunciou ontem que concederá uma "compensação econômica" às vítimas de abusos sexuais cometidos por membros do clero. O anúncio acontece pouco depois de um ano da publicação de um relatório que revelou a magnitude dos casos no país.

As solicitações de indenização deverão ser apresentadas entre junho e dezembro, conforme comunicado emitido durante o término de uma reunião dos bispos portugueses na cidade de Fátima, no centro do país. O pagamento será feito a partir de um fundo da Conferência Episcopal Portuguesa, criado para este fim. Os critérios para estabelecer os valores a serem pagos ainda estão em fase de desenvolvimento.

Segundo o chefe da Conferência Episcopal de Portugal, dom José Ornelas, a assembleia da organização aprovou por unanimidade a concessão da compensação. Ao menos 21 pessoas já formalizaram o pedido de indenização.

DIPLOMACIA

Ministra de Milei vem ao Brasil

O presidente da Argentina, Javier Milei, decidiu enviar a Brasília a chanceler Diana Mondino para a primeira agenda de trabalho, na segunda-feira (15), com o governo Luiz Inácio Lula da Silva. A ministra das Relações Exteriores será recebida por seu homólogo, Mauro Vieira, no Itamaraty.

Como o *Estadão* revelou, a agenda era negociada para ocorrer ainda em abril e faltava apenas acertar uma data, agora marcada.

A viagem ocorre no âmbito de uma aproximação entre os governos, ainda que os dois presidentes, rivais ideológicos, não tenham superado as rugas de campanha nem estabelecido uma relação direta e pessoal, no mais alto nível político.

A visita de Mondino será a primeira de um representante do primeiro escalão de Milei, com objetivo de discutir temas da agenda bilateral com o governo Lula. Mondino desembarca em Brasília na noite de domingo.

O.J. SIMPSON

Entre o estrelato e a justiça

Com marcos históricos enquanto atleta, OJ ficou conhecido pelo "Julgamento do Século" nos EUA

O.J. Simpson, ex-jogador de futebol americano, morreu nesta quarta-feira, aos 76 anos, conforme anunciado por sua família. Sua vida foi marcada pela carreira na NFL e pelo julgamento de duplo assassinato ao qual foi submetido em 1994.

"No dia 10 de abril, o nosso pai, Orenthal James Simpson, sucumbiu à sua batalha contra o cancêr. Ele estava cercado por seus filhos e netos", escreveu a família na conta oficial de OJ no Twitter.

OJ lutadou contra o câncer de próstata nos últimos anos, mas sua saúde piorou recentemente. Ele chegou a ser internado e recebeu cuidados paliativos nos últimos meses.

Nascido na Califórnia, EUA, em 9 de julho de 1947, Orenthal James Simpson iniciou sua trajetória no futebol americano na região. O jovem demorou a receber ofertas de bolsa das principais universidades do país, mas rapidamente obteve sucesso após entrar na University of Southern California. Em sua carreira no College, foi campeão nacional em 1967 e conquistou o Troféu Heisman, entregue ao melhor jogador da categoria, em 1968.

O.J. Simpson teve carreira de onze anos na principal liga de futebol americano do planeta. Selecionado pelo Buffalo Bills com a primeira escolha geral do Draft de 1969, o running back passou nove temporadas na franquia. Transferiu-se ao San Francisco 49ers em 1978 e por lá ficou até o fim de 1979, aposentando-se em dezembro daquele ano.

Simpson foi o primeiro running back da história a correr 2 mil jardas em uma única temporada. O feito foi alcançado em 1973, enquanto defendia o Buffalo Bills, e lhe rendeu o prêmio de MVP da liga. Outros sete atletas conseguiram repetir as 2 mil jardas desde então, mas todos o fizeram após a expansão da temporada regular para 16 jogos, em 1978 - O.J. alcançou a marca entrando em campo apenas 14 vezes.

O.J. foi inserido no Hall da Fama do Futebol Americano em 1985, primeiro ano como elegível à honraria. Seu nome continua sendo lembrado em homenagens aos principais atletas da história da liga. Quando a NFL completou 100 anos, em 2019, Simpson foi listado como um dos 100 maiores jogadores de todos os tempos.

> **O julgamento se arrastou por mais de oito meses e foi concluído em 3 de outubro de 1995. Ele foi absolvido da acusação.**

Assassinato

A esposa de O.J., Nicole Brown Simpson, e seu amigo, Ron Goldman, foram encontrados mortos em 12 de junho de 1994. Ambos os corpos estavam no condomínio de Nicole, em Los Angeles, e mostravam sinais de esfaqueamento.

O.J. foi considerado suspeito pelo assassinato após investigação. O ex-atleta tinha relacionamento conturbado com Nicole, em casamento marcado por violência doméstica. Simpson definiu com os advogados que se entregaria à polícia em 17 de junho.

O ex-jogador da NFL não se deixou ser levado pela polícia, e posteriormente virou alvo de perseguição em carros. O acontecimento foi transmitido ao vivo em diversos canais de TV dos Estados Unidos, interrompendo inclusive a exibição de jogo das Finais da NBA.

O.J. reuniu um "Dream Team" de advogados para defendê-lo da acusação. Entre eles estava Robert Kardashian, pai de Kim, Khloé, Kourtney e Rob Kardashian.

Simpson se declarou inocente no que foi chamado de "Julgamento do Século". O procedimento se arrastou por mais de oito meses e foi concluído em 3 de outubro de 1995, em evento que tem audiência estimada de 100 milhões de pessoas nos Estados Unidos.

O.J. foi absolvido da acusação, em decisão polêmica. Nenhuma outra pessoa foi julgada posteriormente em relação ao assassinato de Nicole Brown e Ron Goldman.

O ex-atleta perdeu um julgamento civil relativo ao caso em 1997. O.J. Simpson foi condenado a pagar, no total, U$ 33,5 milhões de dólares às famílias Brown e Goldman.

» Excepcionalmente deixamos de publicar hoje a coluna Fala, Torcida.

JASON BEAN / POOL / AFP

O.J. Simpson durante um intervalo no segundo dia de uma audiência probatória no Tribunal Distrital do Condado de Clark, em Las Vegas

Prisão por roubo em cassino

Simpson comandou invasão à mão armada a um cassino em Las Vegas, em 2007. Os infratores invadiram um quarto de hotel para roubar objetos esportivos com sua assinatura.

O.J. inicialmente confirmou ter se apossado dos itens. Segundo o ex-atleta, os objetos lhe pertenciam e haviam sido roubados anteriormente. Simpson negou que qualquer pessoa envolvida portava arma de fogo.

O ex-NFL foi julgado e condenado em 12 acusações, incluindo sequestro, roubo, conspiração criminosa e uso de arma letal. Simpson recebeu sentença de 33 anos de prisão, que se converteram a liberdade condicional após 9 anos.

Ator

Simpson se tornou ator profissional antes de entrar na NFL. Sua primeira aparição creditada em uma produção audiovisual aconteceu em 1969, na série Medical Center.

O.J. conciliou sua carreira de atleta profissional com aparições em filmes e séries. Entre seus trabalhos mais notáveis está o papel como Detetive Nordberg na franquia de filmes Corra que a Polícia Vem Aí.

Um de seus projetos não foi ao ar devido ao 'Julgamento do Século'. Frogmen, piloto de duas horas produzido pela Warner Bros., não foi levado ao público mesmo após a absolvição do protagonista O.J. Simpson.

A GIRA FINAL

Emicida encerra ciclo histórico de AmarElo

Hoje, o rapper, compositor e escritor Emicida apresenta “AmarElo - a gira final” para Brasília, na Arena BRB (Mané Garrincha). O trabalho lançado em 2019 (e eternizado em documentário da *Netflix*) teve as suas primeiras interpretações ao vivo no mesmo ano em que chegou ao mundo, porém precisaram ser abreviadas pela pandemia. De volta aos palcos, o repertório – um refúgio para muitos – ganhou dimensões imensuráveis.

O espetáculo foi realizado 120 vezes, passou por nove países e 55 cidades. E acabou se tornando uma espécie de culto para o público, tamanha a profundidade e intensidade da troca entre o artista e os seus fãs. Por isso, a despedida desta turnê não poderia ser como um corte seco.

Resultado premiado

O experimento social “AmarElo” é composto por frentes diversas, que, juntas, resultam no trabalho mais premiado do rap brasileiro - o álbum ganhou o *Grammy Latino* em 2020 e o documentário foi indicado ao *Emmy Internacional*.

A Gira Final é o último capítulo deste projeto que é também um estado de espírito. "Às vezes, tudo o que temos é a fé. E ela acaba sendo a nossa arma para enfrentar tempos tão duros. Talvez por isso as pessoas transformem os nossos shows nessa espécie de culto. Essas serão as últimas oportunidades para presenciar isso ao vivo", lembra Emicida.

Gira é o nome dado aos rituais coletivos de religiões de matrizes africanas, nos quais são praticados cantos, danças e rezas que estabelecem um momento de conexão com as entidades espirituais. Daí, surgiu o nome da tour.

“Por todos os lugares do mundo que passamos com esse espetáculo, as pessoas alcançaram um tipo de transcendência muito bonita. Eu me emocionei em todos eles. Componho sonhando com coisas que eu gostaria de ver no mundo e, quando essa sinergia acontece, sinto que as pessoas me dizem que querem ser parte deste sonho também. E são mesmo”, diz o rapper.

DIVULGAÇÃO

“Componho sonhando com o que eu gostaria de ver no mundo”, diz Emicida

SERVIÇO

AmarElo - a Gira Final

EMICIDA
- **Data: 12 de abril**
- **Abertura dos portões: 19h**
- **Horário do show: 20h30**
- **Local: Arena Lounge**
- **Ingressos: a partir de R$ 110, no site: ticketmaster.com.br**
- **Classificação: 16 anos**

FESTIVAL BRASILARTE

Música, teatro e muita dança

Araketu e Bloco Eduardo e Mônica são algumas das atrações do *Festival BrasilArte*, que ocupará o gramado do Eixo Cultural Ibero-americano (antiga Funarte), hoje e amanhã, a partir das 17h. Além das apresentações musicais, o evento gratuito reúne ainda espetáculos de teatro circense, dança, maracatu e, nos intervalos, o Forró de Vitrola com Cacai Nunes.

Com uma equipe de produção majoritariamente feminina, o *Festival BrasilArte* está em sua terceira edição e tem como objetivo trazer a pluralidade da cultura brasileira, reunindo atrações representativas de todas as cinco regiões do país.

“Brasília é um agregador das expressões culturais do país e a cultura brasileira é isso - diversidade e pluralidade. A nossa pauta é a preservação dessa cultura popular, que está presente desde a criação da Capital federal. Todo mundo vai se sentir representado”, destaca Ester Braga.

Ao longo de dois dias, o público poderá desfrutar de uma programação que é a cara do Brasil, com direito a baile Black, apresentação da Orquestra Alada Trovão Da Mata e de Jah Live. Para as crianças, no sábado, o grupo Delírio Circense ministrará oficinas de circo das 16h às 18h.

A programação pretende valorizar a cultura de rua e contará também com apresentações dos grupos Delírio Circense, Seu Estrelo e o Fuá do Terreiro, além de espetáculos musicais, de dança, oficinas e rodas de conversa.

A classificação é livre para todos os públicos e a programação completa pode ser conferida no Instagram: @festival_brasilarte.

THIAGO SOARES

Orquestra Alada Trovão Da Mata se apresenta hoje, às 20h

“QUEM SABE ISSO QUER DIZER AMOR”

Gadú faz show hoje

Celebrando 20 anos de carreira e em turnê com seu quarto álbum de estúdio, “Quem Sabe Isso Quer Dizer Amor”, Maria Gadú desembarca em Brasília para uma única apresentação no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, nesta sexta. Ingressos no site bilheteria digital.

No show, a cantora reverencia a música popular brasileira em um espetáculo onde realiza interpretações de canções que marcaram a sua vida. Acompanhada de sua banda, a cantora e compositora apresenta as regravações de grandes nomes da MPB, como Caetano Veloso, Gonzaguinha, Marisa Monte, Rita Lee e Renato Russo, além de cantar seus grandes sucessos como Shimbalaiê, Dona Cila e Bela Flor.

O disco “Quem Sabe Isso Quer Dizer Amor” conta com doze faixas produzidas por Gadú, nas quais ela interpreta e toca todos os instrumentos das canções, comprovando sua versatilidade e pluralidade.

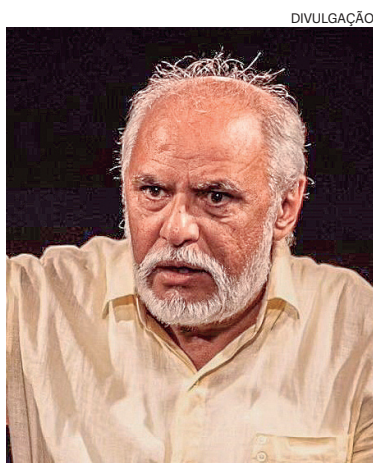
CONCHA ACÚSTICA

Arca is The New Bloco

Chegou a hora de uma das festas mais badaladas e famosas do país acontecer em Brasília. A Arca de Noé está com tudo pronto para a edição *Arca is The New Bloco*, neste sábado, a partir das 16h, na Concha Acústica. Serão mais de 8 horas de festa com muita música, alegria, descontração e brincadeiras. Um verdadeiro parque de diversões para o público brasiliense.

Ray Ferreira, Odara, Chicco Aquino, Blandin e Bruna Lennon são as principais atrações que vão comandar a discotecagem levando para a pista o estilo open format carioca, com repertório diverso, que vai do hip hop ao pop, do funk à eletrônica. Ritmos dançantes para o público vivenciar toda a energia, cores, alegria e empolgação que sempre foram a essência da Arca.

Além da música, o open bar completo é outro ponto de destaque. Montando em uma mega estrutura às margens da deslumbrante vista para o Lago Paranoá, o bar vai oferecer diversos tipos de bebidas como vodka, gin, whisky, aperol, vinho, espumante, além de cerveja, shots, energético Red Bull, drinks e mais surpresas. Tudo isso, apreciando o pôr do sol mais espetacular da capital federal. Ingressos à venda na *Bilheteria Digital*.

DIVULGAÇÃO

Ator Gilson de Barros dá vida ao personagem Riobaldo

“GRANDE SERTÃO: VEREDAS”

Obra reinterpretada no palco

História que se consolidou como um clássico da literatura brasileira, *Grande Sertão: Veredas*, de João Guimarães Rosa, é reinterpretada no palco do Teatro Brasília Shopping sob a direção afiada de Amir Haddad e interpretação de Gilson de Barros.

A obra é apresentada por meio de dois recortes: “O Diabo na Rua, no meio do Redemunho”, será apresenta de hoje a domingo, às 20h. Os ingressos estão disponíveis no *Sympla*; a inteira custa R$80 e a meia-entrada R$40. Classificação: 16 anos.

No espetáculo, Riobaldo, hoje um velho fazendeiro, conversa com um interlocutor de forma direcional. Nesse encontro, cheio de filosofia, ele conta passagens de sua vida e reflete sobre a dialética: bem e mal, Deus e o diabo, Céu e inferno. Na juventude, por amor ao amigo Diadorim, e para conseguir coragem e força, fez o que julga ser um pacto fáustico.

“Aprendi a ler, aprendi a língua, lendo este romance portentoso no original. Entendi! Não era uma tradução, era um livro brasileiro, escrito na ‘língua’ brasileira”, define Amir Haddad, diretor da adaptação.

CLASSIFICADOS&EDITAIS

classificados@grupojbr.com (61) 99637-6993

Edição impressa produzida pelo **Jornal de Brasília** com circulação diária em bancas e assinantes.

As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no endereço eletônico:
***https://jornaldebrasilia.com.br/publicidade-legal**

A autenticação deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado.

HOSPITAL ANCHIETA S.A.
CNPJ/ME Nº 02.560.878/0001-07 NIRE Nº 53300023638
Companhia Aberta

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 2024

1. Data, hora e local: Realizada em 20 de março de 2024, às 09:00 horas, na sede social do Hospital Anchieta S.A., localizado na Área Especial, 8/9/10, Setor C Norte, na cidade de Taguatinga, Distrito Federal, CEP 72.115-700 ("Companhia"). **2. Convocação:** As formalidades de convocação foram dispensadas, tendo em vista o comparecimento da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Daniel Pangracio Ahouagi Cunha e secretariados pelo Sr. Antônio Alves Benjamim Neto. **4. Presença:** Presentes todos os membros do Conselho da Administração da Companhia. **5. Ordem do dia:** Deliberar sobre as seguintes matérias: (i) recomendação de aprovação pelos acionistas da Companhia a se reunirem em assembleia geral ordinária da Companhia a ser realizada em 30 de abril de 2024 ("AGO") do relatório da administração e as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer elaborado pela BDO RCS Auditores Independentes, auditor independente da Companhia, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) Recomendação de aprovação pelos acionistas da Companhia a se reunirem em AGO da proposta de destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (iii) a autorização para que a administração da Companhia possa praticar todos os atos necessários à efetivação e implementação das deliberações que sejam tomadas. **6. Deliberações:** Após discussão e análise das matérias constantes da ordem do dia foram tomadas as seguintes deliberações pelos membros do Conselho de Administração: (i) Recomendar a aprovação, pelos acionistas da Companhia, a se reunirem na AGO, das contas dos administradores, bem como o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer elaborado pela BDO RCS Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) Recomendar a aprovação, pelos acionistas da Companhia a se reunirem em AGO, para aprovar a seguinte proposta de destinação do resultado negativo apurado no exercício social no valor de R$ 78.386.343,00 (setenta e oito milhões, trezentos e oitenta e seis mil, trezentos e quarenta e três reais), conforme recomendação da administração, a ser destinado para a conta de prejuízo acumulado. (iii) Os administradores da Companhia ficam desde já autorizados, a praticar todos os atos necessários à efetivação e implementação das deliberações tomadas acima. **7. Encerramento e Lavratura da Ata:** Não havendo nada mais a tratar, o presidente declarou a reunião encerrada e suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário para a lavratura da presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. Mesa: Presidente: Daniel Pangracio Ahouagi Cunha; Secretário: Antônio Alves Benjamim Neto. Conselheiros Presentes: Daniel Pangracio Ahouagi Cunha, Antônio Alves Benjamim Neto e Leilson Queiroz da Silva. **8. Certidão:** Certifico que a presente ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio. Certifico o registro da ata sob número 2526888 em 10.04.2024.

HOSPITAL ANCHIETA S.A.
CNPJ/ME Nº 02.560.878/0001-07 NIRE Nº 53300023638
Companhia Aberta

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 2024

1. Data, hora e local: Realizada em 20 de março de 2024, às 09:00 horas, na sede social do Hospital Anchieta S.A., localizado na Área Especial, 8/9/10, Setor C Norte, na cidade de Taguatinga, Distrito Federal, CEP 72.115-700 ("Companhia"). **2. Convocação:** As formalidades de convocação foram dispensadas, tendo em vista o comparecimento da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Daniel Pangracio Ahouagi Cunha e secretariados pelo Sr. Antônio Alves Benjamim Neto. **4. Presença:** Presentes todos os membros do Conselho da Administração da Companhia. **5. Ordem do dia:** Deliberar sobre as seguintes matérias: (i) recomendação de aprovação pelos acionistas da Companhia a se reunirem em assembleia geral ordinária da Companhia a ser realizada em 30 de abril de 2024 ("AGO") do relatório da administração e as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer elaborado pela BDO RCS Auditores Independentes, auditor independente da Companhia, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) Recomendação de aprovação pelos acionistas da Companhia a se reunirem em AGO da proposta de destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (iii) a autorização para que a administração da Companhia possa praticar todos os atos necessários à efetivação e implementação das deliberações que sejam tomadas. Certifico o registro da ata sob número 2526888 em 10.04.2024.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU NO DF

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 90010/2024

Objeto: Fornecimento, sob demanda, de materiais de manutenção predial para utilização em serviços e instalações elétrica da Seção Judiciária do Distrito Federal – SJDF. **Abertura**: 24/04/2024, às 14 horas. **Local**: *https://www.gov.br/compras/pt-br*. O edital encontra-se disponível nos sítios *https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1* e *https://sistemas.trf1.jus.br/licitacoes/index.php*. **Informações:** (61) 3221.6403/6404/6405/6406 ou selic.df@trf1.jus.br.

Brasília-DF, 12 de abril de 2024
Seção Judiciária do Distrito Federal

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU NO DF

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 90009/2024

Objeto: Fornecimento, sob demanda, de materiais de manutenção predial, para utilização em serviços hidráulicos de água e esgoto e básicos de alvenaria, para esta Seção Judiciária do Distrito Federal – SJDF. **Abertura**: 24/04/2024, às 14 horas. **Local**: *https://www.gov.br/compras/pt-br*. O edital encontra-se disponível nos sítios *https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1* e *https://sistemas.trf1.jus.br/licitacoes/index.php*. **Informações:** (61) 3221.6403/6404/6405/6406 ou selic.df@trf1.jus.br.

Brasília-DF, 12 de abril de 2024
Seção Judiciária do Distrito Federal

Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal
Diretoria de Aquisições
Central de Compras

AVISO DE ABERTURA
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 90069/2024 - UASG 926119

Objeto: Compra/contratação pertencentes aos Grupos: 36.07.06 (ACESSÓRIOS PARA OSTOMIA), Grupos: 36.07.05 (RECIPIENTES COM SISTEMA DE DRENAGEM) e Grupos: 36.07.06 (ACESSÓRIOS PARA OSTOMIA), em sistema de registro de preços, para atender às necessidades da Secretaria de Saúde DF, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital. Processo SEI nº: 00060-00426853/2023-59. Total de 25 itens (ampla concorrência e cotas reservadas às ME/EPP's). Valor Estimado: R$ 3.584.460,9792. Cadastro das Propostas: a partir de 12/04/2024. Abertura das Propostas: 25/04/2024, às 9h, horário de Brasília, no site www.comprasnet.gov.br. O Edital encontra-se disponibilizado sem ônus no site ou com ônus no endereço: SRTVN, Quadra 701, Conjunto C, Edifício PO 700, 2º andar, sala: Central de Compras/DAQ/SUCOMP, CEP: 70.723-040 - Brasília/DF.

HELBERTH GONÇALVES MACAU
Pregoeiro

Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
Subsecretaria de Administração Geral

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90001/2024 (UASG 450432)

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEE/DF) comunica a abertura da licitação supracitada. **Processo SEI nº:** 00080-00307985/2023-16. **Objeto:** Contratação de empresa de engenharia especializada para a execução da obra para **reconstrução do Centro de Ensino Fundamental (CEF) 01, localizado na entrequadras 2/4, AE 07– Candangolândia/RA XIX – DF**, contemplando a reconstrução do Centro de Ensino Fundamental (CEF) 01 em Terreno de 10.019,92 m² cercado por muro e gradil metálico e edificação com 5.046,37m² de área construída, em 2 (dois) pavimentos, com rampa e escadas, 18 salas de aula, auditório, sala de música, grêmio estudantil, biblioteca, sala de artes plásticas, sala multiúso, sala multimídia, salas de apoio pedagógico, cozinha industrial e refeitório, vestiários e sanitários, salas administrativas, pátio coberto e laboratórios. Também serão edificados castelo d'água, central de GLP, bicicletário, guarita, estacionamento, além de quadra coberta com vestiários e depósito. **Total de itens:** 1. **Valor total da licitação:** R$ 15.702.062,84 (quinze milhões, setecentos e dois mil sessenta e dois reais e oitenta e quatro centavos). **Entrega das Propostas:** a partir das 8h do dia 12/04/2024. **Abertura das Propostas:** 06/05/2024, às 10h. **Edital:** Poderá ser retirado nos endereços eletrônicos: https://www.gov.br/compras/pt-br e/ou https://www.educacao.df.gov.br/pregao-eletronico/. **Observação:** Os anexos ao Projeto Básico, concernentes aos projetos técnicos, especificações técnicas, memórias de cálculo e outros, constam disponibilizados no sítio oficial desta Pasta, acima informado.

ANCHIETA SOARES DE SOUZA
Presidente da Comissão Permanente de Contratação

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 90001/2024 (UASG 450432)

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEE/DF) comunica a abertura da licitação supracitada. **Processo SEI nº:** 00080-00013238/2024-92. **Objeto:** Aquisição de colírios **Tropicamida** e **Ciclopentolato**, por meio de Dispensa de Licitação, para atendimento de estudantes que necessitem de correção visual, matriculados na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos (EJA) da Rede Pública de Ensino da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), conforme especificações e condições contidas no Edital e seus anexos. **Total de itens:** 2. **Valor total da licitação:** R$ 902,67 (novecentos e dois reais e sessenta e sete centavos). **Abertura das Propostas:** 16/05/2024, às 10h. **Edital:** Poderá ser retirado nos endereços eletrônicos: https://www.gov.br/compras/pt-br e/ou https://www.educacao.df.gov.br/pregao-eletronico/.

ANCHIETA SOARES DE SOUZA
Agente de Contratação

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 90005/2024

Objeto: Aquisição de tablets e acessórios para tablets, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.
Data de Abertura: 23/04/2024 às 10h. Local: site www.gov.br/compras/pt-br. O Edital encontra-se nos sites www.gov.br/compras/pt-br e https://www.gov.br/agu/pt-br/acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos-1. Esclarecimentos: tel. (61) 2026-7798 ou pelo e-mail: dlog.licitacao@agu.gov.br.

MARCELO SOARES ALVES
Diretor de Logística e Gestão Documental

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Proteção Animal do Distrito Federal
Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal
Diretoria de Administração e Finanças
Comissão de Contratação

AVISO DE ABERTURA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2024 – CONTRAT/SLU/DF

Processo SEI/GDF nº 00094-00000115/2022-80. Objeto: Contratação de empresa(s) especializada(s) para a prestação dos serviços de limpeza urbana, manejo dos resíduos sólidos e serviços correlatos nas Regiões Administrativas do Distrito Federal, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital.
A Pregoeira do SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL torna público o Pregão Eletrônico nº 90001/2024-CONTRAT/SLU-DF. Critério: MENOR PREÇO POR LOTE. Tipo: MENOR PREÇO. Valor quinquenal estimado: R$ 2.981.658.891,07 (dois bilhões, novecentos e oitenta e um milhões, seiscentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e noventa e um reais e sete centavos). Unidade Orçamentária: 22214, UASG: 926254, Elemento de Despesa: 33.90.39-13. PT: 15.452.6209.2079.6118. Entrega das Propostas: a partir de 11/04/2024, exclusivamente por meio do sistema eletrônico. DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 30/04/2024 às 9h (horário de Brasília) no endereço www.gov.br/compras. O Edital ficará disponível nos sítios www.gov.br/compras e do SLU https://www.slu.df.gov.br/concorrencia-em-andamento/. Outras informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no telefone 3213-0228, no horário das 9h às 12h e das 14h às 17h.

NEIDE APARECIDA BARROS DA SILVA

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL – GDF
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E RENDA
COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA – TERRACAP
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL

AVISO DE REQUERIMENTO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

A Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap torna público que requereu do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental – IBRAM/DF a Licença de Instalação do Parcelamento de solo do Centro Urbano do Recanto das Emas, localizado na Região Administrativa do Recanto das Emas – RA XV.

IZIDIO SANTOS JUNIOR
Presidente

BANCORBRÁS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.

CNPJ 02.010.478/0001-28

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO DE 2023

Em 2023, a macroeconomia global foi marcada por conflitos bélicos, tensões geopolíticas, desafios ambientais e, ainda, pela lenta recuperação resultante da crise sanitária da pandemia do COVID-19 o que, por consequência, afetou a cadeia de suprimentos, contribuindo para a volatilidade dos preços das commodities e do câmbio. Segundo dados do Banco Central do Brasil, o ano de 2023 encerrou com a taxa básica de juros em 11,75%, IPCA 4,62%, dólar R$ 4,91 e perspectiva de PIB em 3%. Nesse ambiente, o Sistema de Consórcio seguiu a tendência de crescimento, tendo movimentado R$ 316,7 bilhões, número 25,6% superior ao resultado de 2022, segundo informações da Associação Brasileira de Administradora de Consórcios - ABAC. Durante o ano, a Bancorbrás Administradora de Consórcios S.A (BAC) seguiu adotando boas práticas de governança, reforçando seu compromisso com a ética e a transparência, mantendo o foco na geração de negócios, em sinergia com as demais áreas do conglomerado Bancorbrás, assim como no cumprimento de sua missão institucional.

O ano foi marcado com a implementação de diversas ações que contribuíram para o alcance das metas propostas no planejamento estratégico, a saber: lançamento de novos grupos de consórcios de serviços, bens móveis e bens imóveis; prospecção e efetivação de novas parcerias, que viabilizaram a alavancagem nas vendas; ações comerciais diversas (mês do consumidor, aniversário de Brasília, mês das mães, mês dos namorados, aniversário da Bancorbrás, mês dos pais e Black November); melhoria nos processos internos, por meio de ajustes nas atividades das áreas de crédito e de gestão de grupos; realização de treinamentos e capacitações das equipes de vendas; ações de recuperação da inadimplência, de retomada de bens e otimização de custos com contratos.

" Vendas: em 2023 a BAC teve um número recorde nas vendas, superando pela primeira vez o patamar do bilhão, alcançando R$ 1,82 bilhão em créditos comercializados, 103,3% acima do observado no ano anterior, com destaque para volume recorde no mês de novembro (R$ 309 milhões em créditos vendidos). Em número de operações, foram vendidas 9.818 novas cotas de consórcios, incremento de 97,3% em relação a 2022. De forma segregada, as vendas nos segmentos de bem móvel, imóvel e serviço tiveram, em 2023, incrementos de 248,9%, 67,2% e 6,8% nos volumes de créditos comercializados, e de 157,5%, 65,1% e 5,9%, respectivamente, no quantitativo de novas cotas vendidas.

- **Carteira de clientes:** finalizou o exercício com crescimento de 40,5%, alcançando 21.825 cotas ativas (ante 15.534 ao final de 2022), sendo 48,92% no segmento de imóveis, 44,04% em bens móveis e 7,04% em serviços, equilibrando a carteira nos segmentos de bem móvel e imóvel.
- **Eficiência operacional:** a Companhia alcançou o índice de 92,48% em 2023, representando cerca de 7 pontos percentuais de redução na eficiência, em relação ao ano anterior, e 6 pontos percentuais aquém do esperado para o exercício. Por conseguinte, a margem do EBITDA foi de -5,88%.
- **Resultado:** As receitas apresentaram incremento de 25,4%, em relação a 2022, alcançando R$ 95,3 milhões, enquanto que as despesas, no total de R$ 100,7 milhões, cresceram 35,3%, em virtude, principalmente, da elevação do volume de comissões pagas nos últimos meses do ano. Diante do cenário, o resultado líquido em 2023 foi de R$ 5.353.254 negativos.

Brasília, DF - 31 de janeiro de 2024

Cláudio Roberto Nogueira de Souza Filho — Diretor-Presidente
José Climério Silva de Souza — Diretor-Executivo

BALANÇO PATRIMONIAL

R$(1)	31.12.2023	31.12.2022
ATIVO	**28.357.402**	**32.767.004**
CIRCULANTE	**24.065.340**	**23.162.092**
Disponibilidades	504	2.204
Títulos e valores mobiliários (nota 4)	2.461.772	5.103.723
Impostos a recuperar	502.366	650.434
Adiantamentos e antecipações salariais	464.720	296.693
Adiantamento aos grupos (nota 5)	16.331.777	14.855.468
Adiantamentos a terceiros (nota 6)	4.169.561	2.253.570
Despesas pagas antecipadamente	134.640	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**3.141.997**	**8.777.565**
Títulos e valores mobiliários (nota 4)	2.928.938	8.459.173
Depósitos judiciais	213.059	318.392
PERMANENTE	**1.150.065**	**827.347**
Investimentos	**894.989**	**594.596**
Quotas de consórcio	894.989	594.596
Imobilizado (nota 6)	**251.473**	**229.148**
Intangível	**3.603**	**3.603**

R$(1)	31.12.2023	31.12.2022
PASSIVO	**28.357.402**	**32.767.004**
CIRCULANTE	**8.607.385**	**6.366.634**
Fornecedores de serviços	1.287.063	90.483
Impostos e contribuições (nota 8)	3.090.271	1.858.948
Obrigações com pessoal (nota 9)	2.428.969	1.264.272
Obrigações com consorciados	204	788
Participação nos lucros e resultados	873.441	634.436
Outras obrigações (nota 10)	927.437	887.121
Dividendos	-	1.630.586
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	**1.857.454**	**3.154.553**
Provisões para passivos contingentes (nota 11)	597.674	356.752
Partes relacionadas (nota 16 b)	1.259.780	2.797.801
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**17.892.563**	**23.245.817**
Capital social (nota 12)	15.200.000	15.200.000
Reserva de lucros	2.692.563	8.045.817

(As notas explicativas da administração integram as demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

R$ 1

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
		LEGAL	AUMENTO DE CAPITAL		
Exercício de 2022					
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**15.200.000**	**1.085.828**	**6.874.169**	**-**	**23.159.997**
Lucro líquido do exercício				1.716.406	1.716.406
Proposta da Administração de Destinação do Lucro:					
Transferência para reservas:					
Reserva legal		85.820		(85.820)	-
Reserva para aumento de capital					
Dividendos a distribuir				(1.630.586)	(1.630.586)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**15.200.000**	**1.171.648**	**6.874.169**	**-**	**23.245.817**
Exercício de 2023					
Prejuízo líquido do exercício				(5.353.254)	(5.353.254)
Absorção de prejuízo			(5.353.254)	5.353.254	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**15.200.000**	**1.171.648**	**1.520.915**	**-**	**17.892.563**
2º Semestre de 2023					
Saldos em 30 de junho de 2023	**15.200.000**	**1.171.648**	**6.874.169**	**(2.685.662)**	**20.560.155**
Prejuízo líquido do semestre				(2.667.592)	(2.667.592)
Absorção de prejuízo			(5.353.254)	5.353.254	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**15.200.000**	**1.171.648**	**1.520.915**	**-**	**17.892.563**

(As notas explicativas da administração integram as demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

R$(1)	2ºSem/2023	2023	2022
1 - RECEITA OPERACIONAL	**52.008.352**	**95.423.050**	**76.137.085**
Rendas de prestação de serviços (nota 13)	48.495.931	88.269.238	69.235.637
Receitas financeiras	658.031	1.562.054	1.984.436
Outras receitas operacionais	1.885.020	3.606.162	2.811.711
Reversão de provisões operacionais	969.370	1.985.596	2.105.301
2 - DESPESAS OPERACIONAIS	**(53.740.573)**	**(99.840.932)**	**(72.810.354)**
Despesas administrativas (nota 14)	(46.122.689)	(85.961.089)	(61.672.099)
Honorários da diretoria	(240.633)	(493.605)	(474.939)
Despesas tributárias (nota 14 d)	(6.952.196)	(12.674.385)	(10.013.695)
Despesas financeiras	(425.055)	(711.853)	(649.621)
3 - RESULTADO OPERACIONAL	**(1.732.221)**	**(4.417.882)**	**3.326.731**
4 - RESULTADO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL, IMPOSTO DE RENDA	**(1.732.221)**	**(4.417.882)**	**3.326.731**
Contribuição social (nota 15)	-	-	(268.491)
Imposto de renda (nota 15)	-	-	(758.234)
5- RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES	**(1.732.221)**	**(4.417.882)**	**2.300.006**
Participações dos administradores	(207.480)	(207.480)	(218.400)
Participações dos empregados	(727.892)	(727.892)	(365.200)
6- LUCRO/ DO PERÍODO	**(2.667.593)**	**(5.353.254)**	**1.716.406**
7- QUANTIDADE DE AÇÕES	**1.520.000**	**1.520.000**	**1.520.000**
8- LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO POR AÇÃO	**(1,75)**	**(3,52)**	**1,13**

(As notas explicativas da administração integram as demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS

R$ (1)	2º SEM/2023	2023	2022
(+) DISPONIBILIDADES SALDO INICIAL	**267.598.545**	**251.837.084**	**230.849.468**
Aplicações financeiras	267.598.545	251.837.084	230.849.468
(+) RECURSOS COLETADOS	**246.565.672**	**464.260.351**	**380.351.161**
Contribuições para aquisição de bens	175.688.294	333.680.853	276.368.780
Taxa de administração	41.469.572	78.561.404	62.773.751
Contribuições ao fundo de reserva	2.105.834	3.980.578	3.166.001
Rendimentos de aplicações financeiras	14.926.660	26.610.577	24.341.403
Multas e juros moratórios	1.373.871	2.448.014	1.516.023
Prêmios de seguros	-	-	25.904
Custas judiciais	10.044	28.361	37.389
Reembolso de despesas com registro	216.238	395.779	1.319.546
Outros	10.775.159	18.554.785	10.802.364
(-)RECURSOS UTILIZADOS	**208.288.233**	**410.221.451**	**359.363.545**
Aquisição de bens	157.560.516	316.005.302	265.596.769
Taxa de administração	45.140.483	82.398.421	63.152.380
Multas e juros moratórios	646.498	1.144.507	715.913
Prêmios de seguros	42.490	42.627	62.779
Custas judiciais	10.121	28.370	37.405
Devolução a consorciados desligados	1.467.479	2.760.928	17.531.130
Despesas com registro de contrato	214.999	396.078	1.318.598
Outros	3.205.647	7.445.218	10.948.571
(+) DISPONIBILIDADES SALDO FINAL	**305.875.984**	**305.875.984**	**251.837.084**
Aplicações financeiras	305.875.984	305.875.984	251.837.084

(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

R$ (1)	2ºSEM/2023	2023	2022
1 - LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO	**(2.667.593)**	**(5.353.254)**	**1.716.406**
Outros resultados abrangentes	-	-	-
2 - RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	**(2.667.593)**	**(5.353.254)**	**1.716.406**

(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO CONSOLIDADA

R$ (1)	31.12.2023	31.12.2022
ATIVO	**8.041.546.890**	**6.055.389.709**
CIRCULANTE	**913.367.871**	**789.212.051**
DISPONIBILIDADES	**305.875.985**	**251.837.084**
Disponibilidades do grupo	42.274.422	24.537.267
Vinculadas a contemplações-demais aplicações	263.073.340	227.130.859
Aplicação grupo em formação	528.223	168.958
Outros créditos	607.491.886	537.374.967
Bens retomados ou devolvidos	18.873.561	22.073.033
Direitos junto a consorciados contemplados	588.618.325	515.301.934
COMPENSAÇÃO	**7.128.179.019**	**5.266.177.658**
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	17.296.430	14.390.520
Contribuições devidas aos grupos	3.698.568.932	2.749.990.654
Consorciados - bens a contemplar	3.412.313.657	2.501.796.484
PASSIVO	**8.041.546.890**	**6.055.389.709**
CIRCULANTE	**913.367.871**	**789.212.051**
Obrigações com consorciados	365.256.693	317.588.849
Valores a repassar	11.825.849	10.581.155
Obrigações com contemplações a entregar	263.073.340	227.130.859
Obrigações com a Administradora	13.580.204	9.478.674
Recursos a devolver a consorciados	202.581.888	180.719.599
Recursos dos grupos	57.049.897	43.712.915
COMPENSAÇÃO	**7.128.179.019**	**5.266.177.658**
Recursos mensais a receber de consorciados	17.296.430	14.390.520
Obrigações dos grupos por contribuições	3.698.568.932	2.749.990.654
Bens ou serviços a contemplar	3.412.313.657	2.501.796.484

(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

R$ (1)	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo/lucro líquido do exercício	(5.353.254)	1.716.406
Ajustes por:		
- Depreciações e amortizações	76.933	86.573
- Baixas de bens do imobilizado	8.868	12.455
Resultado Ajustado	**(5.267.453)**	**1.815.434**
Aumento(redução) nos ativos e passivos		
Nos valores pendentes de cobrança judicial	-	11.904.587
Nos bens retomados	-	3.345.158
Nos impostos a recuperar	148.068	(605.718)
Nos adiantamentos e antecipações salariais	(168.027)	21.210
Nos adiantamentos aos grupos	(1.476.309)	(1.308.727)
Nos adiantamentos a terceiros	(1.915.991)	(1.011.493)
Nas despesas pagas antecipadamente	(134.640)	-
Nos títulos e valores mobiliários	5.530.235	(3.878.738)
Nos depósitos judiciais	105.333	130.374
Nos fornecedores de serviços	1.196.580	(78.709)
Nos impostos e contribuições	1.231.323	242.590
Nas obrigações com pessoal	1.164.697	110.629
Nas provisões para contingências	240.922	(256.380)
Nas obrigações com consorciados	(584)	(5.752.581)
Nos valores a receber - cobrança judicial	-	(15.249.745)
Nos credores diversos - país	(1.351.265)	(3.719.419)
Nas partes relacionadas	(1.538.021)	1.474.013
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**(2.235.132)**	**(12.817.515)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisições em imobilizado	(108.126)	(2.713)
Aquisições em investimentos	(300.393)	(135.550)
Pagamento de dividendos	-	(4.505.001)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(408.519)**	**(4.643.264)**
REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(2.643.651)	(17.460.779)
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO ÍNICIO DO PERÍODO	5.105.927	22.566.706
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	2.462.276	5.105.927

(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações contábeis)

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2023 E 31/12/2022

NOTA 01. CONTEXTO OPERACIONAL

A **BANCORBRÁS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.,** Companhia integrante do conglomerado Bancorbrás, foi constituída em 18 de julho de 1986, com sede em Brasília (DF), tem como objeto a constituição e a administração de grupos de consórcios para aquisição de bens móveis, imóveis, serviços e outros itens permitidos pela legislação.

NOTA 02. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária aplicável à Empresa e em consonância com normas e instruções do Banco Central do Brasil.

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

Ativos e passivos significativos, sujeitos à utilização de premissas e estimativas, incluem a provisão para contingências e para perdas, a depreciação do ativo imobilizado e a amortização do intangível. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

Em conformidade com a Resolução n.º 1.184/2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), informamos que a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis, relativas ao exercício encerrado em 31/12/2023, foi autorizada pela Diretoria em 31/01/2024.

Base de mensuração

A mensuração das demonstrações contábeis foi preparada com base no custo histórico, com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda, os quais são mensurados pelo valor justo.

Moeda funcional

Nas demonstrações contábeis os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

NOTA 03. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 DA ADMINISTRADORA

Na elaboração das demonstrações contábeis foram adotadas as seguintes práticas contábeis:

a) É adotado o regime de competência para o registro das receitas e despesas, sendo que a taxa de administração é reconhecida como receita quando do efetivo recebimento pela Administradora.

b) Títulos e valores mobiliários são demonstrados pelo custo, acrescido dos rendimentos proporcionais até a data do balanço.

Bancorbrás

BANCORBRÁS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.

c) Demais ativos circulantes são apresentados pelo valor de realização.
d) Redução ao Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros.
É reconhecida uma perda por imparidade se o valor contábil de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por imparidade são reconhecidas no resultado do período. No mínimo semestralmente, para a realização do teste de imparidade, a Companhia elabora estudo para apuração de materialidade dos valores envolvidos, segundo critérios definidos pela Administração.
e) Ativo permanente: é registrado ao custo, sendo que as depreciações dos bens do imobilizado são calculadas, pelo método linear, com base em taxas determinadas em função da vida útil estimada (nota 07), segundo os critérios fiscais.
f) Os passivos circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos.
g) As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados decorrentes do curso normal de suas atividades e quando for provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas, são efetuadas de acordo com os critérios definidos no CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e consideram premissas definidas pela Administração e sua Assessoria Jurídica

- **Ativos contingentes:** Trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações financeiras apenas quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos, ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- **Passivos contingentes:** Decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, em ações cíveis de natureza fiscal, previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas pela Assessoria Jurídica, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como: prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão nem divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

h) Imposto de Renda e Contribuição Social
O imposto de renda é apurado com base na alíquota de 15% e adicional de 10% e a contribuição social, com base na alíquota de 9%, sobre o lucro tributável anual.
i) Tributos
Calculados às alíquotas demonstradas no quadro a seguir. Considera-se, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo:

Tributo	Alíquota
Imposto de Renda (IRPJ)	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social (CSLL)	9,0%
PIS sobre Receitas Operacionais não cumulativas	1,65%
Cofins sobre Receitas Operacionais não cumulativas	7,60%
PIS sobre Receita Financeira	0,65%
Cofins sobre Receita Financeira	4,0%
ISS	5,0%

j) Resolução BCB 219/2022 - Revogada pelo Resolução BCB 352/23
A Resolução BCB 352 de 23/11/2023 revogou a Resolução BCB 219 de 30/03/2023 e dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis a serem aplicados a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas administradoras de consorcio.
A nova regulamentação inclui regras sobre procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixas
de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros, a aplicação da metodologia para apurar a taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de credito e a divulgação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
A norma objetiva convergir o padrão do Banco Central aos padrões contábeis internacionais sobre instrumentos financeiros (IFRS 9), estabelece prazo para as instituições financeiras adaptarem seus processos de classificação e gestão de risco e apuração de suas provisões.
A administração da empresa está adotando providencias para o atendimento da legislação vigente.

3.2 DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO
a) Disponibilidade e aplicações financeiras
Representam recursos disponíveis, ainda não utilizados pelos grupos, mantidos em contas vinculadas para aplicação diária conforme normativos do Banco Central do Brasil.
As aplicações financeiras dos grupos de consórcio são efetuadas diariamente em títulos e valores mobiliários. Esses títulos e valores mobiliários são registrados pelo valor de mercado, gerando diariamente ganhos ou eventualmente perdas líquidas, que são registrados no fundo comum e no fundo de reserva de cada grupo, não incidindo para eles os rendimentos financeiros obtidos sobre as parcelas mensais recebidas dos consorciados.
b) Direitos junto a consorciados contemplados
São representados por contribuições a receber de consorciados contemplados.
c) Passivo circulante
Representa as obrigações dos grupos de consórcio, por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço, quando aplicável.
d) Obrigações com consorciados
Representa os pagamentos realizados pelos consorciados, cuja expressão, em Reais, exigível mensalmente, resulta de percentuais incidentes sobre o valor do crédito contratado em cada cota de consórcio, vigente na data de realização da assembleia de contemplação, respectiva de cada vencimento de obrigação.
Os percentuais que compõem o valor da parcela mensal de cada cota de consórcio são referentes ao fundo comum (100%) e às taxas pactuadas de fundo de reserva e de taxa de administração, divididas pelo número de meses previstos para a duração do grupo, de forma linear ou não.
e) Recursos dos grupos
Representa os recursos recebidos dos consorciados, referentes a fundo de reserva, rendimentos das aplicações financeiras, multas e juros moratórios recebidos dos grupos e atualizações de direitos e obrigações, em decorrência da variação do preço do bem ou serviço de referência.
f) Recursos coletados
Representa o total arrecadado dos consorciados, incluindo os valores para aquisição do bem, para a remuneração da administradora e para a constituição do fundo de reserva.
g) Recursos utilizados
Representa o total utilizado na aquisição de bens e serviços, no pagamento da administradora e na utilização do fundo de reserva, nas finalidades a que se destina.
h) Fundo comum
Representa os recursos recebidos dos consorciados que serão destinados à aquisição do bem ou serviço.
i) Fundo de reserva
O fundo de reserva é constituído pelo recolhimento de percentual do valor da contribuição para o fundo comum e pelos rendimentos decorrentes das aplicações financeiras do próprio fundo. Destina-se, precipuamente, à cobertura de eventual insuficiência de recursos do fundo comum, despesas bancárias de responsabilidade exclusiva do grupo, despesas com medidas judiciais ou extrajudiciais para recuperação de crédito do grupo e, adicionalmente - desde que não comprometida sua utilização para as finalidades precípuas -, para contemplação de cotas com os respectivos créditos.
j) Taxa de administração
A taxa de administração constitui a remuneração da administradora e representa um percentual incidente sobre o valor do crédito contratado em cada cota de consórcio.

k) Gestão de riscos
A Companhia adota política de gerenciamento de risco, que consiste no processo de identificação e avaliação dos riscos existentes ou potenciais, orientando em relação a transações além de requerer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.
l) Informações complementares:
Os depósitos bancários e aplicações financeiras representam as disponibilidades para aplicações diárias, conforme as normas do Banco Central do Brasil.
Em relação aos grupos de consórcio administrados pela Companhia, as principais informações complementares são:

DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022
Quantidade de grupos em andamento	39	29
Quantidade de cotas ativas	21.825	15.534
Quantidade de desistentes/excluídos/quitados	4.112	2.305
Quantidade de cotas inadimplentes	3.043	2.226
% de inadimplentes (contemplados e não contemplados)	13,94%	14,33%
Quantidade de bens entregues	1.597	1.358

NOTA 04. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - APLICAÇÕES FINANCEIRAS
Os recursos foram aplicados em diversas modalidades de investimento, em diferentes instituições financeiras, com rentabilidade bruta de 12,97% no ano de 2023.

Títulos e Valores Mobiliários	31/12/2023	31/12/2022
Letras Financeiras	2.928.938	5.103.723
Fundos de Investimento	2.461.772	8.459.173
Total	**5.390.710**	**13.562.896**
Ativo circulante	2.461.772	5.103.723
Ativo não circulante	2.928.938	8.459.173

NOTA 05. ADIANTAMENTO AOS GRUPOS
Refere-se a repasses de recursos financeiros aos grupos de consórcio administrados, nas seguintes situações:
a) Grupos ativos: adiantamentos destinados a suprir insuficiências de arrecadação dos grupos de consórcio, notadamente nos primeiros meses de sua comercialização, de forma a propiciar-lhes condições mínimas de contemplação de cotas com os respectivos créditos, e assim favorecer sua performance, resguardando sua higidez econômico-financeira.
Esses adiantamentos são resgatados pela Administradora nos meses subsequentes, antes do encerramento dos grupos, à medida que suas arrecadações se elevam.
b) Grupos encerrados: aportes realizados compulsoriamente pela Administradora, logo após a realização da última assembleia dos grupos, para cobertura de eventuais déficits de saldo financeiro para pagamento de créditos das cotas quitadas não contempladas anteriormente, e para restituição de valores pagos aos demais consorciados.
Déficits no encerramento tem como razão direta o inadimplemento de valores devidos por titulares de cotas contempladas e faturadas, em volume financeiro superior ao saldo arrecadado a título de fundo de reserva, na data de encerramento dos grupos.
O resgate, pela Administradora, dos montantes aportados em grupos encerrados, se dá conforme ocorra o recebimento, administrativa ou judicialmente, dos valores inadimplidos, cuja cobrança prossegue mesmo depois do encerramento dos grupos.

DESCRIÇÃO	Saldos em 31/12/2022	(+) Aportes em 2023	(-) Resgates em 2023	Saldos em 31/12/2023
a) Adiantamentos a grupos ativos	9.416.389	4.153.815	-	13.570.204
b) Aportes em grupos encerrados	5.439.079	-	2.677.506	2.761.573
TOTAL	**14.855.468**	**4.153.815**	**2.677.506**	**16.331.777**

NOTA 06. ADIANTAMENTOS A TERCEIROS
A oscilação na conta foi proveniente de maior volume de cotas e créditos comercializados entre os meses de novembro e dezembro/2023.

NOTA 07. IMOBILIZADO

Descrição	Depreciação (ao ano)	31/12/2023 Custo Corrigido	31/12/2023 Depreciação Acumulada	31/12/2023 Valor Líquido	31/12/2022 Valor Líquido
Instalações /benfeitorias	20%	111.668	13.463	98.205	-
Móveis e equipamentos de uso	10%	413.690	341.882	71.808	96.862
Equipamentos de comunicação	10%	114.485	96.873	17.612	24.168
Sistema processamento de dados	20%	280.221	249.914	30.307	58.131
Sistema de segurança	10%	27.008	23.896	3.112	5.813
Outros equipamentos	10%	161.633	131.204	30.429	44.174
Totais		**1.108.705**	**857.232**	**251.473**	**229.148**

NOTA 08. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022
Encargos sociais e previdenciários sobre folha	**1.059.756**	**561.581**
INSS	772.951	395.824
FGTS	286.805	165.757
Tributos a recolher	**2.029.516**	**1.297.367**
PIS	145.261	111.831
Cofins	669.895	516.653
ISS	534.911	364.476
IRRF	672.608	300.280
Outros	7.840	4.127
TOTAL DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	**3.090.271**	**1.858.948**

NOTA 09. OBRIGAÇÕES COM PESSOAL

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Provisões de férias e encargos sociais (*)	2.428.969	1.264.272
Total	**2.428.969**	**1.264.272**

(*) Acréscimo proveniente da elevação de pagamento aos vendedores, da comissão sobre cotas de consórcios, em razão de maior volume de cotas e créditos comercializados. Os respectivos pagamentos incidem nas provisões de férias e encargos sociais.

NOTA 10. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos não identificados	14.984	1.378
Valores judiciais a repassar	627.650	627.650
Pagamentos a processar	47.043	40.293
Fazer Empreendimentos EIRELI	237.760	217.800
Total	**927.437**	**887.121**

NOTA 11. PASSIVOS CONTINGENTES
A Companhia é demandada em ações judiciais, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e outros motivos.
A Administração, com base em informações da Assessoria Jurídica, da análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com os processos em curso, classificados como de risco provável de perda.
As ações de natureza cível têm como objeto pedidos de indenização, com base em alegações de danos fundamentados no Código de Defesa do Consumidor, bem como pleitos de revisão de cláusulas contratuais, restituição de parcelas pagas no consórcio antes do encerramento do grupo e eventuais pagamentos considerados indevidos pelo consorciado. Na esfera trabalhista, predominam processos individuais, movidos por ex-colaboradores, que reclamam verbas diversas.

a) Passivos Contingentes - Riscos Prováveis

Passivos Contingentes	Saldos em 31/12/2022	(+) Constituição (-) Reversão	Saldos em 31/12/2023
Cíveis	136.657	225.432	362.089
Trabalhistas	220.095	15.490	235.585
TOTAL	**356.752**	**240.922**	**597.674**

b) Passivos Contingentes - Riscos Possíveis (Não provisionados)
Os passivos contingentes, classificados como de perdas possíveis, não são reconhecidos contabilmente, em conformidade com a Resolução do CFC nº 1.180/2009.
Os saldos dos passivos contingentes possíveis de perdas totalizam R$ 5.067.304 em 31/12/2023, referente a 29 (vinte nove) ações e R$ 3.446.193 em 31/12/2022, referente a 49 (quarenta e nove) ações.

NOTA 12. CAPITAL SOCIAL
a) O capital social subscrito e integralizado é de R$ 15.200.000,00 (quinze milhões e duzentos mil reais) representado por 1.520.000 (hum milhão, quinhentas e vinte mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencente integralmente à acionista Bancorbrás Empreendimentos e Participações S.A., uma vez que a Companhia é sua subsidiária integral.
b) Reserva legal
Foi constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada período, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/1976.
c) Dividendos
O acionista tem direito de receber como dividendo, em cada exercício social, a remuneração equivalente, no mínimo, a 25% do lucro líquido ajustado, mediante deliberação da assembleia geral.

NOTA 13. RECEITA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
O Banco Central do Brasil divulgou em 27 de julho de 2021 a Resolução BCB nº 120 a qual dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis das administradoras de consórcio. Essa Resolução recepcionou o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, alterando o regime de reconhecimento das receitas de taxa de administração que devem ser reconhecidas por competência.
Em virtude de não ter sido possível a adequação dos sistemas e processos para atendimento da referida resolução, a Administradora optou por permanecer com o reconhecimento da receita quando do recebimento.
A Administradora, juntamente com a empresa fornecedora, está promovendo a adequação dos sistemas e dos processos para que os mesmos possam ser adotados no decorrer do próximo semestre.

NOTA 14. DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

Despesas Administrativas	31/12/2023	31/12/2022
Proventos, encargos sociais e benefícios (a)	36.325.905	19.536.592
Comunicação	903.960	721.600
Propaganda e publicidade	1.385.505	1.368.278
Serviços de terceiros (b)	28.118.387	17.747.650
Rateio de despesas (c)	12.912.786	18.044.695
Administrativas	184.479	225.664
Aporte (perda) em grupos	60.254	210.327
Indenizações	459.206	483.832
Provisões para passivos contingentes	2.226.517	1.848.922
Bens retomados	1.639.116	120.592
Outras	1.744.974	1.363.947
Total	**85.961.089**	**61.672.099**

(a) Acréscimo proveniente da elevação de pagamento aos vendedores, da comissão sobre cotas de consórcios, em virtude do maior volume de cotas e de créditos comercializados.
(b) Do saldo da despesa com serviços de terceiros, R$ 23.729.815 é proveniente de pagamento de comissão paga a representantes, pela venda de cotas de consórcio, que apresentou maior comercialização.
(c) As despesas com rateio estão discriminadas de acordo com a composição a seguir:

Rateio de despesas	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	5.233.136	8.122.771
Encargos	1.847.458	2.782.506
Benefícios	2.818.514	4.171.220
Serviços de terceiros	1.431.837	1.376.293
Aluguéis e arrendamentos	281.449	329.769
Festividades de comemorações	20.997	119.175
Comunicação	128.889	108.115
Demais rateios	1.150.506	1.034.846
Total	**12.912.786**	**18.044.695**

(d) As despesas tributárias estão discriminadas de acordo com a composição a seguir:

Despesas Tributárias	31/12/2023	31/12/2022
PIS	1.466.596	1.155.687
Cofins	6.770.944	5.343.128
ISS	4.413.462	3.461.782
Outros tributos federais/estaduais/municipais	23.383	53.098
Total	**12.674.385**	**10.013.695**

NOTA 15. DESPESAS TRIBUTÁRIAS - CSLL/IRPJ

Cálculo da Contribuição Social e Imposto de Renda Pessoa Jurídica	2023 CSLL	2023 IRPJ	2022 CSLL	2022 IRPJ
Prejuízo/lucro líquido antes da contribuição social	**(5.353.254)**	**-**	**2.788.777**	**-**
Prejuízo/lucro líquido após a contribuição social	**-**	**(5.353.254)**	**-**	**2.520.286**
(+) Adições	**2.911.291**	**3.118.771**	**2.299.756**	**2.977.966**
Contribuição social	-	-	-	268.491
Despesas com brindes e festividades	20.997	20.997	121.145	121.145
Participação nos lucros - Administradores	-	207.480	-	218.400
Provisões judiciais	2.226.517	2.226.517	1.848.922	1.848.922
Outras adições	663.777	663.777	329.689	521.008
(-) Exclusões	**1.985.596**	**1.985.596**	**2.105.301**	**2.105.301**
Reversão de provisões judiciais	1.985.596	1.985.596	2.105.301	2.105.301
(=) Lucro antes da compensação de prejuízos	**(4.427.559)**	**(4.220.079)**	**2.988.232**	**3.392.952**
(=) Base de cálculo da CSLL/IRPJ	**-**	**-**	**2.988.232**	**3.392.951**
Tributos devidos	-	-	268.491	758.234

NOTA 16. PARTES RELACIONADAS
a) Remuneração de dirigentes
Os gastos com remuneração e outros benefícios atribuídos ao pessoal da Diretoria, são apresentados como segue:

Descrição	2023	2022
Honorário	436.800	420.000
Honorário Suplementar	49.361	47.494
Anuênio Adquirido	7.445	7.445
Encargos Sociais	181.889	171.359
Participação nos Lucros e Resultados	207.480	218.400
TOTAL	**882.975**	**864.698**

BANCORBRÁS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.

b) Operações ativas e passivas com partes relacionadas
As operações com as empresas Bancorbrás são referentes ao ressarcimento do rateio de despesas decorrentes dos serviços administrativos, operações realizadas no contexto das atividades operacionais da Companhia, e estão assim representadas:

RATEIO E RESSARCIMENTO DE DESPESAS	2023	2022
Operações com Rateio e Ressarcimento de Despesas		
Bancorbrás Empreendimentos e Participações S.A.	715.750	4.009.697
Bancorbrás Centro de Serviços Compartilhados S.A.	12.197.036	14.034.998
Total das Operações com Rateios e Ressarcimento de Despesas	**12.912.786**	**18.044.695**
SALDOS PATRIMONIAIS PASSIVOS		
Bancorbrás Empreendimentos e Participações S.A.	-	547.009
Bancorbrás Centro de Serviços Compartilhados S.A.	1.140.407	2.137.324
Bancorbrás Viagens e Turismo S.A.	108.968	107.181
Associação dos Funcionários das Empresas Bancorbrás	10.405	6.287
Total dos Saldos Patrimoniais Passivos	**1.259.780**	**2.797.801**

NOTA 17. OUTRAS INFORMAÇÕES
a) **Plano de pensão e benefícios** - A Companhia não é patrocinadora de nenhum plano de pensão e de benefícios pós-emprego aos seus colaboradores, nem de plano de opção de compra de ações.
b) **Seguro saúde** - A Companhia mantém seguro saúde e programas de assistência à saúde e campanhas de prevenção de doenças, visando à promoção do bem-estar de seus beneficiários, diretamente ou por meio de convênio. A Companhia não tem responsabilidade em relação ao benefício de plano de saúde pós-emprego.

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2023.

CLAUDIO ROBERTO NOGUEIRA DE SOUZA FILHO — Diretor-Presidente
JOSÉ CLIMÉRIO SILVA DE SOUZA — Diretor-Executivo
EDIVANIRA VIEIRA DINIZ — Contadora CRC 009.619/O-5 DF

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos diretores e acionistas da
BANCORBRÁS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.
Brasília/DF

Opinião com ressalva
Examinamos as demonstrações contábeis da **BANCORBRÁS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes ao exercício e semestre findo naquela data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio em 31 de dezembro de 2023 e das variações nas disponibilidades dos grupos para o exercício e semestre findos naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva" as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **BANCORBRÁS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.**, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa, para o exercício e semestre findos naquela data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos recursos dos grupos de consórcios em 31 de dezembro de 2023 e as variações nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o exercício e semestre findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
Base para opinião com ressalva
Conforme nota explicativa 12, a Administradora não procedeu a adoção das práticas contábeis relacionadas a Resolução BCB nº. 120/2021 que recepcionou o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, por não ter conseguido adaptar todos os sistemas operacionais à referida norma. Por consequência, não foi possível determinar eventuais efeitos relevantes nos saldos do balanço patrimonial e no resultado do exercício, bem como nas demonstrações do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa. A não adoção da referida resolução não abrange as demonstrações de recursos de consórcios e disponibilidades de grupos.
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis".
Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Principais Assuntos de Auditoria
Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do segundo semestre de 2023. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.
- Gestão dos grupos de consórcios, considerando os aspectos da utilização dos recursos de terceiros, projeção de encerramento de grupos e aplicações financeiras.
- Apropriação da receita por competência, cujo procedimento não foi implementado até o exercício de 2023.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor
A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis
A administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.
Como parte da auditoria realizada, de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba (PR), 15 de março de 2024.

PSW BRASIL AUDITORES INDEPENDENTES
CRC-PR nº. 5.196/O-2
CVM nº. 9458
EDER ALEXANDRE SOUZA
Contador
CRC-PR-056.265/O-7/S/DF

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **BANCORBRÁS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, em reunião desta data, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis. Com base nos exames efetuados e nos esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, dos Administradores da empresa e da respectiva Contadora, bem assim no Relatório do Auditor Independente, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas. Destacamos a necessidade de concentrar esforços na pronta implementação das práticas contábeis relacionadas à Resolução BCB nº 120/2021.

Brasília (DF), 21 de março de 2024.

CONSELHO FISCAL

CELIUS GUIMARÃES MARCONDES FEITOSA — **CIL FARNEY MACHADO DE OLIVEIRA**
ELIMÁRIO ARAÚJO SANTOS — **OROMAR DARLAN DE PINHO TAVARES**

ACS - ADMINISTRAÇÃO DE SHOPPING CENTER S/A
CNPJ nº 10.984.317/0001-63 NIRE nº 53 3 0001572-4
Companhia Fechada

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Acionistas da ACS - ADMINISTRAÇÃO DE SHOPPING CENTER S/A a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 27 de abril de 2024, às 9:00 horas, na **sala nº 01 do Cinema do Águas Claras Shopping, localizado na Av. Araucárias lotes 1835/2005, Águas Claras - DF, CEP 71936-250**, em 1ª convocação, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:
Em Assembleia Geral Ordinária:
1. Exame, discussão e votação do Relatório da Administração, das contas da Diretoria e das Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023, juntamente com o relatório da Auditoria Independente e do parecer do Conselho Fiscal.
2. Destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2023.
3. Eleição dos membros do Conselho de Administração para o mandato de 02 anos e Conselho Fiscal para o mandato de 01 ano.
4. Avaliação de proposta de equiparação de remuneração dos membros do Conselho Fiscal aos do Conselho de Administração e rerratificação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal aprovado na AGE de 25/11/2023.

Em Assembleia Geral Extraordinária:
1. Deliberação sobre destinação da Reserva de Capital.
2. Apresentação de Relatório Consolidado da Obra de Expansão.
3. Liquidez das ações: evolução das tratativas negociais com interessado na compra de ações da ACS.

Águas Claras - DF, 11 de abril de 2024.
José Ismar Alves Tôrres
Presidente do Conselho de Administração

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO DISTRITO FEDERAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A coordenação-geral do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do DF, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada na sede da entidade (SIG, quadra dois, Edifício City Offices, 3º andar) no dia 06 de maio de 2024. A primeira chamada ocorrerá às 19h30, em segunda chamada às 20h.
1) Alteração do estatuto do Sindicato dos Jornalistas do DF
2) Outros assuntos
Este edital retifica todas as publicações anteriores.
Brasília, 12 de abril de 2024
Diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal

---

CLUBE DA IMPRENSA DE BRASÍLIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Clube da Imprensa de Brasília no uso de suas atribuições estatutárias, convoca Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 06 de maio de 2024, com a primeira chamada às 19h30 e a segunda às 20h, na Sede do Sindicato dos Jornalistas (SIG Quadra 02, Lotes 420/430/440, 3º andar) para apreciação da seguinte pauta:
1) Discussão sobre o Clube da Imprensa;
3) Assuntos Gerais.
Brasília, 12 de abril de 2024
Este edital retifica todas as publicações anteriores.
Marcos Francisco Urupá Moraes de Lima
Diretor Geral

SINDICATO DAS EMPRESAS DE COMPRA, VENDA, LOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS DO DISTRITO FEDERAL - SECOVI - DF

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente do SECOVI/DF, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, convoca todos os associados e demais integrantes da categoria econômica de empresa de compra e venda de imóveis, imobiliárias, administradoras de imóveis, incorporadoras, empresas de loteamentos, shopping centers e condomínios horizontais, estabelecidas no Distrito Federal para a Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se no dia 22/04/2024, às 18h00 (1ª convocação) e 18h30 (2ª convocação) no endereço: SCN Qd. 02 , Lote D Torre A, Salas 612,614,616-Centro Empresarial Liberty Mall - Brasília DF para deliberar sobre: Exame e deliberação sobre pautas de reivindicações dos trabalhadores das respectivas categorias econômicas, visando firmar convenções coletivas, termos aditivos, acordos coletivos exercício 2024 e 2025; b) Instituição, eleição e delegação de poderes a comissão de negociações para negociar cláusulas das Convenções Coletivas, Termos Aditivos ou Acordos e autorizar a instauração ou a defesa de Dissídio Coletivo; c) Reajuste da Contribuição Confederativa Patronal de 2024; d) Reajuste da Contribuição Assistencial Patronal de 2024 a ser cobrada de todas as empresas das respectivas categorias econômicas representadas pelo SECOVI - DF, em pagamento único. Brasília-DF, 11 de Abril de 2024. Ovídio Maia Filho - Presidente

---

AUTO POSTO ORIGINAL BRASILIA DERIVADOS DE PETROLEO LTDA

AVISO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

Torna público que está requerendo do Instituto Brasília Ambiental - IBRAM/DF, a Licença de Operação, a título de renovação da Licença de Operação nº 109/2018, para atividade de posto de combustível, no ST SHC/S SQ 415, Bloco B PLL 03, Asa Sul- DF, processo n° 00391-00003123/2024-95. Eng.ª Renata Vieira.

TERIVA 184 PARTICIPAÇÕES LTDA

AVISO DE REQUERIMENTO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

Torna público que está requerendo do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental - IBRAM/DF, a Licença de Instalação para atividade de parcelamento de solo urbano, na Fazenda Paranoá/Sobradinho dos Melos, Região Administrativa do Itapoã. Processo: 00391-00003331/2024-94. Foi determinada a elaboração de Estudo Ambiental. TERIVA 184 PARTICIPAÇÕES LTDA.

PAULO CEZAR GONTIJO

AVISO DE RECEBIMENTO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

Torna público que recebeu do Instituto Brasília Ambiental - IBRAM/DF, a Licença de Operação nº 14 / 2024 , para a atividade de Ecoturismo e Agro-Turismo, na BR 060, Km 24, Fazenda Vale do Sol, Gama, Distrito Federal, processo n°00391-00017134/2017-23. PAULO CEZAR GONTIJO.

ESTAÇÃO SUL AUTO POSTO LTDA

AVISO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

Torna público que está requerendo do Instituto Brasília Ambiental - IBRAM/DF, a Licença de Operação, a título de renovação da Licença de Operação nº 108/2018, para a atividade de Posto Revendedor de Combustíveis, no PLL 01, QNN 22, SETOR N, Nº22, Ceilândia Sul, Brasília/DF, processo n°: 00391-00003315/2024-00. Engª Renata Vieira.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES E GESTÃO DE MATERIAIS - SEMA

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 004/2024

PROCESSO: 0032009/2023 OBJETO: contratação de empresa para o fornecimento, sob demanda, de medicamentos constantes da Tabela CMED/ANVISA para uso na Secretaria de Saúde/TJDFT, mediante aplicação de maior percentual único e linear sobre o preço máximo do consumidor (PMC) e sobre o Preço de Fábrica (PF), nos termos do edital e dos seus anexos.

DATA DE ABERTURA: 26/04/2024 - HORÁRIO: 14 HORAS - LOCAL: https://www.gov.br/compras/pt-br.

O Edital encontra-se, sem ônus, no sítio https://cache.tjdft.jus.br/cgi-bin/tjcgi1?NXTPGM=LCHTRL02.

Brasília, 11 de abril de 2024
Isabella Brito
Secretária de Contratações e Gestão de Materiais

MARCELO CHAVES

Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado

@colunamarcelochaves
@marcelochavess
marcelochaves@grupojbr.com

ARNALDO 40

Um evento que já virou tradição em Brasília, o que festeja todos os anos o aniversário do arquiteto e empresário Arnaldo Pinho. Como dizem os amigos próximos do aniversariante, só mesmo Arnaldinho, como é chamado carinhosamente, para reunir gente bonita e animada em suas festas de aniversário. Este ano não foi diferente, e para festejar a chegada aos 40 anos, ele promoveu uma concorrida All White Party.

A aconchegante casa da mãe Guiomar Feitosa, no Lago Sul, foi o cenário da comemoração que reuniu cerca de 150 convidados vindos de várias partes do Brasil. Enteado do ministro do STF, Gilmar Mendes, Arnaldo optou por uma comemoração com ambientação em tons de branco, representando alegria e leveza, o que de acordo com ele, é o seu desejo para o seu novo ciclo que acaba de se iniciar.

O Buffet Mont Cler foi o responsável pelas delícias servidas ao longo do evento, que contou com uma saborosa mesa de antepasto e uma seleção de pratos quentes. O Del Carlo Drinks foi escalado para preparar os drinques servidos. A cantora Taliz animou o início da festa com músicas leves, seguida pela Bateria Tamborgroove e pela cantora Adriana Samartini, que colocou todos para dançar.

"Vou viajando e fazendo amizades em cidades como Fortaleza, São Paulo, João Pessoa, Goiânia, São José do Rio Preto, Campinas, Curitiba, Recife, Salvador, Vitória e São Luís, entre outras capitais. Hoje recebo amigos de todos esses lugares. Para uma pessoa agregadora como sou, a felicidade transborda ao ver os meus amigos todos juntos", disse Arnaldo, pouco antes do parabéns entoado pela família.

FOTOS: CÉSAR REBOUÇAS

Aniversariante Arnaldo Pinho entre as irmãs Ketlin e Larissa Feitosa e a mãe, Guiomar Feitosa

Desembargador Gustavo Amorim e a esposa Rafaela Sarney

Procurador-geral da República, Paulo Gonet, e Flávia

Maria Rosa Guerra, Marília Herrmann, Luísa Dellamanha, Fabiana Guimarães e Paola Braide

Nelma Caixeta e Luzineide Getro

FUNDAÇÃO ATHOS BULCÃO

BOLETIM INFORMATIVO DA FUNDAÇÃO ATHOS BULCÃO . EDIÇÃO Nº 863 . 12 DE ABRIL . BRASÍLIA/DF

Novo produto exclusivo na loja da Fundação

A loja da Fundação apresenta um produto especial para os apreciadores da obra de Athos Bulcão. O prato de bolo "**Máscara**" é uma peça exclusiva em edição limitada, que celebra o talento icônico do nosso artista, capturando os detalhes e a riqueza das cores de sua obra de ateliê.

Se você é um apreciador de arte, um colecionador em busca de peças únicas ou alguém que valoriza o belo em seu cotidiano, esta peça é a escolha perfeita. Venha nos visitar em nossa loja na 510 Sul e complete sua coleção de pratos Athos Bulcão.

Ao adquirir este produto, você não apenas adiciona um toque de elegância à sua casa, mas também contribui para a promoção contínua de projetos culturais e de arte educação da Fundação Athos Bulcão.